



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 044 - SEXTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)

1º VICE-PRESIDENTE

 Tião Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

 Alvaro Dias - (PSDB-PR)

1º SECRETÁRIO

 Efraim Morais - (DEM-PB)

2º SECRETÁRIO

 Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO

 César Borges - (PR-BA) (1)

4º SECRETÁRIO

 Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário

 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)

 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)

 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

<p align="center">Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto</p>	<p align="center">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena</p>
<p align="center">PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias</p>	<p align="center">PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder</p>	<p align="center">Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello</p>

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE

<p align="center">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center">Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 49ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE ABRIL DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo dos oradores do período do Expediente da presente sessão a homenagear o jornal mineiro **Estado de Minas**, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação, de acordo com os Requerimentos nºs 249 e 326, de 2008.

9018

1.2.2 – Oradores

Senador Eduardo Azeredo

9018

Senador Eliseu Resende

9033

Senador Wellington Salgado de Oliveira.....

9034

Senador Mão Santa

9036

Senador Arthur Virgílio.....

9038

Senador Cristovam Buarque.....

9041

Senador Adelmir Santana.....

9042

Senador Paulo Duque.....

9043

1.2.3 – Suspensa às 16 horas, a sessão é reaberta às 16 horas e 6 minutos

1.2.4 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 71/2008, de 8 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2002 (nº 7.027/02, na Casa de origem), e seu envio à sanção.....

9045

Nº 73/2008, de 8 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002 (nº 4.089, de 1998), e seu envio à sanção.....

9046

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 304, de 2008, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 012.600/2000-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à rejeição de Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão nº 1.599/2007-TCU-Plenário, pela Construtora Andrade Gutierrez S/A.

9046

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 416, de 2008, de autoria do Senador César Borges, solicitando autorização para desempenho

de missão parlamentar em Tóquio, Japão, no período de 17 a 29 do corrente mês.....

9046

Nº 417, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt, em 23 do corrente mês.....

9046

Nº 418, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt, em 23 do corrente.....

9047

Nº 419, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do reitor da Unifenas, Edson Antônio Velano.

9047

Nº 420, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.....

9047

Nº 421, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.....

9048

Nº 422, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Prefeito de Parintins-AM, Dr. Frank Bi Garcia, e ao povo do município.

9048

Nº 423, de 2008, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial, seja ouvida também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

9049

1.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstaurar a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes.....

9049

1.2.8 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2008 (nº 765/95, na Casa de origem), que altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.722, de 3 de dezembro de 1979 (altera o prazo para pagamento de tributos

<i>incidentes nas importações sob o regime aduaneiro de drawback).</i>	9053	SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Premência da discussão e aprovação de medidas capazes de frear a violência praticada por jovens.	9068
Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/02, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional do Caminhoneiro</i>	9054	1.2.10 – Comunicação da Presidência Convocação de sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no próximo dia 15 do corrente, terça-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil, quando será agraciada, com a Ordem do Congresso Nacional, S. Exa. a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal.	9071
Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2008 (nº 2.392/03, na Casa de origem), que <i>institui o Dia do Advogado</i>	9055	1.2.11 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados Nº 87, de 2008, de 10 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a Medida Provisória nº 407, de 2007, que <i>autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura</i>	9071
Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2008 (nº 2.930/04, na Casa de origem), que <i>denomina Usina Hidrelétrica de Sobradinho Paulo de Souza Coelho a usina de Sobradinho no rio São Francisco</i>	9055	Nº 88, de 2008, de 10 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a Medida Provisória nº 408, de 2007, que <i>abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica)</i>	9071
Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2008 (nº 7.550/06, na Casa de origem), que <i>denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo</i>	9056	1.2.12 – Comunicação da Presidência Inclusão na pauta da Ordem do Dia da presente sessão das Medidas Provisórias nºs 407 e 408, de 2007.....	9071
Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2008 (nº 7.686/06, na Casa de origem), que <i>denomina Dr. Weimar Gonçalves Torres o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul</i>	9056	1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Anúncio da aprovação de requerimento que cria um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt, nas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	9160
Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2008 (nº 37/07, na Casa de origem), que dá <i>nova redação ao art. 198 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para estabelecer a atuação de ofício ou por provocação de presidente de tribunal, nos casos de descumprimento judicial dos prazos</i> ...	9057	SENADOR RAIMUNDO COLOMBO, como Líder – Repúdio ao veto presidencial a dispositivo que atribua ao Tribunal de Contas da União a fiscalização de recursos repassados às centrais sindicais.	9161
Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2008 (nº 96/07, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional da Segurança Pública e dá outras providências</i>	9058	SENADOR JAYME CAMPOS – Registro da instalação hoje, da Comissão Temporária Externa destinada a verificar, in loco , o risco ambiental em	
Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2008 (nº 394/07, na Casa de origem), que <i>denomina Viaduto Professora Haidêe Jayme Ferreira o viaduto localizado no Km 435,55 da BR-153, que dá acesso à BR-414, no Município de Anápolis, Estado de Goiás</i>	9059		
Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2008 (nº 732/07, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional do Auditor-Fiscal do Trabalho</i>	9060		
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2008 (nº 832/07, na Casa de origem), que <i>cria o Dia Nacional do Ciclista</i>	9060		
Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2008 (nº 1.245/07, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho</i>	9061		
1.2.9 – Discursos do Expediente SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Solidariedade às vítimas das enchentes que assolam a Paraíba. Comentário sobre a realidade do semi-árido nordestino.	9063		
SENADOR NEUTO DE CONTO, como Líder – Preocupação com as dificuldades financeiras por que passam os agricultores brasileiros. Defesa da renegociação das dívidas rurais.....	9065		

que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, em seu “mapa do desmatamento”.....	9162		
SENADOR <i>RENATO CASAGRANDE</i> , como Líder – Reflexão sobre o Programa Nacional de Banda Larga.....	9163		
SENADOR <i>JOÃO VICENTE CLAUDINO</i> – Preocupação com as condições de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais.....	9165		
1.2.14 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados			
Nº 95, de 2008, de 10 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a Medida Provisória nº 409, de 2007, que <i>abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica</i>	9167		
1.2.15 – Comunicação da Presidência			
Inclusão na pauta da Ordem do Dia da presente sessão da Medida Provisória nº 409, de 2007..	9167		
1.2.16 – Discursos do Expediente (continuação)			
SENADORA <i>ROSALBA CIARLINI</i> – Preocupação com os prejuízos à economia do Rio Grande do Norte decorrentes das chuvas.....	9203		
SENADOR <i>MOZARILDO CAVALCANTI</i> – Registro da realização, hoje e amanhã, do VI Encontro do Parlamento Amazônico, no Amapá. Abordagem sobre a decisão do STF acerca da desocupação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.....	9204		
SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Referências à aprovação, ontem, de dois projetos de interesse dos aposentados e pensionistas. Considerações sobre a repercussão do pronunciamento de S. Exa. sobre o fim do foro privilegiado.....	9214		
1.2.17 – Apreciação de matérias			
Requerimentos nºs 398 e 416, de 2008, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e César Borges, respectivamente, sendo que o primeiro lido em sessão anterior e, o segundo, no Expediente da presente sessão. Aprovados	9217		
Requerimento nº 376, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. Aprovado	9217		
1.2.18 – Discursos do Expediente (continuação)			
SENADOR <i>JOÃO PEDRO</i> – Registro da participação de S. Exa. em reunião do Parlamento Amazônico.....	9217		
SENADOR <i>WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA</i> – Registro de três eventos ocorridos no último dia 7: o Dia do Jornalista, o Centenário de fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a concessão da medalha de honra ao mérito ao jornal Correio de Uberlândia pela comemoração dos seus 70 anos.....	9218		
		1.2.19 – Apreciação de matéria	
		Requerimento nº 223, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. Aprovado	9218
		1.2.20 – Discurso do Expediente (continuação)	
		SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – Comentários a declarações do Presidente Lula. A situação de abandono em que se encontram as estradas do Piauí.	9218
		1.3 – ORDEM DO DIA	
		Transcorre, hoje, a primeira sessão deliberativa em que as seis primeiras matérias (Projeto de Lei de Conversão e Medidas Provisórias) constam da Ordem do Dia, ficando os seguintes itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária da próxima ter-feira, dia 15 de abril:	
		Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
		Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008, que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).....	9224
		Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
		Medida Provisória nº 405, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica.	9224
		Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
		Medida Provisória nº 406, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.	9224
		Item 3-A	
		Medida Provisória nº 407, de 2007, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Lei nºs 11.171, de 2	

de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Commissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.....	9224	sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.....	9226
Item 3-B		Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
Medida Provisória nº 408, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.....	9224	Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.....	9226
Item 3-C		Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
Medida Provisória nº 409, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.....	9225	Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.....	9226
Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)		Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc : Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007.....	9225	Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.....	9226
Item 5		Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.....	9225	Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece...	9226
Item 6		Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.	9225	Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.....	9226
Item 7		Item 15 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.	9225	Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.....	9227
Item 8		Item 16	
Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores).....	9225	Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de	
Item 9			
Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos			

28 de fevereiro de 1967, <i>que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências</i>	9227		
Item 17		Item 25	
Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que <i>estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família</i>	9227	Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas</i>	9228
Item 18		Item 26	
Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que <i>altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas)</i> ..	9227	Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que <i>modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)</i>	9228
Item 19		Item 27	
Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que <i>altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral</i>	9227	Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que <i>dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)</i>	9228
Item 20		Item 28	
Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo</i>	9227	Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que <i>altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)</i>	9229
Item 21		Item 29	
Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que <i>acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)</i>	9228	Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que <i>dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)</i>	9229
Item 22		Item 30	
Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que <i>dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências</i>	9228	Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que <i>acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho</i>	9229
Item 23		Item 31	
Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que <i>altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)</i>	9228	Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que <i>denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela</i>	9229
Item 24		Item 32	
Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que <i>veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT</i>	9228	Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários</i>	9229
		Item 33	
		Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que <i>acrescenta o</i>	

§ 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).....	9229	dade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.	9230
Item 34		Item 41	
Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.	9229	Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.	9231
Item 35		Item 42	
Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.	9230	Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.	9231
Item 36 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)		Item 43	
Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços...	9230	Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.	9231
Item 37 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)		Item 44	
Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.	9230	Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.....	9231
Item 38 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)		Item 45	
Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	9230	Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).	9231
Item 39		Item 46	
Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.	9230	Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e	
Item 40 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)			
Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de quali-			

<i>de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.</i>	9231	lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".....	9232
Item 47		Item 54 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)	
Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que <i>altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.</i>	9231	Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.	9232
Item 48		Item 55	
Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc : Senador Flávio Arns, concluindo <i>favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.</i>	9232	Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, <i>sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.</i>	9233
Item 49		Item 56 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)	
Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que <i>requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.</i>	9232	Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.	9233
Item 50		Item 57	
Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a <i>remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.</i>	9232	Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a <i>tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.</i>	9233
Item 51 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)		Item 58	
Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.	9232	Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a <i>tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.</i>	9233
Item 52		Item 59	
Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a <i>remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.</i>	9232	Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.	9233
Item 53 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)		Item 60	
Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo		Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.	9233

Item 61		(Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.).....	9234
Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....	9233		
Item 62			
Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	9233		
Item 63			
Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....	9234		
Item 64			
Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)	9234		
Item 65			
Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria....	9234		
Item 66			
Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.).....	9234		
Item 67			
Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.			
		Item 68	
		Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação)....	9234
		1.3.1 – Discurso encaminhado à publicação	
		SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre o relatório divulgado pelo Banco Mundial, que atribui ao Brasil o maior desmatador do mundo.	9234
		1.4 – ENCERRAMENTO	
		2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR	
		Do Senador Jarbas Vasconcelos, proferido no dia 13 de março de 2008.....	9238
		3 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA	
		Nº 7, de 2008.....	9243
		4 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
		Nº 712, de 2008.....	9249
		5 – TERMOS DE REUNIÕES	
		Referentes aos Vetos Totais nºs 1 a 3, de 2008, apostos aos Projetos de Lei da Câmara nºs 26, de 2007, 78 e 67, de 2006, respectivamente...	9250
		Referente ao Veto Parcial nº 33, de 2007, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2004.....	9251
		6 – CONVÊNIO	
		Nº 12, de 2008, entre o Senado Federal e o Banco Ficsa S.A.....	9252
		SENADO FEDERAL	
		7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA	
		8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
		9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		13 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		15 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
		16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
		17 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		18 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	

Ata da 49ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Efraim Morais, Eduardo Azeredo,
Mão Santa, Renato Casagrande e Mozarildo Cavalcanti

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/4/2008 06:50:15 até 10/4/2008 20:03:16

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
-	MA	LOBÃO FILHO	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUÇA	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 65 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Só para pedir, quando terminar a sessão especial, a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito em primeiro lugar para uma comunicação inadiável.

Nos termos dos **Requerimentos n^{os} 249 e 326, de 2008**, dos Senadores Eduardo Azeredo, Eliseu Resende, Wellington Salgado de Oliveira e outros Srs. Senadores, o tempo destinado aos oradores do período do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear o jornal mineiro **Estado de Minas**, pelo transcurso dos seus oitenta anos de fundação.

Tenho a honra de convidar para compor a mesa o Diretor Geral do jornal **Estado de Minas**, Édison Zenóbio; o Sr. Henrique Eduardo Hargreaves, representante do Governo de Minas Gerais no Distrito Federal; o Ex^m Sr. Dr. Carlos Velloso, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Convido para compor a mesa os Senadores que subscrevem o requerimento: Senador Eduardo Azeredo, Senador Eliseu Resende e Senador Wellington Salgado.

Registro a presença do Ex^m Sr. Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, a quem agradecemos pela honra de sua presença.

Anunciamos a presença do Diretor Executivo do jornal **Estado de Minas**, Álvaro Augusto Teixeira da Costa. Muito obrigado também pela presença.

Como primeiro orador, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, a quem peço se manifeste também em nome da Mesa do Senado Federal.

Senador Eduardo Azeredo, como subscritor do requerimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias; meu colega de Partido; ilustre Ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal; Sr. Henrique Hargreaves, representante do Governo de Minas em Brasília; Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que muito nos orgulha pela sua presença; Dr. Édison Zenóbio, Diretor-Geral do jornal **Estado de Minas**; Álvaro Teixeira da Costa, Diretor-Executivo do **Estado de Minas**; senhores diretores do jornal; Sr^{as} e Srs. Senadores; senhoras e senhores convidados aqui presentes, prezado colega Senador Eliseu Resende, o jornal **Estado de Minas**, no último dia 7 de março, completou 80 anos de existência. O Senado representa os Estados brasileiros. Nada mais correto, portanto, que aqui no Senado homenageemos esse jornal tão importante que, juntamente com tantos outros jornais dos 27 Estados brasileiros, mostra a rica diversidade deste País.

Não podemos ter opiniões centralizadas em apenas um ou dois Estados. É fundamental, em defesa da democracia e da verdade, que um jornal como o **Estado de Minas** tenha vida longa em respeito ao passado e em esperança quanto ao futuro.

Cumpro o dever de expressar a voz de Minas em momento significativo da história de nossa imprensa. Mas o faço, principalmente, porque, sendo mineiro, desejo homenagear o jornal que sempre li diariamente e é leitura diária da família mineira, bem como de amigos e colegas contemporâneos e de outras gerações.

Em nossa terra, entrou no repertório geral das pessoas o **slogan**: “O grande jornal dos mineiros”, que, já há algum tempo, propaga o **Estado de Minas**. Mas o que parece constituir uma frase de efeito, se tornou, na verdade, o sinônimo de sua identidade.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Senador Wellington Salgado, meu colega, também de Minas, presente aqui e autor desse requerimento, o título **Estado de Minas**, já diz tudo. Trata-se de um jornal que não se separa de Minas nem no nome, nem na realidade de que representa; pelo simples fato, se não houvesse outros motivos, de que é o jornal que registra, há mais tempo e ininterruptamente, os principais acontecimentos e protagonistas mineiros.

Durante 80 anos, suas páginas escrevem a história de Minas e fixam para a posteridade a memória de um povo. Uma das mensagens de homenagem ao jornal publicadas no dia do seu aniversário sintetizou bem: “*Tão importante quanto fazer parte da história de Minas Gerais é saber escrevê-la*”.

E escrevê-la bem foi e tem sido atributo do jornal ao longo de oito décadas. A própria origem do **Estado de Minas** é testemunha disso. Nomes ilustres da inteligência e das letras mineiras – Pedro Aleixo, Juscelino Barbosa, Álvaro Mendes Pimentel, também signatário do Manifesto dos Mineiros –, deram-lhe origem nos idos de março de 1927.

Registro, com muito prazer, a presença do Padre Aleixo aqui conosco.

E logo a eles se somaram as mentes inquietas e brilhantes de Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Cyro dos Anjos e Afonso Arinos: gênios das muitas Minas, “desse Estado plural”, como o definiu Guimarães Rosa – outra estrela dessa constelação de homens ímpares que atuaram no jornal e representaram o mineiro, ou seja, “o homem em estado minasgerais”.

O **Estado de Minas** foi concebido na inquietação que portava o gene dos novos tempos. O modernismo chegara também às montanhas, onde, na época, Belo Horizonte começava a fulgurar como núcleo intelectual efervescente.

Assis Chateaubriand, com seu tirocínio e visão de oportunidade, percebeu que ali estava um jornal que seria um dos pilares do seu ambicioso projeto de criação dos Diários Associados, que se estendeu por todo o País e que se articulava com a Revolução em gestação.

Veio 1930 e a República Velha caiu. Mas antes mesmo do cerco tenaz ao 10º Regimento de Infantaria, na capital mineira – um dos episódios decisivos para a vitória dos revolucionários –, o jornal **Estado de Minas** já respirava e inspirava a mudança.

A perspicácia do então Governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, forte aríete da aliança que uniu Minas ao Rio Grande do Sul e ao Nordeste para derubar a muralha da velha oligarquia rural, transfundiu mais sangue novo no novo jornal.

Ao lado de Pedro Aleixo e Milton Campos, que bem mais tarde se tornariam próceres insígnias da UDN, Chateaubriand acolheu a recomendação de Antônio

Carlos e convidou também a militar no **Estado de Minas** Tancredo Neves e José Maria de Alkmin. Alkmin não demorou a ser guindado à gerência e, após a 2ª Grande Guerra, ajudaria a formar o PSD, ao lado de JK, do próprio Tancredo e de inúmeros líderes brasileiros e mineiros: inclusive o meu querido e saudoso pai, Renato Azeredo.

Com isso, o **Estado de Minas** abrigaria mais tarde as duas principais alas – PSD e UDN –, que após a Segunda Guerra viriam se opor durante a restauração do Estado democrático de direito.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a saga vivida por esses homens especiais ficou escrita nas páginas do “grande jornal dos mineiros”. E não só ela, mas também a dos conterrâneos e forasteiros ilustres, ou não, que marcaram a vida de Minas nos mais variados setores e circunstâncias.

Sem desmerecermos muito outros acontecimentos e personagens importantes, vou lembrar aqui apenas alguns que foram descritos nas páginas do **Estado de Minas**. O exemplar da primeira edição, que foi distribuído e está com todos, mostra bem a história de Minas Gerais, a história do Brasil: as revoluções de 1930 e 1932; Oscar Niemeyer e Burle Marx na vanguardista arquitetura da Pampulha; a estada de Orson Welles em Belo Horizonte; o avanço da pecuária zebuína e do comércio atacadista no Triângulo Mineiro; as corridas de automóvel com Chico Landi; a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder; o salto de industrialização dado pelo Presidente Getúlio Vargas com a Siderúrgica Mannesmann; a continuação do salto pelos Governadores Rondon Pacheco e Aureliano Chaves com a Fiat Automóveis; as tragédias do rompimento da Barragem da Pampulha, do desabamento do Pavilhão da Gameleira, das antigas enchentes do Ribeirão Arrudas e da morte de Tancredo Neves; a modernização viária de BH especialmente com o trabalho de Hélio Garcia; a conquista do decacampeonato do América mineiro; a conquista do 1º Campeonato Nacional de Futebol pelo Clube Atlético Mineiro; a visita do Papa João Paulo II, detalhada e acompanhada pelo **Estado de Minas**; a “Diretas Já”, com Tancredo, Ulysses Guimarães e Mário Covas; a arte do Grupo Corpo, do Clube da Esquina e do Skank; os efeitos da Vale, Usiminas, Açominas e Cemig na área econômica.

Toda essa história tem sido atentamente coberta e contada pelo jornal. Para isso, o **Estado de Minas** sempre seguiu também a trilha da modernização, respondendo com competência aos novos desafios do crescimento da Imprensa mineira, atualmente em vigorosa concorrência de mercado.

São muitos os títulos que o jornal vem conquistando por seus avanços na produção e no *design* gráficos. Um exemplo são os seguidos prêmios que tem ganhado no concurso promovido anualmente pela Society for News Design, sediada em Nova Iorque.

Também são vários os prêmios jornalísticos que alcançou, como diversos prêmios Esso regional e nacional.

A razão está na qualidade profissional de seus jornalistas – entre os quais devem ser lembrados os falecidos Teódulo Pereira, Ney Otaviani, Bernis, Djalma Andrade, Hélio Adami de Carvalho, Hermenegildo Chaves, Fernando Carvalho, Célius Aulicus, Dirceu Horta, Roberto Drummond, Wander Piroli, Felipe Drummond, Fialho Pacheco, Alvimar de Freitas, José Inácio, Wilson Frade, Helton Brant Aleixo, Odin Andrade, José Maurício, Eduardo Couri, Leonardo Fulgêncio e vários outros, lembrando apenas aqueles aqui já falecidos.

Aos jornalistas juntam-se dirigentes, editores e administradores do jornal que sempre estiveram à altura das tarefas de fazê-lo crescer. Vêm à minha memória as personalidades marcantes Geraldo Teixeira da Costa, Pedro Aguinaldo Fulgêncio, seu irmão Ivan Fulgêncio, que também já faleceram e aos quais hoje continuam fazendo jus os talentos de Álvaro Teixeira da Costa, Édison Zenóbio, Britaldo Soares, Cyro Siqueira, Geraldo Teixeira da Costa Neto e Josemar Gimenez de Resende, o seu diretor de redação.

Por tudo isso, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que faça inscrever nos Anais do Senado a edição especial do **Estado de Minas**, a que me referi anteriormente, alusiva aos seus 80 anos, que circulou no dia 7 de março de 2008.

Álvaro Teixeira da Costa, atual diretor executivo da empresa e um incansável modernizador, que herdou o dinamismo do seu pai Geraldo Teixeira da Costa e do tio Camilo Teixeira da Costa, explica a longevidade bem-sucedida do **Estado de Minas** como resultado da missão de relatar os fatos com ética e fidedignidade e também de ser voz presente e atuante das altas aspirações e dos posicionamentos de Minas.

De fato, o jornal sempre correspondeu a essa missão, preocupando-se em defender os valores mineiros com firmeza, altivez e honestidade, ante as tentativas que, muitas vezes, são feitas para atingir as posições e vozes legítimas do nosso Estado. O **Estado de Minas** tem sido sempre presente e atento.

Mas, além da defesa de Minas, o jornal tem desempenhado também, evidentemente, o papel pró-ativo de propor e sustentar a agenda positiva que interessa aos mineiros, o que, quase invariavelmente, interessa também aos brasileiros.

O **Estado de Minas** é um jornal de Minas Gerais, mas é um jornal nacional, é um jornal que representa a segunda ou terceira economia do País – nós disputamos com o Rio e se a Petrobras não fosse sediada no Rio, seguramente, estaríamos à frente.

Então, temos a diversidade da economia mineira, da nossa agropecuária, dos serviços, das indústrias. E Minas Gerais tem um jornal à altura do seu Estado, como é o **Estado de Minas**. A sua função é a de defender Minas e também de propor ações para o Brasil, o que quase invariavelmente interessa aos brasileiros, pois Minas é assim: ao pensar em si, pensa no Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do inciso I, §2º, art. 210, do Regimento Interno)

Redação: JOSÉLINO BARROSA ALVARO MENDES PIMENTEL PEDRO ALIXO

ESTADO DE MINAS

Gerente: JOÃO SILVA JUNIOR

BELLO HORIZONTE, quarta-feira, 7 de Março de 1928

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Edição de hoje: 12 páginas. Numero avulso: 5200. Numero abastado: 5200

ANNO I

A política cafeeira do governo de Minas

Em larga exposição a "O Estado de Minas", o sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças, dá um exacto balanço da obra realizada e afirma a improcedência do alarme produzido pela falsa notícia de estarem suspensas os empréstimos que se fazem os produtores e compradores

Três ou quatro da imprensa mineira... a política cafeeira do governo de Minas... o sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças...

O ESTADO DE MINAS

Tudo evoluiu. E o velho artigo de fundo, pitado o adjectivo sombrio, recheado de idéias percas — evidentemente já passadas da moda... Não temos liguções nem dependências com os governos mais encarnados nos presentes tempos...

De ha muito se reconhece a necessidade de uma grande fôrta financeira que, no Capital e no Estado, defenda os interesses legítimos das classes que trabalham e produzem — a industria, a industria e o commercio... Não ha hoje possivel tempo adequado para discutir...

Congresso commercial, industrial e agricola

"O Estado de Minas" entrevista, sobre a importante reunião a Ser. Sr. Christiano Teixeira Guimarães

Assumpto de mais polipartido actualidade, o Congresso Commercial, Industrial e Agrícola, a ser realizado em Bello Horizonte, no ultimo proximo, está a merecer de quanto se interessam pelo seu sucesso... Não ha hoje possivel tempo adequado para discutir...

De ha muito se reconhece a necessidade de uma grande fôrta financeira que, no Capital e no Estado, defenda os interesses legítimos das classes que trabalham e produzem — a industria, a industria e o commercio...

De ha muito se reconhece a necessidade de uma grande fôrta financeira que, no Capital e no Estado, defenda os interesses legítimos das classes que trabalham e produzem — a industria, a industria e o commercio...

De ha muito se reconhece a necessidade de uma grande fôrta financeira que, no Capital e no Estado, defenda os interesses legítimos das classes que trabalham e produzem — a industria, a industria e o commercio...

De ha muito se reconhece a necessidade de uma grande fôrta financeira que, no Capital e no Estado, defenda os interesses legítimos das classes que trabalham e produzem — a industria, a industria e o commercio...

De ha muito se reconhece a necessidade de uma grande fôrta financeira que, no Capital e no Estado, defenda os interesses legítimos das classes que trabalham e produzem — a industria, a industria e o commercio...

De ha muito se reconhece a necessidade de uma grande fôrta financeira que, no Capital e no Estado, defenda os interesses legítimos das classes que trabalham e produzem — a industria, a industria e o commercio...

ANDRADE ALFAIATE S.A. BAHIA '999. Representação de seguros na Bahia. Endereços em Salvador e Recife.

EXPOSIÇÃO PECUARIA MINEIRA. O RIBATELHO DAS TERRAS DE DEPENDÊNCIA DO GRANDE CENTRER. O pavilhão de produção agrícola sobre as construções. Texto sobre a importância da exposição e o estado da pecuária mineira.

GRANDE FORTUNA. Texto sobre a importância da agricultura e o estado da produção agrícola em Minas Gerais.

O ESTADO DE MINAS - quarta-feira 7 de Março de 1938

EXPEDIENTE

REDAÇÃO: AV. BERNARDES, 261 - CEP 19000 - Belo Horizonte - Minas Gerais

ASSIGNATURAS: ANOS 500 OBRAS 200

O voto secreto em Minas

Uma proposta para o voto secreto em Minas

Sabido do Congresso Mineiro, no ano passado, a lei que instituiu o voto secreto em Minas...

OBRAS PUBLICAS

Todos os processos organizados na execução das Obras Publicas...

Em qualquer das hipóteses todas a bens da morada pessoal...

O Sr. Otávio Macho

Alguns traços de um personalidade

O movimento demográfico de Porto Alegre

As informações demográficas sobre o Estado de Minas Gerais...

O movimento do Rio: Rio de Janeiro - 2.200.000

BOBÓVIA DO NORTE DO ESTADO

Decreto oficial recentemente publicado...

Perseguição por subversão em Goiás

Um comunista de três pedras...

Uma progressão em Minas

Um plano de Alameda Paraíba...

Quem perdeu?

O plano de redução do Imposto...

Victoriosa campanha de "MULATINHA"

Resultado do concurso da CENIPA MULATINHA...

Um pouco português

Prof. J. Neumann é um brasileiro...

Te ótica

Leandro Mendonça Sobrinho...

Diário

Lotaria de Minas 100 contos

Bicarbonato Esterizado

SABONETE

PIRUAS DE FOSTER

Alguns dados estatísticos sobre Portugal

Os últimos dados estatísticos publicados...

BOBÓVIA

Ha ordem do governo que se verifique...

BOBÓVIA

Um plano de Alameda Paraíba...

BOBÓVIA

Quem perdeu?

BOBÓVIA

Victoriosa campanha de "MULATINHA"

BOBÓVIA

Um pouco português

BOBÓVIA

Te ótica

BOBÓVIA

Diário

Bicarbonato Esterizado

SABONETE

PIRUAS DE FOSTER

O Congresso comercial, industrial e agrícola

Adiantando o dia 11, não é...

O Congresso comercial, industrial e agrícola

Adiantando o dia 11, não é...

O Congresso comercial, industrial e agrícola

Adiantando o dia 11, não é...

O Congresso comercial, industrial e agrícola

Adiantando o dia 11, não é...

O Congresso comercial, industrial e agrícola

Adiantando o dia 11, não é...

O Congresso comercial, industrial e agrícola

Adiantando o dia 11, não é...

O Congresso comercial, industrial e agrícola

Adiantando o dia 11, não é...

O Congresso comercial, industrial e agrícola

Adiantando o dia 11, não é...

O Congresso comercial, industrial e agrícola

Adiantando o dia 11, não é...

Escuela Greenwood - Escola Livre de Comércio - Imperio

200 DIAS DE NOVA SIDADE DO SUATO - ALFARINATA IVAN

BEHAM - Raia eia o q'os sofrem

PIRUAS DE FOSTER - Quando nao são eliminados pelos rios...

Bicarbonato Esterizado - Recomendado pela classe medica...

SABONETE - Preço por preço é a melhor

DIAS Loteria de Minas 100 contos

Victoriosa campanha de "MULATINHA" - Resultado do concurso da CENIPA MULATINHA

Informações telegraficas do exterior e do interior

AS SURPRESAS DE ASORTE

WASHINGTON, 6. — O espetáculo John Ward, cercado de polêmica, que vivia via miserável, acaba de receber inesperadamente, a visita de homens ricos, ficando milionário.

AS SURPRESAS DA MORTE, UMA VITIMA DE UM ATENTADO

MANAGUA, 6. — O chanceler Casares Pazo, foi vítima, hoje, de um atentado, por parte de elementos que, até então, não foram descobertos.

PARA O VOO DIRETO DE PARIS A NOVA YORK

PARIS, 6. — Está sendo concluído nesta Capital um aeroporto, de tipo especial e no qual, o avião Drouhin levará o voo direto de Paris a Nova York.

O EX-KRONPRINZ EM VISITA A SUAS RUINAS DE POMPEIA

NAPOLES, 6. (U. P.). — O ex-kronprinz da Alemanha, que aqui se acha em visita de recreio, visita, hoje, as históricas ruínas de Pompéia.

O GENERAL PETANI DEIXA ROMA

ROMA, 6. (U. P.). — Petani partiu, hoje, para Florença. O ex-estadista italiano acompanhado de sua esposa, viajou para estudar as ruínas de Pompéia.

A DEFENSIVA DEFINITIVA DO BRASIL DA LUTA DAS NAÇÕES, E A VOLTA DA ARGENTINA E DA ESPANHA

LONDRES, 6. (U. P.). — O chefe da delegação diplomática do Dilly Telegram, declarou que tanto a Argentina como a Espanha, voltarão provavelmente em seus lugares na assembleia de Genebra, em dezembro, sendo já agora, definitiva e retirada do Brasil da Liga das Nações.

DEBASTADA DE TIEM NA INGLATERRA

MANAGUA, 6. — Describido um trem que regressava de Havana, a ser, talvez, respondido que a governação está procedendo que normalizar essa mesma situação.

PROMISSOR DE SOVIET CONSEGUE FUGIR

LONDRES, 6. — Interpelado, hoje, no Câmara, sobre a situação de guerra em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

LENINGRADO, 6. — Renda, um dos combatidos "leaders" do comunismo, denunciando a situação política em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

UMA GRANDE EPIDEMIA DE GRIPPE NO JAPÃO

TOKIO, 6. — A epidemia de gripe se tem multiplicado, neste país, com grande intensidade. Nos hospitais registra-se, diariamente cerca de cinquenta óbitos. Calcula-se que existam mil e trezentos casos de gripe, em todo o país.

VAO GORRENO MAL AS ELEIÇÕES NA ARGENTINA

BUENOS AIRES, 6. — Como já a surgir irregularidades nas eleições que se estão realizando em todo o país, estando o pleito sendo assistido, apenas, por três integrantes.

ANULIÇÃO DE GARGUMENTOS PELO SANTO OFFICIO

ROMA, 6. — O Santo Ofício revolveu que se atenda, a anuladas as comunicações por intermédio de pedidas directas.

DISTINÇÕES A BRASILEIROS ILUSTRES

PRAGA, 6. (Estado de Minas) — Foram distinguidos com grande officialidade do Ordem Tcheco, João Brazão, e brasileiros sr. Afonso de Mello Franco, Rogério Octavio, e sr. Carlos Roberto Pinto e Djalma Lessa.

O EMPRESTIMO PORTUGUEZ E CONSTITUCIONAL

GENEIRA, 6. — O Conselho Provincial da Liga das Nações em Genebra, decidiu sobre o empréstimo português.

INDENIZACAO AOS PAIANTES DE UMA VITIMA DA REVOLUÇÃO MARQUENSE

WASHINGTON, 6. (Estado de Minas) — Wilson, secretário da Maritima, noticiou ao Congresso a abertura de um crédito de mil e quinhentos dólares, para indenizar a perda e a viuvez de cidadãos portugueses mortos, durante a revolução marquense.

O BRASIL E A ARGENTINA VOLTARÃO A LUTAR NA LIGA DAS NAÇÕES

LONDRES, 6. — O Dilly Telegram, informou que tanto a Argentina como a Espanha, voltarão provavelmente em seus lugares na assembleia de Genebra, em dezembro, sendo já agora, definitiva e retirada do Brasil da Liga das Nações.

TREMORES DE TERRA NAS MONTANHAS DE LISBOA

LISBOA, 6. — Impressionante fenômeno é que se está verificando na zona de Trás-os-Montes, a 15 quilômetros da capital.

O NÚMERO DAS VITIMAS ARGENTINAS

TOKIO, 6. — A gripe continua a matar-se por todo o país. Além da notícia lida e do tempo, hoje, acham-se enfermos o primeiro ministro.

O EXERCITO VERMELHO SE APERFEIÇA

MOSCÚ, 6. — O exercito vermelho acaba de adquirir quinze mil rifles, e cem milhões de munições mais cincocentos aparelhos.

DESAPARECIMENTO DE UM AVIÃO

CASABLANCA, 6. — O avião do Banco do Brasil iniciou suas operações de crédito a 31/12, e o piloto não chegou a Dakar.

O REGENSAMENTO RUSSO

MOSCÚ, 6. — A população de União Soviética, continua o alinhamento da ordem, para o estabelecimento de 146.885.000 habitantes, havendo sobre os homens, um excesso de cinco milhões de mulheres.

A POLONIA E OS COMUNISTAS E ILIETA

VIENNA, 6. — Houve um arde conflito entre a policia e o comunismo, no momento em que se discutia a sua personalidade.

TENTATIVA DE SUICÍDIO

PARIS, 6. — O ex-kronprinz da Alemanha, que aqui se acha em visita de recreio, tenta suicídio, durante a sua estadia em Paris.

UMA PATRIÓTIKA LEI ARGENTINA

BUENOS AIRES, 6. — Já votada em tal plenário que se encontra em discussão no Congresso Nacional, a lei de proteção da indústria nacional.

MAQUINADA A FERIA DE LEIPZIG

LEIPZIG, 6. (Est. Minas) — Foi inaugurada, hoje, a grande e tradicional feira nesta cidade.

RES PARA FREQUENTAREM OS CASAS DE DIVERSOS DE DIVERSOS

RIO, 6. (Estado de Minas) — Constatou-se a falta de casas de diversão, em todo o país, devido à falta de recursos financeiros.

O CASO DA PRESENCIA DE UM AVIÃO

RIO, 6. (Estado de Minas) — O avião do Banco do Brasil iniciou suas operações de crédito a 31/12, e o piloto não chegou a Dakar.

O EXERCITO VERMELHO SE APERFEIÇA

MOSCÚ, 6. — O exercito vermelho acaba de adquirir quinze mil rifles, e cem milhões de munições mais cincocentos aparelhos.

UMA MISSAO FORD NO BRASIL

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A expedição Ford partiu hoje para fazer a sondagem do rio Tapajós e encontrar as primitivas jazidas de carvão.

FALLEO O EX-DEPUTADO OLAVO ERYDIO

S. PAULO, 6. (Estado de Minas) — Falleceu o ex-deputado federal Olavo Erydio.

FUNCIÓNARIOS MUNICIPAES SUSPENSO

RIO, 6. (Est. Minas) — O prefeito de Araxá irregularidades crediticias no serviço, suspenso, por quinze dias, com perda de vencimentos. Os funcionários Diáma Rocha, Juliano Gomes e Jonas Galvão de Miranda.

VITIMA DE INSOLAÇÃO QUANDO PROCURAVA CISTER EM EMPRESTIMO

RIO, 6. (Est. Minas) — O guarda civil Anselmo Brandão, quando se achava à porta do Instituto de Previdência Social, vítima de insolação, devido à aglomeração de pessoas que desejavam obter empréstimos.

MARITIMA A LIMITAÇÃO DO CAFE NA PRACA DO RIO

RIO, 6. (Est. Minas) — O ministro da Viação, sr. Victor Konrad, expediu um aviso a proprietários de mercados proibindo a venda de café na praça do Rio.

PROMISSOR DE SOVIET CONSEGUE FUGIR

LONDRES, 6. — Interpelado, hoje, no Câmara, sobre a situação de guerra em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

LENINGRADO, 6. — Renda, um dos combatidos "leaders" do comunismo, denunciando a situação política em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

UMA GRANDE EPIDEMIA DE GRIPPE NO JAPÃO

TOKIO, 6. — A epidemia de gripe se tem multiplicado, neste país, com grande intensidade. Nos hospitais registra-se, diariamente cerca de cinquenta óbitos. Calcula-se que existam mil e trezentos casos de gripe, em todo o país.

CONGRESSO DE AVIAÇÃO

RIO, 6. (Estado de Minas) — O Banco do Brasil iniciou suas operações de crédito a 31/12, e o piloto não chegou a Dakar.

O EXERCITO VERMELHO SE APERFEIÇA

MOSCÚ, 6. — O exercito vermelho acaba de adquirir quinze mil rifles, e cem milhões de munições mais cincocentos aparelhos.

UMA MISSAO FORD NO BRASIL

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A expedição Ford partiu hoje para fazer a sondagem do rio Tapajós e encontrar as primitivas jazidas de carvão.

FALLEO O EX-DEPUTADO OLAVO ERYDIO

S. PAULO, 6. (Estado de Minas) — Falleceu o ex-deputado federal Olavo Erydio.

FUNCIÓNARIOS MUNICIPAES SUSPENSO

RIO, 6. (Est. Minas) — O prefeito de Araxá irregularidades crediticias no serviço, suspenso, por quinze dias, com perda de vencimentos. Os funcionários Diáma Rocha, Juliano Gomes e Jonas Galvão de Miranda.

VITIMA DE INSOLAÇÃO QUANDO PROCURAVA CISTER EM EMPRESTIMO

RIO, 6. (Est. Minas) — O guarda civil Anselmo Brandão, quando se achava à porta do Instituto de Previdência Social, vítima de insolação, devido à aglomeração de pessoas que desejavam obter empréstimos.

MARITIMA A LIMITAÇÃO DO CAFE NA PRACA DO RIO

RIO, 6. (Est. Minas) — O ministro da Viação, sr. Victor Konrad, expediu um aviso a proprietários de mercados proibindo a venda de café na praça do Rio.

PROMISSOR DE SOVIET CONSEGUE FUGIR

LONDRES, 6. — Interpelado, hoje, no Câmara, sobre a situação de guerra em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

LENINGRADO, 6. — Renda, um dos combatidos "leaders" do comunismo, denunciando a situação política em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

UMA GRANDE EPIDEMIA DE GRIPPE NO JAPÃO

TOKIO, 6. — A epidemia de gripe se tem multiplicado, neste país, com grande intensidade. Nos hospitais registra-se, diariamente cerca de cinquenta óbitos. Calcula-se que existam mil e trezentos casos de gripe, em todo o país.

VARIOS CASOS DE GRIPPE

RIO, 6. (Estado de Minas) — Multiplicam-se os casos de gripe nesta Capital. Atribuem-se que sejam transmitidos pelos transportes e embarques de mar.

DEBASTADA DE TIEM NA INGLATERRA

MANAGUA, 6. — Describido um trem que regressava de Havana, a ser, talvez, respondido que a governação está procedendo que normalizar essa mesma situação.

PROMISSOR DE SOVIET CONSEGUE FUGIR

LONDRES, 6. — Interpelado, hoje, no Câmara, sobre a situação de guerra em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

LENINGRADO, 6. — Renda, um dos combatidos "leaders" do comunismo, denunciando a situação política em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

UMA GRANDE EPIDEMIA DE GRIPPE NO JAPÃO

TOKIO, 6. — A epidemia de gripe se tem multiplicado, neste país, com grande intensidade. Nos hospitais registra-se, diariamente cerca de cinquenta óbitos. Calcula-se que existam mil e trezentos casos de gripe, em todo o país.

REFORMA DE EXERCITO

MOSCÚ, 6. — O exercito vermelho acaba de adquirir quinze mil rifles, e cem milhões de munições mais cincocentos aparelhos.

UMA MISSAO FORD NO BRASIL

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A expedição Ford partiu hoje para fazer a sondagem do rio Tapajós e encontrar as primitivas jazidas de carvão.

FALLEO O EX-DEPUTADO OLAVO ERYDIO

S. PAULO, 6. (Estado de Minas) — Falleceu o ex-deputado federal Olavo Erydio.

FUNCIÓNARIOS MUNICIPAES SUSPENSO

RIO, 6. (Est. Minas) — O prefeito de Araxá irregularidades crediticias no serviço, suspenso, por quinze dias, com perda de vencimentos. Os funcionários Diáma Rocha, Juliano Gomes e Jonas Galvão de Miranda.

VITIMA DE INSOLAÇÃO QUANDO PROCURAVA CISTER EM EMPRESTIMO

RIO, 6. (Est. Minas) — O guarda civil Anselmo Brandão, quando se achava à porta do Instituto de Previdência Social, vítima de insolação, devido à aglomeração de pessoas que desejavam obter empréstimos.

MARITIMA A LIMITAÇÃO DO CAFE NA PRACA DO RIO

RIO, 6. (Est. Minas) — O ministro da Viação, sr. Victor Konrad, expediu um aviso a proprietários de mercados proibindo a venda de café na praça do Rio.

PROMISSOR DE SOVIET CONSEGUE FUGIR

LONDRES, 6. — Interpelado, hoje, no Câmara, sobre a situação de guerra em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

LENINGRADO, 6. — Renda, um dos combatidos "leaders" do comunismo, denunciando a situação política em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

UMA GRANDE EPIDEMIA DE GRIPPE NO JAPÃO

TOKIO, 6. — A epidemia de gripe se tem multiplicado, neste país, com grande intensidade. Nos hospitais registra-se, diariamente cerca de cinquenta óbitos. Calcula-se que existam mil e trezentos casos de gripe, em todo o país.

REFORMA DE EXERCITO

MOSCÚ, 6. — O exercito vermelho acaba de adquirir quinze mil rifles, e cem milhões de munições mais cincocentos aparelhos.

UMA MISSAO FORD NO BRASIL

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A expedição Ford partiu hoje para fazer a sondagem do rio Tapajós e encontrar as primitivas jazidas de carvão.

FALLEO O EX-DEPUTADO OLAVO ERYDIO

S. PAULO, 6. (Estado de Minas) — Falleceu o ex-deputado federal Olavo Erydio.

FUNCIÓNARIOS MUNICIPAES SUSPENSO

RIO, 6. (Est. Minas) — O prefeito de Araxá irregularidades crediticias no serviço, suspenso, por quinze dias, com perda de vencimentos. Os funcionários Diáma Rocha, Juliano Gomes e Jonas Galvão de Miranda.

VITIMA DE INSOLAÇÃO QUANDO PROCURAVA CISTER EM EMPRESTIMO

RIO, 6. (Est. Minas) — O guarda civil Anselmo Brandão, quando se achava à porta do Instituto de Previdência Social, vítima de insolação, devido à aglomeração de pessoas que desejavam obter empréstimos.

MARITIMA A LIMITAÇÃO DO CAFE NA PRACA DO RIO

RIO, 6. (Est. Minas) — O ministro da Viação, sr. Victor Konrad, expediu um aviso a proprietários de mercados proibindo a venda de café na praça do Rio.

PROMISSOR DE SOVIET CONSEGUE FUGIR

LONDRES, 6. — Interpelado, hoje, no Câmara, sobre a situação de guerra em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

LENINGRADO, 6. — Renda, um dos combatidos "leaders" do comunismo, denunciando a situação política em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

UMA GRANDE EPIDEMIA DE GRIPPE NO JAPÃO

TOKIO, 6. — A epidemia de gripe se tem multiplicado, neste país, com grande intensidade. Nos hospitais registra-se, diariamente cerca de cinquenta óbitos. Calcula-se que existam mil e trezentos casos de gripe, em todo o país.

ALFA LAVAL

UMA GRANDE EPIDEMIA DE GRIPPE NO JAPÃO

A DESNATADEIRA UNIVERSAL

Modelo recomendado ao mundo inteiro. Mais de 5.000.000 vendidas.

Hopkins, Causser & Hopkins

Rua Paulista 1046 — No 1. S. José — Tel. 901 — E. de Janeiro

Especialistas em máquinas para leiteiros

Fazem prospectos, catálogos e organogramas

NOTÍCIAS DA BOLSA

FORAM AS QUOTAS DE COTAÇÕES DE BOLSA, HOJE:

- Índice geral — 14.930,00
- Estados Unidos — dólar papel, 49,00
- Argentina — peso papel, 308,16
- Hong Kong — papel, 142,11
- Indonésia — rupia, 14,00
- Itália — lira, 94,44

O CAFÉ

RIO, 6. (Estado de Minas) — O mercado de café do Brasil continuou a ser muito movimentado, com o preço em alta. O café em geral foi cotado a preço de 14.930,00.

EMPRESTIMO RENEADO

RIO, 6. (Est. Minas) — O Jornal de Commercio publicou hoje telegrama de Londres: "Colômbia que a firma Schoeder patrocinou um empréstimo de tres e meio milhões de esterlinas para o Estado de Minas Gerais, e qual, provavelmente, será lançado dentro de duas ou tres semanas."

CASAMENTO DE UM FILHO DE SR. WASHINGTON LUIS

RIO, 6. (Est. Minas) — Realizou-se, em São Paulo, o casamento de sr. João Pereira de Souza, filho do sr. Washington Luis, presidente da República, com a senhorita Aracy Aracy, filha do sr. Fernando Aracy.

CONGRESSO DE AVIAÇÃO

RIO, 6. (Estado de Minas) — O Congresso de Aviação, organizado pelo Ministério da Viação, reuniu-se hoje em sessão de abertura no Hotel Nacional.

COMO REPERCUTIU EM JUZ DE TUBA A MORTE DO DEPUTADO DEBASTADO DE TIEM

RIO, 6. (Estado de Minas) — A morte do deputado Debastado de Tiem repercutiu em Tubo, onde se realizou uma sessão pública para discutir a situação política.

NATAL VA TER UM AEROPORTO

RIO, 6. (Estado de Minas) — O município de Natal vai ter um aeroporto, com uma pista de 1.000 metros de comprimento.

CHARGURACAO DE UM MUSEU NA MARINHA

RIO, 6. (Estado de Minas) — O Ministério da Marinha decidiu a criação de um museu na Marinha, com o objetivo de preservar a história da navegação.

REFORMA DE EXERCITO

MOSCÚ, 6. — O exercito vermelho acaba de adquirir quinze mil rifles, e cem milhões de munições mais cincocentos aparelhos.

UMA MISSAO FORD NO BRASIL

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A expedição Ford partiu hoje para fazer a sondagem do rio Tapajós e encontrar as primitivas jazidas de carvão.

FALLEO O EX-DEPUTADO OLAVO ERYDIO

S. PAULO, 6. (Estado de Minas) — Falleceu o ex-deputado federal Olavo Erydio.

FUNCIÓNARIOS MUNICIPAES SUSPENSO

RIO, 6. (Est. Minas) — O prefeito de Araxá irregularidades crediticias no serviço, suspenso, por quinze dias, com perda de vencimentos. Os funcionários Diáma Rocha, Juliano Gomes e Jonas Galvão de Miranda.

VITIMA DE INSOLAÇÃO QUANDO PROCURAVA CISTER EM EMPRESTIMO

RIO, 6. (Est. Minas) — O guarda civil Anselmo Brandão, quando se achava à porta do Instituto de Previdência Social, vítima de insolação, devido à aglomeração de pessoas que desejavam obter empréstimos.

MARITIMA A LIMITAÇÃO DO CAFE NA PRACA DO RIO

RIO, 6. (Est. Minas) — O ministro da Viação, sr. Victor Konrad, expediu um aviso a proprietários de mercados proibindo a venda de café na praça do Rio.

PROMISSOR DE SOVIET CONSEGUE FUGIR

LONDRES, 6. — Interpelado, hoje, no Câmara, sobre a situação de guerra em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

LENINGRADO, 6. — Renda, um dos combatidos "leaders" do comunismo, denunciando a situação política em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

UMA GRANDE EPIDEMIA DE GRIPPE NO JAPÃO

TOKIO, 6. — A epidemia de gripe se tem multiplicado, neste país, com grande intensidade. Nos hospitais registra-se, diariamente cerca de cinquenta óbitos. Calcula-se que existam mil e trezentos casos de gripe, em todo o país.

REFORMA DE EXERCITO

MOSCÚ, 6. — O exercito vermelho acaba de adquirir quinze mil rifles, e cem milhões de munições mais cincocentos aparelhos.

UMA MISSAO FORD NO BRASIL

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A expedição Ford partiu hoje para fazer a sondagem do rio Tapajós e encontrar as primitivas jazidas de carvão.

FALLEO O EX-DEPUTADO OLAVO ERYDIO

S. PAULO, 6. (Estado de Minas) — Falleceu o ex-deputado federal Olavo Erydio.

FUNCIÓNARIOS MUNICIPAES SUSPENSO

RIO, 6. (Est. Minas) — O prefeito de Araxá irregularidades crediticias no serviço, suspenso, por quinze dias, com perda de vencimentos. Os funcionários Diáma Rocha, Juliano Gomes e Jonas Galvão de Miranda.

VITIMA DE INSOLAÇÃO QUANDO PROCURAVA CISTER EM EMPRESTIMO

RIO, 6. (Est. Minas) — O guarda civil Anselmo Brandão, quando se achava à porta do Instituto de Previdência Social, vítima de insolação, devido à aglomeração de pessoas que desejavam obter empréstimos.

MARITIMA A LIMITAÇÃO DO CAFE NA PRACA DO RIO

RIO, 6. (Est. Minas) — O ministro da Viação, sr. Victor Konrad, expediu um aviso a proprietários de mercados proibindo a venda de café na praça do Rio.

PROMISSOR DE SOVIET CONSEGUE FUGIR

LONDRES, 6. — Interpelado, hoje, no Câmara, sobre a situação de guerra em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

LENINGRADO, 6. — Renda, um dos combatidos "leaders" do comunismo, denunciando a situação política em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

UMA GRANDE EPIDEMIA DE GRIPPE NO JAPÃO

TOKIO, 6. — A epidemia de gripe se tem multiplicado, neste país, com grande intensidade. Nos hospitais registra-se, diariamente cerca de cinquenta óbitos. Calcula-se que existam mil e trezentos casos de gripe, em todo o país.

REFORMA DE EXERCITO

MOSCÚ, 6. — O exercito vermelho acaba de adquirir quinze mil rifles, e cem milhões de munições mais cincocentos aparelhos.

UMA MISSAO FORD NO BRASIL

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A expedição Ford partiu hoje para fazer a sondagem do rio Tapajós e encontrar as primitivas jazidas de carvão.

FALLEO O EX-DEPUTADO OLAVO ERYDIO

S. PAULO, 6. (Estado de Minas) — Falleceu o ex-deputado federal Olavo Erydio.

FUNCIÓNARIOS MUNICIPAES SUSPENSO

RIO, 6. (Est. Minas) — O prefeito de Araxá irregularidades crediticias no serviço, suspenso, por quinze dias, com perda de vencimentos. Os funcionários Diáma Rocha, Juliano Gomes e Jonas Galvão de Miranda.

VITIMA DE INSOLAÇÃO QUANDO PROCURAVA CISTER EM EMPRESTIMO

RIO, 6. (Est. Minas) — O guarda civil Anselmo Brandão, quando se achava à porta do Instituto de Previdência Social, vítima de insolação, devido à aglomeração de pessoas que desejavam obter empréstimos.

MARITIMA A LIMITAÇÃO DO CAFE NA PRACA DO RIO

RIO, 6. (Est. Minas) — O ministro da Viação, sr. Victor Konrad, expediu um aviso a proprietários de mercados proibindo a venda de café na praça do Rio.

PROMISSOR DE SOVIET CONSEGUE FUGIR

LONDRES, 6. — Interpelado, hoje, no Câmara, sobre a situação de guerra em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

LENINGRADO, 6. — Renda, um dos combatidos "leaders" do comunismo, denunciando a situação política em território russo, o sr. Baldwin respondeu que o governo está procedendo que normalizar essa mesma situação.

UMA GRANDE EPIDEMIA DE GRIPPE NO JAPÃO

TOKIO, 6. — A epidemia de gripe se tem multiplicado, neste país, com grande intensidade. Nos hospitais registra-se, diariamente cerca de cinquenta óbitos. Calcula-se que existam mil e trezentos casos de gripe, em todo o país.

A obra constructiva que se O GOVERNO DO ESTADO E DO MUNICIPIO realiza em Manhuassú

As pretensões do preposto municipal expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo

Manhuassú, 10 de março de 1908. — O preposto municipal de Manhuassú, Sr. Alcino Salazar, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo. O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo. O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo.

O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo. O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo.

O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo. O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo.

O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo. O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo.

O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo. O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo.

O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo. O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo.

O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo. O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo.

O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo. O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo.

O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo. O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo.

O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo. O Sr. Alcino Salazar, preposto municipal de Manhuassú, expõe a "O Estado de Minas" as diretivas do seu programa administrativo.

Miguel Salomão Kall, — Deixa ligação, depois de comprimentos construído o passeio dentro de noventa dias.

Dianira Guimarães, — Defiro, que termos do pagamento.

José de Aguiar, — Não, mediante prazo pagamento da importância acrescida.

Matia Gonçalves de Oliveira, — Defiro, nos termos da informação, quanto ao pagamento em prorrogação, que, no caso, não é possível.

Paulo Reñold, — Certifico.

Gonçalo Viana Herbar, — Attendo.

Francisco Mota Filho, — Devo.

Alvares, — Votou completo a política.

Julio Lourenço, — Indefiro. A vista da informação.

João Azevedo Barbosa, Alfredo M. Silva, Adelfo Saliba, — Devo. Attendo.

Julio Lourenço, — Opportunamente será atendido.

Afonso Barbosa Mello, — Devo.

João Moreira da Silva, Bernardino Grodick, Manoel Manoel, Maria José Brandão, Manoel Taulino Brandão, João Carlos da Rosa, Alfredo de Sá, João Guilherme, Manoel de Sá, — Devo.

Elas Herber, José Dias dos Santos, Maria Azevedo Barbosa, João de Silva Oliveira, — Devo.

Antônio Augusto, — Devo.

Direito das Sucessões

Para o testador deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, basta que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

O Código Civil, sobre a validade do testamento, estabelece que o testador pode deixar a maior parte de seus bens, com exclusão de herdeiros legítimos, desde que seja feita a vontade em testamento, e não em escritura pública, e não em escritura pública.

Lindos móveis colonias
Tipos de lousas de madeira e cerâmica cozida.
Papelaria, artigos de papelaria, livros, etc.
OFFICINA DE MADRUGADA E ESTOFADORES
Visitem nossas exposições
CASA GOMES
AV. AMAZONAS 318

PREFEITURA
Antônio Augusto, — Devo.
Antônio Augusto, — Devo.
Antônio Augusto, — Devo.
Antônio Augusto, — Devo.

POMADA VII ARO
Colinas de Sant'Ana

Na zona dos Itacolomis

ALVARO DA SILVA

Al sul do Itacolomis de Mariana... A Pedra Menina (Haroldo de...)

feito nos muros est... A zona dos Itacolomis... A zona dos Itacolomis...

SEMPRE A FERRA!

Congresso das municipalidades Sul-mineiras

O Estado de Minas... Eng. Domingos de Fátima

...a ideia do Congresso das municipalidades Sul-mineiras... O Estado de Minas...

OS EMPREENHORES EM FORMA

de o altar da bondade... O Estado de Minas...

DESAFIO DA BONDADE

de o altar da bondade... O Estado de Minas...

DESAFIO DA BONDADE

de o altar da bondade... O Estado de Minas...

DESAFIO DA BONDADE

de o altar da bondade... O Estado de Minas...

No mundo dos Sports

o papel de Minas no... Campeonato Brasileiro de Futebol... O papel de Minas no...

PAR RAGY E OLARIA

Restante movimentado... Par Ragy e Olaria... Restante movimentado...

BOMBARDIERS

Na cidade e prospera... Bombardeiros... Na cidade e prospera...

Um importante estabelecimento

aberto em Santa Luzia... Um importante estabelecimento... aberto em Santa Luzia...

COLÓQUIO DOS CLAPS

A genética da diretoria... Colóquio dos Claps... A genética da diretoria...

ESCOTERISMO

Grupo Anís das Búrgas... Escoterismo... Grupo Anís das Búrgas...

BOA NOVA DE ELVARO

Desagradável impressão... Boa Nova de Elvaro... Desagradável impressão...

BOA NOVA DE ELVARO

Desagradável impressão... Boa Nova de Elvaro... Desagradável impressão...

BOA NOVA DE ELVARO

Desagradável impressão... Boa Nova de Elvaro... Desagradável impressão...

BOA NOVA DE ELVARO

Desagradável impressão... Boa Nova de Elvaro... Desagradável impressão...

BOA NOVA DE ELVARO

Desagradável impressão... Boa Nova de Elvaro... Desagradável impressão...

BOA NOVA DE ELVARO

Desagradável impressão... Boa Nova de Elvaro... Desagradável impressão...

BOA NOVA DE ELVARO

Desagradável impressão... Boa Nova de Elvaro... Desagradável impressão...

BOA NOVA DE ELVARO

Desagradável impressão... Boa Nova de Elvaro... Desagradável impressão...

BOA NOVA DE ELVARO

Desagradável impressão... Boa Nova de Elvaro... Desagradável impressão...

FUMEM CIGARROS... Fraços e Aromáticos... Deposito: R. Bahia, 884

AO FAISCA... Aproveite, sanduíches, pizzas e outros petiscos de primeira ordem... Procure o popular Torino

AO FAISCA... Aproveite, sanduíches, pizzas e outros petiscos de primeira ordem... Procure o popular Torino

NOTAS RELIGIOSAS

QUARESMA

Proc. procem de Dns. Moyses, em homenagem a Hecatoria do Egypito, estabelecida a festa da Paschoa. Aquella festa como que prenuncia o estabelecimento do ritual que a Igreja hoje celebra...

Capella de S. Antonin — 8 horas. Egreja S. Coração de Jesus — 7 1/2 e 9 horas em rito syrio para a colonia syria. Collegio Santa Maria — 6 e 8 horas. Collegio Anaxido — 5, 7 1/2 e 8 1/2 horas.

NOTICIAS DOS MUNICIPIOS

JUIZ DE FORA

Acaba de ser posto em execução o plano cooperativo da cadeia penal do Banco da Cidra de Fora, que tem por escopo empregar a seus associados as qualificações e aptidão dos presos, para pagamento a prestações mensaes, sem juros durante cincoenta mezes.

A Academia do Commercio, cujo curso gymnastico está sendo fiscalizado pelo governo federal, para effeito de empobrecimento do Pedro II, acaba de tomar a feliz iniciativa de instituir uma escola feminina, que funcionará no "Collegio Santa Matilde".

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Presidente, pharmaceutico José Diniz Vas de Mello, reatado; vice-presidente José da Silva Medeiros; orador official, João Henriques; thesoureiro, João Vas de Mello, reatado; bibliobecario, Firmino Griffo Tavaira.

Um grupo de parabenos pelo excellentissimo escudo dos membros de sua directoria. Aquella alia, sobre allia, dirigida pelo dedicado voluntario, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 70 membros.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi feita pelo Sr. J. J. de Almeida, presidente da Associação de Beneficencia de J. J. de Almeida.

As obras publicas da cidade

As obras de reedificação e embelezamento da cidade, que estão em andamento, tem por objectivo principal a conservação de um

Manifestação da Ribeirão Arrudas

Para o termo das obras de reedificação e embelezamento da cidade, que estão em andamento, tem por objectivo principal a conservação de um



Um aspecto nos trabalhos de canalização de Arrudas

grande avenida margeada a direita do rio de Arrudas, e a esquerda de 5 metros de comprimento, sendo de 10 metros as pranchas que se erguem ao longo da obra.

Essas obras são ligadas à terra por um sistema, também de concreto armado, e são enterradas no leito de ribeira a uma profundidade de dois metros.

A largura de canal é de 2,50 metros, e o comprimento de 5 metros de comprimento, sendo de 10 metros as pranchas que se erguem ao longo da obra.

Essas obras são ligadas à terra por um sistema, também de concreto armado, e são enterradas no leito de ribeira a uma profundidade de dois metros.

A largura de canal é de 2,50 metros, e o comprimento de 5 metros de comprimento, sendo de 10 metros as pranchas que se erguem ao longo da obra.

Essas obras são ligadas à terra por um sistema, também de concreto armado, e são enterradas no leito de ribeira a uma profundidade de dois metros.

A largura de canal é de 2,50 metros, e o comprimento de 5 metros de comprimento, sendo de 10 metros as pranchas que se erguem ao longo da obra.

Essas obras são ligadas à terra por um sistema, também de concreto armado, e são enterradas no leito de ribeira a uma profundidade de dois metros.

A largura de canal é de 2,50 metros, e o comprimento de 5 metros de comprimento, sendo de 10 metros as pranchas que se erguem ao longo da obra.

Essas obras são ligadas à terra por um sistema, também de concreto armado, e são enterradas no leito de ribeira a uma profundidade de dois metros.

A largura de canal é de 2,50 metros, e o comprimento de 5 metros de comprimento, sendo de 10 metros as pranchas que se erguem ao longo da obra.

Indicador profissional

DR. RAFAEL FERREIRA DA SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. ALBERTO CALVETI — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

Indicador profissional

DR. RAFAEL FERREIRA DA SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. ALBERTO CALVETI — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

DR. JOSE ALVES FERREIRA E MELLO R. JAYME DE MATTEUS SILVA — Cirurgião-dentista — Consultório: Rua Rio de Janeiro, 431 — De 8 as 11 e de 1 as 5 horas.

Advertisement for Casa Selecta, featuring the text 'E' servindo bem a sua frequência que a Casa Selecta Faz a sua principal propaganda Artigos para homens Perfumarias finas Av. Afonso Penna Praça 7 de Setembro BELLO HORIZONTE'

Advertisement for CLINICA SIGAUD, listing various medical services and contact information for Dr. Sigaud.

Advertisement for Indicador comercial, listing various businesses and their contact information, including SALVO SANTOS and COMPANHIA DIAS CARLOS.

O movimento comercial

MICROEMPRESAS CHEGADAS INTENÇÃO QUE DEVEM SER DETURBADAS HOJE:

- Na Capital do Brasil**
- 1 caixa — Antonio Guerra.
 - 4 diversos — Decat & Cia.
 - 8 diversos — A. Baptista Jr.
 - 5 caixas — Paulo Azevedo —
 - 1 caixa — Paulo Azevedo.
 - 6 diversos — Reis Dietz.
 - 14 diversos — Imklos Longo.
 - 26 caixas — Augusto & Gomes.
 - 3 caixas — Reis Dietz.
 - 2 diversos — José Salomo.
 - 1 caixa — A. Baptista Junior.
 - 40 caixas — F. Lima & Cia.
 - 57 armários — Filhos Piana.
 - 2 caixas — Miguel Scarpelli.
 - 1 caixa — Reis Dietz.
 - 3 caixas — G. Coutinho Pádua.
 - 1 caixa — M. C. Araújo.
 - 2 caixas — G. R. C. Hegel.
 - 1 caixa — Gólfers.
 - 30 caixas — Sempati Imbu.
 - 1 caixa — José Salomo.
 - 35 caixas — Carlos Coelho & Cia.
 - 1 caixa — Loth & Cia.
 - 1 caixa — Irmão Libanio.
 - 1 caixa — M. Medeiros Santos.
 - 3 caixas — J. Borges da Silva.
 - 6 sacos — João Baptista.
 - 1 sac — Apolônio de Lins.
 - 1 caixa — Miguel Scarpelli.
 - 1 caixa — Antonio Colombo.
 - 1 caixa — Manoel Andrade.
 - 1 caixa — José Colombo.
 - 4 caixas — José Paschoal Netto.

3 sacos — F. Lemos & Cia.
30 caixas — F. Lemos & Cia.
1 caixa — M. Medeiros Santos.
3 eng. — Antonio Meneses.
10 sacos — Oliveira & Cia.
1 caixa — Euclides Andrade.
1 caixa — Mathews Cotts & Cia.
1 caixa — A. E. C.
1 caixa — José & Cia.
1 caixa — Ribeiro Hoan & Cia.
1 caixa — Levy Norgham Ribaud.

1 caixa — M. C. Aranda.
1 caixa — Paulo Mandelci.
1 caixa — Antonio Augusto Vianna.

1 caixa — J. F. Garcia.
1 caixa — Abras & Cia.
1 caixa — Irmão Capandó.
1 caixa — Thomas Hurtado.
1 caixa — Siemens S. A.
1 caixa — Lafayette & Cia.
20 tolos — Siemens S. A.
3 pacotes — Miguel Abras.
3 pacotes — Balibar Santos.
3 foras — Euclides Andrade.
1 caixa — Antonio A. Santana.
1 caixa — Gólfers Imbu.
20 tolos — Caracero Resende.
1 caixa — J. Gólfers Borba.

6 caixas — Antonio Santos.
20 armários — Paulo L. Machado.
1 caixa — A. Baptista S. & Silva.
1 caixa — A. Baptista S. & Silva.
1 engrado — E. Thibau & Cia.
1 caixa — Antonio Falci & Cia.
4 caixas — Irmão Parc.
3 barricas — Mario L. Machado.

27 diversos — Miguel Abras.
14 diversos — João Miguel & Irmão.
6 diversos — M. C. Araújo.
1 caixa — Iac — Irmão Capandó.
1 caixa — Costa Chaves & Cia.
1 caixa — Manoel A. Almeida.
1 caixa — Vellozo & Cia.
50 caixas — Gólfers & Irmão.
23 mesas — Irmão.
1 caixa — C. Cavalcanti.
6 foras — David Ferreira.
20 tolos — José Joaquim Vieira.
5 caixas — F. Lima & Cia.
2 caixas — Banco Commercio Industrial.

33 engrados — Banco Commercio Industrial.
1 engrado — José Gomes.
14 caixas — Sampaio Filho.
5 caixas — David Ferreira.
4 caixas — Paschoal Neto.
2 caixas — Manoel Falci.
1 caixa — Gentil Maia & Cia.
3 caixas — Roberto Andrade.
2 caixas — Urbano Ruy Moreira.

1 barrica — Ovídio O. Aguiar.
2 caixas — Balibar Santos.
1 forado — Felipe Colço.
14 caixas — Balibar Santos.
1 caixa — Decat & Cia.
1 engrado — J. Cardoso Xavier.

2 sacos — Virgílio G. Lousi.
1 engrado — Virgílio G. Lousi.
3 caixas — M. Medeiros Santos.

1 engrado — Vidal & Cia.
33 cubertos — Francisco M. Freitas.

1 caixa — M. Medeiros Santos.
1 engrado — M. Medeiros Santos.
1 caixa — Carlos & Cia.
2 sacos — Scilda & Cia.
2 sacos — Scilda & Cia.
1 sacos — Miguel Scarpelli.
1 sacos — Miguel Scarpelli.
3 caixas — Miguel Scarpelli.
3 caixas — Carvalho Coelho & Cia.
5 caixas — Gerválio Goeth & Cia.

Sanatório Cavalcanti
 — Belo Horizonte —
 Director: DR. ALBERTO CAVALCANTI
 Formado na Suíça e Rio. Longa pratica de Sanatórios da Europa.

Trat. da fratura pulmonar. — Pleurisy. — Tuberculose. — Pneumothorax. — Tuberculose dietética. — Cura de repouso e ar. — 5 refeições.

Incluem: 1 diária, medicamento, internamento no Hotel, conforto, alimentação, banhos, cadeiras de repouso, etc.

Cosmopolita, não há 9 horas

AVENIDA CARANDIÁ, 908

O FOLIO

Como organ politico b de informação, O ESTADO DE MINAS não poderá prescindir de uma seção dedicada a informar os seus leitores de que de mais interessante e digno de nota se passaram no seio federal.

Tão posto, bem justificável é a existência da presente seção, que, se destina, como é fácil constatar, não apenas ao registro quotidiano das principais occurrendias verificadas nos departamentos de Justiça, que do Estado, que da União, mas, ainda a publicação de comentários em torno de factos e decisões, referidos ao direito e á justiça.

Tanto que, tratando a publico, nos os dias, accorados do Tribunal da Relação do Estado e sciencias dos nossos juizes, assim como todos os trabalhos desse genero, que mereçam divulgaçao, por motivo do valor que encerram, além de minutas ressumo de todos os assosio movimento forense, estamos em que, com isso, prestamos serviço, seja nos profissionais do direito, seja ás partes interessadas nos pleitos e a todo o grande publico, finalmente.

Tribunal da Relação
JULGAMENTOS DA SESSÃO DE MONTES DE CAMARA GRAMINAL

Habes-corpus
 Nº 2413, Conceição — Paciente, Feliano Paulino do Nascimento, Relator desembargador Rodrigues Campos — Negaram provimento.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2538, Ponte Nova — Recorrente, J. Luiz. Recorrido, José Peixoto. Relator desembargador Moreira dos Santos. Revisores desembargadores Rodrigues Campos e Cezar Franco. — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2417, Raul Soares — Paciente, Feliano Paulino do Nascimento, Relator desembargador Rodrigues Campos — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2413, Conceição — Paciente, Feliano Paulino do Nascimento, Relator desembargador Rodrigues Campos — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2538, Ponte Nova — Recorrente, J. Luiz. Recorrido, José Peixoto. Relator desembargador Moreira dos Santos. Revisores desembargadores Rodrigues Campos e Cezar Franco. — Negaram provimento excessivo.

O QUE SE PASSOU NA AUDIENCIA DE FIM DE SEMANA
 Audiencia do dia 5 de março do m. juiz de direito da 1ª Vara, dr. Genís Nolasco de Moura Ramal.

Porteiro, José Capra.

Escrivão, Joaquim de Sousa Gomes, Horvado Aguiar, Epitacio de Gólfers e Roberto Vieira.

Admoção processual, dr. J. Sandoval Babo, dr. J. de J. Sandoval Babo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2413, Conceição — Paciente, Feliano Paulino do Nascimento, Relator desembargador Rodrigues Campos — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2538, Ponte Nova — Recorrente, J. Luiz. Recorrido, José Peixoto. Relator desembargador Moreira dos Santos. Revisores desembargadores Rodrigues Campos e Cezar Franco. — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2413, Conceição — Paciente, Feliano Paulino do Nascimento, Relator desembargador Rodrigues Campos — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2538, Ponte Nova — Recorrente, J. Luiz. Recorrido, José Peixoto. Relator desembargador Moreira dos Santos. Revisores desembargadores Rodrigues Campos e Cezar Franco. — Negaram provimento excessivo.

O SR. DR. NORALDIRIO LIMA ENTREVISTADO
 RIO, (Est. Minas) — O "O País" falou com o Sr. Noraldirio Lima sobre o organismo do ensino primario nas republicas do Brasil.

O SR. DR. NORALDIRIO LIMA ENTREVISTADO
 RIO, (Est. Minas) — O "O País" falou com o Sr. Noraldirio Lima sobre o organismo do ensino primario nas republicas do Brasil.

O SR. DR. NORALDIRIO LIMA ENTREVISTADO
 RIO, (Est. Minas) — O "O País" falou com o Sr. Noraldirio Lima sobre o organismo do ensino primario nas republicas do Brasil.

— A Senhorita Doremiã —

C'Á ROSSA professora de piano, Cláudia, chamada Senhorita Doremiã, que era conhecida por sua beleza e talento musical, me contou que ela sempre se sentiu cansada e sem energia, apesar de não fazer nada de especial.

COMO todos os que professam a nobre arte de ensinar e abusam do esforço cerebral e nervoso, a senhorita Doremiã, sofre de enxaquecas e dores de cabeça com exotigamento nervoso e mal cabeça. Ella, porém, sabe combater também os males physicos. Com dois comprimidos de —

CAPIASPIRINA

fica aliviada e recupera as energias por completo. Eis porque a professora trata sempre em sua bolsinha, um tubo de Capiaspirina. E, em momentos de cansaço, musical, me consagra sempre "em tom" e dentro do "compasso".

Um tubo de CAPIASPIRINA é o melhor de tudo que se pode ter em casa para os males de cabeça, de dores e de nervos. Capiaspirina, neutraliza e descongestiona os vasos, melhora a circulação e dá energia e vigor. Não é tóxica. Não irrita. Não causa mal-estar. Não dá sono. Não causa diarréa. Não causa prisão de ventre. Não causa náusea e vômito. Não causa tontura e vertigem. Não causa dor de estômago. Não causa dor de dentes. Não causa dor de garganta. Não causa dor de olhos. Não causa dor de ouvidos. Não causa dor de costas. Não causa dor de pernas. Não causa dor de braços. Não causa dor de mãos. Não causa dor de pés. Não causa dor de dedos. Não causa dor de unhas. Não causa dor de cabelo. Não causa dor de pele. Não causa dor de olhos. Não causa dor de ouvidos. Não causa dor de costas. Não causa dor de pernas. Não causa dor de braços. Não causa dor de mãos. Não causa dor de pés. Não causa dor de dedos. Não causa dor de unhas. Não causa dor de cabelo. Não causa dor de pele.

COMO todos os que professam a nobre arte de ensinar e abusam do esforço cerebral e nervoso, a senhorita Doremiã, sofre de enxaquecas e dores de cabeça com exotigamento nervoso e mal cabeça. Ella, porém, sabe combater também os males physicos. Com dois comprimidos de —

CAPIASPIRINA

fica aliviada e recupera as energias por completo. Eis porque a professora trata sempre em sua bolsinha, um tubo de Capiaspirina. E, em momentos de cansaço, musical, me consagra sempre "em tom" e dentro do "compasso".

Casa Caldeira
PERFUMARIAS

Camisas Pylamas Cozas Camisas mola Corozas Malas

Longos para le des os propro

FABRICA CHAPEUS DE SAI E COMBINHAOS

Os melhores perfumantes de monstro propro

— Casa Caldeira —
 RUA DA GAMA 978

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2413, Conceição — Paciente, Feliano Paulino do Nascimento, Relator desembargador Rodrigues Campos — Negaram provimento.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2538, Ponte Nova — Recorrente, J. Luiz. Recorrido, José Peixoto. Relator desembargador Moreira dos Santos. Revisores desembargadores Rodrigues Campos e Cezar Franco. — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2413, Conceição — Paciente, Feliano Paulino do Nascimento, Relator desembargador Rodrigues Campos — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2538, Ponte Nova — Recorrente, J. Luiz. Recorrido, José Peixoto. Relator desembargador Moreira dos Santos. Revisores desembargadores Rodrigues Campos e Cezar Franco. — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2413, Conceição — Paciente, Feliano Paulino do Nascimento, Relator desembargador Rodrigues Campos — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2538, Ponte Nova — Recorrente, J. Luiz. Recorrido, José Peixoto. Relator desembargador Moreira dos Santos. Revisores desembargadores Rodrigues Campos e Cezar Franco. — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2413, Conceição — Paciente, Feliano Paulino do Nascimento, Relator desembargador Rodrigues Campos — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2538, Ponte Nova — Recorrente, J. Luiz. Recorrido, José Peixoto. Relator desembargador Moreira dos Santos. Revisores desembargadores Rodrigues Campos e Cezar Franco. — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2413, Conceição — Paciente, Feliano Paulino do Nascimento, Relator desembargador Rodrigues Campos — Negaram provimento excessivo.

RECURSOS CRIMINAIS
 Nº 2538, Ponte Nova — Recorrente, J. Luiz. Recorrido, José Peixoto. Relator desembargador Moreira dos Santos. Revisores desembargadores Rodrigues Campos e Cezar Franco. — Negaram provimento excessivo.

Casa Caldeira
PERFUMARIAS

Camisas Pylamas Cozas Camisas mola Corozas Malas

Longos para le des os propro

FABRICA CHAPEUS DE SAI E COMBINHAOS

Os melhores perfumantes de monstro propro

— Casa Caldeira —
 RUA DA GAMA 978

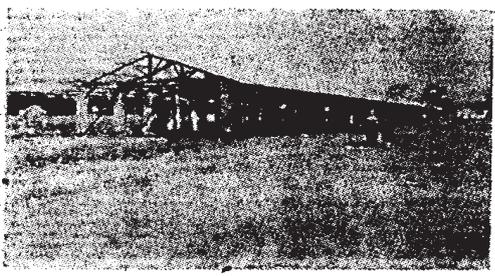
Exposição Pecuaria Mineira

(Continuação da 1ª página)

que são os trabalhos do Congresso dos Criadores de Minas.
 Este relatório, cujo nome é "Relatório final da 1ª Exposição Pecuaria Mineira", contém a descrição de todos os trabalhos realizados, desde a abertura da exposição até o momento em que se realizou a última sessão. O relatório é dividido em duas partes: a primeira trata dos trabalhos realizados durante a exposição e a segunda trata dos trabalhos realizados durante a preparação da exposição.

1. — E' d'convencimento a Exposição Pecuaria Mineira, a ser realizada em Belo Horizonte, em 1911, com o intuito de promover a cultura da pecuária e a melhoria das raças de gado e de aves.
 2. — E' d'convencimento a Exposição Pecuaria Mineira, a ser realizada em Belo Horizonte, em 1911, com o intuito de promover a cultura da pecuária e a melhoria das raças de gado e de aves.

3. — E' d'convencimento a Exposição Pecuaria Mineira, a ser realizada em Belo Horizonte, em 1911, com o intuito de promover a cultura da pecuária e a melhoria das raças de gado e de aves.
 4. — E' d'convencimento a Exposição Pecuaria Mineira, a ser realizada em Belo Horizonte, em 1911, com o intuito de promover a cultura da pecuária e a melhoria das raças de gado e de aves.



Uma vista de baço

Será a maior e a mais completa exposição pecuaria já realizada no Brasil. A exposição será realizada em Belo Horizonte, em 1911, com o intuito de promover a cultura da pecuária e a melhoria das raças de gado e de aves. A exposição será dividida em duas partes: a primeira trata dos trabalhos realizados durante a exposição e a segunda trata dos trabalhos realizados durante a preparação da exposição.

5. — E' d'convencimento a Exposição Pecuaria Mineira, a ser realizada em Belo Horizonte, em 1911, com o intuito de promover a cultura da pecuária e a melhoria das raças de gado e de aves.
 6. — E' d'convencimento a Exposição Pecuaria Mineira, a ser realizada em Belo Horizonte, em 1911, com o intuito de promover a cultura da pecuária e a melhoria das raças de gado e de aves.

7. — E' d'convencimento a Exposição Pecuaria Mineira, a ser realizada em Belo Horizonte, em 1911, com o intuito de promover a cultura da pecuária e a melhoria das raças de gado e de aves.
 8. — E' d'convencimento a Exposição Pecuaria Mineira, a ser realizada em Belo Horizonte, em 1911, com o intuito de promover a cultura da pecuária e a melhoria das raças de gado e de aves.

EPIDEMIA DE TYPHO?

Apenas dois casos confirmados, actualmente AS MEDIDAS DA SAUDE PUBLICA



Hospital Cícero Ferreira

Continuam circulando em Belo Horizonte os rumores de que a epidemia de tifo, que se verificou em 1910, se está a repetir. A Direcção de Saúde Publica, para evitar a propagação da epidemia, tomou as seguintes medidas: 1.º - Aumentar a limpeza das ruas e das casas; 2.º - Evitar a circulação de pessoas doentes; 3.º - Evitar a circulação de alimentos e bebidas contaminados; 4.º - Evitar a circulação de roupas e lençóis contaminados; 5.º - Evitar a circulação de roupas e lençóis contaminados.

6.º - Evitar a circulação de roupas e lençóis contaminados; 7.º - Evitar a circulação de roupas e lençóis contaminados; 8.º - Evitar a circulação de roupas e lençóis contaminados; 9.º - Evitar a circulação de roupas e lençóis contaminados; 10.º - Evitar a circulação de roupas e lençóis contaminados.

Registro de diplomas na Saúde Publica

Responsabilidade de comissões que foram formadas, a fim de verificar a validade dos diplomas emitidos pelas escolas de Saúde Publica. A Direcção de Saúde Publica, para verificar a validade dos diplomas emitidos pelas escolas de Saúde Publica, tomou as seguintes medidas: 1.º - Formar comissões para verificar a validade dos diplomas; 2.º - Formar comissões para verificar a validade dos diplomas; 3.º - Formar comissões para verificar a validade dos diplomas.

4.º - Formar comissões para verificar a validade dos diplomas; 5.º - Formar comissões para verificar a validade dos diplomas; 6.º - Formar comissões para verificar a validade dos diplomas; 7.º - Formar comissões para verificar a validade dos diplomas; 8.º - Formar comissões para verificar a validade dos diplomas; 9.º - Formar comissões para verificar a validade dos diplomas; 10.º - Formar comissões para verificar a validade dos diplomas.



GRANDES OFFICINAS GRAPHICAS

Americano & Cia.

Perfeitamente aparelhadas para todas as qualidades de trabalhos de artes graphicas

IMPRESSOS COMMERCIAES DE TODOS OS TYPOS
Todos os modelos de papeis para valores: Cheques, accções, apolices, bilhetes de tombolas e loterias, debentures, diplomas etc. etc.

Grandes edições de livros, revistas, folhetos, relatorios, estatutos, memoriaes, almanques e qualquer trabalho, em qualquer qualidade

Impressão perfeita de gravuras em trichromia

TRABALHOS EM ALTO RELEVO

Rotulos em cores e todo o material para productos de todas as industrias, para propaganda e para consumo

DESENHOS CLICHES ESTEREOTYPIA

Rua Curityba, 577 a 581 Telephone 192 Bello Horizonte

Rotary Club de Belo Horizonte

Após jantar quinquenal de 23 de fevereiro, secretário da fundação do Club em Chicago, o dr. Juscelino Barbosa pronunciou o seguinte discurso:
"Onde estamos hoje? O 23º aniversário do Rotary..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"É exactamente isso, meus caros amigos, contárei o Rotary com a honra de identificar João Lustrosa da Cunha Paranaíba com João Lustrosa da Cunha Paranaíba..."

Calabra um aniversário é sempre agradável. Mas os laços para as moças casadeiras que costumam estabelecer-se no Rotary para o passado, rememoram os dias felizes, conspurcam o futuro e os sonhos de felicidade, fazem um exame do passado e o futuro — eis o que nos levamos a fazer aqui hoje.
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

João Lustrosa da Cunha Paranaíba
"O Rotary é um clube de homens e mulheres que se unem para o bem, para a paz, para a fraternidade..."

No mundo dos esportes

CAMPOLLO, O NOVO FIRPO

Com a sua fulminante, abobado último, em Buenos Ayres, sobre o grande pugilista Roberto Delitto, Victorio Campollo, o novo arleão argentino, derrotou a Firpo, está no caminho da glória.
"Revancheu-se para os Estados Unidos, onde se batia"...

ESPELHO

Pelo "Volante" chegou, anteriormente, ao Rio, onde pretendia ser por um mês, o grande campeão brasileiro, Manuel de Barros, campeão da Espadagem e dos dois meses do mundo.
"Além disso, em Estados Unidos, onde esteve durante um ano e meio, venceu os campeões mundiais..."

OS PRIMEIROS AS LETRAS E O GENEAL

Uma resolução referente aos prêmios de imprensa foi aprovada recentemente pelo Conselho de Imprensa de Minas, que criou um prêmio de 500 mil réis para o melhor artigo publicado no jornal.
"O prêmio será entregue ao autor do melhor artigo publicado no jornal durante o ano..."

OS GRANDES DO COMMERCE

No dia 6 do corrente inauguraram os trabalhos do Conselho Superior da Liga das Nações, com a presença de vários representantes locais, em busca de informações quanto ao trabalho que se realizará durante o ano.
"O Conselho Superior da Liga das Nações tem como objetivo promover a cooperação entre as nações..."

QUER V' S'?

Uma boa posição...
"Uma vida sem ambição de ser grande é uma vida sem ambição de ser feliz..."

Desastre de bond e automovel

Hontem, ás 12 horas, em frente ao Palácio de Justiça, ocorreu um desastre de automovel que, apesar das circunstâncias que o rodearam, não teve, felizmente, as consequências desastrosas que dele poderiam advir.
"O caso foi o seguinte: atravessava aquela hora a Avenida Afonso Pena, naquele ponto, com destino ao Bar do Ponto e automovel..."

O desastre foi tremendo. O ônibus viajava com o peso de 20 toneladas, em velocidade vertiginosa e subitamente, que virou como uma pedra no ar, para o lado da direita, depois de dar uma volta completa em torno do eixo.
"Alguns autoritários de tanta influência que atirou a janela e a cabeça do motorista..."

IMPRESSÃO DE UM DIA EM PRAGA DE LONDRES

Dezto de duas ou tres semanas atrás, saiu para Londres, em companhia de um amigo, o Sr. J. de M., e aqui se encontrou com o Sr. J. de M., e aqui se encontrou com o Sr. J. de M.
"O Sr. J. de M. é um homem muito interessante e muito interessante..."

OS TRABALHOS DO COMMERCE SUPERIOR DA LIGA DAS NAÇÕES

No dia 6 do corrente inauguraram os trabalhos do Conselho Superior da Liga das Nações, com a presença de vários representantes locais, em busca de informações quanto ao trabalho que se realizará durante o ano.
"O Conselho Superior da Liga das Nações tem como objetivo promover a cooperação entre as nações..."

A importação e exportação paulista em 1927

O valor das mercadorias importadas pelo porto de Santos, durante o ano findo, elevou-se a 1.282.225.000.000, contra 1.003.138.282.000 em 1926, o que revela um aumento de 27,9%.
"Em 1927, o valor das mercadorias importadas pelo porto de Santos, durante o ano findo, elevou-se a 1.282.225.000.000..."

Com o aumento de 1927, representando o valor de 1.282.225.000.000, os maiores valores foram os de algodão em bruto e de café.
"O algodão em bruto teve um valor de 1.282.225.000.000..."

O Fôro

TRIBUNAL DA RELAÇÃO
(Continuação da 7ª página)
"Acordou, preliminarmente, em não fazer o cumprimento do pedido de sua substituição..."

O empréstimo de Minas na Praça de Londres

Desenvolvendo-se nos dias seguintes ao empréstimo de Minas na Praça de Londres, o Sr. J. de M., e aqui se encontrou com o Sr. J. de M.
"O empréstimo de Minas na Praça de Londres, desenvolveu-se nos dias seguintes..."

Os trabalhos do Conselho executivo da Liga das Nações

No dia 6 do corrente inauguraram os trabalhos do Conselho Executivo da Liga das Nações, com a presença de vários representantes locais, em busca de informações quanto ao trabalho que se realizará durante o ano.
"O Conselho Executivo da Liga das Nações tem como objetivo promover a cooperação entre as nações..."

A publicação do 1.º ano do estatuto da Liga das Nações

O Sr. Vianna do Castello, ministro de Justiça, resolveu fixar em duração o número máximo de advogados em 1.º ano da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e São Paulo.
"O Sr. Vianna do Castello, ministro de Justiça, resolveu fixar em duração o número máximo de advogados em 1.º ano da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e São Paulo..."

Jack Dempsey abandona o ring

O pugilista Jack Dempsey, segundo informou despatches de Londres, declarou que jorjaria não pretender voltar mais ao ring, abandonando de vez a carreira de box.
"O pugilista Jack Dempsey, segundo informou despatches de Londres, declarou que jorjaria não pretender voltar mais ao ring..."

NUMERO MAXIMO DOS ALUNOS QUE FREQUENTEM O DEPARTAMENTO DE DIREITO DO RJ E S. PAULO

O Sr. Vianna do Castello, ministro de Justiça, resolveu fixar em duração o número máximo de advogados em 1.º ano da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e São Paulo.
"O Sr. Vianna do Castello, ministro de Justiça, resolveu fixar em duração o número máximo de advogados em 1.º ano da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e São Paulo..."

USINA VORONOFF
Alvê, Canabrava & C.ª
A ECONOMIA É A BASE DA PROSPERIDADE
Por que então não economizar, ali V. S. tem uma fonte econômica na Usina Voronoff?
"O preço remunerado tem a mesma importância de um novo e fica sobre por 60% mais barato..."

Banco da Lavoura de Minas Gerais
Nova sede: - Av. Affonso Penna, 726
TELEPHONE, 674
Tabela de juros que o Banco paga aos depositantes:
Em C/C Movimento, sem limite, com talão de cheques 40% a. a.)
"Observação importante:
Nos depositos a prazo fixo os «juros são pagos mensalmente»"

A E G
Instalações hydro-electricas para fazendas, villas, cidades etc.
Geradores de força e luz para qualquer capacidade
A E G Cia. Sul Americana de Electricidade
Caixa Postal 133 end. tel. Equatorial
RUA RIO DE JANEIRO, 441
BELLO HORIZONTE

A EQUITATIVA

DOS

Estados Unidos do Brasil

que sempre timbrou pela pontualidade dos pagamentos de seus peculios

REALIZA MAIS TRES PAGAMENTOS

Tres cartas muito expressivas dirigidas á directoria d' A EQUITATIVA

Rs. - 28:825\$800

Liquidações em vida e liquidações por morte, todas a contento dos beneficiarios

Bello Horizonte, 8 de fevereiro de 1928

A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

em BEO DE JANEIRO

Amigo e sobores

Saudações

Tem a presente por fim levar á Directoria dessa benemerita Sociedade meus agradecimentos pela presteza e optimas condições de liquidação de minha apolice n. 101.447.

Estou convicto de que não fôra o assalado emprego. Com capitães confiados a essa instituição, jamais poderiam ser oferecidas para liquidação de um seguro as condições do meu, ao qual me ofereceram quatro livres escolhas, optando eu pela segunda, isto é, receber a importância correspondente ao valor do contracto vencido, em dinheiro, ou seja importância de 6:288\$200 — que recebi hoje em sua Succursal, nesta cidade.

Autorizando com maior prazer a VV. SS. fazerem desta o uso que lhes convier, consigno aqui, mais uma vez, os meus agradecimentos, com os votos que faço pela constante prosperidade dessa sociedade.

Subcrevo-me, com todo apreço e estima de VV. SS.

Aff. e Car. Obs.

Assignado — José Honorio Mourão

Firma reconhecida pelo tabelião Ferreira de Carvalho

Bello Horizonte, 11 de fevereiro de 1928

Mimos. srs. directores d'A EQUITATIVA

Belo de Janeiro

Amigo e sobores.

Saudações

Recebendo hoje da Succursal deste Estado, a importância de 18:000\$000 — em notas de rês — proveniente do pedágio de igual valor instituído em meu benefício pelo meu saudoso marido Joaquim Carneiro de Amaral, nessa Sociedade, compare-me trazer-lhes os meus agradecimentos pela presteza e boa vontade manifestada por parte de V. V. S. S. na liquidação das apolices n. 117.320\$27 — relativas ao referido seguro, as quaes, no momento, entregue ao seu representante neste Hospital, depois de paga aos nobres como para mim.

Dirigido-lhes copia de minha fôrma e espontanea vontade, autorizo a V. V. S. S. fazerem desta o uso que lhes convier, fazendo votos a bom da continuação da prosperidade e grandessa dessa Sociedade, desejo que o exemplo de providencia de meu preterito marido seja bem comprehendido por todos os sôcios de família que pasçam com solidão no futuro dos seus. Subcrevo-me, com affeto e consideração.

Aff. Obs.

Alves Gomes Carneiro

Sôgo fto. J. Pereira da Silva

Theodoro Labarrere

Reconheço verdadeiras as firmas supra. Dou fé.

Bello Horizonte, 28 de fevereiro de 1928

Em test. F. de verdade

O Tabelião, José Ferreira de Carvalho

Bello Horizonte, 9 de fevereiro de 1928

Mimos. srs. directores d'A EQUITATIVA dos EE. UU. do Brasil. — Rio de Janeiro

Prezados senhores:

Saudações cordiaes

Tendo completado o prazo total e de accumulção da apolice n. 103.776.77 — de meu seguro de vida nessa Sociedade, recebi, em 14 de dezembro proximo passado, a carta de opção para liquidação das mesmas.

Entre as opções que me foram offerecidas, escolhi a segunda, isto é, receber a importância correspondente ao valor do meu seguro, bem como os dividendos accumulados, num total de rs. 12:577\$000, que, nesta data, recebi da sua Succursal em Bello Horizonte.

Aprezino, ao liquidar em vida o meu seguro, apresentar a VV. SS. os meus mais sinceros agradecimentos pela solicitude com que, sem embargo algum, realizou-se o referido pagamento.

Fiquei plenamente satisfeito, porque vejo traduzida nesta e em outras liquidações, a situação cada vez mais sólida e prospera d'A EQUITATIVA, Sociedade que tanto e tantos beneficiarios tem prestado á familia brasileira, ora liquidando as apolices em vida dos seus sôcios, ora levando aos lares o conforto pecuniario, nos momentos adversos.

Agradeço, pois, á Equitativa e dirijo á sua D. D. Directoria a presente carta como prova de merecido apreço, autorizando, ao mesmo tempo, fazerem desta o uso que lhes convier em proveito mesmo dos que desejam, agora e no futuro, tornarem-se seguros dos dessa instituição que honra, sollicitar-se a preferencia nacional.

Reiterando á VV. SS. os meus protestos de consideração e estima, subcrevo-me.

Assignado:

De VV. SS.

Aff. e Car. Obs.

Afonso Pereira

Até 30 de Junho de 1927, montou a 28.083\$280\$170 a somma paga, por A EQUITATIVA por sinistros de suas apolices. O total dos pagamentos, por sinistros, sortidos, resgates e liquidações em vida, elevou-se a rês 90.248:575\$000

A eloquencia das cifras é esmagadora, demonstrando o progresso continuo d' A EQUITATIVA. Comparae hoje o que foi com o que é, e o grau de enorme prosperidade a que attigiu A EQUITATIVA ressaltará immediatamente aos vossos olhos

A EQUITATIVA, Sociedade Nacional de Seguros Sobre a Vida, é administrada com a maior economia garante vantagens inigualaveis aquelles que em boa hora se tornarem seus segurados

Peçam informações á Succursal em Minas
BELLO HORIZONTE - Praça 7 de Setembro, 682 - CAIXA POSTAL, 157

Superintendente, OSCAR NETTO

Vida Social

Nascimentos

Achase em festa o lar do sr. Theophilus Augusto Gervasio, con-ferente da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Juiz de Fora...

Mortos

Marcílio P. Silva, Francisco Ricetti Junior, Francisco Frasco, Horacio Silva, Armando Silveira, Antonio de Almeida e sr. Pedro Machado e exma. familia.

Visitas

Recebemos hontem a visita do sr. José Antonio de Aguiar, filho do sr. Joaquim Monteiro, com o sr. João Hugo Castello Bracco.

Enfermos

Achase enfermo desde antanho, o sr. Hippolyto Nelson Bacchi.

Viajantes

DR. MELLO VIANNA - Seguinte auto-busqueta para o Rio pelo 2º nocturno, do sr. Fernando Mello Vianna, vice-presidente da Republica que teve embarque muito concorrido, notando-se a favor de insumos pageiros e admiradores de S. excia.

Partidos

Está na Capital, hospedado em casa do coronel Arthur Berrido e acompanhado de sua exma. familia, o sr. dr. Antonio Ferraz de Andrade, no Capital Federal.

Partidos

Achase na Capital, de regresso da Europa, onde fora em comissao do Governo para o estudo da organizacao escolar e processo de ensino moderno, o sr. dr. Alberto Alvarez, catolico do Gynasio Mairi.

Partidos

Compapparem a festa: os srs. José Olympio Ferraz e senhora, Oscar Livingston e senhora, Collares Junior e senhora, Salvador Sena e senhora, Leopoldo Peraldo e senhora, Manoel Marcondes e senhora, Cyro Caspary e senhora, e as senhorinhas Celina Ferraz, Lucy Lopes, Maria Carolina Pinheiro, Cellina Nerthas, Aracy Silva, Marie Helena Araujo, Dabita Duarte e outras.

Partidos

O Original Club, a victoriosa sociedade recreativa do Club Belle Horizonte, organizo todos os dias o jogo de bola de campo em seu terreno, sob a direcao de seu presidente, o sr. Manoel Marcondes. A nossa sociedade fica nas proximidades do campo de futebol, dentro em breve, a sociedade bel-horizonteista tem suas caixas de mesario a dispor.

Partidos

DR. MELLO VIANNA - Seguinte auto-busqueta para o Rio pelo 2º nocturno, do sr. Fernando Mello Vianna, vice-presidente da Republica que teve embarque muito concorrido, notando-se a favor de insumos pageiros e admiradores de S. excia.

Partidos

Está na Capital, hospedado em casa do coronel Arthur Berrido e acompanhado de sua exma. familia, o sr. dr. Antonio Ferraz de Andrade, no Capital Federal.

Partidos

Achase na Capital, de regresso da Europa, onde fora em comissao do Governo para o estudo da organizacao escolar e processo de ensino moderno, o sr. dr. Alberto Alvarez, catolico do Gynasio Mairi.

Partidos

Compapparem a festa: os srs. José Olympio Ferraz e senhora, Oscar Livingston e senhora, Collares Junior e senhora, Salvador Sena e senhora, Leopoldo Peraldo e senhora, Manoel Marcondes e senhora, Cyro Caspary e senhora, e as senhorinhas Celina Ferraz, Lucy Lopes, Maria Carolina Pinheiro, Cellina Nerthas, Aracy Silva, Marie Helena Araujo, Dabita Duarte e outras.

Partidos

Achase em festa o lar do sr. Theophilus Augusto Gervasio, con-ferente da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Juiz de Fora...

Partidos

Marcílio P. Silva, Francisco Ricetti Junior, Francisco Frasco, Horacio Silva, Armando Silveira, Antonio de Almeida e sr. Pedro Machado e exma. familia.

Partidos

Recebemos hontem a visita do sr. José Antonio de Aguiar, filho do sr. Joaquim Monteiro, com o sr. João Hugo Castello Bracco.

Partidos

Achase enfermo desde antanho, o sr. Hippolyto Nelson Bacchi.

Partidos

DR. MELLO VIANNA - Seguinte auto-busqueta para o Rio pelo 2º nocturno, do sr. Fernando Mello Vianna, vice-presidente da Republica que teve embarque muito concorrido, notando-se a favor de insumos pageiros e admiradores de S. excia.

Partidos

Está na Capital, hospedado em casa do coronel Arthur Berrido e acompanhado de sua exma. familia, o sr. dr. Antonio Ferraz de Andrade, no Capital Federal.

Partidos

Achase na Capital, de regresso da Europa, onde fora em comissao do Governo para o estudo da organizacao escolar e processo de ensino moderno, o sr. dr. Alberto Alvarez, catolico do Gynasio Mairi.

Partidos

Compapparem a festa: os srs. José Olympio Ferraz e senhora, Oscar Livingston e senhora, Collares Junior e senhora, Salvador Sena e senhora, Leopoldo Peraldo e senhora, Manoel Marcondes e senhora, Cyro Caspary e senhora, e as senhorinhas Celina Ferraz, Lucy Lopes, Maria Carolina Pinheiro, Cellina Nerthas, Aracy Silva, Marie Helena Araujo, Dabita Duarte e outras.

Partidos

O Original Club, a victoriosa sociedade recreativa do Club Belle Horizonte, organizo todos os dias o jogo de bola de campo em seu terreno, sob a direcao de seu presidente, o sr. Manoel Marcondes. A nossa sociedade fica nas proximidades do campo de futebol, dentro em breve, a sociedade bel-horizonteista tem suas caixas de mesario a dispor.

Partidos

DR. MELLO VIANNA - Seguinte auto-busqueta para o Rio pelo 2º nocturno, do sr. Fernando Mello Vianna, vice-presidente da Republica que teve embarque muito concorrido, notando-se a favor de insumos pageiros e admiradores de S. excia.

Partidos

Está na Capital, hospedado em casa do coronel Arthur Berrido e acompanhado de sua exma. familia, o sr. dr. Antonio Ferraz de Andrade, no Capital Federal.

Partidos

Achase na Capital, de regresso da Europa, onde fora em comissao do Governo para o estudo da organizacao escolar e processo de ensino moderno, o sr. dr. Alberto Alvarez, catolico do Gynasio Mairi.

Partidos

Compapparem a festa: os srs. José Olympio Ferraz e senhora, Oscar Livingston e senhora, Collares Junior e senhora, Salvador Sena e senhora, Leopoldo Peraldo e senhora, Manoel Marcondes e senhora, Cyro Caspary e senhora, e as senhorinhas Celina Ferraz, Lucy Lopes, Maria Carolina Pinheiro, Cellina Nerthas, Aracy Silva, Marie Helena Araujo, Dabita Duarte e outras.

Chronica musical

Concertos Symphonics

Dizem as boas linguas que os melancolicos do grupo symphonico, em sua ultima audicao, mostraram-se bastante interessantes...

Concertos Symphonics

Falamos hontem, ás 19 horas da noite, na residencia de seu presidente, o sr. Theophilus Augusto Gervasio...

Concertos Symphonics

Falamos hontem, ás 19 horas da noite, na residencia de seu presidente, o sr. Theophilus Augusto Gervasio...

Concertos Symphonics

Falamos hontem, ás 19 horas da noite, na residencia de seu presidente, o sr. Theophilus Augusto Gervasio...

Concertos Symphonics

Falamos hontem, ás 19 horas da noite, na residencia de seu presidente, o sr. Theophilus Augusto Gervasio...

Concertos Symphonics

Falamos hontem, ás 19 horas da noite, na residencia de seu presidente, o sr. Theophilus Augusto Gervasio...

Concertos Symphonics

Falamos hontem, ás 19 horas da noite, na residencia de seu presidente, o sr. Theophilus Augusto Gervasio...

Concertos Symphonics

Falamos hontem, ás 19 horas da noite, na residencia de seu presidente, o sr. Theophilus Augusto Gervasio...

Concertos Symphonics

Falamos hontem, ás 19 horas da noite, na residencia de seu presidente, o sr. Theophilus Augusto Gervasio...

Concertos Symphonics

Falamos hontem, ás 19 horas da noite, na residencia de seu presidente, o sr. Theophilus Augusto Gervasio...

Concertos Symphonics

Falamos hontem, ás 19 horas da noite, na residencia de seu presidente, o sr. Theophilus Augusto Gervasio...

Concertos Symphonics

Falamos hontem, ás 19 horas da noite, na residencia de seu presidente, o sr. Theophilus Augusto Gervasio...

Concertos Symphonics

Falamos hontem, ás 19 horas da noite, na residencia de seu presidente, o sr. Theophilus Augusto Gervasio...

Cinemas e Theatros

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

UMA ALTA COMEDIA DE LANCES HUMORISTICOS...

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

RAYMOND GRIFITH NO GLORIA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

AMERICA

Reappare hontem no Gloria a obra edificadora de Raymond Griffith, o famoso comico da carola relesente...

Irmãos Moreira & Cia. Madeiros em Santo Hippolito, onde mantem uma Filial, comunicam a esta praça que acabam de montar a "Serraria Santo Antonio"...

PARO ROYAL. A maior e a melhor Casa do Brasil. Aos nossos amigos e clientes do Estado de Minas FAZEMOS VANTAGENS porque os artigos vindos da nossa Casa do Rio são comprados em grosso, são comprados directamente, são vendidos mais barato...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Meus cumprimentos ao Senador Eduardo Azeredo.

Convido o Senador Eduardo Azeredo para presidir a presente sessão.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente desta sessão Senador Eduardo Azeredo, ex-Governador do **Estado de Minas** Gerais, Exmº Sr. Carlos Velloso, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, mineiro que honra Minas Gerais e as montanhas do cenário político, administrativo e judiciário nacional, meu caro Édison Zenóbio da Costa, meu companheiro de banco da nossa juventude que tem quase a idade do **Estado de Minas**. Meu prezado Henrique Hargreaves, representante de S. Exª o Governador do **Estado de Minas** Gerais Senadores de Minas – Eduardo Azeredo, novamente citado, líder deste requerimento entre os Senadores mineiros, ex-Governador do **Estado de Minas** Gerais e filho de Renato Azeredo, Wellington Salgado, bravo lutador neste Senado da República, também mineiro nosso colega –, meu prezado Álvaro Teixeira da Costa, Diretor Executivo do **Estado de Minas**, Srªs e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores:

Ao apresentar o requerimento para que o período de Expediente desta sessão fosse dedicado a homenagear o Jornal **Estado de Minas** pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação, penso que fizemos – os três Senadores mineiros que o subscrevemos – um ato de dever e de justiça.

A pujança desse veículo de comunicação pôde ser constatada no último dia 07 de março, a data em que se completaram os 80 anos. No Palácio das Artes, em Belo Horizonte, duas mil pessoas dos mais diversos segmentos sociais, dos mais variados campos de atividade de todas as regiões do País, reuniram-se para celebrar a vitoriosa instituição.

Mas qual o segredo, senhoras e senhores, de tanto prestígio? Qual a receita para tanto sucesso?

Todos sabemos que o sucesso de um órgão de imprensa é resultado sempre de uma soma de fatores: o dinamismo, a competência, a ousadia e a credibilidade, tanto dos dirigentes, como do corpo funcional são imprescindíveis. E notem que, quando falo em corpo funcional, faço referência não apenas às equipes que atuam em contato direto com a notícia – editores, redatores, repórteres, fotógrafos –, mas também aos setores administrativo, financeiro e comercial, e a outros

setores que estão na retaguarda exercendo atividades igualmente fundamentais.

Pois, bem. Todo esse arcabouço, toda essa infraestrutura, toda essa riqueza de recursos humanos, ao longo dos 80 anos de existência, não tem faltado ao **Estado de Minas**; e, com toda a certeza, é responsável pela maior parte do seu sucesso.

Mas há outro ponto que também me parece essencial.

Desde sua criação, seguramente por conta dos ideais de seus fundadores, o jornal **Estado de Minas** adotou princípios e valores caros à Nação e muito especialmente, caros ao **Estado de Minas** Gerais.

Basta ler a linha de conduta definida no editorial de sua primeira edição. Vou ler aqui um trecho do editorial da primeira edição do **O Estado de Minas**:

“Não teremos ligações nem dependências com os governos, mas encararemos sem prevenções injustas os homens incumbidos da administração. Procuraremos julgar os factos e as pessoas de um ponto de vista elevado, sereno e principalmente justo. Evitaremos exageros de linguagem no louvar e no censurar.

Seremos sóbrios, calmos, firmes, intransigentes, desambiciosos de glórias fáceis e despreocupados de ódios pequeninos.”

Esse é um trecho transcrito do primeiro editorial do jornal **O Estado de Minas**, na sua primeira edição.

Aí está, em poucas linhas, a essência da alma mineira: o sentimento de justiça, o amor pela verdade, a firmeza de propósitos; mas, ao mesmo tempo, o comedimento, a serenidade e o equilíbrio. Foi essa, evidentemente, a mensagem que Pedro Aleixo, Mendes Pimentel, Juscelino Barbosa, Milton Campos e Abílio Machado quiseram passar ao povo de Minas Gerais: faremos um jornal com as feições e o espírito de nossa gente.

E é exatamente esse tipo de jornalismo, um tipo de jornalismo que preza os princípios e os valores do público a que se destina, que o **Estado de Minas** vem praticando há 80 anos.

Mas existe ainda outra marca que também devemos associar ao veículo de comunicação que hoje reverenciamos: a marca do pioneirismo.

Aqui, certamente, vamos detectar a influência de Assis Chateaubriand. O notável homem de comunicação, que nos deixou há 40 anos – completados no último 4 de abril –, e a quem também homenageamos nesta sessão, foi, acima de tudo, um pioneiro. E ao assumir o controle do **Estado de Minas**, em 1929, deve ter impregnado o jornal com sua obsessão pelo

novo, com seu fascínio por tudo aquilo que significasse avanço nos métodos ou na tecnologia.

O resultado, como não poderia deixar de acontecer, é que o jornal **Estado de Minas** tem-se notabilizado por uma série de pioneirismos: primeiro jornal do País a adotar teleimpressoras; primeiro a instituir serviços de assinaturas e anúncios por telefone; primeiro a fazer impressão em cores.

Também foi o primeiro jornal brasileiro a promover acesso à internet e a exibir animações na *home page*; e o primeiro a executar a paginação completa por meio de computador.

A capacidade de inovar, cumpre ainda dizer, não se limitou aos aspectos técnicos.

Conforme lembrou seu Diretor Executivo Álvaro Teixeira da Costa, no evento realizado em Belo Horizonte no último dia 7 de março, o jornal o **Estado de Minas** é pioneiro, também, em programas de responsabilidade social: há 42 anos a Jornada Solidária presta serviços da mais alta relevância à sociedade mineira.

Enfim, seria cansativo elencar, aqui, todas as áreas, todos os campos de atuação em que “o grande jornal dos mineiros” apontou novos caminhos para a imprensa de nosso País.

O que fica claro é que o **Estado de Minas** tem, sim, uma capacidade muito grande de andar à frente. E é nessa capacidade de andar à frente, combinada com a qualidade dos recursos humanos e com o respeito aos valores e sentimentos do povo mineiro que vamos encontrar as explicações para o sucesso obtido.

Falo outra vez em sucesso e lembro que tal palavra, quando associada a um veículo de comunicação não tem a ver unicamente com grandes furos de reportagem, ou memoráveis séries de artigos. Tais eventos, é lógico, têm o seu grau de importância, e surgem com freqüência no **Estado de Minas**.

Mas só se pode dizer que um veículo de comunicação está de fato consagrado quando ele, simplesmente, já se incorporou à rotina dos cidadãos. E é esse o caso, seguramente, do **Estado de Minas**. Ao tomar o café da manhã, o cidadão tem sobre a mesa um exemplar do jornal. No ônibus, vai lendo as notícias. Chegando ao escritório, busca informações, no *site*, sobre os últimos acontecimentos.

Essa presença cotidiana na vida das pessoas – dos trabalhadores, dos estudantes, dos empresários, daqueles que se dedicam aos afazeres domésticos – é que pode ser considerada, verdadeiramente, um sintoma da aceitação generalizada de um jornal.

Prezadas senhoras, prezados senhores, na festa dos 80 anos, o nosso Governador Aécio Neves disse que o **Estado de Minas** já “*se consagrou como símbolo, intérprete e porta-voz de Minas*”; e disse também

que “*hoje sua voz ecoa além das nossas montanhas*”. Já o Vice-Presidente José Alencar ressaltou que a imprensa brasileira tem no **Estado de Minas** “*uma das maiores expressões do jornalismo sério, responsável, pluralista, a combinação exata da modernidade com a tradição*”. São manifestações com as quais, evidentemente, só posso concordar.

Por isso, nas figuras de seu Diretor-Presidente, Britaldo Soares, de seu Diretor-Geral, Edison Zenóbio, e de seu Diretor-Executivo, Álvaro Teixeira da Costa, quero cumprimentar os 1.400 funcionários que hoje atuam no **Estado de Minas**, e todos aqueles que por lá passaram anteriormente, pelo magnífico trabalho desenvolvido ao longo desses 80 anos.

Um trabalho, indiscutivelmente, voltado para a cidadania e para o desenvolvimento. Um trabalho que honra e dignifica Minas Gerais e o Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Eliseu Resende.

Convido também, para fazer parte da nossa mesa, o Dr. Álvaro Teixeira da Costa, Diretor-Executivo de **O Estado de Minas**. (Palmas.)

Antes de passar ao próximo orador, quero registrar também a presença do Deputado Federal Paulo Piau, da Deputada Federal Jô Moraes, também representante do nosso **Estado de Minas** Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Eduardo Azeredo, subscritor do requerimento e Presidente do Senado neste momento; Exmº Sr. Senador Eliseu Resende, também subscritor do requerimento; Exmº Sr. Edison Zenóbio, Diretor Geral de **Estado de Minas**; Exmº Sr. Carlos Velloso, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Exmº Sr. Henrique Eduardo Hargreaves, representante do Governo de Minas Gerais no Distrito Federal, meu ilustre amigo; Exmº Sr. Álvaro Augusto Teixeira da Costa, Diretor-Executivo do jornal **Estado de Minas**; Srªs e Srs. Senadores e Deputados, Srs. convidados, Minas Gerais são muitas. Quem conhece o nosso Estado sabe que cada região expressa um pouco de nosso País. Em Minas, seja na grande metrópole de Belo Horizonte, seja nas hospitaleiras cidades do interior, como a região do Triângulo Mineiro, está um pedacinho da alma brasileira

E é nesse contexto de pluralidades, de receptividade, de poesia e prosa, que nasceu o jornal **Estado de Minas**. Quando Belo Horizonte contava com apenas 31 anos de idade, o jornal já noticiava e retratava a energia da jovem cidade. Apesar das distâncias que

separavam Minas do resto do País, Belo Horizonte era o sonho da capital planejada como o meio de transformar em realidade os sonhos mineiros de modernidade.

O **Estado**, fundado em 7 de março de 1928, era parte desse espírito da alma de cada mineiro: o sonho de que a realização dos ideais era não apenas possível, como estava bem perto da gente.

Não foi à toa que o jornal ficou conhecido como “o grande jornal dos mineiros” – o jornal que, ao mesmo tempo, espelhava o presente, mas seria também um farol para o futuro. Ousaria dizer mais, o *Estado* tem sido nesses oitenta anos “jornal de todos os mineiros”.

Em sua primeira capa, em sua proclamação de princípios, o **Estado de Minas** anunciava o propósito de ser o defensor legítimo dos trabalhadores, dos que labutam e produzem – a lavoura, a indústria e o comércio. Se isso era verdade naqueles tempos distantes, continua a ser hoje. O **Estado** é a voz legítima dos anseios e do trabalho do povo mineiro. Todos aqueles que sonham com Minas Gerais como um pólo de desenvolvimento tiveram o jornal como aliado fiel.

O **Estado**, sempre à frente dos principais debates, serviu sempre como um importante foro de idéias, de discussões e de importantes embates e debates. Foro democrático, sempre aberto às opiniões divergentes e ao novo, sem perder a reverência e importância que a tradição e a história têm na vida e no desenvolvimento de uma sociedade.

Minas, ao contrário do que muitos imaginam, sempre foi um Estado de vanguarda e de modernidade. Foi ali, nas montanhas de ouro e ferro, que os primeiros clamores pela independência nacional se fizeram ouvir.

No século XX, no grande processo que levou a mudanças profundas em nossa sociedade, Minas desempenhou papel de destaque.

Na década de 40, por exemplo, ao tempo em que Juscelino era prefeito de Belo Horizonte, Minas foi palco das mais ousadas manifestações modernistas vistas em nosso País. JK, como mostraria em sua presidência – a melhor que este País já teve – ansiava pelo futuro e o fazia acontecer.

O jornal **Estado de Minas** não era diferente desses sonhos de Juscelino. Minas Gerais, graças em parte à receptividade do jornal, recebeu, em maio de 1944, aquela que ficou conhecida como a maior exposição de arte moderna já realizada no Brasil. Além de artistas que brilharam, vinte anos antes, na Semana Modernistas, Minas abria as portas para uma nova geração. O jornal escreveu que a mostra era “eloqüente demonstração do espírito progressista da gente mineira”. Poucos anos antes, JK dava início à

construção da Pampulha, obra-marco da entrada do Brasil na modernidade.

O **Estado de Minas** foi, em suas próprias palavras, espelho e farol de Minas. Espelho, ao refletir quem são os mineiros, em toda a sua determinação, vontade e desejo de inovação; e farol, ao olhar para frente como um ponto para o qual poderíamos nos encaminhar, sem perder de vista a história que estava sendo construída por nosso povo.

Eu queria pedir licença, Sr. Presidente, para, neste momento em que estou fazendo esta homenagem ao **Estado de Minas** e ao falar em “espelho e farol”, dizer que tive a oportunidade de receber ontem, em minha casa para um jantar, o Governador de Minas, Aécio Neves. E, quando cito “farol” e “olhar para frente”, não posso deixar de tentar associar Aécio com essa visão de olhar para frente. Independente de partido e independente de qualquer situação, acho que Aécio hoje é um nome moderno e que representa todo o povo mineiro. Por que associo isso ao jornal **Estado de Minas**? Porque não é possível ter-se um grande político em Minas – e citando aqui o Governador Aécio –, sem que o **Estado de Minas**, de alguma maneira, com seus escritores e com todos que escrevem nas suas colunas, tenha criado uma forma de ele ser um grande político mineiro. É por isso que, de alguma maneira, o **Estado de Minas** contribuiu para esse grande político do momento, jovem, representante da minha geração. E, mais vez, quando falo em “farol de iluminar para frente”, vem à minha mente imediatamente a imagem do Governador Aécio. Então, o **Estado de Minas**, com certeza, tem uma grande responsabilidade na formação desse Governador. Deixo até o Senador Azeredo alegre, porque Aécio hoje está no PSDB, mas não esqueça que a genética dele é toda peemedebista.

Assim, ao ser reflexo do presente e farol do futuro, o jornal sempre se pôs, antes de qualquer outra coisa, como um defensor dos mineiros e de Minas Gerais. Tarefa nem sempre fácil ou simples, diante das complexidades da política e da economia de nosso Brasil.

Mas o jornal não foi apenas esse batalhador das coisas de Minas. Foi também um celeiro dos melhores talentos do século XX, não só mineiros, mas talentos de diferentes partes do Brasil, acolhidos nas páginas do nosso jornal. Nomes como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Cecília Meireles, Fernando Sabino, Manuel Bandeira, Gilberto Freyre e aquele que é, muito provavelmente, o principal escritor brasileiro de todos os tempos, o mineiro de Cordisburgo, Guimarães Rosa.

O **Estado de Minas** tem sido ao longo desses oitenta anos um exemplo a ser seguido por outros jornais e periódicos jornalísticos. Foi um defensor de

Minas e do Brasil. Defendeu sempre os mineiros, mas com o objetivo de engrandecer este País.

Parabéns ao **Estado de Minas** pelos seus oitenta anos e obrigado pelos serviços que tem prestado com tanto amor e dedicação ao povo mineiro e à amada terra mineira.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Eu quero aqui também registrar a presença do Jacques Corrêa, vice-presidente de Assuntos Governamentais da Coca Cola.

Dando prosseguimento a nossa sessão, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, representante do Piauí, mas condecorado em Minas Gerais.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Azeredo, que preside esta solenidade; autoridades presentes – e são tantas –, peço permissão para saudar a todos em nome da justiça, que Rui Barbosa simboliza. Minas igualá-se à Bahia e ao Piauí, com Evandro Lins e Silva, e Minas, com nosso Carlos Velloso.

Eu poderia esquecer alguns nomes de tantas lideranças e personalidades importantes, o que seria imperdoável.

Brasileiros e encantadoras brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Minas é de todos nós, é do Brasil. Tudo de Minas. E gostaria de fazer uma observação.

Eduardo Azeredo, V. Ex^a me condecorou com a comenda-maior “**Libertas quae sera tamen**”. Eu tenho 65 anos de idade – eu e Arthur Virgílio, não é, Arthur Virgílio? Eu percorri o meu caminho, preguei minha fé e combati o bom combate. Então, eu tive algumas comendas. Mas tem uma de que eu me orgulho e pensei que não ia ganhá-la – e quero contar aqui –, e ninguém mais vai ganhá-la. Esse jornal é grandioso: 80 anos. Minas é grandiosa. E quero dizer e conceituar a grandeza de Minas para o Brasil. A história nós sabemos. Mas o que eu acho de maior valia é que, quando se fala em Minas, com muito respeito, todos os brasileiros dizem “A tradicional família mineira”. Família, Rui Barbosa está ali, porque ele disse: “Pátria é a família amplificada”. Então, o próprio Deus, quando colocou o seu filho não O desgarrou, deixou-O em uma família.

Então, o respeito que todas as brasileiras e brasileiros têm quando se fala em Minas: a tradicional família mineira. É de respeito, é de amor. Rui sintetizou: “A Pátria é a família amplificada.”

Há 105 anos, nasceu o maior dos brasileiros, Juscelino Kubitschek de Oliveira. E eu, quando cheguei

nesta Casa, ele completava 100 anos, um centenário. O Memorial JK concedeu algumas comendas. Duas seriam dadas a este Congresso. Eu aprendi com Juscelino: seja otimista. É melhor ser otimista. Um otimista pode errar; o pessimista já nasce errado e continua errado. Eu sou otimista, sou cirurgião, realista, como ele. Fui médico como ele, cirurgião de Santa Casa, passagem pelo Exército, prefeitinho, governador, eles tiraram-no daqui, cassaram, também sofreu esses revezes, mas queria dizer que não pensava em ganhar. Alguém disse que eu estava sendo observado. Aí, eu raciocinei: Paulo Octávio, brilhante e extraordinário Senador, hoje vice-governador, perspectiva invejável, casado com a encantadora neta de Juscelino. Está vendo, Arthur Virgílio, você não estava nessa corrida, porque aí a gente ia correr, como nós temos outras disputas.

Aí o Paulo Octávio me estimulava: “Você está sendo analisado para ganhar a segunda”. Mas Antonio Carlos Magalhães é uma história, uma lenda da Bahia, tinha convivido com ele. E é até bom eu contar isso, porque pouca gente sabe, porque eu mesmo não acreditava que eu ia ganhar de Antonio Carlos Magalhães. Vamos ser justos: Piauí, Bahia. Professor Cristovam, faltando 48 horas, se apresentaram no meu gabinete. Eu fiquei surpreso. Não deu nem tempo para fazer o **marketing**. Eu não acreditava que ia ganhar. E eu ganhei. O general, amigo de Juscelino, que dirige o Memorial extrapolou e disse que o critério foi o Senador que mais citou Juscelino Kubitschek. E havia sido eu. E ganhamos. Eu abdicou de tudo, Wellington Salgado, mas dessa eu jamais vou abdicar.

Todo mundo sabe muitas histórias de Juscelino, mas eu vou contar uma que está ligada a Minas. Um homem é a genética e o meio ambiente. Quando começou a sua carreira política, ele estava com 25 anos, foi quando surgiu o **Estado de Minas**.

Quer dizer, foi o **Estado de Minas** que projetou aquela grandeza. São fatos. Sei que todo mundo tem muitos.

Eu Governava o Piauí e fui fazer um convênio com a Universidade de Coimbra, universidade que mais cresceu. Levaram-nos até Óbidos, uma cidade próximo de Lisboa. Aquela cantiga da mulher, a Adalgisinha foi comprar... E eu fiquei ali. Velloso, eu sou parecido com o Luiz Inácio, eu gosto de tomar uma. Eu digo: eu vou tomar uma ginja. Vocês já foram a Portugal? Aquele licor de cereja nativa. Entrei num sobradinho. Atentai bem para esse fato. Olha, quando entrei e vi duas cartas de Juscelino Kubitschek. Eu as li, um nome diferente. Olha, eu tinha entrado num boteco e tomado umas, mas nunca me lembrei de agradecer. Então, ele, naquele ostracismo que lhe impuseram, no período em que esteve em Portugal, ele ia até Óbidos

tomar um Scotch. As duas cartas, as coisas mais lindas que eu vi, uma agradecendo ao dono do bar aqueles instantes que ele tinha tomado o Scotch, a outra era cumprimentando a família do dono do bar, a mulher e os filhos. Eu olhei e disse: você tem o documento mais importante do Brasil. Esse homem é o maior fruto do País, unânime em 500 anos. Coloque um retrato desse homem na porta, que todo brasileiro vai se curvar. Estão ali as cartas de Juscelino. Mas o bar não era mais do dono. Tinha passado para outro.

Para vocês verem aquela personalidade... Carta agradecendo... Eu queria ser breve, dizer da grandeza desse **Estado de Minas**. Essa grandeza política toda fez nascer Juscelino. Juscelino começou com seus 25 anos aqui, quer dizer, o jornal divulgou, desbravou aquele que foi diferente de todos nós.

Estou muito à vontade aqui porque sou do Piauí e sei interpretar o valor de um jornal. Eu entendo que, se tivéssemos uma olimpíada aqui, está ali o Adelmir Santana, – aquele negócio que vai ter na China, confusão doida com a tocha – eu ficaria em dúvida. Eu sei que iam para o pódio Minas e o Piauí, mas, se a medalha de ouro ia para Minas ou para o Piauí, estou em dúvida.

Professor Cristovam, aprenda. Entendo bem a valia disso. Sou do Piauí. E temos muita afinidade. Teresina foi a primeira capital planejada, por um baiano, 158 anos. Vocês têm pouco mais de 100, Belo Horizonte, né? Goiânia, Brasília, 48, e Palmas.

Então, lá havia o jornal **A Ordem**. E o jornalista David Caldas mudou o nome do jornal para *Oitenta e Nove*. Wellington Salgado, parece que é nome de cachaça, não é? Mas não é não! Colocou o nome do jornal **Oitenta e Nove** para despertar o Brasil para que acontecesse o governo do povo, pelo povo e para o povo. Há cem anos, já tinham gritado: liberdade, igualdade e fraternidade! E aqui não.

Então, lá foi o primeiro jornalista. *Oitenta e Nove*. Dezessete anos antes, para espalhar a nossa grandeza. Dezessete anos antes, em 15 de novembro de 1889. Então, isso nos dá o espírito.

Todos nós sabemos da grandeza de Minas. Aquelas que se insurgiram contra os impostos; contra a derama. E os portugueses eram até bons. A tal de derama... A Globo fez a novela *O Quinto dos Infernos*. O imposto era um quinto. Era 20%, Wellington Salgado! Cinco quilos de ouro? Um era para Portugal. Cinco bois? Um era para Portugal. Cinco bodes do Piauí? Um era para Portugal. Agora é 40%! E não se devolve no essencial: a segurança, a educação – está aí o Cristovam – e a saúde. Está aí, não é? Oswaldo Cruz, há cem anos, ganhava de um mosquitinho. Hoje, nós estamos perdendo feio.

Mas, então é isso! Vocês fizeram, ensaiaram a Independência. Nós piauienses fizemos uma batalha sangrenta para colocar os portugueses para fora em 13 de março de 1823. Nós vingamos mesmo o Tiradentes. Nós é que fizemos uma batalha sangrenta. Depois os baianos fizeram, mas foi em julho – julho é depois de março, não é? Então, nós temos essa grandeza.

E o jornal **Estado de Minas** é como Minas – grandiosa, com as montanhas –, já nasceu grande. Eu nunca vi um jornal tão grande. É como Minas Gerais: já nasceu com ouro, famílias, mulheres. É o maior jornal, e eu vi logo que vocês são da grandeza. E nós queríamos, então, neste instante, dizer desse intercâmbio e dessa grandeza histórica política.

Interessante lembrar aquele fato, quando Getúlio Vargas começou, de 30 a 45. Ele ia para a reunião – os mineiros são grandes –, aí ele dizia: “Presidente Getúlio Vargas”. Aí o “mineirão” Olegário Maciel: “Presidente de Minas”. Aí o povo não entendia. Presidente do Brasil, Getúlio Vargas; Presidente de Minas, Olegário Maciel. Ele não abria, o Olegário Maciel, um mineiro que mostrava essa maneira de se postar. Aí, vem o Benedito Valadares, vem o nosso Juscelino...

E nós estamos aqui para comemorar. Um jornal vale pela verdade que diz.

Então, quando o Senado da República, quando os Senadores que representam os Estados homenageiam esse jornal, é porque ele atingiu o essencial, ele buscou e transmitiu a verdade. E agradecido pelas conquistas, pelo exemplo dos filhos políticos, que sintetizamos em Juscelino, mas todos brilhantes; os Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Eliseu Resende, jovem, brilhante, e o nosso Wellington Salgado representam essa grandeza.

Quis ontem, Deus permitiu, adentrasse aqui o Governador de Minas, abraçado por todos, como se todos nós abraçássemos a história de Minas.

Mas a nossa identidade, senão vocês vão ganhar a medalha de ouro, é do Piauí, que vai ganhar. O Piauí, nesse intercâmbio de respeito, mandou o seu melhor filho para governar Minas Gerais. E eu quero render essa homenagem ao nosso piauiense Francelino Pereira, que representou essa identidade de bravura, de civismo e de amor à Pátria, que Minas e o Piauí deram de exemplo ao Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Cito também a presença do Sr. Robson Rocha, Presidente do Banco Popular do Brasil, e do ex-Deputado Federal Carlos Murilo Felício dos Santos, primo de JK, tão bem referido aqui pelo nosso colega Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidadas e convidados do Congresso Nacional, do Senado Federal, para esta homenagem justa a este grande jornal brasileiro, que é muito mais do que um jornal regional, um jornal de coturno efetivamente nacional, que é **Estado de Minas**.

Cumprimento V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, que, mineiro como ninguém, ensinou-me a comer salada. Eu sempre achei que o prato quente vinha depois, ele me disse: “Mas assim esfria”. Então, mineiro come primeiro o prato quente, porque a salada mantém a temperatura de sempre. Eu aprendi e dali para frente incorporei esse hábito que me foi passado pelo meu querido amigo e companheiro de Partido, Senador Eduardo Azeredo.

Cumprimento o Ministro Eliseu Resende, figura queridíssima e respeitadíssima nesta Casa; Senador Wellington Salgado, figura de nome, cordialidade e fraternidade com todos nós; Dr. Édison Zenóbio, Diretor Geral do jornal **Estado de Minas**; Ministro Henrique Hargreaves, figura tão estimada em todos os tempos do Congresso Nacional; meu prezado amigo Álvaro Augusto Teixeira da Costa, Diretor Executivo do jornal **Estado de Minas**, que vem representando esse grupo tão democrático e fazendo um trabalho muito bonito também à frente do jornal **Correio Braziliense**, que demonstra o vigor das suas reportagens e o vigor da sua convicção, muitas vezes nadando contra determinadas correntes que precisam ser enfrentadas em nome da boa verdade jornalística. E deixei para o final esta figura que representa tanto para as letras jurídicas do País, figura que faz muita falta ao Supremo Tribunal Federal, que é estimada por todos os que o conhecem e respeitada por todos os que o conhecem e pelos que não o conhecem, o Ministro Carlos Mário Velloso.

Eu gostaria de aproveitar, precisamente, o ano I e a edição nº 1 do jornal **Estado de Minas**. O Senador Mão Santa disse muito bem: o jornal nasceu grande no tamanho e fadado a ser grande no seu conceito.

Anotei, Sr. Presidente, algumas passagens muito interessantes do jornal. Por exemplo, eu pensava no que é a vida, e o jornal registra a vida, sobretudo: ele registra a vida, registra o que se faz de errado, o que se faz de certo na vida pública, registra o esporte, registra o sofrimento, a dor, a brutalidade da condição humana, que, muitas vezes, leva alguém a cometer assassinatos inexplicáveis como esse da menininha paulista, em que, por mais que se tente encontrar um fio de lógica, seja quem tenha sido o monstro a praticar esse gesto, por mais que se busque encontrar um fio de lógica, não se o encontra, não se o acha, porque

é algo acima da lógica, acima da compreensão dos seres humanos de efetiva sensibilidade.

O jornal registra tudo. E aqui eu vejo uma notícia interessante da coluna *Vida Social*:

“Acha-se em festas o lar do sr. Theophilo Augusto Germano, conferente da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Juiz de Fora, e de sua exma. esposa sra. d. Alice Gomes Germano, com o nascimento de um interessante menino que na pia baptismal irá receber o nome de Antonio”.

Ou seja, Antonio – espero que esteja vivo – completou ou completaria agora 80 anos de idade. Fico me pondo a questionar a vida que ele levou, os acertos, os equívocos que possa ter praticado, as emoções que viveu e que espero continue a viver, meu prezado Jacques Corrêa.

E ainda tem duas notícias que são preciosas. Tem outra bem da vida corriqueira das Minas Gerais daquela época:

“Acha-se contractado o enlace matrimonial da senhorinha Lygia Monteiro, filha do Sr. Joaquim Ferreira Monteiro, com o sr. João Braga Castello Branco”.

Eu pensava ali: quantos filhos? Deu certo o casamento? Hoje em dia, está mais difícil de dar tão certo, mas naquela época costumava dar, até por questionamentos menores que ambos os contratantes do enlace faziam um ao outro.

Eu fico me pondo a pensar sobre essa comédia da vida, sobre essa tragédia que a vida é, às vezes, também. E tem duas notícias que são preciosas. Eu vou guardar este jornal com muito carinho.

Aqui tem “Viajantes”. Como não era tão fácil se viajar àquela altura, então a viagem de um homem público importante, meu prezado Gontijo, era algo que levava os correligionários à gare, à estação, e, mais tarde, ao aeroporto.

Lamento que, hoje em dia, não se tenha ainda... O Brasil, de certa forma, andou para trás em alguns aspectos, porque, se o jornal evoluiu, estamos sem o trem para nos levar a Minas, como de Minas para o Rio de Janeiro foi o Vice-Presidente da República da época, Fernando Mello Vianna, Vice-Presidente da República de Washington Luiz, que tinha sido também, se não me engano, Presidente da Província das Minas Gerais.

Aqui diz:

“Dr. Mello Vianna – Seguiu ante-hontem para o Rio, pelo 2º nocturno,...” [À época, havia dois trens; hoje, não há nenhum. Mas vamos registrar que são dois trens! Bom, estou

dizendo dois trens, no mínimo, porque, se ele pegou o segundo “nocturno”, poderia haver um terceiro ou um quarto. Então, continuando,] “...o dr. Fernando Mello Vianna, vice-presidente da Republica que teve embarque muito concorrido, notando-se na ‘gare’ inumeros politicos e admiradores de S.Ex^a.

Fui colega de Instituto Rio Branco de um neto já falecido de Mello Vianna, Victor Manso de Mello Vianna, uma figura muito querida que nos deixou tão cedo, algo, enfim, que a minha turma, que era tão pequena no Rio Branco, não perdoa até hoje: termos perdido o convívio do Victor. Mas aí que vem a notícia mais fundamental, que é realmente de se notar. Meu prezado Alvaro:

“Está em festas o lar do nosso confrade...” [vou dizer o nome depois, porque realmente é um nome que vai causar uma saudade e admiração enorme em todos] “Está em festas o lar do nosso confrade [fulano de tal], redactor do ‘Diário de Minas’, e de sua exma. esposa d. Dolores Andrade, com o nascimento de uma linda menina que na pia baptismal receberá o nome de Maria Andrade”.

Esse confrade é simplesmente – estava na fundação de **O Estado de Minas** – um cidadão que escrevia direitinho, que tinha um certo talento, uma figura de um certo reconhecimento, chamado apenas Carlos Drummond de Andrade. Ele está aqui. Vou guardar com muito carinho este jornal, porque faz parte da história do País, e vou lê-lo com muito calma. Não é sempre que temos calma, mas faço questão de ler este jornal com muita atenção.

Fico feliz porque este anúncio enorme aqui deve ter dado um dinheirão para o jornal àquela altura.

Eu gostaria de registrar Minas do ponto de vista do que representa, pelo seu peso simbólico, para o País.

Ainda há pouco, Presidente Eduardo Azeredo, Senador Wellington Salgado e meu prezado Ministro Eliseu Resende, falava-se aqui, pela voz do Senador Wellington, da trajetória brilhante do Governador das Minas Gerais, meu prezado amigo e companheiro de Partido Aécio Neves. E se falava muito em genética. Dois oradores falaram em genética. E quando se associa Aécio sempre a Tancredo Neves – e isso é muito –, está se olvidando o outro lado da sua genética política tão favorável. Ele é neto de Tristão da Cunha, que foi um dos grandes Deputados da “banda de música” da UDN, União Democrática Nacional, filho de Aécio Cunha, de quem cheguei a ser colega no meu primeiro mandato, quando Aécio estava já veterano em um dos seus mandatos inúmeros e profícuos em favor do seu Estado, e neto de Tancredo Neves. Ou seja, é uma res-

ponsabilidade muito grande, da qual vai se incumbindo muito bem o jovem Governador desse Estado.

Mas penso em Minas e me lembro da sagacidade e da honradez de José Maria Alckmin. Lembro-me da coragem de fazer de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Brasília ficou pronta no prazo marcado, na data aprazada, precisamente porque havia alguém de uma determinação inacreditável à frente do País. Alguém que marcou, contra a precária navegação aérea da época, marcou uma data e a cumpriu, contra tudo e contra todos.

Carlos Lacerda, no seu brilhantismo, muitas vezes destrutivo, mas brilhante como jamais vi nenhum Parlamentar o ser, dizia que Brasília não ficaria pronta. Depois, teve que se conformar em criticar a Capital, mas não pôde sustentar que Brasília não ficaria pronta, até por que não se pode negar uma evidência de concreto recheada de sentimentos humanos dos pioneiros que para cá acorreram.

E mais. Podemos falar de mineiros ilustres como Oscar Corrêa, que foi do Supremo Tribunal Federal e da UDN, que era antípoda do PSD de Juscelino Kubitschek. Venho de uma família de trabalhistas, mas os dois homens públicos que vi exercerem sua coerência com mais clareza eram da UDN: Mário Martins, Deputado pelo Espírito Santo, UDN do Espírito Santo, e Oscar Corrêa, UDN de Minas Gerais.

Oscar Corrêa, no final do seu mandato, discrepa do seu Partido numa questão de fundo. Ele, então, entrega o mandato e diz: olha, não consigo exercer o mandato porque entendo que o mandato pertence ao Partido.

Mário Martins foi até além. Mário Martins discrepou no início do mandato... Aliás, Oscar Corrêa cumpriu o mandato até o final e não se candidatou nunca mais a nada. Mário Martins entregou seu mandato no início, por discrepar de uma questão de fundo da UDN. Ambos foram muito adulados pela direção do Partido: “Não tem por que fazerem isso. Não tem por que agirem assim. Nós não estamos pedindo que vocês façam isso”. Mas a consciência de ambos pesava mais do que aqueles apelos tão ilustres. Cito Mário Martins porque é um exemplo de enorme clareza para quem tem o sentimento republicano. Mas Oscar Correa é isso.

Eu me dou por invejoso quando vejo uma luta política se travando, em Minas – e eu me lembro do meu Estado e de outros Estados –, entre Pedro Aleixo e Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando se tinha uma eleição em que o adversário de Juscelino Kubitschek para o Governo de Minas era nada mais, nada menos que Milton Campos. Era quase que um luxo literal. Era de se fazer um requerimento, em nome dos outros Estados, pedindo certa distribuição dessa renda intelectual e dessa renda moral. Seria algo as-

sim tipo “fica com fulano e me manda beltrano”. Mas por que essa coisa tão exageradamente privilegiadora de Minas que fazia Juscelino derrotar Milton Campos? Milton Campos podia ter nascido em outro Estado e ambos teriam vencido, cada um em seu Estado. Por que aquela ganância de talentos? Minas é, de fato, privilegiado sob esse aspecto.

Eu gostaria, ainda, de ressaltar uma figura que considero extremamente marcante para Minas Gerais. Já falei da importância de Juscelino, pelo que fez pelo Brasil, e agora me refiro a Tancredo Neves.

Tancredo Neves deu todas as provas de firmeza sem que se pudesse dizer o menor senão da sua coerência, do seu compromisso libertário e da sua firmeza de homem público e de homem, pessoa física.

Vamos a Tancredo Neves.

Vereador em São João del Rei – evidentemente, adversário da ditadura varguista do Estado Novo –, teve seu mandato cassado, como foram cassados todos os mandatos por uma ditadura que não poupou mandato qualquer. Depois, exerceu suas atividades advocatícias, ele que era promotor público. E Tancredo chega, em determinado momento, ao Congresso Nacional.

Em alguma hora difícil para Getúlio Vargas, ocorreu a liderança do PSD, porque era muito fácil entregar determinada matéria grave que poderia queimar um Parlamentar, mas, ao mesmo tempo, o Partido demonstraria por aí lealdade ao Presidente Vargas, entregar isso a Tancredo Neves, que era um iniciante. Ele se saiu tão bem que virou Ministro da Justiça de Getúlio e foi o homem que, sem ter sido inspirador de nenhuma carta de suicídio, foi, sem dúvida, o inspirador de uma carta de renúncia que lhe rendeu uma caneta com a qual ele assinou, presenteada que foi por Getúlio, todos os atos importantes de sua vida.

Depois, vem a tentativa do golpe em Juscelino, e Tancredo, extremamente relevante naquele momento para a sustentação da legalidade constitucional, mostrou, mais uma vez, a que veio na vida pública do País.

Depois disso, nós tivemos a sucessão de Juscelino.

O Marechal Lott foi escolhido pelo PSD e pelo PTB para enfrentar, numa chapa em que o vice-Presidente também era votado – isso foi de extrema gravidade, porque, os dois sendo votados, eram candidaturas que não necessariamente se somavam entre elas... E Jânio Quadros avassalando do outro lado, com toda a sua **performance** populista. Estava óbvio que, se Tancredo tivesse enfrentado essa boa figura que foi Magalhães Pinto, numa eleição sem a interferência do carisma presidencial, do carisma do candidato a Presidente Jânio Quadros, Tancredo não perderia a eleição.

Por outro lado, a determinação dele de ficar fiel a Lott se chocava com o fato de que poucos Governadores dos dois Partidos – do PSD e do PTB – ficaram com Lott. Poucos! A maioria fazia a tal chapa “Jan-Jan”, que era uma forma sempre subalterna e uma forma sub-reptícia de se trair o compromisso eleitoral. Quem ficou com a chapa “Jan-Jan” ganhou a eleição; quem ficou com Lott perdeu a eleição como Tancredo Neves perdeu. Mas cumpriu o seu dever mais uma vez.

Em seguida, ele volta para os seus afazeres – ele havia deixado de ser Deputado Federal –, volta para os seus afazeres particulares, enfim, volta para a sua banca de advocacia, e surge o episódio da posse do Presidente João Goulart. Veto dos militares à posse do Presidente constitucional; Tancredo se insurge contra isso, como contra isso se insurgiu o Congresso Nacional em grande parte, aliás, com a ajuda de Adauto Cardoso, o homem da UDN que conseguiu fazer aquele belo discurso que motivou tantos a saírem do medo e se abrirem para a luz do dia do compromisso com a democracia.

Mas Tancredo, depois, virou um homem de consenso. Fiel a João Goulart, confiável ao *establishment* brasileiro, porque um homem sensato, um homem de enorme capacidade, de enorme respeitabilidade, vira Primeiro-Ministro. E Tancredo, Primeiro-Ministro, leal como sempre, trabalha para que se reimplante o presidencialismo, até porque ele sabia que era prematuro se trabalhar a continuidade de um sistema para o qual o Brasil não estava preparado.

O Brasil não estava e ainda está vivendo, infelizmente, hoje ainda, o momento do chefe. O Brasil, infelizmente, por largas parcelas de sua população, ainda gosta muito da figura do chefe, daquela estória do “deixa comigo”, “deixa que eu chuto”, “deixa que eu faço”, “deixa que eu aconteço”. A sociedade não está ainda completamente madura para dizer: “Não. No parlamentarismo, eu faço também. Eu, cidadão, também faço. Não tem ninguém que faça tudo por mim. Eu também faço a minha parte”.

Mas Tancredo Neves foi Primeiro-Ministro leal que cumpriu o seu dever de preparar as bases para o plebiscito que faria o retorno ao presidencialismo. Candidata-se a Deputado Federal, vira Líder do Governo João Goulart no Senado. E, como Líder do Governo Goulart no Senado, ele foi com João Goulart até o momento em que João Goulart teria de levantar vôo para tentar a resistência ao golpe militar no Rio Grande do Sul.

E foi dele a ordem – não foi outra expressão: foi ordem –, era um simples Deputado, mas deu ordem ao General Nicolau Fico para levantar vôo, para levantar vôo, porque parecia uma certa “operação tartaruga” que possibilitasse a chegada de militares que prenderiam

o Presidente João Goulart. Ele disse ao General Fico para, imediatamente, sem prolegômenos mais, fazer o avião levantar vôo.

E João Goulart foi, voou até o Rio Grande do Sul cercado de alguns caças que ameaçaram, rugiram, mas não morderam, felizmente, para as tradições de benquerença dos brasileiros.

Depois, Tancredo fica contra o regime militar o seu tempo inteiro e se tornou o grande articulador da campanha das Diretas Já, junto com Leonel Brizola e com Franco Montoro, sob a orientação política de Ulysses Guimarães. Não dando certo a campanha das Diretas Já, ela, ainda assim, deixou um saldo de mobilização popular tão fantástico que Tancredo vira o homem síntese dessa mobilização toda e compõe uma chapa habilidossíssima com a Frente Liberal, que rompia com a ditadura, essa indicando José Sarney. E faz-se uma chapa que se tornou imbatível nas ruas, e isso pressionou o Congresso, no Colégio Eleitoral, a dar vitória à chapa liderada por Tancredo.

Logo Tancredo, que infelizmente não pôde completar essa trajetória, representou, ele próprio, talvez o golpe, certamente o golpe mortal que a ditadura, que já cambaleava, merecia receber.

São fatos que nos levam a dizer que Minas é um Estado de fato privilegiado.

Vejo aqui o Ministro Hargreaves e me lembro do Presidente Itamar. O Presidente Itamar, de quem já divergi, Líder do Governo do Presidente Fernando Henrique que fui, Ministro do Presidente Fernando Henrique como já fui, mas alguém de quem gosto profundamente no plano pessoal e alguém que respeito no sentido público; o Presidente Itamar, com sua inflexibilidade moral e ao mesmo com sua coragem pessoal, com sua simplicidade, com sua forma pragmática e sua enorme animalidade política, alguém que tem seu nome inscrito na história como um dos grandes baluartes do processo de estabilidade econômica. Ele começou, ao nomear Fernando Henrique. Fernando Henrique concluiu esse processo numa etapa, com reforma de primeira geração.

E vamos reconhecer: o Presidente Lula não deu para trás nesse compromisso, tanto que temos hoje, de 1994 para cá, 14 anos de estabilidade econômica, o que não é pouco, o que credencia o Brasil a merecer o grau de investimento que já é concedido ao Peru e, inexplicavelmente, não sei por que, ainda o negam a um País que tem revelado tanto esforço ao longo de três Governos já, tanto esforço, para que se obtenha algo que vai nos viabilizar mais recursos, mais investimentos e, portanto, mais empregos, mais estabilidade, mais perspectiva de crescimento sustentado.

Portanto, devo hoje dizer que, se falei do jornal na sua ousadia de 1928 – e falo do jornal, meu prezado Alvaro, meu prezado Dr. Zenóbio, falo do jornal na sua solidez, na sua consolidação de hoje, Presidente Eduardo Azeredo –, devo dizer que acabei não tendo como, neste discurso, deixar de misturar os dois destinos e os dois sentidos, porque percebo que o próprio nome foi muito feliz. É difícil escrever a história destes 80 anos de Minas sem se fazer consulta e referência ao jornal que pega o nome do Estado e inspira tantos jornais brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero cumprimentar duas pessoas e, em nome delas, todos os que aqui estão. Escolhi o Embaixador Flecha de Lima, que teve de sair. Mesmo assim é uma honra imensa tê-lo nesta Casa junto conosco. E também meu colega e amigo Padre Aleixo, pelo respeito, pelo coleguismo que temos de professores da Universidade de Brasília.

A cada um de vocês que aqui está, quero dizer que o que cada pernambucano deseja é ter uma fala mineira, sem perder o sotaque de Pernambuco. Isso raramente se consegue. Ou a gente vira um pernambucano na fala e no sotaque, ou vira um mineiro no sotaque e na fala. O desejo da gente é tentar combinar. E, para isso, a gente tem que aprender com o convívio com mineiros. É nesse sentido que a minha convivência com Eduardo Azeredo é uma escola para mim, desde quando ele era Governador, e eu também. Às vezes, contrariando os nossos partidos, fizemos campanha um para o outro, e perdemos os dois, mas não nos arrependemos de estarmos juntos naquele momento.

Por isso também, aqui em Brasília, durante todo esse período, o nosso respeito e convivência com o Ministro Velloso, que no ensinou muito, às vezes de longe, sem ele saber, às vezes de perto, como professor da UnB também.

Assim também a convivência com o Álvaro, que tem uma presença marcante nesta cidade, por causa do **Correio Braziliense**, deixa-nos tentando adquirir a fala mineira, sem perder o sotaque pernambucano.

Hoje, viemos aqui, cada um de nós, para homenagear um símbolo do Brasil que é o **Estado de Minas**. E o elogiaria por algumas razões: a primeira é a sua maneira de ser, que está nesta primeira página do primeiro jornal. Vejam o jeito mineiro que um pernambucano gostaria de ter ao falar: do lado de lá,

a agricultura; do lado de cá, a indústria; no meio, o editorial. É um editorial que, naquele momento, tinha um simbolismo muito grande, porque era a época da disputa ideológica neste País: se a gente caminhava para a industrialização, se a gente continuava um país agrícola. E embaixo está a pecuária.

Mas, se olhar lá dentro, esse jornal tem uma característica que, para o ano 28, é muito importante. Tem uma seção dirigida aos universitários, pequenininha. É preciso dizer que só tinha seis anos que o Brasil tinha feito sua primeira universidade, que foi a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 22. Em 1928, já tinha uma mensagem aos universitários. E uma mensagem muito interessante, que eu li agora, porque pede aos universitários que não abandonem a alegria de viver, que se dediquem a estudar, sem deixar de exercer essa tarefa tão importante da juventude que é a alegria de viver. Ou seja, é um jornal que, ao nascer, já nasce procurando a convivência entre as posições diferentes que o País tinha.

E o editorial, e foi o Álvaro que me chamou a atenção, realmente, como ele disse ali, é uma obra prima. E o Senador citou um pedaço do editorial aqui, no seu discurso, que vale a pena ser lido. Por isso estamos aqui, esse tempo todo depois, essas décadas todas comemorando.

E eu queria começar, comemorando o profissionalismo, que eu já vi ao visitar, ao conversar com muitos dos profissionais que tem o jornal. É um profissionalismo competente.

Segundo, quero elogiar a independência política que caracteriza o jornal, que a gente observa quando lê, que a gente observa quando sabe as posições que foram tomando.

Quero elogiar também a ousadia nos investimentos que são feitos para modernizar. E, para isso, basta comparar a primeira edição com as atuais, para ver o salto que a gente deu no **Estado de Minas**, graças à ousadia do investimento.

Eu quero comemorar ainda duas coisas, uma que também tem o nosso **Correio Braziliense**, que é o fato de não se acomodar em ser líder. São jornais que têm uma liderança avassaladora que às vezes até nos irrita, porque todos nós gostaríamos de ver as edições com número mais ou menos parecido, para evitar os monopólios. Mas são dois jornais que não se acomodam por serem líderes. Lutam para continuar na qualidade e na vanguarda.

Sem querer desmerecer o homenageado de hoje, que é o **Estado de Minas**, o **Correio Braziliense** é um grande exemplo na ousadia de conquistar leitores, na ousadia de se apresentar a todos os seus leitores.

Finalmente, quero elogiar aquela que é a razão de ser hoje: a longevidade, o tempo de vida. No Brasil,

comemorar 80 anos é muito raro em qualquer instituição. Muito raro. É um país novo. Quanto aos jornais, comemorar 80 anos são poucos. É claro, o campeão disso é o **Diário de Pernambuco**. Mas 80 anos é um longo tempo. E aí, ao mesmo tempo em que falo no **Diário de Pernambuco**, encerro dizendo que estou olhando o futuro: para onde vai o **Estado de Minas**, o jornal. Eu gostaria de vê-lo crescer, mas crescer muito. E queria fazer um desafio. Tem duas maneiras de crescer: tomando leitores dos outros jornais, ou aumentando o número de leitores no País. E eu gostaria que fosse a segunda.

Eu gostaria de ver todos os jornais crescendo; nenhum tomando o leitor do outro, mas aumentando, nós todos, o número de leitores. Para isso, a gente só precisa melhorar a educação no País. Aumentar a educação é aumentar o número de leitores de jornais.

Quando eu vejo jornal distribuindo CDs, enciclopédias, fico perguntando: eles conseguiriam aumentar muito mais se, em vez de distribuir CDs para tomar leitor do outro que não distribui, se juntassem todos eles, como na ANJ, e erradicassem o analfabetismo no Brasil – o que não basta para aumentar a leitura de jornais, porque aumenta o número de leitores, mas, para chegar a jornal, tem que chegar ao segundo grau, tem que ter o hábito de leitura.

Este é um desafio que eu deixo como uma meta: que o **Estado de Minas** se transforme em um Líder internacional por isso.

Nós já tivemos jornais que foram líderes das “Diretas”, jornais que foram líderes da redemocratização, jornais que foram líderes da industrialização. Por que não ter um jornal que seja líder de uma revolução educacional do Brasil de que ele próprio, junto com os outros, vai se beneficiar?

Esse é um desafio que eu deixo aqui com prazo. O prazo para quê? Talvez muitos de nós não estejamos aqui, mas o prazo para que, no centenário, daqui a 20 anos, a gente possa, algum orador aqui – certamente não serei eu – dizer: “O **Estado de Minas** não apenas faz cem anos, mas ajudou a fazer 100% do povo brasileiro alfabetizado”.

Esse é o desafio que deixo no momento em que comemoramos 80 anos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo ainda a palavra ao Senador Adelmir Santana, representante de Brasília.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, autor do requerimento desta homenagem; Senador Eliseu Resende; Senador Wellington Salgado; Sr. Henrique Hargreaves, que aqui representa o Governo de Minas; Exmº Sr. Car-

los Velloso, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal; amigo Álvaro Augusto da Costa, Diretor do Jornal **Estado de Minas** e dirigente, aqui em Brasília, do **Correio Braziliense**; Sr. Édison Zenóbio, Diretor-Geral do **Estado de Minas**, eu me entusiasmei para fazer uso da palavra depois que perguntei ao Senador Cristovam se ele estava inscrito, porque vi aqui uma plêiade de mineiros que me antecederam – Senador Azeredo, Senador Eliseu Resende, Senador Wellington -, e, em seguida, o Senador Mão Santa, que é detentor da *Medalha dos Inconfidentes*, concedida pelo Governador Azeredo.

E aí me entusiasmei. Primeiro que ontem, estando com alguns companheiros de Minas, recebi a incumbência do Presidente da Federação do Comércio de Minas Gerais, Renato Rossi, de que fizesse alguma interferência nesta homenagem. Eu falei: “Renato, eu te prometo, embora não conheça bem a linguagem mineira; não consegui aprender”. Cristovam, apesar do sotaque pernambucano, já tem alguma coisa da linguagem mineira.

Mas, como detentor que fui também da Medalha JK, que me deu muito orgulho, concedida pelo Governador Aécio Neves e por alguns companheiros de Diamantina – há alguns aqui –, pensei: “Vou usar a palavra para fazer vez à homenagem que se faz a uma instituição de 80 anos”. Como bem disse o Cristovam, num país em construção, num país jovem, é difícil instituições comemorem 80 anos.

Também aqui o historiador e comentarista de notícias, o nosso Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, falou das excepcionalidades de Minas, dos homens de Minas. Eu tive a oportunidade de ter um pequeno estágio em Minas: morei em Belo Horizonte dois anos. Para mim, foi uma aprendizagem. Mas a convivência em Brasília com um grande número de mineiros que moram aqui, que construíram essa cidade, mostra o tanto que os mineiros são empreendedores. Há o veio do empreendedor na figura de cada mineiro que está aqui em Brasília.

E foi citado o exemplo, eu diria, do maior empreendedor do País nos últimos anos, ou, evidentemente, o mais festejado, Juscelino Kubitschek, que construiu esta cidade. Apesar das oposições, apesar dos discursos veementes contra a mudança da Capital, ele a construiu em mil dias. Chegamos ao ponto de alguns contestadores falarem tão mal de Brasília, que alguém disse: “Não, mas Brasília tem um bom clima”. E esse contestador disse: “Mude o clima, porque a cidade não é boa. Mude o clima”. Imagine! Como se pudéssemos fazer mudanças em acontecimentos da natureza!

Então, como representante de Brasília e como maranhense, mas vivendo com esses mineiros no Distrito Federal, quero associar-me a essa homenagem

que se faz, em justa hora, ao jornal **Estado de Minas**, que, como todos nós sabemos, está focado nesse processo de mudança, no processo do empreendedorismo mineiro, tendo participado, efetivamente, de toda a história de Minas nesses últimos 80 anos.

Minas Gerais tem por Brasília, certamente, um apreço, apreço esse que todos nós temos também por Minas Gerais. E temos esse elo, que é muito evidente, que é muito claro, entre o **Estado de Minas** e o **Correio Braziliense**.

Louvo, portanto, a ação do Senador Renato Azeredo, ou melhor, Eduardo Azeredo – ele me chamou de Adelmir Drummond, e agora eu o estou chamando de Renato, nome do pai dele –, que, em boa hora, faz essa homenagem merecida a esse veículo que foge das fronteiras de Minas e se envolve e se consagra como um veículo de caráter nacional.

Portanto, aos mineiros que moram no Distrito Federal a nossa homenagem também, associando-nos a esse veículo de grande importância para todos nós aliados ao **Correio Braziliense**.

Parabéns a todos! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana, que me honra muito ao me chamar de Renato Azeredo, lembrando do meu pai. Eu também, ao chamá-lo Adelmir Drummond, estava me lembrando de dois médicos, irmãos, de Minas Gerais, Ademir Drummond e Bolívar Drummond, daí o meu engano.

Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Paulo Duque, do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, eu acho que todos os brasileiros têm alguma coisa de Minas Gerais. Todos. Do Amazonas até o Rio Grande do Sul, ninguém escapa dessa mineirice. Seja por Tiradentes, de quem todos conhecem a história... São tantos episódios mineiros identificados com o Brasil, tantos presidentes da República, tantos líderes carismáticos, que eu enfatizo isso. Todo mundo tem alguma coisa com Minas Gerais, em toda parte.

Confesso que vivi toda a minha meninice na cidade de Rio Preto; não sei se V. Ex^{as} sabem onde é. Rio Preto é uma cidade limítrofe com o Estado do Rio, mais precisamente com a cidade de Valença. Basta atravessar a ponte, e estamos lá no Estado do Rio. Fiz a Primeira Comunhão lá, fui batizado lá, e por isso me sinto muito mineiro, porque minha mãe é de Caratinga, Inhapim, Minas Gerais.

E estamos comemorando, nesta Assembléia, que é o Brasil – isto aqui é o Brasil! –, uma data importantíssima para um jornal. Imaginem os senhores jornalistas

e empresários, representantes do grande Estado, que tivemos no Rio de Janeiro, durante muito tempo, jornais tipo **Diário da Noite**, **O Mundo**, **A Noite**, **O Radical**, **Diário de Notícias**, do Orlando Dantas, o **Correio da Manhã**, do Edmundo Bittencourt, aquele que aceitou um duelo com Pinheiro Machado, aquele mesmo, jornalista bravo. Mas esses jornais todos desapareceram do Rio de Janeiro, não estão mais lá, acabaram. Acabaram! E é isso que não desejo para o **Estado de Minas** Gerais, esse fenômeno que é acabar os jornais importantes, tradicionais. Meu Deus do céu, quem não conheceu o **Correio da Manhã**, de tantas lutas, da Niomar Sodré Bittencourt? Quem não conheceu o **Diário de Notícias**? O jornal **A Noite**, que funcionava lá no edifício da Praça Mauá, no Rio de Janeiro?

Quando vi que o Senado, que representa o Brasil, iria homenagear o **Estado de Minas** – jornal de tantas lutas, tantas tradições, sobretudo durante a Revolução de 30, jornal identificado com Arthur Bernardes, o velho Bernardes que fundou o Partido Republicano, o primeiro partido pelo qual me elegi Deputado pelo Estado da Guanabara –, eu disse: quero saudar os mineiros, quero me congratular com Minas Gerais, um Estado de que todo mundo gosta, que todo mundo frequenta, um Estado que tem tanta riqueza natural; preciso ir lá saudar esse jornal na pessoa de seus representantes que estão aqui hoje, na pessoa do Eduardo Azeredo, meu vizinho. Quando cheguei ao Senado, apresentou-se a mim um jovem que trabalha no gabinete do Senador Azeredo e me disse: “Sou seu parente, sou filho do Henrique Portugal.” Henrique Portugal, que foi Deputado Estadual. É parente, seu amigo.

Eliseu Resende presidiu por muito tempo Furnas. Não foi isso? Cadê o Eliseu Resende? Está aí? Já foi?

Wellington Salgado está desenvolvendo um grande empreendimento educacional nesse Estado, espalhando faculdades, espalhando educação, instrução, cultura no **Estado de Minas** Gerais.

Quanto ao Édison Zenóbio, imagino a dificuldade de que tem de andar atrás de anúncio, de publicidade. Não é brincadeira, não é brincadeira porque apareceu um negócio chamado televisão, que vem aniquilando o jornalismo. Não há aquele que compre um jornal, mas há aquele que sempre adquire um aparelho de televisão, que transmite hoje, entrando nos lares brasileiros, divertimento, deseducação e educação ao mesmo tempo, bons e maus exemplos ao mesmo tempo; essa televisão que temos a honra até de ter uma aqui, que leva o nosso pensamento para toda a parte do Brasil. É um excelente meio de levar o pensamento do legislador aos mais diferentes Estados.

Eu dizia, outro dia, para o Senador Francisco de Assis, que não está presente aqui, é uma pena. Eu dizia que ele, de repente, tornou-se o Senador mais popular do Rio de Janeiro, o mais popular, o Mão Santa – ali está ele –, graças à televisão.

Então, eu calculo, eu afirmo, já estudei isso, tenho meditado que, de fato, é preciso coragem para levar um jornal como este por 80 anos, almejando chegar a mais 80 anos, jornal que participou dos grandes movimentos revolucionários brasileiros, sem dúvida alguma. A Revolução de 30 começou lá com Antonio Carlos, com João Neves, lá no Rio Grande do Sul, com a Paraíba. E sempre o jornal tomando posição. Não é brincadeira isso, não. Não é brincadeira.

Então, estas pessoas estão aqui. Carlos Velloso, também mineiro. De qual é a cidade? Entre Rios de Minas. Henrique Eduardo Hargreaves, que tanto serviço prestou já a este País, no Governo de Itamar Franco. O Sr. Augusto Teixeira da Costa, que é quem leva o jornal nas costas. Deve ser esse. Não é brincadeira, o diretor executivo de um jornal. Várias pessoas estão aqui e merecem o nosso aplauso, merecem a nossa admiração, porque por este Senado têm passado mineiros de muito talento, de muito talento – podem acreditar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite, Senador Paulo Duque?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Olha, deixe-me pensar. Quem está pedindo aparte?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pelo Partido dos Trabalhadores, gostaria de me associar.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Pelo Partido dos Trabalhadores. Acho que vou consultar a Mesa se vou conceder esse aparte, sabia? Vou conceder. O que acha?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Perfeitamente.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Concedo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Sim.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Vou conceder o aparte.

Eduardo Suplicy, vamos lá.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me a honra, em meio ao discurso do Senador pelo Rio de Janeiro, Paulo Duque, de me associar também a esta homenagem ao **Estado de Minas**, cuja primeira edição aqui também tenho em mão, de 7 de março de 1928, cumprimentando seus eminentes diretores, Álvaro Teixeira da Costa e Édison Zenóbio, o Ministro Carlos Mário Velloso, o Ministro Henrique Hargreaves e os Senadores de Minas Gerais Eliseu Resende e Wellington Salgado e o proponente, Senador Eduardo

Azeredo, que preside esta sessão. Transmito os meus cumprimentos ao **Estado de Minas** por ser esse baluarte da liberdade de imprensa, que presta serviços tão extraordinários a um número tão grande de Municípios, porque se sabe que o **Estado de Minas** chega a quase todos os cerca de 800 Municípios do **Estado de Minas**. Logo pela manhã, se pode saber... Permita-me, eu não sou um especialista na história de Minas Gerais, mas houve, com a maior boa vontade, uma observação do Senador Arthur Virgílio, a quem tanto prezo, sobre Juscelino Kubitschek, de que, entre os grandes mineiros da sua história, teria competido com Milton Campos para ser governador. Na verdade, ele sucedeu Milton Campos – que eu saiba, ele competiu com Gabriel Passos –, a não ser que alguém aqui me corrija, sendo de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador, V. Ex^a está correto. Exatamente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Só para que eu faça aqui uma observação, como amigo do Senador Arthur Virgílio, para que, nas notas taquigráficas, também o seu pronunciamento seja colocado com precisão, em homenagem à história dos mineiros. Muito obrigado, Senador Paulo Duque, por esta observação, em nome do Partido dos Trabalhadores, me associando a esse grande jornal mineiro.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Quero dizer à Mesa que os senhores ouviram 20 milhões de votos. É mais ou menos o que tem, consegue nas eleições de São Paulo esse jovem que acaba de me apartear. Ele fala por 20, 10, 15 milhões de votos. Não é brincadeira, não! Eu saúdo esse aparte inteligente, oportuno e, sobretudo, autêntico.

É Minas Gerais falando sobre o **Estado de Minas** como, quem sabe, falaria sobre **O Estado de S. Paulo**, que é outro grande e tradicional jornal, sem falar no **Diário de Pernambuco**, ali do Senador Cristovam Buarque, sem falar nesse que é muito antigo.

A minha cidadezinha, Rio Preto, tem também um jornal pequeno e tal... Mas é aquilo que eu acabei de dizer logo no início: esses jornais todos eram de muita tradição e acabaram. Não resistiram. Os senhores estão resistindo. Eu sei que é difícil concorrer com a televisão, com as novelas, com o jogo de futebol, com essa coisa toda, com escândalo, com escândalo.

Então, o **Estado de Minas**, esse jornal que estamos homenageando hoje, merece toda a minha reverência, minha admiração. Eu me associo a esta homenagem, em nome da Bancada do Rio de Janeiro, se me permite o Senador Francisco Dornelles, mineiro de boa cepa; se me permite o Senador Crivella, também carioca. Mas é a Bancada do Estado do Rio de Janeiro, legitimamente eleita. Em nome deles, eu falo

aos jornalistas, aos criadores, àqueles que agüentam o jornal até hoje, a minha admiração. Eu espero, realmente, que o **Estado de Minas**... Gerente João Silva Júnior, a quem eu rendo também as minhas homenagens, não está mais entre nós; talvez, não sei...

Minas teve Juscelino, Juscelino andou por aqui, por este plenário, andou por aqui, ocupou esta tribuna, aquela tribuna, transferiu do Palácio Tiradentes para cá o Poder Legislativo; transferiu do Palácio Monroe para cá o Senado. Ele discursou aqui, ele fez o último discurso dele aqui – discurso sentido, sofrido; às vezes falava, às vezes lia – quando soube que ia ser cassado. Revolução é revolução, é bom nem discutir. Mas ele andou aqui. E eu invoco, no momento, a presença dele aqui nesta tribuna ou daquela, Juscelino.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a por ter-me permitido saudar esse grande jornal mineiro, ao qual faço votos de que continue forte, pujante, bem mineiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Agradeço ao Senador Paulo Duque, que traz a palavra do Rio de Janeiro.

Antes de encerrar, registro a presença do Deputado Federal José Fernando, do Dr. Orlando Vaz, do Sr. José Áureo de Abreu, Presidente da Associação de Juizes de Paz de Minas e agradeço a todos os senhores que aqui compareceram, as autoridades, senhores e senhoras.

Cumprida a finalidade da sessão, está suspensa a sessão. (Palmas.)

(Suspensa às 16 horas, a sessão é reaberta às 16 horas e 6 minutos)

O Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 71/08/PS-GSE

Brasília, 8 de abril de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.027, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 123/02 na Casa de Origem), o qual “Denomina Ponte Sérgio Ceotto a ponte sobre

o Rio Doce na BR-259, no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei nº 123, de 2002.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 73/08/PS-GSE

Brasília, 8 de abril de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.089, de 1998, da Câmara dos Deputados (PL nº 39/02), que “Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 304/2008**, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 012.600/2000-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à rejeição de Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão nº 1.599/2007, daquele Órgão, pela Construtora Andrade Gutierrez S/A.

A matéria, juntada ao Requerimento nº 662, de 2001, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 416, DE 2008

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência, para representar o Senado Federal na Cerimônia oficial do “Ano do Intercâmbio Japão-Brasil/Centenário da Imigração Japonesa no Brasil”, que será realizada em Tóquio no Japão, no dia 24 de abril de 2008, requeiro, nos termos do art. 40, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 17 a 29 de abril do ano em curso, para desempenhar a mencionada missão.

Por este motivo, comunico, também, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, integrando a Delegação Brasileira no evento supracitado.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – **César Borges**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno; requeremos a criação de um “Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar” pela vida da ex-senadora Ingrid Betancourt. Nesse dia, 23 de abril de 2008, em todos os parlamentos do mundo haveria debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da senadora Bittencourt sejam asseguradas. Requeremos, ainda, que o Presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho, através da Mesa Diretora e de sua assessoria internacional, divulgue de imediato esta decisão junto a todos os parlamentos de todas as nações que compõem a família da humanidade neste início do século XXI.

Sala de Sessões, 10 de abril de 2008.

1. <i>CRISÓSTOMO BUARQUE</i> <i>Mirah A.</i>	2. <i>FÁTIMA CLÉIDE</i> <i>Cláudia</i>
3. <i>PAULO PAIM</i> <i>Paulo Paim</i>	4. <i>SIBA MACHADO</i> <i>Siba Machado</i>
5. <i>ROMÉU TUMA</i> <i>Romeu Tuma</i>	6. <i>MAGNO MALTA</i> <i>Magno Malta</i>
7. <i>GERALDO MESQUITA</i> <i>Geraldo Mesquita</i>	8. <i>PAULO RIBEIRO</i> <i>Paulo Ribeiro</i>
9. <i>VIRGÍNIO DE CARVALHO</i> <i>Virgínio de Carvalho</i>	10. <i>EDUARDO SUPLICY</i> <i>Eduardo Suplicy</i>

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeremos a criação de um “Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar” pela vida da ex-senadora Ingrid Betancourt. Nesse dia, 23 de abril de 2008, em todos os parlamentos do mundo haveria debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da senadora Bittencourt sejam asseguradas. Requeremos, ainda, que o Presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho, através da Mesa Diretora e de sua assessoria internacional, divulgue de imediato esta decisão junto a todos os parlamentos de todas as nações que compõem a família da humanidade neste início do século XXI.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008.

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 419, DE 2008

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do reitor da Unifenas, Edson Antônio Velano, em 29 de março de 2008.

Justificação

O reitor da Unifenas, Edson Antônio Velano, faleceu na madrugada de 29 de março, em São Paulo, aos 64 anos e estava internado, há nove meses, no hospital israelita Albert Einstein.

O empresário fundou a Unifenas em 1972, hoje com unidades em sete cidades mineiras. Edson Velano foi vereador por duas vezes e vice-prefeito de Alfenas. Ele construiu também o Hospital Alzira Velano.

O ilustre alfenense era formado em Pedagogia e Direito e construiu sua história empresarial nas áreas de comunicação e ensino. Além de reitor e fundador

da Unifenas, era diretor do **Jornal dos Lagos**, diretor-geral das rádios Atenas FM e Universidade FM, diretor-geral da Rádio Cultura AM e TV Educativa de Alfenas, fundador e instituidor da Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas.

O interesse do Professor Velano pelos alfenenses foi além, participando sempre ativamente da vida política de Alfenas e auxiliando as administrações municipais na busca de investimentos e melhorias para a cidade. Recentemente, em 2007 atuou junto ao prefeito Pompílio Canavez para realizar a reforma da cadeia pública, obra que está sendo realizada numa parceria entre a prefeitura e o governo do estado.

Deixa a viúva, Sr^a Maria do Rosário Araújo Velano, as filhas Larissa Araújo Velano e Viviane Araújo Velano Cassi e os genros, Fúlvio Cassi e Deyvson Sampaio.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 420, DE 2008

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre a construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre a construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus:

1. Qual o custo da obra de construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus?

2. Do montante acima citado, quanto já foi desembolsado?

3. Qual a previsão inicial para o começo das obras e qual a previsão atual?

4. Qual a justificação para o atraso no início das obras?

5. Quais foram as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União no Projeto Básico da obra de construção do gasoduto?

6. Quais foram as determinações elencadas pelo Tribunal de Contas da União visando a sanar essas irregularidades?

7. As determinações elencadas pelo Tribunal de Contas da União já foram cumpridas?

8. Caso as determinações do Tribunal de Contas da União ainda não tenham sido cumpridas, que providências estão sendo tomadas para evitar que a obra cause algum prejuízo ao erário?

Justificação

O jornal **Diário do Amazonas**, em sua edição de 30 de março do corrente, publicou matéria intitulada “TCU diz que projeto da Cigás é irregular”, mostrando que o Tribunal de Contas da União encontrou diversas irregularidades e falhas graves no projeto básico da obra de construção da malha de dutos que vai distribuir o gás natural em Manaus.

Segundo a matéria, “o ministro relator da auditoria, Benjamin Zymler, determinou que a Companhia de Gás do Amazonas (Cigás), responsável pela obra, faça adequações no projeto, sob pena da continuação da obra implicar em dano aos cofres públicos”.

Ainda segundo a matéria, “a obra de construção do gasoduto da Cigás foi inserida no acompanhamento de deliberações das obras com indícios de irregularidades graves do TCU”.

Assim, o presente requerimento pretende esclarecer quais são as irregularidades encontradas pelo TCU no projeto básico e quais são as providências que estão sendo tomadas para evitar possíveis danos aos cofres públicos.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 421, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, pela realização, dia 10 de abril de 2008, em Brasília, do XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos

Anais do Senado, Voto de Aplauso pela realização, dia 10 de abril de 2008, em Brasília, do XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Associação.

Justificação

Com o Voto de Aplauso que requeiro, o Senado presta merecida homenagem à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ao ensejo da realização em Brasília do XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 422, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao Prefeito de Parintins-AM, Dr. Frank Bi Garcia, e, por seu intermédio, ao povo do município, pela inauguração, no dia 11 de abril de 2008, da Escola Municipal “Charles Garcia”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Prefeito de Parintins-AM, Dr. Frank Bi Garcia, e, por seu intermédio, a toda a população do município, pela inauguração, em 11 de abril de 2008, da Escola Municipal “Charles Garcia”.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito Frank Bi Garcia e por seu intermédio, à população de Parintins.

Justificação

Parintins é município modelar, admirado em todo o Brasil pela expressividade de sua cultura popular tão bem refletida no festival folclórico que ali se realiza anualmente. Mas não é só. Na área educacional, Parintins exhibe posição de vanguarda pelo zelo e a qualidade do ensino oferecido à população em escolas municipais. Seu Prefeito, Frank Bi Garcia, é incansável nesse setor e procura ampliar a rede de escolas, além de dotá-las de inovações, tornando-as modelos em educação. No esforço de sempre melhorar, Bi Garcia entrega à população, neste mês de abril de 2008, uma nova unidade, a Escola Municipal “Charles Garcia”:

Se fosse apenas mais uma escola, independentemente de nível e de instalações e equipamentos, já seria louvável o esforço em favor da educação. A escola, no entanto, vai além: com capacidade para 1.300 alunos, em três turnos, é toda climatizada, dispendo de moderno laboratório de Informática com internet de banda larga. Além do ensino fundamental, 1ª à 9ª séries, manterá cursos noturnos para educação de jo-

vens e adultos. A nova escola leva o nome de Charles Garcia, uma homenagem póstuma a um amazonense falecido prematuramente e que, em vida, foi escritor, jornalista e poeta.

Pela meritória iniciativa, voltada para a área de educação, muito me apraz propor este Voto de Aplauso ao povo de Parintins, por intermédio de seu dinâmico prefeito.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Nos termos do disposto no art. 101, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Jarbas Vasconcelos**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2008

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstaurar a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Os rendimentos definidos nos termos da alínea **a** do § 2º do art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, produzidos por títulos públicos adquiridos a partir da vigência desta Lei, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, ficam sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte.

§ 1º A alíquota de imposto de renda para os casos previstos no **caput** será aquela que tomará o retorno líquido que determinado título público proporciona a um investidor residente ou domiciliado no exterior equivalente ao retomo líquido que o mesmo título público proporcionaria a um investidor residente ou domiciliado no Brasil, exceto no caso previsto no § 6º.

§ 2º O retorno líquido é definido, para efeitos desta Lei, como o quociente do rendimento líquido pago, creditado, entregue ou remetido ao investidor em relação ao montante de recursos utilizados para adquirir o título público.

§ 3º O rendimento líquido pago, creditado, entregue ou remetido a investidor residente ou domiciliado no Brasil é definido, para efeitos desta Lei, como a diferença entre o rendimento produzido pelo título público e o valor pago a título de imposto de renda, conforme as alíquotas estabelecidas no art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

§ 4º O rendimento líquido pago, creditado, entregue ou recebido a residente ou domiciliado no exterior é definido, para efeitos desta Lei, como a diferença entre o rendimento produzido pelo título público e o valor pago a título de imposto de renda, cuja alíquota é definida de forma a satisfazer as condições previstas no § 1º.

§ 5º Para efeitos desta Lei, o montante de recursos utilizados para adquirir o título público pelo investidor domiciliado ou residente no Brasil corresponde ao valor aplicado na compra do título.

§ 6º Para efeitos desta Lei, o montante de recursos utilizados para adquirir o título público pelo investidor domiciliado ou residente no exterior corresponde ao valor aplicado na compra do título acrescido do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) pago na liquidação de operações de câmbio nos termos do art. 15, § 1º, X, do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, com a redação dada pelo Decreto nº 6.391, de 12 de março de 2008.

§ 7º A alíquota do imposto de renda necessária para igualar o retorno líquido recebido por investidor residente ou domiciliado no exterior com o retorno líquido recebido por investidor residente ou domiciliado no Brasil

não poderá ser inferior a zero por cento (0%), de forma que o investidor residente ou domiciliado no exterior poderá receber um retorno líquido menor do que o recebido pelo investidor residente ou domiciliado no Brasil, quando a alíquota de imposto de renda que seria necessária para igualar os respectivos retornos líquidos for negativa.

§ 8º O disposto neste artigo aplica-se também a cotas de fundos de investimento exclusivos para investidores não-residentes, que possuam, no mínimo, cinquenta por cento (50%) de títulos públicos. (NR)

Art. 2º O disposto no art. 1º aplica-se somente para títulos e cotas de fundos de investimentos exclusivos para investidores não-residentes que possuam, no mínimo, noventa e oito por cento (98%) de títulos públicos, adquiridos após a vigência desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 15 de fevereiro de 2006, o Presidente da República editou a Medida Provisória (MP) nº 281, reduzindo a zero as alíquotas do imposto de renda incidente sobre os rendimentos “produzidos por títulos públicos adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento)”. A MP foi aprovada pelo Congresso Nacional e transformada na Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006.

Criou-se, desta maneira, uma forte discriminação em favor dos investidores estrangeiros, porquanto os nacionais estão sujeitos às alíquotas que variam de 22,5% a 15%, para aplicações com prazos de até 180 dias e acima de 720 dias, respectivamente, nos termos do art. 1º da citada Lei nº 11.033, de 2004.

Na Exposição de Motivos que acompanhou a referida MP, o Ministro da Fazenda justificou esse tratamento tributário conferido aos investidores estrangeiros como “equiparável ao praticado pelas principais economias mundiais, sejam elas desenvolvidas ou emergentes”. Aduziu que a possibilidade de aumentar a participação de investidores não residentes na dívida pública federal resultaria em economia na despesa com juros, pois contribuiria para diminuir a percepção de risco associada à dívida e, assim, o prêmio pago pelo Tesouro Nacional. Contribuiria, ademais, para atrair o investidor doméstico a esse mercado.

Não estava prevista, todavia, a persistente valorização cambial que permite aos investidores estrangei-

ros maior poder de compra de moedas fortes, quando do retorno de seus capitais. Como os rendimentos desses investidores em títulos públicos estão isentos do Imposto de Renda, eles se beneficiam duplamente, criando, desse modo, um diferencial injustificável entre o rendimento obtido pelos investidores nacionais e o obtido pelos estrangeiros. Em nosso entendimento, o tratamento desigual termina por afastar o investidor nacional desse mercado, prejudicando o objetivo colimado quando a MP foi editada.

Embora não seja objeto direto deste Projeto, cabe enfatizar que a valorização cambial traz benefícios à economia nacional, dentre os quais a sua contribuição para a estabilização de preços e a redução do custo de dívida externa em moeda local. Todavia, além das distorções apontadas nesta proposição, ela impacta negativamente as transações correntes, estimula a remessa de lucros e dividendos obtidos pelas multinacionais, que convivem com uma política de atração de capitais estrangeiros muitas vezes fundada em mecanismos distorcidos, como o que se pretende corrigir com o presente projeto de lei.

A proposição legislativa que ora oferecemos objetiva corrigir o atual tratamento tributário conferido aos investidores em títulos públicos, eliminando a injustificada discriminação em favor dos investidores estrangeiros. Tivemos, contudo, o cuidado de evitar três distorções.

A primeira é evitar que os investidores estrangeiros tivessem um tratamento pior que os residentes. O Decreto nº 6.391, de 12 de março de 2008, instituiu uma alíquota de 1,5% do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) para operações de câmbio referentes à entrada de recursos no País, realizada por investidor estrangeiro, para aplicação em títulos públicos. Dessa forma, se a alíquota de imposto de renda fosse a mesma, para nacionais e estrangeiros, esses últimos acabariam por suportar uma tributação mais elevada, pois são obrigados, também, a pagar o IOF. Assim, propusemos que a alíquota de imposto de renda paga por estrangeiros seja ajustada de forma a garantir que a rentabilidade final obtida por residentes e não residentes seja a mesma.

A única exceção refere-se ao caso em que, para garantir os mesmos retornos, seria necessária uma alíquota negativa de imposto de renda. Essa situação ocorreria para aplicações de curtíssimo prazo, pois, nesse caso, mesmo que os estrangeiros continuassem isentos de imposto de renda, o IOF de 1,5% seria maior do que os juros auferidos no período. Contudo, devemos reconhecer que, exceto em situações de extrema falta de liquidez, o movimento de capitais

de curtíssimo prazo não traz benefícios para o desenvolvimento do País, pelo contrário, constitui somente em uma sangria desnecessária de recursos públicos. Por isso, permitimos neste projeto de lei que, em tais situações, o retorno auferido por estrangeiros seja inferior ao obtido por nacionais, mantendo o espírito do Decreto nº 6.391, de 2008, qual seja, o desestímulo à entrada de capitais de curto prazo no País.

A segunda preocupação que tivemos foi garantir que a tributação de fundos de investimento exclusivos para investidores não-residentes ficasse sujeita à mesma tributação dos títulos públicos. Do contrário, em vez de comprar títulos públicos diretamente, o investidor estrangeiro poderia adquirir cotas de fundos de investimentos cujo patrimônio fosse constituído, em sua maioria, por títulos públicos.

Por fim, evitamos também que mudanças de regras afetassem decisões anteriormente tomadas, ao propor que o imposto de renda só incidirá sobre os rendimentos de títulos adquiridos após a vigência da lei. Isso dá maior segurança ao investidor internacional e contribui para uma melhor percepção do risco Brasil, colaborando para uma redução dos juros cobrados sobre nossos passivos externos.

Diante do exposto, contamos com a aprovação do presente projeto de lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Renato Casagrande**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.312, DE 27 DE JUNHO DE 2006

Reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.

Art. 1º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos definidos nos termos da alínea a do § 2º do art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, produzidos por títulos públicos adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).

§ 1º O disposto neste artigo:

I – aplica-se exclusivamente às operações realizadas de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

II – aplica-se às cotas de fundos de investimentos exclusivos para investidores não-residentes que possuam no mínimo 98% (noventa e oito por cento) de títulos públicos;

III – não se aplica a títulos adquiridos com compromisso de revenda assumido pelo comprador.

§ 2º Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, referidos no **caput** e no § 1º deste artigo, adquiridos anteriormente a 16 de fevereiro de 2006 continuam tributados na forma da legislação vigente, facultada a opção pelo pagamento antecipado do imposto nos termos do § 3º deste artigo.

§ 3º Até 31 de agosto de 2006, relativamente aos investimentos possuídos em 15 de fevereiro de 2006, fica facultado ao investidor estrangeiro antecipar o pagamento do imposto de renda incidente sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos que seria devido por ocasião do pagamento, crédito, entrega ou remessa a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, ficando os rendimentos auferidos a partir da data do pagamento do imposto sujeitos ao benefício da alíquota zero previsto neste artigo.

§ 4º A base de cálculo do imposto de renda de que trata o § 3º deste artigo será apurada com base em preço de mercado definido pela média aritmética, dos 10 (dez) dias úteis que antecedem o pagamento, das taxas indicativas para cada título público divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA.

LEI Nº 8.981, DE 20 DE JANEIRO DE 1995

Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências.

CAPÍTULO VI

Da Tributação das Operações Financeiras

SEÇÃO IV

Da Tributação das Operações Financeiras Realizadas por Residentes ou Domiciliados no Exterior

Art. 81. Ficam sujeitos ao Imposto de Renda na fonte, à alíquota de dez por cento, os rendimentos auferidos:

§ 2º Para os efeitos deste artigo, consideram-se: rendimentos: quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio, deságio e participações nos lucros,

bem como os resultados positivos auferidos em aplicações nos fundos e clubes de investimento de que trata o art. 73; ganhos de capital, os resultados positivos auferidos: nas operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, com exceção das operações conjugadas de que trata a alínea a do § 4º do art. 65; nas operações com ouro, ativo financeiro, fora de bolsa;

.....
LEI Nº 11.033, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; altera as Leis nº 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências.

.....
Art. 1º Os rendimentos de que trata o art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, relativamente às aplicações e operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2005, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, às seguintes alíquotas: (Vigência)

I – 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II – 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III – 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV – 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

§ 1º No caso de aplicações existentes em 31 de dezembro de 2004:

I – os rendimentos produzidos até essa data serão tributados nos termos da legislação então vigente;

II – em relação aos rendimentos produzidos em 2005, os prazos a que se referem os incisos I a IV do **caput** deste artigo serão contados a partir:

a) de 1º de julho de 2004, no caso de aplicação efetuada até a data da publicação desta lei; e

b) da data da aplicação, no caso de aplicação efetuada após a data da publicação desta lei.

c) § 2º No caso dos fundos de investimentos, será observado o seguinte:

I – os rendimentos serão tributados semestralmente, com base no art. 3º da Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004, à alíquota de 15% (quinze por cento), sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

II – na hipótese de fundos de investimentos com prazo de carência de até 90 (noventa) dias para resgate de quotas com rendimento, a incidência do imposto de renda na fonte a que se refere o inciso I deste parágrafo ocorrerá na data em que se completar cada período de carência para resgate de quotas com rendimento, sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

III – por ocasião do resgate das quotas, será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a IV do **caput** deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – aos fundos e clubes de investimento em ações cujos rendimentos serão tributados exclusivamente no resgate das quotas, à alíquota de 15% (quinze por cento);

II – aos títulos de capitalização, no caso de resgate sem ocorrência de sorteio, cujos rendimentos serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento).

§ 4º Ao fundo ou clube de investimento em ações cuja carteira deixar de observar a proporção referida no art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, aplicar-se-á o disposto no **caput** e nos §§ 1º e 2º deste artigo, a partir do momento do desenquadramento da carteira, salvo no caso de, cumulativamente, a referida proporção não ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da carteira, a situação for regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias e o fundo ou clube não incorrer em nova hipótese de desenquadramento no período de 12 (doze) meses subsequentes.

§ 5º Consideram-se incluídos entre os rendimentos referidos pelo art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999 os predeterminados obtidos em operações conjugadas, realizadas nos mercados de opções de compra e de venda em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros (box), no mercado a termo nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, em operações de venda coberta e sem ajustes diários, e no mercado de balcão.

§ 6º As operações descritas no § 5º deste artigo, realizadas por fundo ou clube de investimento em ações, não integrarão a parcela da carteira aplicada em ações, para efeito da proporção referida no § 4º deste artigo.

§ 7º O Ministro da Fazenda poderá elevar e estabelecer o percentual a que se refere o art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

.....

DECRETO Nº 6.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007

Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.

TÍTULO

Da Incidência Sobre Operações de Câmbio

CAPÍTULO III

Da Base de Cálculo e da Alíquota

Da Alíquota

Art. 15. A alíquota máxima do IOF é de vinte e cinco por cento (Lei nº 8.894, de 1994, art. 5º).

§ 1º A alíquota do IOF fica reduzida para os percentuais abaixo enumerados:

X – nas liquidações de Operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, a partir de 17 de março de 2008, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, excetuadas as operações de que tratam os incisos IX e XIII: um inteiro e cinco décimos por cento; (Incluído pelo Decreto nº 6.391, de 2008)

(À Comissão de Assuntos Econômicos, – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2008

(Nº 765/1995, na Casa de Origem)

Altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.722, de 3 de dezembro de 1979 (altera o prazo para pagamento de tributos incidentes nas importações sob o regime aduaneiro de drawback)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo dilatar o prazo inicial para concessão do regime aduaneiro de **drawback**, previsto no inciso II do **caput** do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 2º O art. 4º do Decreto-Lei nº 1.722, de 3 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O pagamento dos tributos incidentes nas importações efetuadas sob o regime aduaneiro especial, previsto no inciso II do **caput** do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, poderá ser suspenso pelo prazo de até 2 (dois) anos.

§ 1º Será admitida, em casos devidamente justificados, uma única prorrogação do prazo inicialmente concedido, desde que, no total, a suspensão não ultrapasse o limite de 2 (dois) anos estabelecido no **caput** deste artigo.

§ 2º No caso de importação de mercadorias destinadas à produção de bens de capital, o prazo máximo de suspensão será de 5 (cinco) anos.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o § 3º do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

PROJETO DE LEI Nº 765 DE 1995

Acrescenta parágrafo ao art. 71 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que “dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 71 do Decreto-Lei nº 37 de 18 de novembro de 1966, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º renumerando-se os demais:

“Art. 71

§ 3º Quando o regime aduaneiro especial for aplicado a mercadoria destinada a integrar bem cuja definição do fluxo de produção depender objetivamente de fatores não previsíveis com antecedência de pelo menos um (1) ano, o prazo definido neste artigo fica estabelecido em no mínimo 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, a juízo da autoridade aduaneira, até o período de 5 (cinco) anos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O prazo de um ano para a suspensão de impostos inviabiliza o uso de regime aduaneiro especial, em

particular o drawback, em sua modalidade prevista no art. 78, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, em toda uma série de indústrias que sofrem a influencia de fatores cíclicos e, por esta causa, vêem-se impossibilitadas de fixar seus cronogramas de produção com a antecedência exigida.

É o caso, por exemplo, das indústrias têxteis e de calçados premidas por modificações nas tendências da moda. Muitas vezes tais indústrias são obrigadas a alterar cronograma planejado de produção, hipótese em que insumos e matérias-primas por acaso importados com benefício não poderão ser utilizados de imediato.

O que se pretende com a modificação ora proposta na legislação pertinente é facultar, em tais casos, maior prazo de suspensão de impostos, de forma a garantir a tais indústrias a necessária flexibilidade para fazerem ajustes em seus cronogramas de produção.

A medida nenhum prejuízo acarreta para o fisco, pois trata-se simplesmente de prorrogar o prazo que tem os contribuintes para comprovar a utilização nos termos legais do material importado com benefício fiscal, e, por outra feita, será de grande valia para setores econômicos importantes, com grande peso na geração de emprego no País.

Sala das Sessões, de de 1995. – Deputado **Ju-lio Redecker**.

LEGISLAÇÃO ANEXADA
CITADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 4º O pagamento dos tributos incidentes nas importações efetuadas sob o regime aduaneiro especial previsto no art. 78, item II, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, poderá ser suspenso pelo prazo de 1 (um) ano, admitida uma única prorrogação por igual período, a critério da autoridade fiscal.

Parágrafo único. No caso de importação de mercadorias destinadas à produção de bens de capital, o prazo máximo de suspensão será de 5 (cinco) anos.

Art.78 Poderá ser concedida, nos termos e condições estabelecidas no regulamento:

I – restituição, total ou parcial, dos tributos que hajam incidido sobre a importação de mercadoria exportada após beneficiamento, ou utilizada na fabricação, complementação ou acondicionamento de outra exportada;

II – suspensão do pagamento dos tributos sobre a importação de mercadoria a ser exportada após beneficiamento, ou destinada à fabricação, complementação ou acondicionamento de outra a ser exportada;

III – isenção dos tributos que incidirem sobre importação de mercadoria, em quantidade e qualidade equivalentes à utilizada no beneficiamento, fabricação, complementação ou acondicionamento de produto exportado. (Vide Lei nº 8.402, de 1992)

§ 1º A restituição de que trata este artigo poderá ser feita mediante crédito da importância correspondente, a ser ressarcida em importação posterior.

§ 2º O regulamento estabelecerá limite mínimo para aplicação dos regimes previstos neste capítulo.

§ 3º Aplicam-se a este artigo, no que couber, as disposições do § 1º do art.75.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008
(Nº 6.341/2002, na casa de origem)

Institui o “Dia Nacional do Caminhoneiro”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 16 de setembro como o “Dia Nacional do Caminhoneiro”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.341 , DE 2002

Institui o “Dia Nacional do Caminhoneiro”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 16 de setembro como o “Dia Nacional do Caminhoneiro”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Toda categoria profissional tem a sua data comemorativa, quando se festeja com orgulho a, profissão que escolheu. No caso dos caminhoneiros, essa data já é comemorada de maneira informal; o que pretendemos é oficializá-la.

Em 1993, o Presidente Itamar Franco assinou decreto instituindo o dia 17 de setembro como o “Dia Nacional do Transportador Rodoviário de Carga” mas, por haver uma limitação em sua redação, julgamos ser conveniente fazer justiça, instituindo um dia de comemoração a toda categoria de caminhoneiros, sejam eles profissionais ou autônomos, transportadores de cargas ou de bens, proprietários ou empregados.

Desta forma, apresentamos a presente proposição, aguardando a sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – Deputado **Celso Russomanno**.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2008
(Nº 2.392/2003, na Casa de origem)

Institui o Dia do Advogado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o dia 11 de agosto como Dia do Advogado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.392, DE 2003

Institui o Dia do Advogado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o dia 11 de agosto como “Dia do Advogado”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A instituição do “Dia do Advogado” é anseio antigo desta nobre classe profissional, essencial à administração da Justiça, ao lado notadamente de Defensores públicos e membros do Ministério público.

Já no distante ano de 1955 foi apresentado nesta Casa Legislativa, pelo Deputado Martins Rodrigues, Projeto de lei neste sentido, o que veio a se repetir em 1965, desta vez por iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça. Mais recentemente, o Deputado Flávio Bierrenbach teve semelhante iniciativa (em 1986). Finalmente, na Legislatura passada foi apresentado no Senado Federal Projeto de lei – PLS nº 529/99, de autoria do Senador Casildo Maldaner, com igual escopo.

O dia 11 de agosto é, por sua vez, o mais indicado, pois marca a fundação dos cursos jurídicos no país.

Assim, por prestar justo reconhecimento à nobre classe dos Advogados, contamos com a colaboração de nossos pares para aprovar o presente Projeto de lei.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2003. – Deputado **Marcelo Ortiz**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2008
(Nº 2.930/2004, na Casa de origem)

Denomina Usina Hidrelétrica de Sobradinho Paulo de Souza Coelho a usina de Sobradinho no rio São Francisco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada Usina Hidrelétrica de Sobradinho – Paulo de Souza Coelho a usina de Sobradinho no rio São Francisco.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.930, DE 2004

Denomina “Usina Hidrelétrica Paulo de Souza Coelho” a usina de Sobradinho, no rio São Francisco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada “Usina Hidrelétrica Paulo Souza Coelho” a usina de Sobradinho, no rio São Francisco.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem o propósito de perpetuar a memória do grande homem que Pernambuco e o Nordeste perderam no final de 2003. Falecido aos setenta e quatro anos, o empresário e industrial Paulo de Souza Coelho consagrou a vida ao sonho do desenvolvimento da região sanfranciscana de Pernambuco e do Nordeste, entusiasmando os que o cercavam. Viu muita coisa realizada, fruto de sua tenacidade, pois não conhecia barreiras que detivessem a realização dos objetivos de construir um futuro com mais oportunidades para o seu povo.

Ampliou sua atuação empreendedora muito além dos limites de sua cidade, Petrolina – e até mesmo de Pernambuco. Promoveu, com seu dinamismo, a interiorização de ações promissoras para as comunidades vizinhas de Ouricuri, Araripina, Salgueiro, em Pernambuco; em Jacobina e Irecê na Bahia; e Simões e Picos no Piauí. Nesta última instalou uma fábrica de fiação e tecelagem de algodão, estimulando, além da cultura do algodão, a produção de mamona em nosso sertão.

Paulo de Souza Coelho assumiu, com outros líderes de Petrolina e Juazeiro, a batalha pela energia de Paulo Afonso para as glebas sertanejas.

Desenvolveu também grande trabalho em relação à Sobradinho. Nunca aceitou a idéia primitiva de que a represa seria apenas um reservatório, para regularizar a navegação do rio São Francisco e oferecer água para gerar energia em Paulo Afonso. Perseverou nesse ideal, de uma vocação maior para Sobradinho, tendo papel decisivo na missão de sensibilizar o Presidente da República sobre a conveniência de modificação do projeto. A luta foi vitoriosa: Sobradinho, além de atender as finalidades originalmente previstas, é grande produtora de energia, gerando um milhão de quilowatts e propicia ainda irrigação por gravidade em terras da Bahia e Pernambuco.

Por tudo isso, Paulo de Souza Coelho merece essa homenagem como reconhecimento desta geração

pelo seu espírito idealista e empreendedor que marcou toda sua trajetória de vida em prol da região do São Francisco. É também um tributo a Fernando Bezerra Coelho e a Clementino Coelho, dois de seus filhos que já pertenceram à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2004. – Deputado **Geddel Vieira Lima**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2008

(Nº 7.550/2006, na Casa de origem)

Denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.550, DE 2006

Denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos, localizado no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), localizado no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei tem por objetivo render uma justa, necessária e oportuna homenagem ao Professor Arthur Fonseca, destacado educador e político atuante no município de Sorocaba, recentemente falecido aos 83 anos de idade.

Arthur Fonseca foi professor de História do magistério estadual, tendo ensinado nos colégios oficiais de Viradouro, Porto Feliz e no então Colégio Estadual e Escola Normal “Dr. Júlio Prestes de Albuquerque”, em Sorocaba.

Como educador de grande visão, comandou a transformação da antiga Escola de Comércio na atual Organização Sorocabana de Ensino (OSE), instituição com uma respeitável trajetória de serviços prestados à juventude de Sorocaba e região.

Foi também vereador entre os anos de 1948 e 1952, integrando a primeira Câmara Municipal de Sorocaba.

Posteriormente, Arthur Fonseca exerceu o cargo de Secretário Municipal de Educação e Saúde, na administração liderada pelo Prefeito José Crespo Gonzales.

Em 1970, concorreu e foi eleito com grande votação para o mandato de deputado federal, tendo integrado as Comissões de Educação e de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Arthur Fonseca também foi professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, além de ter sido professor e o primeiro diretor da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas da Fundação Dom Aguirre.

Desde 1983, Arthur Fonseca foi membro da Academia Sorocabana de Letras, sendo o instituidor da cadeira 37, que tem como patrono o educador Fernando Rios.

Assim, considerando a recente instalação de um campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) no município de Sorocaba, será extremamente oportuno o oferecimento de uma justa homenagem à memória do Professor Arthur Fonseca, o que será possível através da aprovação do presente Projeto de Lei, ora submetido à apreciação desta Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2006. – Deputado **Antonio Carlos Pannunzio**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2008

(Nº 7.686, na Casa de origem)

Denomina Dr. Weimar Gonçalves Torres o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado Dr. Weimar Gonçalves Torres o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.686, DE 2006

Denomina “Dr. Weimar Gonçalves Torres” o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Dr. Weimar Gonçalves Torres” o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposta tem o objetivo de atender à Indicação encaminhada pela Câmara Municipal de Ponta Porã, por iniciativa do Vereador Dr. Hindo, no sentido de homenagear um dos mais ilustres homens públicos que o Estado de Mato Grosso do Sul teve o privilégio de conhecer – o advogado, poeta, jornalista e político, Weimar Gonçalves Torres.

O homenageado nasceu na cidade de Ponta Porã, em 6 de dezembro de 1922, filho do também advogado José Passos Rangel Torres e de Dionísia Gonçalves, ainda viva e residente na Avenida Baltazar Saldanha, na mesma casa em que deu à luz seu filho Weimar.

Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1947, o Dr. Weimar Gonçalves Torres retornou à sua região de origem para exercer a atividade jurídica. Como homem público, teve uma carreira notável como Vereador, Promotor de Justiça e Deputado Federal. Como jornalista, esteve à frente do jornal **O Progresso**, um dos mais importantes e antigos periódicos de Mato Grosso do Sul. Como poeta, dedicou um dos seus mais belos poemas à beleza, à cultura, à arte e à história de Ponta Porã, de cujas entranhas nasceu.

Como destaca o nobre Vereador Dr. Hindo na justificativa de sua Indicação a este parlamentar, é indiscutível a larga e importante folha de serviços prestados por Weimar Gonçalves Torres para o Estado, especialmente para Ponta Porã e região. Os que com ele tiveram o privilégio de conviver, afixam que Weimar Torres era o protótipo do homem público. Coração generoso, conciliador inigualável, tribuno notável, jornalista respeitado, ganhou a admiração que lhe permitiu representar dignamente o seu povo no próprio Estado e, mais tarde, na Câmara dos Deputados.

Dr. Weimar Torres teve sua vida interrompida por um acidente aéreo, em 14 de setembro de 1969. A homenagem que a ele se presta por meio do proposto neste projeto de lei, configura-se das mais justas, uma vez que seu nome inclui-se no rol dos notáveis que engrandeceram o Estado de Mato Grosso do Sul e que devem, portanto, ser lembrados por seu povo.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2006. – Deputado **Antônio Carlos Biffi**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2008

(Nº 37/2007, na Casa de origem)

Dá nova redação ao art. 198 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para estabelecer a atuação de ofício ou por provocação de presidente de tribunal, nos casos de descumprimento judicial dos prazos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo a atuação de presidente de tribunal, de ofício ou por provocação, nos casos de descumprimento judicial dos prazos.

Art. 2º O art. 198 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 198. Os tribunais manterão sistema de verificação do cumprimento dos prazos pelos magistrados, podendo qualquer das partes ou o Ministério Público representar contra o juiz que excedeu injustificada e abusivamente os prazos previstos em lei perante o órgão competente do tribunal, que poderá, após ouvido o representado, designar prazo razoável para a realização do respectivo ato processual pelo próprio magistrado.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do disposto no **caput** deste artigo, poderá o tribunal determinar que o ato processual seja realizado pelo substituto legal, sem prejuízo de medidas disciplinares contra o representado.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 37 , DE 2007

Dá nova redação ao art. 198 do Código de Processo Civil, para estabelecer a atuação de ofício ou por provocação de presidente de Tribunal, nos casos de descumprimento judicial dos prazos;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 198. Os Tribunais manterão sistema de verificação do cumprimento de prazos pelos magistrados, cabendo ao presidente do respectivo Tribunal, de ofício ou median-

te provocação do corregedor, das partes ou do órgão do Ministério Público, designar juiz auxiliar para atuar no processo, sempre que constatar que o juiz excedeu os prazos para decidir ou despachar”(NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de sessenta dias.

Justificação

A Emenda Constitucional 45/04 fez inscrever no artigo 5º da Constituição Federal, portanto entre os direitos fundamentais, o inciso LXXVIII, assegurando a todos os cidadãos, a razoável duração do processo.

O novo dispositivo constitucional, no entanto, não guarda sintonia com a realidade. O habitual atraso na tramitação dos feitos é objeto de constantes reclamos da sociedade, razão da pecha atribuída: ao Poder Judiciário: o da morosidade.

Assim, impõe-se dar sentido mais objetivo ao propósito constitucional, explicitando a teleologia do princípio da celeridade, promovendo a adaptação do comando inscrito no Código de Processo Civil que dispõe sobre a matéria.

A atual redação do art. 198 do referido diploma que prevê medida corretiva para o excesso de prazo pelo juiz mas, estabelece procedimento incompatível com a necessidade de providência imediata para sanar o abuso e força o advogado a representar contra o magistrado - um constrangimento para o profissional da advocacia.

A presente proposição sugere a nova redação do dispositivo, permitindo a atividade oficial de controle do funcionamento do aparelho judicial com adequação aos prazos legais.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2007. – Deputado **André de Paula**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Vide texto compilado

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 198. Qualquer das partes ou o órgão do Ministério Público poderá representar ao presidente do Tribunal de Justiça contra o juiz que excedeu os prazos previstos em lei. Distribuída a representação ao órgão competente, instaurar-se-á procedimento para apuração da responsabilidade. O relator, conforme as circunstâncias, poderá avocar os autos em que ocor-

reu excesso de prazo, designando outro juiz para decidir a causa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40 DE 2007

(Nº 96/2007, na casa de origem)

Institui o Dia Nacional da Segurança Pública e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Dia Nacional da Segurança Pública.

Art. 2º Fica instituído o dia 21 de abril de cada ano como o Dia Nacional da Segurança Pública.

Art. 3º No Dia Nacional da Segurança Pública, os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios poderão promover, dentre outras, as seguintes medidas:

I – seminários e eventos de discussão sobre o tema;

II – solenidade de caráter civil nos órgãos públicos homenageando pessoas que praticaram atos meritórios que contribuíram para a segurança pública;

III – instituição da medalha do mérito da segurança pública em nível municipal, estadual e federal;

IV – homenagem aos servidores e militares que foram vitimados na defesa da sociedade;

V – instituição de programas educativos nos canais de rádio e televisão educativos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 96, DE 2007

Institui o Dia Nacional da Segurança Pública e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui o dia nacional de Segurança Pública.

Art. 2º Fica instituído o dia 21 de abril de cada ano, como “O Dia Nacional da Segurança Pública.”

Art. 3º No dia nacional da segurança pública os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios poderão promover, dentre outras as seguintes medidas:

I – seminários e eventos de discussão sobre o tema;

II – solenidade de caráter civil.:nos órgãos públicos homenageando pessoas que praticaram atos meritórios que contribuíram para a segurança pública;

III – instituição da medalha do mérito da segurança pública em nível municipal, estadual e federal;

IV – homenagem aos servidores e militares que foram vitimados na defesa da sociedade;

V – instituição de programas educativos nos canais de rádio e televisão educativos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Todos os países desenvolvidos do mundo destinam um dia exclusivo para cultuar e homenagear as praticas de atos meritórios no campo da segurança pública.

No Brasil temos vistos a cada dia a ênfase para os aspectos negativos, permeando e aumentando o total sentimento de insegurança e a inibição da sociedade na participação de ações no campo da segurança pública.

O Poder Constituinte originário sabiamente colocou a previsão no art. 144 da Constituição Federal que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. Neste sentido faz-se necessário o culto e a valorização das ações de segurança pública, buscando enraizar estes valores na cultura do povo, criando uma sociedade participativa.

Precisamos resgatar os valores nobres do serviço de segurança pública, onde todo cidadão tenha orgulho de seus órgãos públicos, confiança e participação comunitária.

Neste mês em que se destina nesta Casa uma semana de segurança pública, nada mais oportuno do que a discussão e aprovação desta matéria e virá em todo o contexto contribuir no campo mais valioso que é o dos valores morais e sociais.

Temos a certeza que os nobres pares aperfeiçoarão esta proposição e a aprovarão em benefício de toda a sociedade.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro 2007. – Deputado **Neilton Mulim**, PR/RJ.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2008

(Nº 394/2007, na casa de origem)

Denomina Viaduto Professora Haidêe Jayme Ferreira o viaduto localizado no Km 435,55 da BR-153, que dá acesso à BR-414, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O viaduto construído no Km 435,55 da rodovia BR-153, que dá acesso à BR-414, no município de Anápolis, Estado de Goiás, passa a ser denominado Viaduto Professora Haidêe Jayme Ferreira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 394, DE 2007

Denomina “Viaduto Professora Haidêe Jayme Ferreira” o viaduto localizado no km 435,55 da BR-153, que dá acesso à BR-414, no Município de Anápolis – GO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O viaduto construído no quilômetro 435,55 da rodovia BR-153, que dá acesso à BR-414, no município de Anápolis, passa a ser denominado “Viaduto Professora Haidêe Jayme Ferreira”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A nossa proposição para que o referido viaduto seja denominado “Viaduto Professora Haidêe Jayme Ferreira”, se dá pelo fato de que a mesma teve sua trajetória ligada à educação em Anápolis, e o viaduto supra-mencionado dá acesso à Avenida Universitária, onde estão localizadas a maioria das Universidades e outras Instituições de Ensino Superior.

Haidêe Jayme Ferreira nasceu em Anápolis – GO, a 29 de junho de 1926, na Rua do Comércio, hoje Manoel d’Abadia, filha do historiador e genealogista Jarbas Jayme e de Maria Dinah Crispim Jayme.

Estudou no Colégio Auxilium, de Anápolis, e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Bonfim (Silvânia), onde concluiu o Curso Normal.

Casou-se, a 19 de abril de 1947, com Odir da Costa Ferreira, filho de Joaquim da Costa Ferreira (antigo Escrivão de Órfãos) e de Adília de Velasco Ferreira. Do casamento vieram-lhe três filhos: Leandro, Leonardo e Lúcia da Costa Ferreira, casados, respectivamente, com Gení Mendonça, Maria Nazareth Ferrari e Edson Adalberto Santa-rosa.

Estando viúva e com 9 netos, dedicou-se ao jornalismo, mais precisamente à análise política.

A família Crispim foi pioneira dos primeiros tempos de Anápolis. Maria Elisa C. Crispim, avó materna de Haydêe, foi a primeira professora primária da Freguesia de Santana de Antas e, Antônio Crispim de Sousa, seu avô, foi Presidente do 1º Conselho Municipal e, posteriormente, Intendente Municipal da Vila que viria a ser a cidade de Anápolis.

Editou:

- **Anápolis, Sua Vida, Seu Povo**
- **Nuanças de Mim** (Poesias)
- **Fogo no Bambual** (Contos, Crônicas e Políticas)
- **O Canto do Cisne**

De 1966 a 1969 assinou, no Jornal **O Anápolis**, a coluna *Um e Outras*. Trabalhou dois anos no Jornal

Correio do Planalto, onde, além das colunas assinadas “*Umas e Outras*” (política) e “*Mosaicos*” (biográfica), fazia reportagens, entrevistas e até matéria policial. Colaborou com os jornais **O Popular, Folha de Goiás, Diário da Manhã, O Educacional, Tribuna de Silvânia, Gazeta Popular, Revista Imagem Atual**, etc, e fez parte do Conselho de Redação da Gazeta Cultural.

Destaques:

Figurou nos livros **Letras Anapolinas**, do Dr. Mário Ribeiro Martins, e **Análises e Conclusões**, de Nely Alves de Almeida, ambos da Academia Goiana de Letras.

Diploma concedido pelo Jornal **Folha de Goiás**, pelo trabalho intitulado **Vida e Obra do Dr. James Fanstone**.

Diploma de Destaque Literário do ano de 1987, concedido pela **Gazeta Popular**.

Diploma concedido pela Academia Petropolitana de Poesia “Raul de Leoni”, em 1988.

Ocupou o cargo de Chefe do Museu Histórico de Anápolis.

Faleceu em Anápolis no dia 2 de janeiro de 1999.

“Esposa, mãe, professora, poetisa, articulista, artista plástica o mais grado em Haydêe era ser espécie rara de Cidadã do Mundo, como força partícipe e propulsora de tudo e de todos que a rodeavam, transformando a esperança em ato de fé”.

Dessa fonna, considero justa e merecida a homenagem proposta, e assim conto com o apoio dos ilustres colegas parlamentares para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 13 de março de 2007. – **Rubens Otoni**, Deputado Federal PT/GO.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2008

(Nº 732/2007, na Casa de origem)

Institui o Dia Nacional do Auditor-Fiscal do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Auditor.

Fiscal do Trabalho, a ser celebrado no dia 28 de janeiro de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 732, DE 2007

Institui o Dia Nacional do Auditor-Fiscal do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Auditor-Fiscal do Trabalho, a ser celebrado no dia 28 de janeiro de cada ano.

Parágrafo único. As alterações na nomenclatura do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho provocadas por legislação superveniente acarretarão automaticamente em nova denominação do Dia Nacional a que se refere o caput deste artigo, de modo a acompanhar a modificação produzida.

Art. 2º O Ministério do Trabalho e Emprego promoverá a realização e divulgação de eventos que, na data referida no art. 1º desta Lei, homenageiem a memória dos Auditores-Fiscais do Trabalho mortos no cumprimento de suas atribuições no dia 28 de janeiro de 2004.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O covarde e inqualificável crime cometido na cidade de Unaí em janeiro de 2004 segue desafiando a consciência da Nação. Mais de três anos após a chacina dos servidores que investigavam o emprego de mão-de-obra escrava nas lavouras daquele Município, não se produziu a punição de um único culpado, malgrado as abundantes provas coletadas contra os acusados.

Não há nada que repare a perda daqueles brasileiros valorosos, mas a dor de seus familiares, amigos e colegas a cada dia se agrava pela sensação de impunidade. Os profissionais da área adicionam a perplexidade diante do ocorrido ao receio de que a barbaridade se reproduza no futuro.

Tais circunstâncias fazem com que a aprovação deste singelo projeto traga às famílias desses verdadeiros mártires e ao espírito de seus colegas o sentimento de que a sociedade mantém com eles intensa e merecida solidariedade. Recordar ano a ano os inqualificáveis acontecimentos de Unaí produzirá um resultado importante: mesmo que os assassinos continuem soltos, jamais esqueceremos a ignomínia de seus atos.

Assim, como medida de enorme justiça, pede-se dos nobres Pares a unânime e imediata aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 12 abril de 2007. – Deputado **Paulinho da Força**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2008

(Nº 832/2007, na Casa de origem)

Cria o Dia Nacional do Ciclista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Ciclista, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 832, DE 2007**Cria o Dia Nacional do Ciclista.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Ciclista, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de Agosto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei objetiva criar o Dia Nacional do Ciclista, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de Agosto.

Nesse dia, em 2006, um estudante de biologia prestes a se graduar, Pedro Davison, foi alvejado e morto em pleno Eixo Rodoviário do Distrito Federal.

Pedro Davison tornou-se vítima fatal de um motorista que transgrediu os preceitos do Código de Trânsito Brasileiro.

Motorista que atropelou Pedro Davison em faixa proibida a circulação de veículos automotores e que, ao chocar-se com a bicicleta de Pedro por trás, não deu assistência à vítima e fugiu. E fugiu porque sua carteira de habilitação estava vencida.

Pedro Davison foi mais uma vítima do caos que tipifica o trânsito nas ruas e nas rodovias brasileiras.

O acidente em que Pedro Davison foi morto repetido, à exaustão, nas vias de rolamento do País.

Motoristas transgressores, que dirigem alcoolizados e em velocidade excessiva, matam pessoas, infelicitam famílias e geram prejuízos milionários à Nação.

No Brasil, apesar da violência do trânsito, existem cerca de 50 milhões de bicicletas.

Essa frota é utilizada, em sua esmagadora maioria, por operários, que dependem da bicicleta para ir trabalhar e ao lar retornar.

E que, ao rodarem em média 50 minutos a cada dia da semana, correm imensos riscos de serem vitimados, de morrerem.

A esta Casa submeti, na primeira semana desta Legislatura, o Projeto de Lei nº 74/2007, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para nele introduzir a figura do crime doloso cometido por motoristas transgressores contra ciclistas e pedestres.

Agora, proponho a meus Nobres Pares a criação do Dia Nacional do Ciclista, com o objetivo de, na data sugerida, incentivarmos a população brasileira a praticar uma reflexão sobre os problemas do trânsito e sobre a conveniência de nos debruçarmos sobre a necessidade de pavimentarmos uma política de trânsito que configure, na realidade, uma política

de Estado voltada para garantir, a todos, efetiva Mobilidade Social.

E garantir Mobilidade Social implica, antes e acima de tudo, assegurar às pessoas a condição concreta de realizar a opção pelo transporte alternativo por intermédio da bicicleta, o que contribuirá, decisivamente, não apenas para reordenar o trânsito, harmonizando-o. Mas, também, para reduzir a emissão de monóxido de carbono e reduzir o índice de doenças crônico-degenerativas.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2007. – Deputada **Solange Amaral**, DEM – RJ.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2008**Institui o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.245, DE 2007**Institui o Dia Nacional do Pescador a ser comemorado na data de 29 de junho.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia nacional do pescador a ser comemorado na data de 29 de junho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil possui cerca de 8.500 km de linha de litoral e um número razoável de ilhas, totalizando uma área de aproximadamente 3,5 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que se estende desde o Cabo Orange (5 °N) até o Chuí (34 °S).

Diante desta enorme área que possuímos, propensa ao desenvolvimento da pesca no Brasil, em vista da grande quantidade de recursos pesqueiros das águas marinhas e doces existentes, a arte da pesca traz milhares de brasileiros que praticam tais atividades. Eles geram emprego, renda e alimentação saudável para o Povo Brasileiro.

O Dia 29 de junho é culturalmente conhecido como o dia do pescador. É Dia de São Pedro, o apóstolo do pescador e que também é padroeiro dos pescadores. Por isto, a data foi escolhida para comemorar o dia do pescador. Neste dia já acontecem no Brasil diversas atividades nas colônias, no mar e nas insti-

tuições que cuidam da pesca. Oficialmente ainda não há reconhecimento desse dia, essa homenagem que faz parte de um resgate de sua dignidade é do reconhecimento merecido dessa profissão.

Pescador é aquele sujeito que conhece a natureza, entende o mar, sabe olhar para a lua e ver a maré que vem. Antes do sol nascer, lá vai ele com seu barco pesqueiro e pára onde sabe que dá peixe – sabe direitinho onde a pescaria é boa. Quando o dia é bom, traz alimento para a família e ainda garante o sustento da casa com o que consegue vender.

Este personagem – o pescador que vive de sua própria produção – é bastante comum no nosso país.

Além de cuidar e entender a natureza, o pescador precisa que todos à sua volta façam o mesmo. Afinal, ele é um dos que sentem na pele como o equilíbrio da natureza é também o equilíbrio do homem

Este projeto, foi apresentado anteriormente pela Deputada Luci Choinacki e pela Deputada Selma Schons, porém foi arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno.

Diante do exposto, no sentido de valorizar o pescador, e homenagear aqueles que tanto contribuem para o crescimento do país e, por conseguinte, da atividade pesqueira, que apresentamos este projeto de lei.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2007. – Deputado **Paulo Rubem Santiago**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há oradores inscritos.

Consultando a lista de oradores, está inscrito o Senador José Maranhão, que permutou com a Senadora Serys Slhessarenko. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, há inscritos para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar. Eu estou em segundo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se for possível, gostaria de falar neste momento para uma brevíssima comunicação, altamente relevante para V. Ex^a, o Senador Cristovam e o Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a aquiescência do orador que se dirige à tribuna, Senador José Maranhão, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

Professor Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável. É o primeiro inscrito.

Senador Suplicy, V. Ex^a pediu pela ordem. Queira se dirigir ao microfone de bancada.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Certo. Estou cumprindo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumpra!

É São Paulo obedecendo ao Piauí aqui.

Chegou o segundo inscrito, Sérgio Zambiasi. Então, nós estamos alternando.

Pela ordem, com aquiescência do orador inscrito, Senador José Maranhão, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, permita... Agradeço-lhe, Senador José Maranhão.

V. Ex^a há de compreender, Presidente Mão Santa: ontem V. Ex^a e o Senador Pedro Simon, que acompanhou de perto... V. Ex^a nos disse que precisava estar aqui por causa daquela votação, que realmente foi muito importante, relativa à saúde e à Previdência.

O Senador Cristovam Buarque – o Senador Pedro Simon e V. Ex^a iam nos acompanhar, mas o Senador Pedro Simon precisou fazer um exame de saúde – e eu fomos à Reitoria da Universidade de Brasília, onde estavam os estudante à luz de velas, com muita ordem, procurando evitar qualquer vandalismo, qualquer desordem, e disso nós fomos testemunhas. Eles expressavam, com muita serenidade e força, a indignação contra os episódios em que se envolveu a Reitoria da Universidade de Brasília e pediam a saída do Reitor Timothy Mulholland.

Então, nós lhes transmitimos a sugestão do Senador Cristovam Buarque no sentido de que o Reitor se afastasse para que a comunidade universitária – o Conselho Universitário, os docentes, os servidores e os estudantes – decidisse o que fazer a partir de então.

Hoje de manhã, atendendo ao convite da Professora Raquel Nunes, Presidente da Associação dos Docentes, para lá me dirigi, falando inclusive em nome do Senador Cristovam Buarque, que foi Reitor da Universidade. Ali a porta-voz do Reitor comunicou que ele, seguindo a sugestão do Professor Cristovam, havia decidido afastar-se por sessenta dias.

Agora a Professora Raquel acaba de me comunicar, em nome da comunidade universitária, que estão afastados por esse período o Reitor, o Vice-Reitor e os decanos que faziam parte do Conselho da FUB. Foi instituída uma comissão que vai dirigir a Universidade, sob a direção do decano do Conselho Universitário.

Houve outros detalhes mais, e, em que pese a tensão, a emoção, a dificuldade de todos, foi uma decisão de muito bom senso.

Quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pela maneira como contribuiu para que houvesse essa solução em termos civilizados e de respeito, atendendo os ideais, os anseios de pessoas como Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Cristovam Buarque.

Espero possa a Universidade de Brasília superar esse episódio e estar à altura dos ideais daqueles que construíram a sua história.

Então, meus cumprimentos, Senador Cristovam Buarque.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador.

Está feito o registro.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Com a palavra, Senador.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição pela Liderança do PMDB. O expediente já está na mesa. Eu gostaria que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a está inscrito, Senador Neuto de Conto. Na alternância, V. Ex^a será o primeiro Líder a falar após o Senador José Maranhão, orador inscrito, e o Senador Cristovam Buarque, que vai fazer uma comunicação inadiável.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador José Maranhão, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, com a costumeira tolerância desta Mesa.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu acredito duplamente nessa tolerância, especialmente ante o fato de que vou falar pela coincidência feliz de V. Ex^a, paraibano, que ama a Paraíba como eu, estar presidindo esta sessão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas últimas semanas, o Nordeste brasileiro, que costuma ocupar os noticiários por causa da seca crônica do agreste, tem sido destaque na imprensa por causa de temporais que desabaram sobre a região. Já são mais de duas semanas de chuva, que só agora dá sinais de arrefecimento.

Meu Estado, em particular a Paraíba, tem sido duramente castigado por essas chuvas. No final de semana, quando diminuíram as precipitações, contavam-se mais de 18 mil pessoas afetadas pelas águas. Mas hoje, Sr. Presidente, já temos dados mais recentes sobre os últimos acontecimentos de enchentes na Paraíba, que nos informam o seguinte: o Município de Sousa é o mais atingido no sertão, e o povoado de Curralinho encontra-se completamente isolado. É realmente uma situação *sui generis*, porque Sousa é o centro do semi-árido da Paraíba e, geralmente, um dos municípios mais castigados pela seca.

O Município de Cabaceiras está completamente isolado em razão das águas. A televisão tem mostrado que as pessoas estão se deslocando na cidade em canoas. Ora, o Município de Cabaceiras, considerando-se todo o semi-árido nordestino, é talvez o que apresenta a mais baixa precipitação em todo o Nordeste brasileiro. Em média, a precipitação de Cabaceiras é muito baixa. Dessa vez, aconteceu o inverso, e Cabaceiras está até parecida com os municípios da Amazônia, onde, geralmente, a estação das chuvas cria alagamentos.

Em Bayeux, cidade que fica na região metropolitana de João Pessoa, mais de 500 pessoas tiveram de deixar suas casas na madrugada de ontem, o que é um espetáculo doloroso para todos nós paraibanos. A cidade de Bayeux é caracterizada por um grande contingente de trabalhadores, muitas vezes trabalhadores informais ou trabalhadores desempregados. Essas pessoas estão sofrendo muito.

Na Paraíba já é de 26 o número de mortos por afogamento. Nos últimos dois dias, os alagamentos diminuíram, graças a Deus. Nós estamos com 82 municípios em estado de emergência. Dos 223 municípios da Paraíba, que é um Estado que tem uma divisão territorial muito grande, 86 já estão em estado de calamidade pública.

Até o final da semana passada, 67 açudes do Estado estavam sangrando, elevando a vazão de vários rios que cortam cidades, causando inundações.

Eu gostaria de fazer um comentário aqui, porque essa realidade do semi-árido nordestino é pouco conhecida no Brasil, lamentavelmente. Os rios da Paraíba são de curso temporário. Eles têm água fluindo apenas na estação das águas, das chuvas. E nem todos os anos esses rios pegam água. A maioria deles, especialmente os menores, passa mesmo a estação da chuva sem uma correnteza, como nós dizemos na Paraíba, normal.

Então, esse espetáculo de hoje, quando todos os rios estão fluindo além do limite normal, realmente causa surpresa muito grande na infra-estrutura das

idades. As cidades e os campos, de um modo geral, não estão preparados para essa situação de enchente, porque o que acontece na Paraíba, especialmente na região do semi-árido e no sertão, são anos de seca, e secas repetidas. De forma que falta sempre essa infra-estrutura para enfrentar situações inteiramente inesperadas, como as chuvas que caíram este ano. Quando se fala em chuvas inesperadas – e quero que todos entendam isso mesmo ao pé da letra –, pensa-se logo: e a meteorologia não disse nada? Primeiro, todos sabemos que meteorologia não é ciência exata, é uma técnica de observação que nem sempre se confirma. Até mesmo na aviação, onde a meteorologia é mais exigente e se faz com frequência, os boletins meteorológicos são expedidos a cada duas horas. E, não raro, os aeronautas são surpreendidos, quando demandam o seu destino, e encontram uma situação inteiramente diversa daquela prevista nos projetos da meteorologia. Então, imagine um Estado onde o comum é se ter escassez de chuva ou secas prolongadas, como acontece com a periodicidade média de onze anos.

Aliás, essa questão de açudes destruídos também está relacionada com essa situação peculiar da pluviosidade, da precipitação do Nordeste. Como sempre se esperam anos de chuva escassa, nunca os Poderes Públicos se aplicam no sentido de fazer a chamada manutenção preventiva de seus reservatórios de água. Evidente que, se essas manutenções preventivas fossem feitas, poderiam ser evitados muitos prejuízos que estão acontecendo agora na Paraíba.

Ainda hoje de manhã, eu conversava com o Senador Efraim Morais e ele me dizia que um dos açudes da sua terra natal, que é uma região muito simpática e muito querida de todos nós paraibanos, mas que tem uma precipitação muito baixa, estava a ponto de ser levado pelas enchentes e foi necessário se improvisar um sangradouro, rasgando uma parte da parede do açude, para salvar a obra.

Então, é evidente que, em situações como essa, pouco ou nada se pode fazer além dessas emergências que foram adotadas. Mas, na maioria dos casos, evitar-se, por exemplo, formigueiros nas paredes dos açudes que são feitos de barro, de argila, é uma providência simples, mas absolutamente necessária. Porque, quando a pressão da água represada invade os formigueiros, geralmente estoura a parede, e aí a situação é irremediável.

As estradas também estão comprometidas: seis rodovias estaduais encontram-se interditadas e outras dezenove acham-se em situação precária, dificultando ainda mais a ação de assistência às populações que ficam isoladas por falta de estradas.

Como se vê, Sr. Presidente, a situação é grave.

O povo paraibano está sofrendo duramente com essas chuvas, mas temo que o Poder Público não esteja atuando à altura da emergência. É evidente que, da parte do Presidente Lula, já foi assinado um documento. Aliás, foi aprovada aqui, no Congresso Nacional, medida provisória editada em 4 de abril, aprovada em sessão do Senado antes de ontem, e já foi publicada no **Diário Oficial**, o que significa a boa intenção e a agilidade, sobretudo, como agiu o Presidente da República e, em particular, o Ministro Geddel Vieira, da Integração Nacional. É um crédito...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – É um crédito de R\$613.752.057,00, que vai permitir ao Governo Federal transferir recursos aos Estados, inclusive ao nosso Estado da Paraíba e aos Municípios de todos os Estados na Região Nordeste, para que se adotem medidas capazes de minimizar o sofrimento da população.

Quero aqui fazer um comentário. Evidentemente, esse retrato que está acontecendo hoje, na Paraíba, não é o comum.

O comum na Paraíba é a seca, ou é a escassez de chuva, ou a irregularidade na distribuição das chuvas. Muitas vezes, chove a média histórica, porém as chuvas são mal distribuídas, frustrando inteiramente a atividade agrícola no Estado.

Quando se pensa em seca, não há como excluir essas possibilidades. Temos hoje a convicção, que é a dos técnicos, dos especialistas, de que o Nordeste precisa aprender a conviver com a seca, precisa aprender a conviver com situações como esta. Mas esse aprendizado pressupõe a necessidade da construção de obras que podem minimizar os efeitos da seca.

Nesse particular, como todo paraibano, como todo nordestino, sobretudo do Nordeste setentrional, não podemos deixar de louvar a iniciativa corajosa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando resolveu assumir politicamente o Projeto de Transposição das Águas do São Francisco. Esse projeto vai permitir a regularização dos cursos d'água, que, no Nordeste setentrional, são apenas temporários alguns deles e, muitas vezes, inteiramente secos nos 365 dias do ano.

Mas a obra da Transposição pressupõe outras iniciativas – as iniciativas dos governos locais –, no sentido de represarem os cursos d'água que têm maior peso e maior importância na geografia do Estado.

Quando estivemos à frente do Governo do Estado da Paraíba, nós fizemos algumas obras nesse sentido. Fizemos, por exemplo, 23 açudes de pequeno e de médio porte, que nos permitiram armazenar água, em momentos como esse que estamos vivendo

agora, para os anos de seca. Esta é a velha prática: acumular nos anos de abundância para não sofrer nos anos de escassez. Essa questão é inclusive uma questão bíblica.

Por outro lado, há necessidade de se fazer a interligação de bacias. Nós temos uma região da Paraíba, por exemplo, o Alto da Borborema, onde os cursos d'água sofrem dessa irregularidade – e são escassos –, e a água do subsolo também é uma água precária para a alimentação humana, porque é região de cristalino: a rocha aflora ou está a quatro, cinco, dez metros abaixo da superfície do solo. Não se tem aí um lençol freático que permita utilizar e dessedentar a população humana e os rebanhos do nosso Estado.

Então, a construção dessas obras complementares e a construção de adutoras – nós fizemos cerca de oitocentos quilômetros de adutoras – é que vai permitir transportar as águas das regiões onde elas podem ser acumuladas, e vão ser garantidas pela transposição, onde não há condições naturais de se construir, de se erigir uma barragem para atender às necessidades da população e dos seus rebanhos.

Faço este comentário, que pode parecer desfocado porque estamos falando de excesso e não de escassez de água, mas, paradoxalmente, o problema do excesso e da escassez de água resultam no mesmo ponto. Se não utilizamos inteligentemente as águas excedentes em momentos como este que a Paraíba está vivendo, dificilmente teremos condições de enfrentar as dificuldades que o Estado, mais cedo ou mais tarde – as secas são periódicas e inevitáveis –, terá de enfrentar mais adiante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eram essas as palavras que eu queria dizer aqui, trazendo a minha solidariedade aos meus irmãos paraibanos, especialmente os que foram atingidos pelo fenômeno das enchentes, para os quais nunca o nordestino do semi-árido, especialmente para a região do cristalino, está preparado, porque enchentes não são um fenômeno corriqueiro, freqüente, usual como ocorre em outras regiões do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador José Maranhão, aproveito a oportunidade como Presidente da sessão neste momento para me congratular e me solidarizar com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz em defesa dos nossos irmãos paraibanos que se encontram desabrigados.

E as informações que nos chegam é de que, cada vez mais, as chuvas caem no nosso Estado. Na madrugada de hoje a cidade de Vista Serrana ficou totalmente ilhada, mais uma cidade que teve rompida a sua estrada pela força das águas.

Nós, que usamos tanto essa tribuna – eu, V. Ex^a e outros paraibanos – em busca de socorro pela seca que atingia a nossa região, hoje estamos aqui pedindo ao Governo Federal que, mesmo com a MP, agilize a chegada desses recursos para atender não só à Paraíba, mas a tantos outros Estados do Nordeste que vêm sofrendo com o grande volume de água.

Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a pela gentileza. Tinha terminado o meu discurso, mas a sua intervenção me honra muito. Tenho certeza de que V. Ex^a fala com o espírito do nordestino do semi-árido. V. Ex^a nasceu numa das regiões que mais padecem com o fenômeno das secas. Aliás, tive a honra de, no Governo de Estado, construir uma adutora de 285 quilômetros para poder chegar até a região do nosso ora Presidente Efraim Morais.

Inaugurei essa obra junto com Efraim Morais, o que, certamente, é um alívio para os sofrimentos crônicos da sua população tão laboriosa, tão dedicada ao desenvolvimento do Estado da Paraíba.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Sem dúvida há o reconhecimento do povo do Vale do Sabugi pela grande obra feita por V. Ex^a como Governador da Paraíba.

Concedo a palavra ao Senador Neuto de Conto. V. Ex^a falará como Líder pelo PMDB.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, ao longo dos anos o setor agropecuário vem passando por dificuldades financeiras. O produtor rural brasileiro, sem condição de pagamento dos empréstimos contraídos, acumulou débitos de custeio, investimento e comercialização da ordem de R\$40 bilhões, cujas cobranças foram postergadas, mas vencem nos próximos quatro anos. Esse valor corresponde basicamente ao passivo de sete culturas: algodão, arroz, cacau, café, milho, soja e trigo.

Chamo a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para a situação que estamos acompanhando, qual seja, uma trajetória de recuperação da renda agrícola, ainda bastante tímida, o que reflete a real capacidade de pagamento do setor.

Nesta safra de 2007/2008, com a alta dos preços de algumas **commodities**, entre elas a soja e o milho, em algumas regiões, os produtores estão obtendo uma melhor rentabilidade. Mesmo assim, o dinheiro em caixa não é suficiente para reprogramar imediatamente pagamentos pendentes.

Sr. Presidente, essa situação de baixa rentabilidade exigiu de nós, representantes das Comissões de

Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado da República e autoridades do Governo Federal, uma dose extra de compreensão para criarmos condições para que o produtor obtenha renda na sua atividade. Afinal, qualquer atividade produtiva, seja em que área for, depende de rentabilidade para sobreviver e crescer, e com o setor agrícola não é diferente.

Quero deixar aqui registrado, Sr^{as} e Srs. Senadores, principalmente para o nossos telespectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado, que o produtor rural nunca deixou de pagar os seus débitos. Não existe calote da dívida rural! Isso nunca foi cogitado na mesa de negociação.

Entretanto, em se tratando de atividade de risco, o produtor rural entrou em um ciclo de prejuízos causados por uma série de fatores conjunturais: tivemos o inchaço das dívidas antigas por conta de inúmeros planos econômicos fracassados, que penalizaram os produtores; perdemos uma safra importante em 2003/2004 por conta da seca e de pragas; os juros cobrados da agricultura são altíssimos para uma atividade com pequena rentabilidade; e os custos de produção aumentaram a cada ano em grande projeção. Tudo isso tem de ser considerado neste momento tão importante que vive a grande maioria dos produtores brasileiros e que necessita de uma imediata renegociação de suas dívidas, haja vista se tratar de um setor que, mesmo sujeito a tantas adversidades, consegue colher vitórias expressivas: responde por um terço do PIB nacional; é responsável pela geração de 37% dos empregos no País; e responde por 36% das exportações brasileiras.

Segundo o IBGE, o PIB nacional cresceu 5,4% em 2007, graças ao aumento de 12% no agronegócio. Foram mais R\$612 bilhões, garantindo bom resultado na balança comercial brasileira.

Para este ano a expectativa também é de crescimento com a previsão da nova safra recorde: 140 milhões de toneladas. Analistas já trabalham com um cenário de crescimento de pelo menos 5,8% para o PIB da agropecuária.

A proposta de renegociação das operações de crédito rural há cerca de um ano vem sendo construída entre a Comissão de Agricultura do Senado e da Câmara e o Governo Federal. A última versão dessa proposta contempla medidas de estruturação do endividamento rural com o objetivo de facilitar a quitação das operações efetuadas nas décadas de 80 e 90 e renegociadas, concedendo descontos para a liquidação antecipada, além de reduzir os encargos das operações inadimplentes, facilitando a recuperação da adimplência dos mutuários. No bojo dessas medidas,

que variam por programa e tipo de cada grupo de dívidas, destacam-se:

- a redução dos encargos de inadimplimento incidentes sobre o saldo devedor vencido;
- a diluição do saldo devedor vencido nas parcelas vincendas;
- a concessão de prazo adicional para pagamento de algumas dívidas;
- a redução das taxas de juros das operações;
- a concessão de desconto para liquidação das operações antigas com risco da União.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tento agora explicar, de maneira um pouco didática, esta proposta de negociação entre as Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado, Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda, para facilitar a compreensão tanto por parte dos produtores como também da opinião pública.

Para elaboração das propostas, as operações de crédito foram separadas em dois grupos, sendo um para agricultura empresarial e operações efetuadas anteriormente à criação do Pronaf, e outro para as operações efetuadas no âmbito do Pronaf, Proceca e Crédito Fundiário. Este segundo grupo será tratado em documento separado.

As operações do grupo I foram separadas em cinco blocos:

1. Bloco A: Operações de crédito rural efetuadas nos anos 1980 e 1990, renegociadas em anos anteriores; operações securitizadas (SEC I e II), do Pesa, do Recoop, do Funcafê Dação, do Programa de Recuperação da Lavouira Cacaueira e Prodecir II;

a) Securitização I, II, Pesa e Recoop: Mantém as condições inicialmente propostas pelo Governo em termos de desconto para liquidação antecipada da dívida (bônus de adimplência contratual variando de 15% a 30%; desconto adicional variando de 15% a 45%; além de um desconto adicional fixo de até R\$15.325,00; para saldos devedores variados), atualização da parcela vencida com IPC-A mais juros de 6% ao ano e redistribuição do saldo vencido até 2025, mantendo os vencimentos previstos para 2008, em substituição à taxa anterior Selic + 1.

b) Funcafê: Alterou o prazo de 2018 para 2020, manteve os juros do Programa, reduzindo de 9,5% para 7,5% e bônus de adimplência

de 3,75% já pactuado, ficando os juros finais estabelecidos à taxa de 3,75%.

c) Cacau: Está em análise, tendo em vista os problemas do setor e a elevação da dívida em função do problema da vassoura de bruxa. O setor e o governo da Bahia também estão participando da discussão;

d) Proceder II: Está sendo analisado, observando os problemas decorrentes da exclusão das diversas renegociações ocorridas e as fontes envolvidas – dívida ativa da União e extinto BNCC. Também será apresentada uma solução, que será discutida em conjunto;

2. Bloco B – custeios prorrogados: Operações de crédito rural de custeio efetuadas nas safras 2001/2002 a 2005/2006 e prorrogadas por até cinco anos, devido a problemas climáticos, sanitários ou de preços; efetuadas com recursos da poupança rural, com taxa de juros livre e equalizadas, com recursos controlados, Proger Rural e FAT Giro Rural;

a) Recursos da exigibilidade bancária e poupança rural: Juros reduzidos de 8,75% para 6,75% ao ano;

b) Recursos livres: Juros variados de 14% a 18% para 10,5% ao ano;

c) FAT Giro Rural – TJLP mais juros de 3% a 5% ao ano, limitado a 8,75% ao ano – será tratado com o Banco do Brasil para reduzir o **spread** bancário. A redução na taxa de juros será a título de bônus de adimplência.

Prazos de pagamento – Acrescer dois anos após o vencimento da operação, com acréscimo de dois anos para as regiões afetadas por problemas climáticos e com decretação de estado de emergência, inclusive Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

3. Bloco C – Investimentos: Operações correntes de crédito rural destinadas a investimento e comercialização rural: operações Finame Agrícola Especial, do Moderfrota, Prodecoop e do FAT Integrar.

a) Finame rural especial – variando de 10,75% a 13,75% para TJLP + juros de 3,25% = 9,5% ao ano;

b) Moderfrota – variando de 10,25% a 13,95% para TJLP + 4% ao ano – 10,25% ao ano;

c) Demais operações – juros de 8,75% ao ano.

Pagamento: De 40% da parcela vencida em 2008, até 30 de setembro, e 60% restante redistribuídos nas prestações vincendas.

Prazos de pagamento – Acrescer três anos, após o vencimento da operação, e cinco anos, nos casos de operações contratadas nas regiões afetadas por problemas climáticos e com decretação de estado de emergência, inclusive Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

4. Bloco D: Operações efetuadas com recursos dos Fundos Constitucionais e não incluídas nos programas mencionados acima.

Está sendo tratado em função dos problemas regionais e das necessidades das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

5. Bloco E – Dívida ativada da União (DAU) e débitos com a Secretaria do Tesouro Nacional (AGU): prazo de cinco anos, rebates e encargos financeiros serão reavaliados para serem adequados e ajustados para possibilitar a renegociação. Possibilidade de ampliar de cinco para dez anos e redução dos encargos de Selic para TJLP, hoje 6,25%.

Sr. Presidente, essa proposta vai beneficiar aproximadamente dois milhões, quatrocentas e vinte e seis mil operações de crédito envolvendo até R\$66 bilhões. Isso demonstra a importância da participação das Comissões de Agricultura do Senado e da Câmara como “facilitadores” na mesa de negociação entre os representantes do Governo e dos produtores rurais. Inúmeras reuniões e audiências públicas mobilizaram todo o setor nos últimos meses.

Talvez pudéssemos avançar mais. Mas tenho a certeza de que a grande maioria dos produtores rurais está sendo contemplada com essa renegociação.

Não tenho dúvida de que, a partir da adoção dessas medidas, o Brasil irá comemorar novos recordes de safra e aumento na geração de emprego e renda, mostrando, assim, a força do agronegócio brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deverá chegar uma legislação específica, na própria semana, colocando toda negociação aqui esplanada em documento, para que os dois milhões e quatrocentos mil contratos possam ser contemplados por meio de uma legislação, e o Governo tenha instrumento para bancar as diferenças de todos esses produtos.

Gostaria ainda de registrar, Sr. Presidente, que também está sendo elaborada uma lei complementar, para definir e para, definitivamente, encontrar uma solução para o seguro agrícola, a fim de que, a cada catástrofe, não tenhamos de voltar a discutir e renegociar dívidas. Um seguro, primeiramente, com cadastramento, com oportunidade para que os produtores possam segurar suas safras, e o Governo, por meio de um fundo, possa participar não do pagamento das perdas, mas ajudar no subsídio na apólice. Com isso,

teremos a certeza e a segurança de que, já na próxima década, alcançaremos não somente um terço do PIB nesse setor importante da agricultura, mais 50% do PIB nacional só no setor produtivo primário.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, e a boa-vontade de V. Ex^a pelo espaço que nos concedeu, em defesa do interesse desta grande economia do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas me inscrever como Líder do PSB no momento em que for mais adequado para V. Ex^a me conceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – A Mesa informa que temos o Líder Raimundo Colombo e a Líder Rosalba Ciarlini como segunda inscrita. Depois, será V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Zambiasi como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, nobre Senador, com a costureira tolerância deste Presidente. Sei que os dez minutos serão suficientes, mas a Presidência saberá ser tolerante com V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente Efraim Morais.

As minhas primeiras palavras são de solidariedade para com o povo da sua terra, pela enchente que está passando e sendo vítima; situação inversa pela qual, neste momento, passa o meu Estado, Rio Grande do Sul. Nós, que estamos acostumados a chuvas muito generosas, estamos passando por um princípio de seca. Mais de 100 Municípios já estão enfrentando o problema de falta de água, de seca, de terra seca, o que seria comum lá, no seu sertão. Passa-se, infelizmente, a inverter o processo, e a seca passa a ser comum no nosso Rio Grande, onde o clima é bem mais temperado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço, em nome do povo da Paraíba, a solidariedade de V. Ex^a e, com certeza, em nome do povo gaúcho.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – O tema que trago a esta tribuna para reflexão, Presidente Efraim Morais, apesar de árido, é recorrente e exige uma resposta eficaz, para que pelo menos se amenize o problema. Trata-se do avanço da delinquência juvenil.

No Rio Grande do Sul, um adolescente de 16 anos confessou à polícia agora, no final do mês de março, ter matado 12 pessoas no Vale dos Sinos, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Ele assumiu a autoria de todos esses crimes – sete dos quais já confirmados – com frieza e sem demonstrar o menor remorso. E esse, infelizmente, não é um caso isolado. Há dezenas de outros para nos mostrar o crescente envolvimento de menores em assassinatos, seqüestros, assaltos e no tráfico de drogas.

Diante disso, entendo que esta Casa deve discutir e aprovar medidas capazes de frear a violência praticada por jovens. É urgente que o Senado ofereça à sociedade alternativas para reduzir a criminalidade juvenil, ao mesmo tempo em que garanta meios para a efetiva punição e recuperação desses infratores, respeitando-se sempre os fundamentais direitos humanos.

Sr. Presidente, o jovem matador gaúcho, apesar de ter confessado o assassinato de 12 pessoas num espaço de apenas alguns meses, não é considerado um **serial killer** no sentido exato da expressão – atestam-no a polícia, psicólogos e psiquiatras que analisaram o caso. Trata-se, segundo esses profissionais, de alguém que não dá nenhuma importância à vida alheia e que praticou a maioria dos assassinatos tão somente por vingança. Tal atitude mostra não apenas seu grau de crueldade, mas, principalmente, sua total falta de valores sociais.

Esse jovem foi preso por agentes da Delegacia de Polícia de Novo Hamburgo, no Vale dos Sinos, Região Metropolitana de Porto Alegre, como falei, por suspeita de assassinato de um comerciante numa vila daquele Município. Ao ser ouvido, ele surpreendeu os policiais: além de confirmar o assassinato do comerciante, contou que matara outras 11 pessoas. Os crimes, de acordo com o próprio autor, foram praticados a partir do segundo semestre do ano passado, o que deixou ainda mais estarecida a população gaúcha.

Ao falar sobre as razões que o levaram a matar o comerciante, que o teria agredido com um tapa no rosto e proibido-o de entrar em seu estabelecimento, o jovem confirmou o desprezo pela vida alheia: “Ele se achava o machão da vila. Me deu na cara. Aí voltei e dei 20 tiros nele”, disse o adolescente.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a frase é emblemática, de quem não mede conseqüências e tampouco reflete sobre seus atos, ignorando os mais elementares princípios da convivência social. Ela também está impregnada pela certeza da impunidade com que agem muitos de nossos jovens criminosos. Em certa medida, não deixa de refletir a própria ausência de leis capazes de inibir a delinquência juvenil e de políticas

públicas que consigam impedir que esses jovens trilhem o caminho do crime.

Mais surpreendente ainda é outra descoberta feita pela imprensa gaúcha em relação a esse jovem matador. Na edição do último domingo, em matéria assinada pelo jornalista Humberto Trezzi, o jornal **Zero Hora** revela que o adolescente, ao contrário do que muitos imaginavam assim que ele confessou os crimes, tinha um bom comportamento na escola, onde era considerado um aluno normal e de boas relações sociais.

Na ficha escolar do menor, constava – ou consta – a seguinte descrição, segundo o **Zero Hora**:

“Lê com fluência e demonstra plena compreensão da leitura, relata histórias e reportagens lidas com êxito. Atinge os objetivos, é bem integrado ao grupo, bem relacionado, respeita colegas e professores. É entusiasmado com informática e domina o computador”.

Como explicar, então, que esse adolescente tenha se transformado num matador que passou a aterrorizar, nos últimos meses, os moradores da Vila Kephas, em Novo Hamburgo, onde morou boa parte da sua vida? Há algumas circunstâncias que podem ajudar a decifrar, em parte, essa explosão de violência que tornou o rapaz um terrível assassino.

Filho de mãe condenada por tráfico de drogas e hoje em liberdade provisória, ele também tem outros familiares envolvidos em roubos e em outros crimes. Além disso, segundo a polícia, teria sido cooptado por uma quadrilha de ladrões, que lhe alcançou a primeira arma com a qual começou a praticar a série de assassinatos. Bastou que desse o primeiro tiro, sem qualquer punição, para que o jovem se sentisse livre para seguir atirando e passasse a matar; enfim, para que mostrasse seu total desajuste psicológico e começasse a se vingar daqueles que julgava tê-lo humilhado algum dia, ou para que se envolvesse em assaltos e, conforme a polícia, ajudasse a torturar uma jovem, uma de suas vítimas, até a morte.

Mais isso, por si só, não explica por que esse jovem, agredido na infância e que começou a frequentar a escola apenas aos nove anos, virou um matador.

As razões são várias, indo desde problemas psicológicos, desestruturação familiar e, reitero, falta de uma legislação menos complacente com a delinquência juvenil.

Sr. Presidente, é preciso lembrar que o País já assistiu ao envolvimento de menores em outros crimes bárbaros. Entre eles, a morte de João Hélio Fernandes, de seis anos, ocorrida no início de fevereiro do ano passado, na cidade do Rio de Janeiro. Vítima de assalto, João Hélio foi arrastado por um carro pelas

ruas do subúrbio do Rio, num trajeto de cerca de sete quilômetros, até morrer e ter o corpo abandonado por uma quadrilha que tinha entre seus integrantes um adolescente de 16 anos.

Quem não se recorda também do casal de jovens assassinado em São Paulo, a sangue frio, pelo assaltante Champinha, que, à época do duplo homicídio, também era menor de idade?

Sr. Presidente, pela atual legislação, o jovem matador gaúcho ficará recluso, no máximo, três anos. Esse período pode ser abreviado se ele tiver uma boa avaliação dos profissionais que acompanharão seu comportamento durante sua permanência numa casa de recuperação.

A lei que trata da punição para menores infratores é alvo freqüente de manifestações de setores da sociedade que defendem um tratamento mais rigoroso para os delinqüentes juvenis.

Quero lembrar que tramita nesta Casa a PEC nº 12, cujo Relator é o Senador Demóstenes Torres, que prevê a redução da maioridade penal em situações especiais.

Esse é um aspecto sobre o qual quero chamar a atenção para que não haja uma confusão sobre a generalização da maioridade penal.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a solicita um aparte? (Pausa.) Vou concedê-lo, com muito prazer, daqui a pouco.

Sr. Presidente, tramita nesta Casa a PEC nº 12, que trata do assunto e que prevê a redução da maioridade penal em situações especiais, nas quais estejam envolvidos menores de 18 anos e maiores de 16 anos em crime de tortura, homicídio, tráfico, terrorismo e os definidos como hediondos.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, quero primeiro cumprimentá-lo pela análise geral e por trazer para cá um problema que a gente não está dando a atenção devida, que é o descaminho da juventude e a violência contra as crianças no Brasil. Se a gente olhar os jornais nessas últimas semanas, é inacreditável a quantidade de crianças que foram mortas de diferentes maneiras. Ontem ou anteontem, *O Globo* colocava que, se não me engano, a cada dez minutos uma criança é assassinada no Brasil. Desculpe-me, não sei se são dez minutos, se são dez horas, mas não importa.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Dez minutos, eu li.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – O senhor leu. Isso merecia que a gente parasse de trabalhar por um dia para discutir o assunto. O que é que estamos

fazendo com as nossas crianças? O que estivermos fazendo com as nossas crianças, estaremos fazendo com o futuro do País, porque o futuro do País são essas crianças. Ao mesmo tempo que morrem, estão jogadas fora das escolas, estão abandonadas, e os jovens desencaminhados. Alguns desencaminhados por eles, e outros desencaminhados pelos assassinos deles. Então, esse assunto trazido pelo senhor eu gostaria de vê-lo debatido algum dia, independentemente, especificamente, da proposta que V. Ex^a menciona, a PEC nº 12. Sobre a PEC nº 12, eu também – embora defensor radical do Estatuto da Criança e do Adolescente – estou de acordo que tem de haver exceções. Estou de acordo, V. Ex^a tem razão. Poderemos discutir quem define a exceção: é um juiz, é um colégio de juizes, são psicólogos, é um colégio de psicólogos? Vamos discutir quem define o tratamento diferenciado para alguns meninos e meninas que, embora não tenham 18 anos, representam, sim, um perigo se ficarem fora. Com isso estou de acordo. Apoio o senhor ao trazer esse assunto, mas sobretudo o parabenizo por não haver ficado apenas no assunto, trazendo-nos a história dessas últimas semanas e meses no Brasil, no que se refere ao descaminho da juventude brasileira.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Cristovam Buarque, quero agradecer a sua oportuna manifestação, o seu aparte, porque entendo que, realmente, esta Casa precisa produzir algumas ações que reflitam os anseios da sociedade, que está nos acompanhando neste momento. E uma delas é trazer para este plenário, por exemplo, a votação da PEC nº 12, que está na fila para ser votada. Trazê-la como prioridade, trazê-la para o plenário, chamar para o voto, promover a discussão, acompanhar inclusive as manifestações da sociedade em relação ao nosso voto.

Há muita confusão na discussão em relação à redução da maioria penal, porque é um tema realmente de profunda aridez. Mas algo precisa ser feito, e com urgência.

Sei que nós todos – sociedade – somos responsáveis. Uma boa escola, uma boa atenção à comunidade automaticamente é um freio em relação à delinquência juvenil. Mas, enquanto deixarmos esses jovens à mercê dos adultos, exatamente por que induzem o jovem a sentir-se protegidos pela própria lei na prática do crime... Isso não pode mais acontecer. O jovem tem de refletir e pensar que se envolver em um crime hediondo pode lhe impor uma severa punição também, Senador Mão Santa.

Creio que esta é uma nova oportunidade para que voltemos a discutir esse assunto. No mínimo isso, tamanha é a gravidade dos crimes envolvendo menores, ou como vítimas, ou como praticantes em todo o País.

Estou convencido de que não podemos mais adiar a busca de alternativas para atender ao clamor da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, evitar que alguns jovens sigam praticando crimes, muitas vezes orientados por adultos amparados na certeza da impunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Tem a palavra o Líder José Agripino, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico a V. Ex^a, na Presidência, e à Casa que o meu Partido fez a indicação dos membros efetivos e suplentes que irão compor a CPI do Senado, que vai investigar os cartões corporativos.

Os indicados são os Senadores Demóstenes Torres e Efraim Morais, como titulares, e a Senadora Kátia Abreu, como suplente.

Quero dizer também – e deixar claro – que a CPMI que investiga os cartões corporativos vai continuar sendo objeto de nossa atenção. Mas a atenção com a constatação evidente dos fatos, com os requerimentos importantes de convocação de pessoas ou de informações apresentados naquela Comissão vêm sendo, sistematicamente, negados pelo voto da base do Governo.

Ontem nos reunimos com os membros da Comissão e com a própria Presidente, Senadora Marisa Serrano, a quem solicitamos informações. S. Ex^a nos comunicou que, até terça-feira, quando pretende realizar mais uma reunião, ela poderá ter ou não informações decorrentes de documentos que teriam chegado do Banco do Brasil e que iria apresentar uma série de requerimentos ou colocar em votação uma série de requerimentos novos. Em função do que venha a acontecer nessa reunião de terça-feira, da atitude dos governistas diante dos requerimentos que, seguramente são importantes para a convocação de pessoas que têm algo importante para dizer, poderemos ou não, dando atenção devida a esta CPMI, nos concentrarmos só na CPI do Senado. Nesta, de forma equilibrada, do ponto de vista numérico e da qualidade do debate, poderemos, seguramente, estou convencido disso, levar a efeito um trabalho de investigação à altura da expectativa do povo brasileiro, que quer esclarecer o uso do dinheiro público para o pagamento de cartões corporativos. E, se culpados existirem, temos o direito de identificá-los para, num relatório, remetermos as informações ao Ministério Público, à Justiça, a fim de que

eles possam ser objeto de punição, removendo aquilo que, no meu entender, é o que há de pior na democracia: a impunidade diante da culpa evidente.

Fica, portanto, feita a comunicação a V. Ex^a da indicação dos membros titulares e suplente, do nosso Partido para compor a CPI do Senado que investigará o uso de dinheiro público para pagamento dos cartões corporativos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Mesa fará o registro da comunicação de V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador João Vicente Claudino. (Pausa.)

Antes de conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque para uma comunicação inadiável, comunico às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que a Presidência convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no próximo dia 15 do corrente, terça-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil, quando será agraciada, com a Ordem do Congresso Nacional, S. Ex^a a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 87/08/PS-GSE

Brasília, 10 de abril de 2008

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 407, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 2-4-08, que “autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição

Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 88/08/PS-GSE

Brasília, 10 de abril de 2008

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 408, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 2-4-08, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Com referência às matérias que acabam de ser lidas, a Presidência comunica ao Plenário que os prazos de 45 dias para suas apreciações encontram-se esgotados, e os de suas vigências foram prorrogados por Atos da Mesa do Congresso Nacional, por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal.

Uma vez recebidas formalmente pelo Senado Federal, nesta data, as matérias passam a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas desta Casa, até que se ultimem suas votações.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui as matérias na Ordem do Dia da presente sessão.

Comunicamos, ainda, aos Srs. Senadores que passamos a ter agora três medidas provisórias. Três delas – o Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008, a Medida Provisória nº 405 e a Medida Provisória nº 406 – já se encontram na pauta, com mais duas, são cinco medidas provisórias que trancam a pauta do Senado Federal.

São as seguintes as medidas provisórias recebidas:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

Este avulso contém os seguintes documentos:

- Autógrafo da Medida Provisória
- Medida Provisória original.
- Mensagem do Presidente da República nº 1.009, de 2007
- Exposição de Motivos nº 319/2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Ofício nº 87/2008, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista Relator: Sr. Magela (PT-DF)
- Folha de sinopse da tramitação da matéria da Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 9, de 2008, prorrogando a vigência da Medida Provisória
- Legislação citada.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da

União, as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo-limite de 31 de julho de 2009, os contratos por prazo determinado, vigentes em 27 de dezembro de 2007, realizados com base na alínea h do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação disposta no inciso III do parágrafo único do art. 4º daquela Lei.

§ 1º A autorização de que trata o caput deste artigo é condicionada à declaração da autoridade competente pela prorrogação, para cada projeto de cooperação com prazo determinado, da motivação da necessidade da prorrogação dos respectivos contratos temporários.

§ 2º A prorrogação não poderá ultrapassar a data-limite de encerramento do projeto de cooperação.

Art. 2º O caput do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2008, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

..... “(NR)

Art. 3º O caput do art. 30 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento.

..... “(NR)

Art. 4º O caput do art. 10 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades

referidas no art. 1º desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento.

..... “(NR)

Art. 5º O inciso II do **caput** do art. 2º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
II - 800 (oitocentos) cargos de Analista de Infra-Estrutura.”(NR)

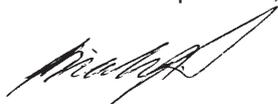
Art. 6º O art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 1º

.....
§ 5º No interesse da administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá definir lotação provisória de Analistas de Infra-Estrutura em autarquias e fundações.”(NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, de de 2008.



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007. no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Ficam os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de julho de 2009, os contratos por prazo determinado, vigentes em 27 de dezembro de 2007, realizados com base no art. 24, inciso VI, alínea **h**, da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação do art. 49-, parágrafo único, inciso UI, daquela Lei.

§ 1º A autorização de que trata o **caput** é condicionada à declaração da autoridade competente pela prorrogação, para cada projeto de cooperação com prazo determinado, da motivação da necessidade da prorrogação dos respectivos contratos temporários.

§ 2º A prorrogação não poderá ultrapassar a data limite de encerramento do projeto de cooperação.

Art. 2º O **caput** do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2008, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.” (NR)

Art. 3º O **caput** do art. 30 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento.” (NR)

Art. 4º O **caput** do art. 10 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades referidas no art. 19- desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento.” (NR)

Art. 5º O inciso II do art. 2º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - 800 (oitocentos) cargos de Analistas de Infra-Estrutura.” (NR)

Art. 6º O art. 12 da Lei nº 11.539, de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 5º No interesse da administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá definir lotação provisória de Analistas de Infra-Estrutura em autarquias e fundações.” (NR)

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.009, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 407, de 26 de dezembro de 2007, que “Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura”.

Brasília, 26 de dezembro de 2007. – **Luiz Inácio**

Lula da Silva.

EM Nº 319/2007/MP

Brasília, 6 de dezembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submetemos à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, que dispõe sobre:

I – a prorrogação, em caráter excepcional, até 31 de julho de 2009, dos contratos temporários que desenvolvem atividades técnicas especializadas em projetos de cooperação assinados com organismos internacionais, nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, art. 22, inciso VI, alínea “h”;

II – a criação de cargos de Analista de Infra-Estrutura, mediante alteração no inciso II do artigo 22 da Lei nº 11.539 de 08 de novembro de 2007, que dispõe sobre a criação da carreira de Analista de Infra-Estrutura, ampliando-se o número de cargos dos atuais duzentos e dezesseis para oitocentos;

III – a prorrogação, até 31 de dezembro de 2008, do prazo de concessão da Gratificação Temporária - GT e da Gratificação de Representação de Gabinete – GRG a servidores ou empregados requisitados pela Advocacia Geral da União – AGU;

IV – a manutenção temporária, até 31 de dezembro de 2008, das Funções Comissionadas Técnicas – FCT alocadas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura – MINC.

2. A proposta de prorrogação da vigência de contratos temporários por tempo determinado tem por objetivo permitir que diversos Projetos de Cooperação Técnica firmados com organismos internacionais possam ter assegurada a continuidade de suas atividades ao longo do exercício de 2008, sem prejuízo das qualidade do trabalho em função da falta de recursos humanos.

3. Em 2002, foi assinado junto ao Ministério Público do Trabalho um Termo de Conciliação Judicial pelo qual a União se comprometia a substituir os contratos na modalidade Equipe Básica de Projetos de Cooperação Técnica Internacional. As substituições previstas no mencionado Termo eram dos contratos que exerciam atividades com caráter de permanência necessário à execução integral dos projetos. Tais contratos eram feitos diretamente com os organismos internacionais. O referido Termo de Conciliação Judicial recomendava à União alteração na Lei nº 8.745, de 1993, de modo a incluir como possibilidade de contratação temporária as atividades Técnicas Especializadas desenvolvidas no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado.

4. Tendo em vista as determinações emanadas do Termo de Conciliação Judicial, o Ministério do Planejamento autorizou, em 2003, a realização de processos seletivos simplificados para um total de 3.703 vagas. As vagas autorizadas permitiram o desenvolvimento das atividades em diversos projetos de cooperação. Muitos dos projetos já foram encerrados. Em setembro de 2007, constata-se que existem 1.500 das vagas autorizadas que estão ocupadas. Portanto, entre as autorizações do Ministério do Planejamento para cumprir as determinações do Termo de Conciliação Judicial, houve uma redução de cerca de 60% no número de contratos temporários amparados pela alínea h do inciso VI do art. 22 da Lei nº 8.745, de 1993.

5. Contudo, diversos projetos foram prorrogados ou tiveram suas atividades ampliadas. Em tais projetos, o desempenho das atividades técnicas especializadas é importante para que se evite descontinuidade nas atividades propostas. Neste sentido, a solução que permite a manutenção dos projetos é a prorrogação da vigência dos contratos até 31 de julho de 2009.

6. Propõe-se também a alteração da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que cria a carreira de Analista de Infra-Estrutura. É ampliado o número de cargos de Analista em Infra-Estrutura, duzentos e dezesseis para oitocentos, permitindo melhor estruturar as áreas

de infra-estrutura federais diante dos grandes desafios a serem enfrentados nestes campos. Permite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão alocar em caráter provisório estes profissionais em Autarquias e Fundações de modo a superar dificuldades na implementação de políticas de Infra-Estrutura. Estas medidas são urgentes de modo a enfrentar os desafios do Plano de Aceleração do Crescimento.

7. Com relação à AGU, propõe-se alterar a redação do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a fim de prorrogar o prazo de concessão da Gratificação Temporária - GT e da Gratificação de Representação de Gabinete – GRGA para servidores ou empregados requisitados. Advocacia-Geral da União ainda não possui um quadro de servidores administrativos capaz de dar suporte adequado às atividades jurídicas do Órgão. A quantidade de servidores que tomaram posse no primeiro concurso realizado pela AGU não foi suficiente para suprir as necessidades de pessoal, sendo que, das quinhentas vagas previstas para novos servidores, apenas trezentas e trinta e seis tiveram seu preenchimento autorizado.

8. Como forma de minimizar o problema da falta de pessoal administrativo a AGU tem se valido da requisição de servidores de outros órgãos. Tais servidores são atraídos pelas Gratificações Temporárias e de Representação de Gabinete, que só poderão ser concedidas até 31 de dezembro de 2007, tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 10.480, de 2002, com a redação dada pelo art. 3º da Lei nº 10.907, de 2009 que por sua vez foi alterada pelo art. 7º da Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007.

9. Cabe registrar o crescente aumento das competências da AGU, em face da Medida Provisória nº 222, de 4 de outubro de 2004, convertida na Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005, que transferiu para a Procuradoria-Geral Federal, mais de cento e dez unidades do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; a criação dos Núcleos de Assessoramento Jurídica – NAJ; a assunção de crescentes demandas pelo Departamento de Cálculo e Perícias, que possui estrutura em todo Território Nacional; e ainda, a reativação de quatorze Procuradorias-Seccionais da União. Dessa forma, torna-se necessário manter as Gratificações concedidas aos servidores requisitados lotados na AGU até que se disponibilize um quadro de pessoal administrativo adequado às atividades do Órgão.

10. No que se refere às Funções Comissionadas Técnicas - FCT, propõe-se a alteração das Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005 e 11.233, de 22 de dezembro de 2005. Trata-se de medida de natureza administrativa relevante e urgente, destinada a viabilizar a continuidade do cumprimento da missão institucional do Ministério da Cultura – MinC e suas entidades vinculadas,

assim também como a do DNIT, a partir da manutenção temporária das Funções Comissionadas Técnicas – FCT alocadas nesses órgãos e entidades.

11. Em ambos os casos, a vigência dos novos planos de cargos determinou a restituição ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão das Funções Comissionadas Técnicas alocadas ao DNIT e ao Ministério da Cultura e suas entidades vinculadas até 31 de dezembro de 2007. Aliado aos planos de cargos, a consecução de concursos públicos e o ingresso de servidores efetivos tornariam desnecessárias as FCT. Entretanto, a demora no provimento de servidores e a ampliação de novas competências evidenciam que a alocação dessas Funções ainda se faz necessária.

12. A extinção do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER, determinada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, promoveu a transferência de todas as atribuições para o DNIT, conforme art. 3º da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006. Essa reorganização de competências, implicou em um processo de modernização do DNIT e na ampliação de suas responsabilidades na gestão do Sistema Federal de Viação sob administração direta da União nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário. Além disso, a edição do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC exigirá da entidade ainda mais desenvoltura operacional e força de trabalho para o alcance das metas.

13. No âmbito da Cultura, observa-se esforço, nos últimos quatro anos, para recuperação da capacidade operacional do Ministério e suas vinculadas a partir da modernização da estrutura organizacional, alocação de cargos em comissão e ingresso de servidores efetivos. A criação do referido Plano Especial de Cargos buscou oferecer o necessário suporte de força de trabalho para o assegurar o cumprimento da missão institucional. Não obstante, verifica-se que a constituição do quadro de servidores ainda é insuficiente para o conjunto de atribuições, em particular nas entidades vinculadas. Observa-se que das 320 FCT alocadas no Ministério da Cultura, 220 encontram-se no Instituto do Patrimônio Histórico Nacional e Artístico Nacional – IPHAN, qualificando postos de trabalho descentralizados em todo o país. A devolução das Funções Comissionadas Técnicas em 31 de dezembro de 2007 refletirá em descontinuidade da missão institucional.

14. Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelo MinC e pelo DNIT, em face do calendário necessário à realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos, torna-se necessário prorrogar o prazo para a devolução dessas FCT. Assim, propõe-se a manutenção das 320 FCT alocadas no MinC e das 270 FCT no DNIT até 31 de dezembro de 2008, dando-

se, assim, prazo hábil a uma transição que preserve a capacidade operacional dos órgãos e entidades.

15. Além do já exposto, Senhor Presidente, a urgência e a relevância dessas medidas estão caracterizadas pela necessidade de se assegurar a continuidade de atividades técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com organismos internacionais, que são de fundamental importância para a execução de ações nas áreas de saúde, meio ambiente, educação, desenvolvimento social, dentre outras, cujos contratos vencem entre dezembro de 2007 e o primeiro semestre de 2008. Já em relação à ampliação dos cargos da carreira de analista de infra-estrutura, a urgência está também presente, devido à necessidade de além de suprir com recursos humanos especializados os órgãos da administração pública federal direta, contemplar a administração pública indireta, para a execução das prioridades estabelecidas pelo Plano de Aceleração do Crescimento, assim como permitir a fiscalização e execução de ações relevantes para a recuperação e superação de gargalos na infra-estrutura nacional.

16. No que se refere à AGU, os requisitos de urgência e relevância das medidas estão presentes na necessidade de se evitar possível descontinuidade nos serviços prestados pela AGU e de se fazer de forma gradual a transição de um quadro de servidores composto por pessoal requisitado, para um composto por ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da AGU. No que se refere à manutenção das FCTs no Minc e DNIT, a proposta tem caráter de urgência e relevância, pois os órgãos e entidades vêm enfrentando dificuldades para o atingimento de sua missão institucional em função do aumento da complexidade de suas atribuições e da insuficiência da força de trabalho, sem que tenha existido uma correspondente adequação de sua estrutura organizacional e da força de trabalho aos novos desafios enfrentados pelas Pastas.

17. Com relação ao impacto orçamentário-financeiro, cabe esclarecer que a prorrogação dos contratos temporários não gera aumento de despesa, uma vez que os contratos já existem e sua eventual prorrogação apenas exigiria dos órgãos e entidades envolvidos a manutenção da dotação específica utilizando para tanto do expediente de transferir para o pagamento dos custos de cada contrato de recursos já destinados ao custeio. A ampliação da carreira de Analista de Infra-Estrutura também não acarreta impacto orçamentário, uma vez que se trata de criação de cargos vagos e o impacto orçamentário-financeiro será verificado quando do provimento dos cargos.

18. No caso da AGU, a estimativa do impacto orçamentário com a prorrogação das gratificações é de R\$ 4.544.717,67 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e

quatro mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e sete centavos) para 2008, incluindo gratificação natalina e adicional de férias. Tal impacto é compatível com as dotações consignadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2008 – PLOA-2008 e demais dispositivos da legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal. No que se refere à prorrogação das FCTs, do ponto de vista orçamentário, a proposta está em conformidade com o previsto no PLOA-2008, uma vez que os recursos para arcar com as despesas decorrentes do remanejamento dos cargos em comissão estão previstos em funcional programática específica e não implicam em aumento de gastos, pois as FCT em tela estavam ocupadas no mês de abril de 2007, ou seja, figuram nas dotações constantes do PLOA-2008 e por isso foram previstos recursos para fazer face às despesas relativas às referidas Funções.

19. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da Medida Provisória em questão.

Respeitosamente, – **João Bernardo de Azevedo Bringel.**

OF. n. 87/08/PS-GSE

Brasília, de abril de 2008

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 407, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 02.04.08, que “Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

MPV N° 407	
Publicação no DO	27-12-2007
Designação da Comissão	7- 2-2008 (SF)
Instalação da Comissão	8- 2-2008
Emendas	até 11-2-2008
Prazo na Comissão	6- 2-2008 a 19-2-2008 (14° dia)
Remessa do Processo à CD	19-2-2008
Prazo na CD	20-2-2008 a 4-3-2008 (15° ao 28° dia)
Recebimento previsto no SF	4-3-2008
Prazo no SF	5-3-2008 a 18-3-2008 (42° dia)
Se modificado, devolução à CD	18-3-2008
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	19-3-2008 a 21-3-2008 (43° ao 45° dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	22-3-2008 (46° dia)
Prazo final no Congresso	5-4-2008 (60 dias)
Prazo final Prorrogado	4-6-2008
(*)Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2008 – DOU (Seção I) de 28-3-2008.	

MPV N° 407	
Votação na Câmara dos Deputados	2-4-2008
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA

O SR. MAGELA (PT-DF. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorização para fazer um breve relato e ir direto para o voto que proferiremos.

Esta medida provisória, Sr. Presidente, prorroga contratos, acordos com organismos internacionais, altera a Lei nº 10.480, prorroga o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela AGU e dá outras providências.

Sr. Presidente, recebemos 11 emendas. Em algumas delas, paramos inclusive para discutir, especialmente a emenda do Dr. Ubiali, que pretendia a prorrogação até 2010, e a emenda da Deputada Angela Amin, que desejava resolver um problema da Universidade de Santa Catarina. Não conseguimos avançar nestas nem em outras emendas por problemas constitucionais e por problemas de adequação orçamentária.

Portanto, estamos dando parecer contrário a todas as emendas, seja por inadequação orçamentária ou no mérito.

Agora à tarde, iniciamos um debate para inclusão de um novo dispositivo na medida provisória, no projeto de conversão, para criação de 12 cargos de DAS para 4 superintendências do DNIT no Distrito Federal, Amapá, Acre e Roraima. Infelizmente, não pudemos inserir esse dispositivo, já que não havia embasamento constitucional para que isso acontecesse. Manteremos os acordos feitos, mas em outro dispositivo.

Portanto, Sr. Presidente, nosso parecer é pela admissibilidade, pela constitucionalidade, pela regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da medida provisória tal qual ela foi apresentada a esta Casa e pela rejeição das 11 emendas apresentadas.

São o nosso relatório e o nosso voto.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
À MESA*

**PARECER APRESENTADO EM PLENÁRIO
PELO RELATOR DESIGNADO PARA
MANIFESTAR-SE PELA COMISSÃO
MISTA INCUMBIDA DA APRECIÇÃO DA MATÉRIA**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Magela**

I – Relatório

Com base no disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitu-

cional nº 32, de 2001, o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 407, de 26 de dezembro de 2007, com força de lei, e a submeteu à apreciação do Congresso Nacional.

O art. 1º da Medida Provisória nº 407, de 2007, autoriza os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de julho de 2009, a prorrogar os contratos temporários vigentes em 27 de dezembro de 2007, desde que realizados no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado e implementados mediante acordos com organismos internacionais. A referida autorização ficará condicionada, ainda, à declaração da autoridade competente, para cada projeto de cooperação com prazo determinado, dos motivos que justificam a necessidade de prorrogação, que não poderá ultrapassar a data de encerramento do respectivo projeto.

O art. 2º, por sua vez, dispõe sobre a alteração do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, para prorrogar, por mais um ano, o prazo de recebimento das Gratificações de Representação de Gabinete ou Temporária pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

Já os arts. 3º e 4º visam alterar, respectivamente, o art. 30 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, e o art. 10 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, para prorrogar o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura.

De acordo com os arts. 5º e 6º da MP, que objetivam, respectivamente, alterar o inciso II do art. 2º e acrescentar o § 5º ao art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, aumentará de 216 (duzentos e dezesseis) para 800 (oitocentos) o quantitativo total de cargos da Carreira de Analista de Infra-Estrutura, ficando estabelecido que, no interesse da administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá definir lotação provisória para os Analistas de Infra-Estrutura em autarquias e fundações.

Cabe lembrar, por oportuno, que foram apresentadas pelos Srs. Congressistas, perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer à MP nº 407/2007, as 11 emendas descritas no quadro seguinte.

QUADRO-RESUMO DAS EMENDAS À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Nº	Autor	Art.	Objetivo
1	Dep. Andreia Zito	1º	Altera de 31.07.09 para 31.12.08 o prazo limite para renovação dos contratos temporários a que se refere.
2	Dep. Dr. Ubiali	1º	Altera de 31.07.09 para 31.07.10 o prazo limite para renovação dos contratos temporários a que se refere.
3	Sen. Alvaro Dias	1º	Suprime o artigo para não permitir a renovação dos contratos por tempo determinado a que se refere.
4	Dep. Fernando Coruja	1º	Idem Emenda 3.
5	Dep. Fernando Coruja	1º	Estabelece obrigatoriedade de se observar, nas renovações dos contratos temporários, o limite de prazo total de quatro anos.
6	Dep. Fernando Coruja	1º	Acresce parágrafos ao artigo para prever a divulgação, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de informações atualizadas sobre os contratos temporários.
7	Dep. Fernando Coruja	6º	Altera o texto sugerido para o § 5º do art. 1º da Lei 11.539/07 para garantir que sejam resguardadas as atribuições dos Analistas de Infra-Estrutura, previstas no inciso I do mesmo artigo.
8	Dep. Onyx Lorenzoni	1º	Idem Emenda 1.
9	Dep. Andreia Zito	5º	Suprime o artigo para impedir a ampliação, de 216 para 800, do quantitativo de Analistas de Infra-Estrutura existentes na respectiva Carreira.
10	Dep. Angela Amin	7º	Acresce artigo à MP para estabelecer que as ações cadastradas no SICAJ sob os números 1979 e 8476 continuem a ser pagas aos respectivos servidores e se incorporem aos seus vencimentos, inclusive para efeito de aposentadoria.
11	Dep. Dr. Ubiali	7º	Acresce artigo à MP para prever a criação, no âmbito do Poder Executivo, do cargo de Especialista de Relações internacionais.

Esgotado o prazo para apreciação da matéria pela Comissão Mista a que se refere o § 9º do art. 62 da Constituição Federal, sem que essa tivesse sido instalada, cabe-nos, em decorrência de designação da Mesa da Câmara dos Deputados e em substituição à referida Comissão, apresentar parecer em Plenário.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Da Admissibilidade

O primeiro aspecto a ser examinado é concernente à admissibilidade da Medida Provisória nº 407, de 2007, face aos requisitos constitucionais de relevância e urgência e às vedações constantes do § 1º do art. 62 da Carta Magna.

Desta forma, conforme expresso na exposição de motivos que acompanha a MP, a relevância e a urgência que fundamentam sua edição decorrem da

necessidade de se assegurar a continuidade de atividades técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com organismos internacionais, que são de fundamental importância para a execução de ações nas áreas de saúde, meio ambiente, educação e desenvolvimento social, dentre outras.

Com relação à ampliação dos cargos da carreira de analista de infra-estrutura, a urgência é justificada devido à necessidade de, além de suprir com recursos humanos especializados os órgãos da administração pública federal direta, contemplar a administração pública indireta, para a execução das prioridades estabelecidas pelo Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, assim como permitir a fiscalização e execução de ações relevantes para a recuperação e superação de gargalos na infra-estrutura nacional.

Quanto à Advocacia-Geral da União – AGU, explica-se a urgência e relevância da medida pela ne-

cessidade de se evitar possível descontinuidade nos serviços prestados e de se fazer, de forma gradual, a transição de um quadro de servidores composto por pessoal requisitado para um composto por ocupantes de cargos efetivos do quadro de pessoal da AGU.

No que se refere à manutenção das Funções Comissionadas Técnicas – FCT no Ministério da Cultura e no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, o caráter de urgência e relevância da MP está relacionado às dificuldades que esses órgãos e suas entidades vinculadas vêm enfrentando para o cumprimento de sua missão institucional, em função do aumento da complexidade de suas atribuições e da insuficiência da força de trabalho.

Assim, tendo em vista as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo, julgamos que a Medida Provisória sob exame satisfaz os pressupostos de relevância e urgência exigidos para sua edição, tendo sido enviada ao Congresso Nacional nos termos previstos no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. Adicionalmente, é de se observar que a MP 407/2007 não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas no § 1º do art. 62 da Constituição, o que nos faz concluir por sua admissibilidade.

Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

A Medida Provisória nº 407, de 2007, trata de matéria que se insere na competência legislativa do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da Carta Magna. De forma semelhante, o objeto da MP não colide com o disposto no art. 84 da Constituição, segundo o qual é da competência privativa do Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, desde que não implique em aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos. Não há, portanto, restrições a fazer quanto ao aspecto da constitucionalidade da MP nº 407/2007, tampouco quanto à sua juridicidade e técnica legislativa.

Entendemos, portanto, que a Medida Provisória sob análise satisfaz os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa exigidos em sua análise prévia.

Da Adequação Orçamentária e Financeira

O § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes. Já seu art. 19 estabelece que o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que

pertencer o Relator da MP encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de cinco dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

Isto posto, é de se observar que a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, ao analisar a matéria, enunciou que a prorrogação dos contratos temporários não gera aumento de despesa, uma vez que os contratos já existem e, conforme a Exposição de Motivos da MP, sua eventual prorrogação apenas exigiria dos órgãos e entidades envolvidos a manutenção da dotação específica.

No caso da AGU, o impacto orçamentário com a prorrogação das gratificações é compatível com as dotações consignadas na Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008 e demais dispositivos da legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal.

No que se refere à prorrogação das Funções Comissionadas Técnicas – FCT, a proposta está em conformidade com o previsto na Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, haja vista que os recursos para arcar com as despesas decorrentes do remanejamento dos cargos em comissão estão previstos em funcional programática específica e não implicam em aumento de gastos. Ademais, como as FCT em questão estavam ocupadas no mês de abril de 2007, foram previstos recursos para fazer face às despesas correspondentes.

Por fim, com relação à ampliação da Carreira de Analista de Infra-Estrutura, a lei orçamentária para o exercício de 2007 e a Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008 trazem autorizações genéricas nas quais essa ampliação poderia estar respaldada.

Isto posto, concluímos pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 407, de 2007.

Do Mérito

Em suma, a Medida Provisória nº 407, de 2007, promove quatro alterações legislativas em caráter de urgência:

1. prorroga, em caráter excepcional, os contratos temporários daqueles que desenvolvem atividades técnicas especializadas em projetos de cooperação assinados com organismos internacionais;
2. prorroga o prazo de concessão da Gratificação Temporária – GT e da Gratificação de Representação de Gabinete – GRG aos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União – AGU;
3. mantém, temporariamente, as Funções Comissionadas Técnicas alocadas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de

Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura – MINC;

4. cria cargos de Analista de Infra-Estrutura na respectiva carreira, ampliando-os de 216 para 800.

A prorrogação do prazo dos contratos temporários permitirá que os Projetos de Cooperação Técnica firmados com organismos internacionais, muitos deles nas áreas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento social e educação, possam ter assegurada a continuidade de suas atividades ao longo do ano de 2008, sem prejuízo da qualidade do trabalho em função da falta de recursos humanos. Há que se considerar, também, que diversos desses projetos tiveram atividades ampliadas ou foram prorrogados, o que justifica a consequente dilatação do prazo de manutenção dos contratos temporários.

Já a prorrogação do prazo de concessão da GT e da GRG na AGU, para servidores ou empregados requisitados, explica-se pela necessidade de transição gradual de um quadro provisório para outro, de servidores efetivos, sem que haja o risco de descontinuidade dos serviços prestados pelo órgão, cujas atribuições e estrutura vêm crescendo vertiginosamente, muito além da velocidade de execução dos concursos públicos e preenchimento das respectivas vagas.

No tocante às FCT no DNIT e no MinC, de forma semelhante ao que ocorreu na AGU, a ampliação das funções desses órgãos, assim como das entidades vinculadas, no caso do MinC, fez com que se tornasse impossível o cumprimento de sua missão institucional sem a manutenção das FCT, que aguardam a execução de concursos públicos e a nomeação de servidores efetivos para que sejam devolvidas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme previsto na legislação específica. Nesse ínterim é fundamental a manutenção temporária das FCT por pelo menos mais um exercício, até que se promova a nomeação dos servidores efetivos, para que não seja comprometida a atuação destes órgãos em razão de insuficiência da força de trabalho neles alocada.

Por fim, no que se refere à ampliação do número de cargos da Carreira de Analista de Infra-Estrutura, constata-se necessidade premente de suprir com recursos humanos especializados os órgãos e entidades da administração direta e indireta federal que atuam nas áreas prioritárias estabelecidas no Plano de Aceleração do Crescimento, assim como na execução e fiscalização de ações relevantes para a superação de gargalos na infra-estrutura do país.

Conclui-se, portanto, com base em sua exposição de motivos, que a edição da Medida Provisória nº 407, de 2007, justifica-se pela necessidade de manutenção

ou ajuste da estrutura, em termos de recursos humanos, dos órgãos e entidades envolvidos, sob pena de causar sérios prejuízos à Administração Pública Federal no tocante à manutenção e recomposição da força de trabalho em áreas de interesse estratégico para o Estado, assim como de comprometer a efetividade do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

Das Emendas

Das 11 emendas apresentadas, as de nºs 1 a 9, a nosso ver, não apresentam problemas de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa ou adequação orçamentária e financeira e, portanto, são admissíveis quanto a esses quesitos. Já as emendas de nºs 10 e 11, além de versarem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória, contrariando o disposto no § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, criam, ainda, despesas de caráter continuado sem indicar a fonte de custeio, o que as torna inadmissíveis não só por inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa, mas também por inadequação orçamentária e financeira.

Do ponto de vista do mérito, as emendas de nos 1 a 6 e a de nº 8 visam promover alterações no art. 1º da MP, seja alterando os prazos para prorrogação dos contratos temporários ou mesmo criando empecilhos e até mesmo vedando totalmente sua dilação. Nenhuma delas, ao que nos parece, visa aprimorar o texto do referido artigo e atender aos objetivos precípuos da medida sob exame.

As emendas nºs 7 e 9 visam, respectivamente, resguardar as atribuições e impedir a ampliação do número de cargos de Analistas de Infra-Estrutura. A primeira já é prevista em lei e, portanto, inócua. A segunda vai contra todo o espírito da MP sem qualquer justificativa razoável.

Já as emendas nºs 10 e 11, além de inadmissíveis, também pecam quanto ao mérito ao propor ações para o Poder Executivo que sequer temos como avaliar, a partir do Legislativo.

Feitas estas considerações, nosso voto é pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 407, de 2007, bem como, no mérito, por sua integral aprovação. Com relação às Emendas, nosso voto é pela inadmissibilidade, por inconstitucionalidade, e pela injuridicidade, má técnica legislativa e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 10 e 11, bem como pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, bõafé-énica legislativa e adequação orçamentária e financeira das demais. No mérito, entretanto, votamos pela rejeição de todas as emendas apresentadas.

Sala das Sessões, – Deputado **Magela**, Relator.

Consulta Tramitação das Proposições

[Cadastrar para Acompanhamento](#)

[NovaPesquisa](#)

Proposição: MPV-407/2007

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 27/12/2007

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Aguardando Encaminhamento.

Ementa: Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

Indexação: Alteração, Lei de Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, autorização, prorrogação, contrato por prazo determinado, projeto, cooperação técnica, organismo internacional, Gratificação de Representação de Gabinete, Gratificação Temporária, servidor, requisitado, Advocacia-Geral da União. - Alteração, lei federal, criação, aumento, cargo de carreira, Analista de Infra-Estrutura, autorização, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, definição, lotação provisória, fundação, autarquia, manutenção, recebimento, Função Comissionada Técnica, pessoal, (DNIT), Ministério da Cultura, prorrogação, prazo, devolução.

Despacho:

20/2/2008 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

MSC 1009/2007 (Mensagem) - Poder Executivo

Legislação Citada

Emendas

- MPV40707 (MPV40707)

EMC 1/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Andreia Zito

EMC 2/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Dr. Ubiali

EMC 3/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Alvaro Dias

EMC 4/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Coruja

EMC 5/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Coruja

EMC 6/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Coruja

EMC 7/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Coruja

EMC 8/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni

EMC 9/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Andreia Zito

EMC 10/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Angela Amin

EMC 11/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Dr. Ubiali

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV40707 (MPV40707)

PPP 1 MPV40707 (Parecer Proferido em Plenário) - Magela

Última Ação:

2/4/2008 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 407-A/07)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
27/12/2007	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
27/12/2007	CONGRESSO NACIONAL (CN) Prazo para Emendas: 06/02/2008 a 11/02/2008. Comissão Mista: 06/22/2008 a 19/02/2008. Câmara dos Deputados: 20/02/2008 a 04/03/2008. Senado Federal: 05/03/2008 a 18/03/2008. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 19/03/2008 a 21/03/2008. Sobrestar Pauta: a partir de 22/03/2008. Congresso Nacional: 06/02/2008 a 05/04/2008. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 06/04/2008 a 04/06/2008.

20/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da MSC 1009/2007, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 407, de 26 de dezembro de 2007, que " Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005 e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura"."
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido o Ofício 46/2008, do Congresso Nacional que encaminha o processado da Medida Provisória nº 407/2007. Informa ainda, que à Medida foram apresentadas 11 (onze emendas) e que a Comissão Mista não se instalou.
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência.
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
21/2/2008	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 22/2/2008.
22/2/2008	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Magela (PT-DF), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às 11 emendas apresentadas.
25/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de "quorum". (Sessão Ordinária - 14:00).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 398-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
27/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
27/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 400/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
28/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
28/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 401/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
4/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão em face da não-conclusão da apreciação da MPV 402/07, item 2 da pauta, com prazo encerrado.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 404/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:02)
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 1.179/07, item 03 da pauta, com prazo

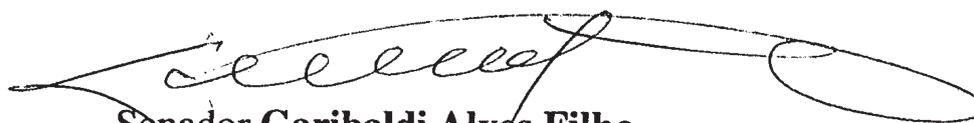
	encerrado.
13/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
13/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 1.650/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
17/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, por falta de "quorum".
18/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
18/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
19/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
19/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
25/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
25/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 405/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 405-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:05)
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 406/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
27/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.
1/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
1/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria sobre a mesa.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Luciano Castro, Líder do PR, que solicita inversão de pauta, a fim de que a MPV 407/07 seja apreciada como item 2, renumerando-se os demais.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Luciano Castro (PR-RR).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Magela (PT-DF), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade

	e técnica legislativa desta MPV e das Emendas de nºs 1 a 9; pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa das Emendas de nºs 10 e 11; pela adequação financeira e orçamentária desta MPV e das Emendas de nºs 1 a 9; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 10 e 11; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 11
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirados pelos Autores: o Requerimento do Dep. José Aníbal, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da discussão por duas sessões; o Requerimento do Dep. Lira Maia, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da discussão por uma sessão; o Requerimento do Dep. Lira Maia, na qualidade de Líder do DEM, que solicita discussão por grupo de artigos; o Requerimento do Dep. Lira Maia, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por duas sessões; o Requerimento do Dep. José Aníbal, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da votação por uma sessão; o Requerimento do Dep. Lira Maia, na qualidade de Líder do DEM, que solicita votação artigo por artigo; o Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, solicitando que a votação da admissibilidade da MPV 407/07 seja feita pelo processo nominal; o Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, solicitando que a votação do mérito da MPV 407/07 seja feita pelo processo nominal.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO) e Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inconstitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 10 e 11, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, as Emendas de nºs 10 e 11 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 9, com parecer contrário, ressalvado o destaque.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 407, de 2007, ressalvado o destaque.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 6, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PPS.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitada a Emenda nº 6.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Magela (PT-DF).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 407-A/07)

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9 , DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 407, de 26 de dezembro de 2007**, que “Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, **27** de março de 2008.



Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993.Vide texto compilado

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

.....
 Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

VI - atividades: (Redação dada pela Lei nº 9.849, de 1999).

h) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública. (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003)

~~Atenção:~~ (Vide Medida Provisória nº 341, de 2006).

Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos: (Redação dada pela Lei nº 10.667, de 2003) ~~Atenção:~~ (Vide Medida Provisória nº 341, de 2006).

Parágrafo único. É admitida a prorrogação dos contratos: (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003) (Vide Lei nº 11.204, de 2005)

III – nos casos dos incisos V e VI, alíneas a e h, do art. 2º, desde que o prazo total não exceda quatro anos; (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003)

LEI Nº 10.480, DE 2 DE JULHO DE 2002.Mensagem de veto

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU – GDAA, cria a Procuradoria-Geral Federal, e dá outras providências.

.....
 Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2008, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União. (Redação dada pelo Medida Provisória nº 407, de 2007)

§ 1º Para os efeitos do disposto neste artigo, são mantidas 670 (seiscentas e setenta) Gratificações Temporárias, sendo 470 (quatrocentas e setenta) do nível GT-I e 200 (duzentas) do nível GT-II, bem como 62 (sessenta e duas) Gratificações de Representação de Gabinete, sendo 5 (cinco) de nível GR-IV, 14 (quatorze) de nível GR-III, 29 (vinte e nove) de nível GR-II e 14 (quatorze) de nível GR-I. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.490, de 2007)

§ 2º Até o encerramento do prazo referido no caput deste artigo, o quantitativo referido no § 1º deste artigo será reduzido proporcionalmente por ato do Advogado-Geral da União, à medida que forem empossados os aprovados em concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da AGU não integrantes das Carreiras jurídicas da instituição. (Incluído pela Lei nº 11.490, de 2007)

LEI Nº 11.171, DE 2 DE SETEMBRO DE 2005.

Dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e dá outras providências.

~~Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradativamente, a contar da data da publicação desta Lei, da seguinte forma: (Vide Medida Provisória nº 283, de 2006)~~

~~I – 25% (vinte e cinco por cento) após decorridos, no máximo, 2 (dois) meses;~~

~~II – 55% (cinquenta e cinco por cento) após decorridos, no máximo, 4 (quatro) meses; e~~

~~III – em sua integralidade até 6 (seis) meses.~~

~~Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de março de 2007, observado cronograma estabelecido em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 11.314 de 2006) (Vide Medida Provisória nº 359, de 2007)~~

~~Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2007, observado cronograma estabelecido em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007)~~

Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento. (Redação dada pelo Medida Provisória nº 407, de 2007)

LEI Nº 11.233, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nºs 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências.

~~Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades referidas no art. 1º desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta Lei. (Vide Medida Provisória nº 283, de 2006)~~

~~Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades referidas no art. 1º desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de março de 2007, observado cronograma estabelecido em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 11.314 de 2006) (Vide Medida Provisória nº 359, de 2007)~~

~~Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades referidas no art. 1º desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2007, observado cronograma estabelecido em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007)~~

Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades referidas no art. 1º desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento. (Redação dada pelo Medida Provisória nº 407, de 2007)

LEI Nº 11.539, DE 8 NOVEMBRO DE 2007.**Conversão da MPv nº 389, de 2007**

Dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior.

Art. 1º Ficam criados, no âmbito da administração pública federal direta, a seguinte Carreira e cargos isolados de provimento efetivo:

I - Carreira de Analista de Infra-Estrutura, estruturada nas Classes A, B e Especial, composta do cargo de Analista de Infra-Estrutura, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de infra-estrutura de grande porte; e

II - cargo isolado de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, de nível superior, estruturado em classe única, com atribuições de alto nível de complexidade voltadas às atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de grande porte na área de infra-estrutura.

§ 1º Os cargos de que trata este artigo estão estruturados na forma do Anexo I desta Lei.

§ 2º As atribuições específicas dos cargos de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto.

§ 3º Os ocupantes dos cargos de que trata este artigo somente serão lotados em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas à infra-estrutura viária, de saneamento, de energia, de produção mineral, de comunicações e de desenvolvimento regional e urbano.

§ 4º Compete ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, respeitado o § 3º deste artigo, definir a lotação dos ocupantes dos cargos de que trata este artigo.

§ 5º No interesse da administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá definir lotação provisória de Analistas de Infra-Estrutura em autarquias e fundações. (Redação dada pelo Medida Provisória nº 407, de 2007)

Art. 2º O quantitativo total de cargos da carreira e do cargo isolado de que trata o art. 1º desta Lei é de:

I - 84 (oitenta e quatro) cargos de Especialista em Infra-Estrutura Sênior; e

~~II - 216 (duzentos e dezesseis) cargos de Analista de Infra-Estrutura.~~

II - 800 (oitocentos) cargos de Analistas de Infra-Estrutura. (Redação dada pelo Medida Provisória nº 407, de 2007)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.

Este avulso contém os seguintes documentos:

- Autógrafo da Medida Provisória
- Medida Provisória original
- Mensagem do Presidente da República nº 1.010, de 2007
- Exposição de Motivos nº 361/2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ofício nº 88/2008, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória

- Nota Técnica nº 2, de 2008, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Edinho Bez (Bloco/PMDB – SC)
- Folha de sinopse da tramitação da matéria da Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 10, de 2008, prorrogando a vigência da Medida Provisória

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DDE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e

quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia, da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, do Turismo e das Cidades, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$2.018.000.961,00 (dois bilhões, dezoito milhões e novecentos e sessenta e um reais);

II – excesso de arrecadação no valor de R\$613.644.437,00 (seiscentos e treze milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$383.800.784,00 (trezentos e oitenta e três milhões, oitocentos mil, setecentos e oitenta e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F D	G R F	M O D	I U	F T E	VALOR
SOCIAL		0471 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO						8.274.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
19 573	0471 001F	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS						8.274.000
19 573	0471 001F 0189	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						8.274.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	E S F D	G R F	M O D	I U	F T E	2.310.000
			E S F D	G R F	M O D	I U	F T E	4.964.000
		TOTAL - FISCAL						8.274.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						8.274.000

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F D	G R F	M O D	I U	F T E	VALOR
		0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL						30.489.284
		ATIVIDADES						
04 301	0776 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						30.489.284
04 301	0776 2004 0603	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						30.489.284
			S	3	2	90	0	100
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						30.489.284
		TOTAL - GERAL						30.489.284

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	U	F	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI										12.000.000
OPERACOES ESPECIAIS										
12 364	1073 0048	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NAO FEDERAIS								12.000.000
12 364	1073 0048 0553	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NAO FEDERAIS - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								12.000.000
			F	3	2	50	0	300		6.000.000
			F	4	2	50	0	300		6.000.000
TOTAL - FISCAL										12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										12.000.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	U	F	VALOR
1061 BRASIL ESCOLARIZADO										52.000.000
OPERACOES ESPECIAIS										
12 361	1061 0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA								52.000.000
12 361	1061 0509 0105	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								52.000.000
			F	3	2	30	0	300		31.200.000
			F	4	2	30	0	300		20.800.000
TOTAL - FISCAL										52.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										52.000.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
 UNIDADE : 24904 - FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE - FGPC

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I O D	U O D	F T E	VALOR
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MEDIO										94.605.100
FORTE										
OPERACOES ESPECIAIS										
22 846	0419 0473	HONRA DE AVAL DECORRENTE DE GARANTIA DO RISCO DAS OPERACOES DE FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS (LEI N° 9.531, DE 1997)								94.605.100
22 846	0419 0473 0103	HONRA DE AVAL DECORRENTE DE GARANTIA DO RISCO DAS OPERACOES DE FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS (LEI N° 9.531, DE 1997) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								94.605.100
			F	3	2	90	0	680		94.605.100
TOTAL - FISCAL										94.605.100
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										94.605.100

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32202 - COMPANHIA DE PESQUISA E PESQUISAS SUBTERRANEAS - CPRM

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I O D	U O D	F T E	VALOR
1115 GEOLOGIA DO BRASIL										40.000.000
ATIVIDADES										
22 663	1115 2397	LEVANTAMENTOS HIDROGEOLOGICOS								5.000.000
22 663	1115 2397 0101	LEVANTAMENTOS HIDROGEOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								5.000.000
			F	3	2	90	0	342		4.750.000
			F	4	2	90	0	342		250.000
22 663	1115 2398	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS								10.000.000
22 663	1115 2398 0101	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								10.000.000
			F	3	2	90	0	342		9.500.000
			F	4	2	90	0	342		500.000
22 663	1115 4872	LEVANTAMENTOS GEOFISICOS								25.000.000
22 663	1115 4872 0101	LEVANTAMENTOS GEOFISICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								25.000.000
			F	3	2	90	0	342		25.000.000
TOTAL - FISCAL										40.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										40.000.000

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33101 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0084		ARRECADACAO DE RECEITAS PREVIDENCIARIAS							61.016.000
		ATIVIDADES							
09 126	0084 2580	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA GUIA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFIP							61.016.000
09 126	0084 2580 0103	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA GUIA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFIP - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	61.016.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									61.016.000
TOTAL - GERAL									61.016.000

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0083		PREVIDENCIA SOCIAL BASICA							280.063.344
		ATIVIDADES							
09 271	0083 2A57	REMUNERACAO DOS SERVICOS POSTAIS							177.156.381
09 271	0083 2A57 0103	REMUNERACAO DOS SERVICOS POSTAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	177.156.381
09 126	0083 2292	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS							54.781.843
09 126	0083 2292 0103	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	54.781.843
09 126	0083 2564	CADASTRO NACIONAL DE INFORMACOES SOCIAIS - CNIS							7.300.575
09 126	0083 2564 0103	CADASTRO NACIONAL DE INFORMACOES SOCIAIS - CNIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	7.300.575
09 122	0083 2910	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS							40.824.545
09 122	0083 2910 0107	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	40.824.545
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									280.063.344
TOTAL - GERAL									280.063.344

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36261 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									15.000.000
ATIVIDADES									
10 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							15.000.000
10 301	0750 2004 0605	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	(15)	15.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.000.000
TOTAL - GERAL									15.000.000

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO	E	G	R	M	I	F	VALOR
1214 ATENCAO BASICA EM SAUDE									72.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
10 301	1214 0589	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA A SAUDE DA FAMILIA							72.000.000
10 301	1214 0589 0117	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA A SAUDE DA FAMILIA - NO ESTADO DO AMAZONAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	18.000.000
10 301	1214 0589 0119	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA A SAUDE DA FAMILIA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	21.000.000
10 301	1214 0589 0121	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA A SAUDE DA FAMILIA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	33.000.000
									33.000.000

1220 ATENCAO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA UNICO DE SAUDE

1.008.000.000

		ATIVIDADES						
10 302	1220 6217	ATENCAO A SAUDE NOS HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL					8.000.000	
10 302	1220 6217 0663	ATENCAO A SAUDE NOS HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL - HOSPITAL GERAL DOS SERVIDORES - RJ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0 151	8.000.000
10 302	1220 8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA						1.000.000.000
10 302	1220 8585 0103	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	2.550.000
			S	3	1	30	0 151	13.000.000
			S	3	1	30	0 182	6.020.000
10 302	1220 8585 0105	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DA PARAIBA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	5.500.000
			S	3	1	30	0 151	680.000
			S	3	1	30	0 151	3.200.000
			S	3	1	30	0 182	1.620.000
10 302	1220 8585 0107	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	5.020.000
			S	3	1	30	0 151	660.000
			S	3	1	30	0 151	2.800.000
			S	3	1	30	0 182	1.560.000
10 302	1220 8585 0109	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE GOMAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	42.640.000
			S	3	1	30	0 151	990.000
			S	3	1	30	0 151	2.891.525
			S	3	1	30	0 182	2.350.000
			S	3	1	30	0 351	36.408.475
10 302	1220 8585 0111	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	88.390.000
			S	3	1	30	0 151	3.770.000
			S	3	1	30	0 151	75.700.000
			S	3	1	30	0 182	8.920.000
10 302	1220 8585 0113	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	14.130.000
			S	3	1	30	0 151	1.700.000
			S	3	1	30	0 151	8.400.000
			S	3	1	30	0 182	4.030.000
10 302	1220 8585 0115	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE RONDONIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	1.950.000
			S	3	1	30	0 151	250.000
			S	3	1	30	0 151	1.100.000
			S	3	1	30	0 151	600.000
10 302	1220 8585 0117	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE RORAIMA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	620.000
			S	3	1	30	0 151	120.000
			S	3	1	30	0 151	200.000
			S	3	1	30	0 182	300.000
10 302	1220 8585 0119	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	47.370.000
			S	3	1	30	0 151	1.120.000
			S	3	1	30	0 151	43.600.000
			S	3	1	30	0 182	2.650.000
10 302	1220 8585 0121	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 182	336.710.000
			S	3	1	30	0 182	54.387.684
			S	3	1	30	0 351	282.322.316
10 302	1220 8585 0123	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE SEROIFE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	3.080.000
			S	3	1	30	0 150	380.000
			S	3	1	30	0 151	1.800.000
			S	3	1	30	0 182	900.000
10 302	1220 8585 0125	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE TOCANTINS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	2.140.000
			S	3	1	30	0 150	280.000
			S	3	1	30	0 151	1.200.000
			S	3	1	30	0 182	660.000
10 302	1220 8585 0127	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO ACRE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	1.010.000
			S	3	1	30	0 150	150.000
			S	3	1	30	0 151	500.000
			S	3	1	30	0 182	360.000
10 302	1220 8585 0129	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO AMAPA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 182	740.000

10 302	1220 8585 0131	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO AMAZONAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	100.000
			S	3	1	30	0	151	400.000
			S	3	1	30	0	182	240.000
			S	3	1	30	0	150	4.450.000
			S	3	1	30	0	151	610.000
			S	3	1	30	0	182	2.400.000
10 302	1220 8585 0133	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	1.440.000
			S	3	1	30	0	182	12.360.000
			S	3	1	30	0	150	1.470.000
			S	3	1	30	0	151	7.400.000
10 302	1220 8585 0135	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	182	3.490.000
			S	3	1	30	0	150	32.420.000
			S	3	1	30	0	151	1.470.000
			S	3	1	30	0	182	7.400.000
10 302	1220 8585 0137	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	660.000
			S	3	1	30	0	182	30.200.000
			S	3	1	30	0	150	1.560.000
			S	3	1	30	0	151	8.230.000
			S	3	1	30	0	182	1.020.000
10 302	1220 8585 0139	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	4.800.000
			S	3	1	30	0	182	25.020.000
			S	3	1	30	0	150	1.020.000
			S	3	1	30	0	151	4.800.000
			S	3	1	30	0	182	2.410.000
10 302	1220 8585 0141	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	480.000
			S	3	1	30	0	151	23.400.000
			S	3	1	30	0	182	1.140.000
			S	3	1	30	0	150	25.680.000
			S	3	1	30	0	151	560.000
			S	3	1	30	0	182	23.800.000
10 302	1220 8585 0143	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO PARANA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	1.370.000
			S	3	1	30	0	182	8.980.000
			S	3	1	30	0	150	1.090.000
			S	3	1	30	0	151	5.300.000
			S	3	1	30	0	182	2.590.000
10 302	1220 8585 0145	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO PARANA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	96.410.000
			S	3	1	30	0	151	885.142
			S	3	1	30	0	182	90.104.858
10 302	1220 8585 0147	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	5.420.000
			S	3	1	30	0	182	4.580.000
			S	3	1	30	0	150	560.000
			S	3	1	30	0	151	2.700.000
			S	3	1	30	0	182	1.320.000
10 302	1220 8585 0149	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	79.850.000
			S	3	1	30	0	182	71.660.000
			S	3	1	30	0	150	8.190.000
			S	3	1	30	0	182	4.660.000
10 302	1220 8585 0151	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	580.000
			S	3	1	30	0	151	2.700.000
			S	3	1	30	0	182	1.380.000
10 302	1220 8585 0153	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	107.570.000
			S	3	1	30	0	151	2.550.000
			S	3	1	30	0	182	99.000.000
			S	3	1	30	0	150	6.020.000
10 302	1220 8585 0155	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO DISTRITO FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	18.920.000
			S	3	1	30	0	182	480.000
			S	3	1	30	0	151	17.300.000
			S	3	1	30	0	182	1.140.000

1293 ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS

14.000.000

		OPERACOES ESPECIAIS						
10 303	1293 0593	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA						2.000.000
10 303	1293 0593 0101	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE TOCANTINS (CREDITO EXTRAORDINARIO)						10.000
10 303	1293 0593 0103	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	10.000 100.000
10 303	1293 0593 0105	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	100.000 110.000
10 303	1293 0593 0107	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	110.000 160.000
10 303	1293 0593 0109	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DA PARAIBA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	160.000 250.000
10 303	1293 0593 0111	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	250.000 50.000
10 303	1293 0593 0113	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE SERGIPE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	50.000 20.000
10 303	1293 0593 0115	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	20.000 1.300.000
		TOTAL						1.300.000
10 303	1293 8415	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DAS FARMACIAS POPULARES						12.000.000
10 303	1293 8415 0101	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DAS FARMACIAS POPULARES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0 151	12.000.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								1.094.000.000
TOTAL - GERAL								1.094.000.000

ORGÃO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO	E	C	R	M	I	F	VALOR
8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS									13.500.000
OPERACOES ESPECIAIS									
11 333	8007 0863	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS							13.500.000
11 333	8007 0863 0101	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							13.500.000
			F	3	2	50	0	100	13.500.000
TOTAL - FISCAL									13.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.500.000

ORGÃO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO	E	C	R	M	I	F	VALOR
0099 INTEGRACAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA									98.051.007
ATIVIDADES									
11 123	0099 4783	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERADORES DO BENEFICIO ABONO SALARIAL							50.006.264
11 123	0099 4783 0103	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERADORES DO BENEFICIO ABONO SALARIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							50.006.264
			S	3	2	90	0	180	50.006.264
11 123	0099 4784	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO							48.044.743
11 123	0099 4784 0101	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							48.044.743
			S	3	2	90	0	180	48.044.743
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									98.051.007
TOTAL - GERAL									98.051.007

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DOS TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	S	P	I	C	F	TE	VALOR
			F	S	P	I	C	F	TE	
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES										25.588.300
OPERACOES ESPECIAIS										
26 782	0225 00AH	PAGAMENTO DE DEBITOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA								25.588.300
26 782	0225 00AH 0101	PAGAMENTO DE DEBITOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								25.588.300
			F	4	2	90	0	300		25.588.300
TOTAL - FISCAL										25.588.300
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										25.588.300

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL
 UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	S	P	I	C	F	TE	VALOR
			F	S	P	I	C	F	TE	
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS										20.000.000
OPERACOES ESPECIAIS										
21 127	1334 0620	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS								20.000.000
21 127	1334 0620 0317	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								20.000.000
		TERRITORIO APOIADO (UNIDADE) 20	F	4	2	90	0	300		20.000.000
TOTAL - FISCAL										20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										20.000.000

ORGÃO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
 UNIDADE : 54101 - MINISTERIO DO TURISMO

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACRESCENTADO DE 1996	F	R	M	I	F	VALOR
			4	2	90	0	300	
1166 TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS								27.000.000
OPERACOES ESPECIAIS								
23 695	1166 0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA						5.000.000
23 695	1166 0564 2603	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0 300	5.000.000
ATIVIDADES								
23 122	1166 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						22.000.000
23 122	1166 2272 0195	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 300	22.000.000
TOTAL - FISCAL								27.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								27.000.000

ORGÃO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACRESCENTADO DE 1996	F	R	M	I	F	VALOR
			4	2	40	0	300	
0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO								14.000.000
OPERACOES ESPECIAIS								
15 451	0310 0B16	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO						14.000.000
15 451	0310 0B16 0101	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	40	0 300	14.000.000
6001 APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS DE PEQUENO PORTE								45.000.000
PROJETOS								
15 451	6001 109A	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES						45.000.000
15 451	6001 109A 3529	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	40	0 300	45.000.000
9989 MOBILIDADE URBANA								270.000.000
OPERACOES ESPECIAIS								
15 453	9989 0E28	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS						270.000.000
15 453	9989 0E28 0103	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS - IMPLANTACAO DE TRECHO DA LINHA 2 DO SISTEMA METROVIARIO DE SAO PAULO - SP (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0 300	134.602.984
			F	4	2	90	0 311	135.397.016
TOTAL - FISCAL								329.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								329.000.000

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
 UNIDADE : 74902 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR/FIEES - MIN. DA EDUCAÇÃO

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/VAGA/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	G	N	U	L	I	F	E	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI											65.135.721
		ATIVIDADES									
12 123	1073 4556	ADMINISTRAÇÃO DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO-GRATUITO									65.135.721
12 123	1073 4556 0101	ADMINISTRAÇÃO DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO-GRATUITO - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	3	2	90	0	118			65.135.721
TOTAL - FISCAL											65.135.721
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											65.135.721

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
 UNIDADE : 74903 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO/FND - MINISTERIO DO DESENV., IND. E COM. EXTERIOR

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/VAGA/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	G	N	U	L	I	F	E	VALOR
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO											275.494.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS									
22 846	0902 0379	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE BENS DE CONSUMO									110.000.000
22 846	0902 0379 0101	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE BENS DE CONSUMO - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	5	0	90	0	680			110.000.000
22 846	0902 0384	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INSUMOS BÁSICOS									165.494.000
22 846	0902 0384 0101	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INSUMOS BÁSICOS - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	5	0	90	0	680			165.494.000
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS											345.229.426
		OPERAÇÕES ESPECIAIS									
22 123	0909 0471	PAGAMENTO DE DIVIDENDOS									345.229.426
22 123	0909 0471 0103	PAGAMENTO DE DIVIDENDOS - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	3	2	90	0	300			8.449.426
			F	3	2	90	0	650			32.527.000
			F	3	2	90	0	680			304.253.000
TOTAL - FISCAL											620.723.426
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											620.723.426

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	E	G	R	M	I	P	VALOR
1306 VIGILANCIA, PREVENCAO E ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS									176.624.772
		ATIVIDADES							
10 303	1306 4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DE HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS							176.624.772
10 303	1306 4370 0001	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DE HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NACIONAL	S	3	1	30	0	151	1.119.276
			S	3	1	90	0	151	175.505.496
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									176.624.772
TOTAL - GERAL									176.624.772

ORGÃO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	E	G	R	M	I	P	VALOR
8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS									13.500.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
11 333	8007 0863	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS							13.500.000
11 333	8007 0863 0001	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS - NACIONAL	F	4	2	50	0	100	13.500.000
TOTAL - FISCAL									13.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.500.000

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F	S	N	D	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA																98.051.007
OPERACOES ESPECIAIS																
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA														98.051.007
99 999	0999 0998 0241	RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITAS PROPRIAS E VINCULADAS	S	9	0	99	0	180								98.051.007
TOTAL - FISCAL																0
TOTAL - SEGURIDADE																98.051.007
TOTAL - GERAL																98.051.007

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	D	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
1054 GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO NO SETOR PUBLICO																30.489.284
OPERACOES ESPECIAIS																
04 846	1054 0623	PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS														30.489.284
04 846	1054 0623 0001	PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS - NACIONAL	F	1	1	90	0	100								4.489.284
			F	3	2	90	0	100								26.000.000
TOTAL - FISCAL																30.489.284
TOTAL - SEGURIDADE																0
TOTAL - GERAL																30.489.284

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74902 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR/FIFES - MIN. DA EDUCACAO

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F	S	N	D	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI																65.135.721
OPERACOES ESPECIAIS																
12 846	1073 0579	CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO-GRATUITO														65.135.721
12 846	1073 0579 0001	CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO-GRATUITO - NACIONAL	F	5	0	91	0	118								65.135.721
TOTAL - FISCAL																65.135.721
TOTAL - SEGURIDADE																0
TOTAL - GERAL																65.135.721

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 408, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00, para os fins que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia, da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, do Turismo e das Cidades, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para atender às

programações constantes do Anexo I desta Medida Provisória,

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$2.018.000.961,00 (dois bilhões, dezoito milhões e novecentos e sessenta e uni reais);

II – excesso de arrecadação no valor de R\$613.644.437,00 (seiscentos e treze milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$383.800.784,00 (trezentos e oitenta e três milhões, oitocentos mil, setecentos e oitenta e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Paulo Bernardo Silva.**

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO							
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GN	RP	MO	I	FT	VALOR	
SOCIAL										8.274.000
0471 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO										
OPERACOES ESPECIAIS										
19 573	0471 001F	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS							8.274.000	
19 573	0471 001F 0189	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							8.274.000	
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	3	2	30	0	300	3.310.000	
			F	4	2	30	0	300	4.964.000	
TOTAL - FISCAL										8.274.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										8.274.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO							
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GN	RP	MO	I	FT	VALOR	
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL										30.489.284
ATIVIDADES										
04 301	0776 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							30.489.284	
04 301	0776 2004 0603	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.489.284	
			S	3	2	90	0	100	30.489.284	
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										30.489.284
TOTAL - GERAL										30.489.284

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI									12.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
12 364	1073 0048	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NAO FEDERAIS							12.000.000
12 364	1073 0048 0533	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NAO FEDERAIS - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							12.000.000
			F 3	2	50	0	300		6.000.000
			F 4	2	50	0	300		6.000.000
TOTAL - FISCAL									12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.000.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1061 BRASIL ESCOLARIZADO									52.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
12 361	1061 0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA							52.000.000
12 361	1061 0509 0105	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							52.000.000
			F 3	2	30	0	300		31.200.000
			F 4	2	30	0	300		20.800.000
TOTAL - FISCAL									52.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									52.000.000

ORGAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28904 - FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOCAO DA COMPETITIVIDADE - FGFC

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	V	L	T	E	VALOR
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MEDIO												94.605.100	
PORTE													
OPERACOES ESPECIAIS													
22 846	0419 0473	HONRA DE AVAL DECORRENTE DE GARANTIA DO RISCO DAS OPERACOES DE FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS (LEI N° 9.531, DE 1997)											94.605.100
22 846	0419 0473 0103	HONRA DE AVAL DECORRENTE DE GARANTIA DO RISCO DAS OPERACOES DE FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS (LEI N° 9.531, DE 1997) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)											94.605.100
F 3 2 90 0 680												94.605.100	
TOTAL - FISCAL												94.605.100	
TOTAL - SEGURIDADE												0	
TOTAL - GERAL												94.605.100	

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1115		GEOLOGIA DO BRASIL							40.000.000
ATIVIDADES									
22 663	1115 2397	LEVANTAMENTOS HIDROGEOLOGICOS							5.000.000
22 663	1115 2397 0101	LEVANTAMENTOS HIDROGEOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	342	4.750.000
			F	4	2	90	0	342	250.000
22 663	1115 2398	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS							10.000.000
22 663	1115 2398 0101	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	342	9.500.000
			F	4	2	90	0	342	500.000
22 663	1115 4872	LEVANTAMENTOS GEOFISICOS							25.000.000
22 663	1115 4872 0101	LEVANTAMENTOS GEOFISICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	342	25.000.000
TOTAL - FISCAL									40.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000.000

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33101 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0084		ARRECADACAO DE RECEITAS PREVIDENCIARIAS							61.016.000
ATIVIDADES									
09 126	0084 2580	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA GUIA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFIP							61.016.000
09 126	0084 2580 0103	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA GUIA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFIP - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	61.016.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									61.016.000
TOTAL - GERAL									61.016.000

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA									280.063.344
		ATIVIDADES							
09 271	0083 2A57	REMUNERACAO DOS SERVICOS POSTAIS							177.156.381
09 271	0083 2A57 0103	REMUNERACAO DOS SERVICOS POSTAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	177.156.381
09 126	0083 2292	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS							54.781.843
09 126	0083 2292 0103	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	54.781.843
09 126	0083 2564	CADASTRO NACIONAL DE INFORMACOES SOCIAIS - CNIS							7.300.575
09 126	0083 2564 0103	CADASTRO NACIONAL DE INFORMACOES SOCIAIS - CNIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	7.300.575
09 122	0083 2910	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS							40.824.545
09 122	0083 2910 0107	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	40.824.545
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									280.063.344
TOTAL - GERAL									280.063.344

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									15.000.000
		ATIVIDADES							
10 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							15.000.000
10 301	0750 2004 0605	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	151	15.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.000.000
TOTAL - GERAL									15.000.000

10 302	1220 8585 0133	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	610.000
			S	3	1	30	0	151	2.400.000
			S	3	1	30	0	182	1.440.000
									12.360.000
			S	3	1	30	0	150	1.470.000
			S	3	1	30	0	151	7.400.000
			S	3	1	30	0	182	3.490.000
10 302	1220 8585 0135	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							32.420.000
			S	3	1	30	0	150	660.000
			S	3	1	30	0	151	30.200.000
			S	3	1	30	0	182	1.560.000
									8.230.000
10 302	1220 8585 0137	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	660.000
			S	3	1	30	0	151	30.200.000
			S	3	1	30	0	182	1.560.000
									8.230.000
			S	3	1	30	0	150	1.020.000
			S	3	1	30	0	151	4.800.000
			S	3	1	30	0	182	2.410.000
10 302	1220 8585 0139	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							25.020.000
			S	3	1	30	0	150	480.000
			S	3	1	30	0	151	23.400.000
			S	3	1	30	0	182	1.140.000
									25.680.000
10 302	1220 8585 0141	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	560.000
			S	3	1	30	0	151	23.800.000
			S	3	1	30	0	182	1.320.000
									8.980.000
10 302	1220 8585 0143	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	1.090.000
			S	3	1	30	0	151	5.300.000
			S	3	1	30	0	182	2.590.000
									96.410.000
10 302	1220 8585 0145	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO PARANA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	885.142
			S	3	1	30	0	151	90.104.858
			S	3	1	30	0	182	5.420.000
									4.580.000
10 302	1220 8585 0147	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	560.000
			S	3	1	30	0	151	2.700.000
			S	3	1	30	0	182	1.320.000
									79.850.000
10 302	1220 8585 0149	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	71.660.000
			S	3	1	30	0	182	8.190.000
									4.660.000
10 302	1220 8585 0151	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	580.000
			S	3	1	30	0	151	2.700.000
			S	3	1	30	0	182	1.380.000
									107.570.000
10 302	1220 8585 0153	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							

10 302	1220 8585 0155	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO DISTRITO FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	2.550.000
			S	3	1	30	0	151	99.000.000
			S	3	1	30	0	182	6.020.000
			S	3	1	30	0	150	480.000
			S	3	1	30	0	151	17.300.000
			S	3	1	30	0	182	1.140.000

1293 ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS

14.000.000

		OPERACOES ESPECIAIS							
10 303	1293 0593	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA						2.000.000	
10 303	1293 0593 0101	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE TOCANTINS (CREDITO EXTRAORDINARIO)						10.000	
10 303	1293 0593 0103	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	10.000
								100.000	
10 303	1293 0593 0105	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	100.000
								110.000	
10 303	1293 0593 0107	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	110.000
								160.000	
10 303	1293 0593 0109	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DA PARAIBA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	160.000
								250.000	
10 303	1293 0593 0111	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	250.000
								50.000	
10 303	1293 0593 0113	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE SERGIPE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	50.000
								20.000	
10 303	1293 0593 0115	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	20.000
								1.300.000	
			S	3	1	40	0	151	1.300.000
		ATIVIDADES							
10 303	1293 8415	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DAS FARMACIAS POPULARES							12.000.000
10 303	1293 8415 0101	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DAS FARMACIAS POPULARES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							12.000.000
			S	3	2	90	0	151	12.000.000
		TOTAL - FISCAL						0	
		TOTAL - SEGURIDADE						1.094.000.000	
		TOTAL - GERAL						1.094.000.000	

ORGAO : 38006 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	D	E	
8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS									13.500.000
			OPERACOES ESPECIAIS						
11 333	8007 0863	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS							13.500.000
11 333	8007 0863 0101	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							13.500.000
			F	3	2	50	0	100	13.500.000
TOTAL - FISCAL									13.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.500.000

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	D	E	
0099 INTEGRACAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA									98.051.007
			ATIVIDADES						
11 123	0099 4783	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERADORES DO BENEFICIO ABONO SALARIAL							50.006.264
11 123	0099 4783 0103	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERADORES DO BENEFICIO ABONO SALARIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							50.006.264
			S	3	2	90	0	100	50.006.264
11 123	0099 4784	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO							48.044.743
11 123	0099 4784 0101	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							48.044.743
			S	3	2	90	0	100	48.044.743
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									98.051.007
TOTAL - GERAL									98.051.007

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	I	F	VALOR
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES											25.588.300
		OPERACOES ESPECIAIS									
26 782	0225 00AH	PAGAMENTO DE DEBITOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA									25.588.300
26 782	0225 00AH 0101	PAGAMENTO DE DEBITOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)									25.588.300
			F	4	2	90	0	300			25.588.300
TOTAL - FISCAL											25.588.300
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											25.588.300

ORGÃO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	I	F	VALOR
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS											20.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS									
21 127	1334 0620	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS									20.000.000
21 127	1334 0620 0317	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)									20.000.000
		TERRITORIO APOIADO (UNIDADE) 20	F	4	2	90	0	300			20.000.000
TOTAL - FISCAL											20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											20.000.000

ORÇAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES									55.000.000
		ATIVIDADES							
06 182	1029 4564	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES							55.000.000
06 182	1029 4564 0103	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	55.000.000
1138 DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEL									38.000.000
		PROJETOS							
15 451	1138 1662	OBRAS DE MACRODRENAGEM							38.000.000
15 451	1138 1662 0181	OBRAS DE MACRODRENAGEM - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	20.000.000
15 451	1138 1662 0183	OBRAS DE MACRODRENAGEM - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	18.000.000
TOTAL - FISCAL									93.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									93.000.000

ORÇAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
 UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO RIO SÃO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO									24.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 845	1025 005E	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO							24.000.000
04 845	1025 005E 0231	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - EM SUBREGIOES - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	24.000.000
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL									12.000.000
		PROJETOS							
18 511	1305 116F	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO SÃO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS							12.000.000
18 511	1305 116F 0103	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO SÃO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	90	0	300	12.000.000
TOTAL - FISCAL									24.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									12.000.000
TOTAL - GERAL									36.000.000

ORGAO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
 UNIDADE : 54101 - MINISTERIO DO TURISMO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1166		TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS								27.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS								
23 695	1166 0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA								5.000.000
23 695	1166 0564 2603	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300		5.000.000
		ATIVIDADES								
23 122	1166 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA								22.000.000
23 122	1166 2272 0195	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300		22.000.000
		TOTAL - FISCAL								27.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE								0
		TOTAL - GERAL								27.000.000

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0310		GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO							14.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
15 451	0310 0B16	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO							14.000.000
15 451	0310 0B16 0101	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							14.000.000
			F	4	2	40	0	300	14.000.000
6001		APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS DE PEQUENO PORTE							45.000.000
		PROJETOS							
15 451	6001 109A	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES							45.000.000
15 451	6001 109A 3529	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							45.000.000
			F	4	2	40	0	300	45.000.000
9989		MOBILIDADE URBANA							270.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
15 453	9989 0E28	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS							270.000.000
15 453	9989 0E28 0103	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS - IMPLANTACAO DE TRECHO DA LINHA 2 DO SISTEMA METROVIARIO DE SAO PAULO - SP (CREDITO EXTRAORDINARIO)							270.000.000
			F	4	2	90	0	300	134.602.984
			F	4	2	90	0	311	135.397.016
		TOTAL - FISCAL							329.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							329.000.000

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
 UNIDADE : 74902 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR/FIEES - MIN. DA EDUCAÇÃO

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI									65.135.721
ATIVIDADES									
12 123	1073 4556	ADMINISTRAÇÃO DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO-GRATUITO							65.135.721
12 123	1073 4556 0101	ADMINISTRAÇÃO DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO-GRATUITO - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	3	2	90	0	118	65.135.721
TOTAL - FISCAL									65.135.721
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									65.135.721

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
 UNIDADE : 74903 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO/FND - MINISTÉRIO DO DESENV., IND. E COM. EXTERIOR

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO									275.494.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
22 846	0902 0379	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE BENS DE CONSUMO							110.000.000
22 846	0902 0379 0101	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE BENS DE CONSUMO - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	5	0	90	0	680	110.000.000
22 846	0902 0384	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INSUMOS BÁSICOS							165.494.000
22 846	0902 0384 0101	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INSUMOS BÁSICOS - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	5	0	90	0	680	165.494.000
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									345.229.426
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
22 123	0909 0471	PAGAMENTO DE DIVIDENDOS							345.229.426
22 123	0909 0471 0103	PAGAMENTO DE DIVIDENDOS - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	3	2	90	0	300	8.449.426
			F	3	2	90	0	650	32.527.000
			F	3	2	90	0	680	304.253.000
TOTAL - FISCAL									620.723.426
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									620.723.426

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		1306 VIGILANCIA, PREVENCAO E ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS							176.624.772
		ATIVIDADES							
10 303	1306 4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DE HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS							176.624.772
10 303	1306 4370 0001	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DE HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NACIONAL							176.624.772
			S	3	1	30	0	151	1.119.276
			S	3	1	90	0	151	175.505.496
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									176.624.772
TOTAL - GERAL									176.624.772

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS							13.500.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
11 333	8007 0863	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS							13.500.000
11 333	8007 0863 0001	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS - NACIONAL							13.500.000
			F	4	2	50	0	100	13.500.000
TOTAL - FISCAL									13.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.500.000

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									98.051.007
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							98.051.007
99 999	0999 0998 0241	RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITAS PROPRIAS E VINCULADAS							98.051.007
			S	9	0	99	0	180	98.051.007
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									98.051.007
TOTAL - GERAL									98.051.007

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
1054 GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO NO SETOR PUBLICO									30.489.284
OPERACOES ESPECIAIS									
04 846	1054 0623	PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE							30.489.284
04 846	1054 0623 0001	PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS							30.489.284
		PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE							30.489.284
		PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS - NACIONAL							30.489.284
			F	1	1	90	0	100	4.489.284
			F	3	2	90	0	100	26.000.000
TOTAL - FISCAL									30.489.284
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.489.284

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74902 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR/FIKES - MIN. DA EDUCACAO

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1073		UNIVERSIDADE DO SEculo XXI								65.135.721
		OPERACOES ESPECIAIS								
12 846	1073 0579	CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO-GRATUITO								65.135.721
12 846	1073 0579 0001	CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO-GRATUITO - NACIONAL								65.135.721
			F	5	0	91	0	118		65.135.721
		TOTAL - FISCAL								65.135.721
		TOTAL - SEGURIDADE								0
		TOTAL - GERAL								65.135.721

MENSAGEM Nº 1.010, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 408, de 26 de de-

zembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 26 de dezembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 00361-2007/MP

Brasília, 26 de dezembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia, da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, do Turismo e das Cidades e de Operações Oficiais de Crédito, conforme discriminado no quadro a seguir:

Discriminação	R\$ 1,00	
	Aplicação dos Recursos	Origem dos Recursos
Ministério da Ciência e Tecnologia	8.274.000	
Ministério da Ciência e Tecnologia (Adm. direta)	8.274.000	
Ministério da Fazenda	30.489.284	
Banco Central do Brasil	30.489.284	
Ministério da Educação	64.000.000	
Ministério da Educação (Adm. direta)	.00.000.000	
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	12.000.000	
	.000.000	
	52.000.000	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	94.605.100	
Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	94.605.100	
Ministério de Minas e Energia	40.000.000	
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	40.000.000	
Ministério da Previdência Social	341.079.344	
Ministério da Previdência Social (Adm. direta)	61.016.000	
Instituto Nacional do Seguro Social	280.063.344	

Ministério da Saúde	1.109.000.000	176.624.772
Fundação Oswaldo Cruz	15.000.000	
Fundo Nacional da Saúde	1.094.000.000	176.624.772
Ministério do Trabalho e Emprego	111.551.007	111.551.007
Ministério do Trabalho e Emprego (Adm. direta)	13.500.000	13.500.000
Fundo de Amparo ao Trabalhador	98.051.007	98.051.007
Ministério dos Transportes	25.588.300	
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	25.588.300	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		30.489.284
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Adm. direta)		30.489.284
Ministério do Desenvolvimento Agrário	20.000.000	
Ministério do Desenvolvimento Agrário (Adm. Direta)	20.000.000	
Ministério da Integração Nacional	129.000.000	
Ministério da Integração Nacional (Adm. Direta)	93.000.000	
Desenvolvimento Agrário (Adm. Direta)		
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	36.000.000	
Ministério do Turismo	27.000.000	
Ministério do Turismo (Adm. direta)	27.000.000	
Ministério das Cidades	329.000.000	
Ministério das Cidades (Adm. direta)	329.000.000	
Operações Oficiais de Crédito	685.859.147	65.135.721
Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES - Min. da Educação	65.135.721	65.135.721
Recursos sob a Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND- Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior	620.723.426	
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006:		2.018.000.961
Recursos Ordinários		475.914.710
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis		135.397.016
Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural		40.000.000
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		659.810.135
Recursos Próprios Não-Financeiros		32.527.000
Recursos Próprios Financeiros		674.352.100
Excesso de Arrecadação:		613.644.437
Recursos Próprios Não-Financeiros		23.695.142
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		467.931.611
Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres		122.017.684
Total	3.015.446.182	3.015.446.182

2. No caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, os recursos permitirão apoiar o projeto E-Camp Universidade Aberta do Campo, que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável do meio rural, por meio da qualificação profissional, da inclusão digital e do acesso a fontes diversificadas de conhecimentos pelo produtor rural, bem como a implantação do Centro Vocacional Tecnológico Territorial de Tecnologia do Pescado, ambas as iniciativas no Estado da Bahia.
3. No que se refere ao Ministério da Fazenda, no tocante ao Banco Central do Brasil, o crédito viabilizará a manutenção do sistema de assistência à saúde de seus servidores, nos termos das alterações introduzidas pela Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, por intermédio da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, cujo § 2º do art. 15 determina que as dotações orçamentárias do BACEN destinadas à manutenção de seu sistema de saúde serão equivalentes à receita prevista com a contribuição de seus participantes.
4. No âmbito do Ministério da Educação os recursos destinam-se ao apoio ao desenvolvimento da educação básica e a instituições de ensino superior não-federais.
5. Em relação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o crédito extraordinário destina-se ao pagamento de valores devidos a agentes financeiros operadores do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, relativos à honra de aval decorrente da garantia do risco dos financiamentos a micro, pequenas e médias empresas amparados pelo Fundo.
6. No âmbito do Ministério de Minas e Energia, o crédito viabilizará a realização de levantamentos hidrogeológicos, geológicos e geofísicos - aéreos e terrestres - que propiciarão melhor conhecimento das potencialidades geológicas das áreas a serem analisadas, com vistas a atrair investimentos nacionais e estrangeiros.
7. No que se refere ao Ministério da Previdência Social, os recursos possibilitarão atender o pagamento de acordo de quitação de dívidas com a Empresa de Correios e Telégrafos - ECT e com a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - Dataprev, referentes aos serviços de entrega de correspondência aos segurados da previdência e de processamento de dados, respectivamente.
8. Quanto ao Ministério da Saúde, a solicitação em pauta tem por objetivo viabilizar o custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, recompondo o teto financeiro de Estados e Municípios, ampliar o acesso da população a medicamentos básicos e os ofertados pelas farmácias populares, promover a assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz, ampliar o programa saúde da família, bem como garantir a manutenção do hospital geral dos servidores.
9. O crédito em favor do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE objetiva pagar despesas contratuais, do exercício corrente, com os agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, bem como atender projetos de apoio aos catadores de materiais recicláveis.

10. No tocante ao Ministério dos Transportes, os recursos permitiram a liquidação de débitos de exercícios anteriores oriundos de execução de obras relativas a construção, adequação e manutenção na malha rodoviária federal, a cargo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.
11. Os recursos em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário visam apoiar projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais mediante a implantação de matadouros e de resfriadores de leite em diversos municípios e localidades, bem como apoiar iniciativas que busquem o combate à fome e a redução da miséria no meio rural.
12. No âmbito do Ministério da Integração Nacional, os recursos permitirão o socorro às populações vítimas de chuvas intensas que provocaram inundações e alagamentos, precipuamente em Municípios das Regiões Sul e Sudeste; saneamento e desassoreamento do rio Guaribas e de outras localidades, mediante obras de macrodrenagem; investimentos que visam apoiar diversos projetos de infra-estrutura urbana e rural em Municípios do Estado do Piauí, construir duas pontes sobre o rio Parnaíba e trechos de estradas, de modo a fomentar o progresso socioeconômico desses Municípios, e a gerar emprego e renda; e intervenções para a revitalização da Bacia do rio São Francisco, por meio da implantação de sistemas de abastecimento de água simplificados para as comunidades ribeirinhas localizadas ao longo do rio, no Estado da Bahia, a fim de dotar os domicílios com abastecimento público de água adequado.
13. No Ministério do Turismo, viabilizará o pagamento de despesas pelos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal nas transferências de recursos orçamentários e a execução de ações de infra-estrutura turística, permitindo a continuidade das atividades desenvolvidas no setor turístico.
14. O crédito em favor do Ministério das Cidades, possibilitará a implementação de obras voltadas ao desenvolvimento urbano de diversos Municípios carentes de infra-estrutura, localizados nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, por meio da adequação de espaços viários urbanos e da melhoria das condições de habitabilidade. Por outro lado, os recursos destinados à linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo viabilizarão a implantação e melhoria de vias permanentes, a construção de estações e terminais de integração e de obras de arte especiais, a revisão geral e aquisição de Trens Unidades Elétricos - TUE's, além da modernização do sistema de bilhetagem automática.
15. No que tange às Operações Oficiais de Crédito, a abertura do presente crédito permitirá atender a despesas com a operacionalização e a administração dos ativos e passivos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIEES, bem como possibilitar que o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND efetue o pagamento aos cotistas minoritários dos dividendos apurados nos resultados líquidos positivos dos exercícios de 2000 a 2006. Além disso, o crédito possibilitará a alocação de recursos para financiamento de operações para dinamização do desenvolvimento nacional.
16. A relevância e urgência da matéria justificam-se, no Ministério da Ciência e Tecnologia, de acordo com o órgão, pela necessidade de inserir os agricultores familiares e pescadores na economia de mercado e de fortalecer o processo de comercialização da produção e, assim, contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais.
17. No tocante ao Ministério da Fazenda, a relevância e urgência decorrem do fato de que o não cumprimento do citado dispositivo legal levará, no curtíssimo prazo, à completa exaustão e ao colapso do sistema de assistência à saúde dos servidores do Banco Central, que conta com 32 anos de existência e assiste a mais de vinte e nove mil pessoas.

18. No que diz respeito ao Ministério da Educação, a relevância e urgência evidencia-se pela impossibilidade de postergação das ações do órgão, sob pena de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino superior e da educação básica.

19. A relevância e urgência, no que se refere ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, justificam-se pela necessidade de se regularizar o pagamento das despesas com honra de aval decorrente de garantia do risco das operações de financiamento a micro, pequenas e médias empresas amparadas pelo FGPC, com vistas a manter a credibilidade das operações e evitar ações judiciais de cobrança.

20. A relevância e urgência, no Ministério de Minas e Energia, justificam-se pela necessidade de atrair investimentos para o país, sob risco de estagnação de explorações futuras e da entrada de novos investidores, haja vista que os levantamentos hidrogeológicos, geológicos e geofísicos constituem uma cadeia produtiva que vai desde os estudos iniciais até a exploração de uma jazida mineral; além da necessidade de ser aproveitada a janela climática, dado que o iminente período de chuvas inviabilizará os levantamentos.

21. No Ministério da Previdência Social, a relevância e urgência desta medida evidenciam-se pela possibilidade de interrupção dos serviços por parte das referidas empresas, inviabilizando o pagamento de todos os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

22. A relevância e urgência, no âmbito do Ministério da Saúde, caracterizam-se pelo prejuízo que pode ser causado à saúde da população, principalmente considerando o não atendimento da demanda de atenção ambulatorial e hospitalar, com a inclusão de procedimentos na tabela do Sistema Único de Saúde, com a ampliação do acesso aos medicamentos básicos e da farmácia popular e com a garantia da manutenção dos serviços prestados pelo hospital geral dos servidores. Ressalta-se, também, a possibilidade de se inviabilizar o sistema de assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz.

23. A relevância e a urgência justificam-se pela possibilidade de suspensão dos serviços prestados pelos agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, inviabilizando seus recebimentos, bem como a possibilidade de comprometimento das iniciativas voltadas ao desenvolvimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, as quais representam importante instrumento de inclusão social.

24. A relevância e urgência da matéria, no que se refere ao Ministério dos Transportes, justificam-se devido à necessidade premente de quitar débitos de exercícios anteriores do DNIT, de forma a evitar o crescimento da dívida com juros, o aumento de decisões judiciais de pagamento a credores e, conseqüentemente, sérios prejuízos ao erário.

25. A urgência e relevância no caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário justificam-se pelo fato de que a construção de matadouros e a disponibilização de resfriadores de leite em territórios rurais que tenham vocação para a agricultura familiar permitirá que os abates de animais e produção de leite passem a ser processados em conformidade com as normas sanitárias, com vistas à redução de contágio e de contaminação que possam causar riscos à saúde dos consumidores; e o apoio a iniciativas que visem o combate da fome e a redução da miséria no meio rural, proporcionará condições de trabalho, de renda e de sustentabilidade às famílias de agricultores familiares, objetivando a redução das tensões sociais típicas em comunidades rurais pobres e desamparadas pelo poder público.

26. A relevância e urgência da matéria, no Ministério da Integração Nacional, são justificadas pelas graves conseqüências oriundas das fortes chuvas, como riscos à saúde da população e a danificação da infra-estrutura local; pela necessidade de melhorar as condições socioeconômicas de Municípios extremamente carentes no Brasil, por meio de investimentos que evitarão sérios prejuízos sociais e a estagnação das economias locais, além da premente necessidade de ampliação do abastecimento de água potável, de forma ambientalmente sustentável, visando minimizar o sofrimento de enorme parcela da população brasileira alijada do acesso à água.

27. A relevância e urgência, para o Ministério do Turismo, justificam-se pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal nas transferências de recursos orçamentários, evitar o aumento de juros e multas sobre o débito e viabilizar a execução de ações relacionadas a infra-estrutura turística, mantendo a continuidade das ações, objetivando o fortalecimento do setor turístico nacional.

28. A relevância e urgência da matéria da proposição para o Ministério das Cidades justificam-se devido à necessidade de melhorar a segurança do cidadão, como parte de políticas públicas capazes de combater efetivamente a exclusão social, e reduzir a vulnerabilidade em que se encontram famílias, em especial de baixa renda, devido à carência de infra-estrutura urbana, além de minimizar o risco de paralisação das obras de implantação da linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo, o que acarretaria em custos adicionais significativos aos projetos e prejuízos à população beneficiária.

29. A relevância e urgência, no que tange a Operações Oficiais de Crédito, justificam-se pela necessidade de se evitar a imposição indevida de ônus ao Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior com o pagamento de juros contratuais decorrentes de atraso na liquidação das taxas de administração do mesmo e pela necessidade de cumprir o direito dos cotistas minoritários de receberem os dividendos das cotas de participação no Fundo Nacional de Desenvolvimento, os quais se não pagos poderão ser objeto de interpelação judicial dos responsáveis pela gestão do mencionado Fundo. Ademais, os financiamentos no âmbito do FND contribuem para o desenvolvimento nacional, na medida em que possibilitam a realização de investimentos em setores prioritários para a dinamização das atividades econômicas.

30. Esclareça-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, e será atendida com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006 e de excesso de arrecadação, conforme demonstrativos constantes do Anexo a esta Exposição de Motivo, e de anulação parcial de dotações orçamentárias.

31. Nessas condições, tendo em vista a relevância e urgência da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência, em anexo, proposta de Medida Provisória, que visa a efetivar a abertura do referido crédito extraordinário.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Unidade: 32000 – Ministério de Minas e Energia - MME R\$ 1,00

Fonte 42: - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural

Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	10.112.766.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários (C)	40.000.000
Abertos	0
Em tramitação (1)	40.000.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	10.072.766.000

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Unidade: 36901 – Fundo Nacional de Saúde
Fonte 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C = B - A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
16000000 Receita de Serviços	122	528.442	528.320
19100000 Multas e Juros de Mora	2.652.193	2.932.480	280.287
19200000 Indenizações e Restituições	14.292.137	34.281.283	19.989.146
19300000 Receita da Dívida Ativa	866	34.759	33.893
19900000 Receitas Diversas	1.503.104.314	1.690.941.810	187.837.496
Total das Receltas	1.520.049.132	1.728.718.774	208.669.142
D - Créditos Extraordinários e Especiais reabertos			0
E - Créditos Extraordinários			23.695.142
Abertos			0
Em tramitação (1)			23.695.142
F - Créditos Suplementares e Especiais			184.974.000
G - Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
H - Saldo = (C-D-E-F-G)			0

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24.12.2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO

Fonte 51 – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas

R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C = B - A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
12100000 Contribuições Sociais	24.558.091.712	25.579.705.171	1.021.613.459
19100000 Multas e Juros de Mora	516.949.008	290.613.640	-226.335.368
19300000 Receita da Dívida Ativa	111.953.019	93.940.412	-18.012.607
Total das Receitas	25.186.993.739	25.964.259.223	777.265.484
D - Créditos Extraordinários e Especiais reabertos			0
E - Créditos Extraordinários			492.931.611
Abertos			25.000.000
Em tramitação (1)			467.931.611
F - Créditos Suplementares e Especiais			-78.231.750
G - Outras modificações orçamentárias efetivadas			1.211.557
H - Saldo = (C-D-E-F-G)			361.354.066

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24.12.2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO

Unidade: 36901 – Fundo Nacional de Saúde

Fonte 82 – Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres

R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C = B - A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
19220000 Restituições	36.411.103	158.428.787	122.017.684
Total das Receitas	36.411.103	158.428.787	122.017.684
D - Créditos Extraordinários e Especiais reabertos			0
E - Créditos Extraordinários			122.017.684
Abertos			0
Em tramitação (1)			122.017.684
F - Créditos Suplementares e Especiais			0
G - Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
H - Saldo = (C-D-E-F-G)			0

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24.12.2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte 51: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	R\$ 1,00
<hr/>	
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	2.070.574.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	87.987.863
Créditos Extraordinários (C)	1.845.497.871
Abertos	1.185.687.736
Em tramitação (1)	659.810.135
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	125.967.484
<hr/>	
Saldo F = (A-B-C-D-E)	11.120.782

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Unidade: 32000 – Ministério de Minas e Energia - MME	R\$ 1,00
<hr/>	
Fonte 42: - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural	
<hr/>	
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	10.112.766.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários (C)	40.000.000
Abertos	0
Em tramitação (1)	40.000.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	0
<hr/>	
Saldo F = (A-B-C-D-E)	10.072.766.000

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte 00: Recursos Ordinários	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	19.542.041.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	342.845.279
Créditos Extraordinários (C)	10.980.065.114
Abertos	10.512.414.404
Em tramitação (1)	475.914.710
Créditos Suplementares e Especiais (D)	1.073.552.123
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	1.547.815.179
Saldo F = (A-B-C-D-E)	5.562.489.305

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte 11: Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	7.337.510.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	37.504.178
Créditos Extraordinários (C)	3.520.425.190
Abertos	3.385.028.174
Em tramitação (1)	135.397.016
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	3.749.185.213
Saldo F = (A-B-C-D-E)	30.395.419

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Unidade: 74903 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND - Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior

Fonte 80: Recursos Próprios Financeiros	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	579.747.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários (C)	579.747.000
Abertos	0
Em tramitação (1)	579.747.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	0

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Unidade: 28904 - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC

Fonte 80: Recursos Próprios Financeiros	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	581.095.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários (C)	94.605.100
Abertos	0
Em tramitação (1)	94.605.100
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	486.489.900

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Unidade: 74903 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND - Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior

Fonte 50: Recursos Próprios Não-Financeiros	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	32.527.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários (C)	32.527.000
Abertos	0
Em tramitação (1)	32.527.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	0

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

Of. nº 88/08/OS-GSE

Brasília, 10 de abril de 2008

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 408, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 2-4-08, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do

Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para os fins que especifica.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

MPV Nº 408

Publicação no DO	27-12-2007
Emendas	até 11-2-2008
Prazo na Comissão	6-2-2008 a 19-2-2008 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	19-2-2008
Prazo na CD	20-2-2008 a 4-3-2008 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	4-3-2008
Prazo no SF	5-3-2008 a 18-3-2008 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	18-3-2008
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	19-3-2008 a 21-3-2008 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	22-3-2008 (46º dia)
Prazo final no Congresso	5-4-2008 (60 dias)
Prazo final Prorrogado	4-6-2008
(*)Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 10, de 2008 – DOU (Seção I) de 28-3-2008.	

MPV Nº 408

Votação na Câmara dos Deputados	2-4-2008
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

SENADO FEDERAL

CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

NOTA TÉCNICA Nº 002 DE 2008

Assunto: Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para os fins que especifica.

Interessado: Comissão Mista de Orçamentos

I – INTRODUÇÃO

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submeteu à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para atender às programações constantes de seu Anexo I.

Os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$ 2.018.000.961,00 (dois bilhões, dezoito milhões e novecentos e sessenta e um reais);

II - excesso de arrecadação no valor de R\$ 613.644.437,00 (seiscentos e treze milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais); e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 383.800.784,00 (trezentos e oitenta e três milhões, oitocentos mil, setecentos e oitenta e quatro reais).

Os recursos mencionados serão distribuídos distribuídos conforme o quadro a seguir (em R\$):

DISCRIMINAÇÃO	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	ORIGEM DOS RECURSOS
Ministério da Ciência e Tecnologia	8.274.000	
Ministério da Ciência e Tecnologia (Adm. direta)	8.274.000	
Ministério da Fazenda	30.489.284	
Banco Central do Brasil	30.489.284	
Ministério da Educação	64.000.000	
Ministério da Educação (Adm. direta)	12.000.000	
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	52.000.000	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	94.605.100	
Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	94.605.100	
Ministério de Minas e Energia	40.000.000	
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	40.000.000	
Ministério da Previdência Social	341.079.344	
Ministério da Previdência Social (Adm. direta)	61.016.000	
Instituto Nacional do Seguro Social	280.063.344	
Ministério da Saúde	1.109.000.000	176.624.772
Fundação Oswaldo Cruz	15.000.000	
Fundo Nacional da Saúde	1.094.000.000	176.624.772
Ministério do Trabalho e Emprego	111.551.007	111.551.007
Ministério do Trabalho e Emprego (Adm. direta)	13.500.000	13.500.000
Fundo de Amparo ao Trabalhador	98.051.007	98.051.007
Ministério dos Transportes	25.588.300	
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	25.588.300	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		30.489.284
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Adm. direta)		30.489.284
Ministério do Desenvolvimento Agrário	20.000.000	
Ministério do Desenvolvimento Agrário (Adm. Direta)	20.000.000	
Ministério da Integração Nacional	129.000.000	
Ministério da Integração Nacional (Adm. Direta) Desenvolvimento Agrário (Adm. Direta)	93.000.000	
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf	36.000.000	
Ministério do Turismo	27.000.000	
Ministério do Turismo (Adm. direta)	27.000.000	
Ministério das Cidades	329.000.000	
Ministério das Cidades (Adm. direta)	329.000.000	
Operações Oficiais de Crédito	685.859.147	65.135.721
Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES - Min. da Educação	65.135.721	65.135.721
Recursos sob a Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND- Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior	620.723.426	

Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006:		2.018.000.961
Recursos Ordinários		475.914.710
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis		135.397.016
Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural		40.000.000
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		659.810.135
Recursos Próprios Não-Financeiros		32.527.000
Recursos Próprios Financeiros		674.352.100
Excesso de Arrecadação:		613.644.437
Recursos Próprios Não-Financeiros		23.695.142
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		467.931.611
Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres		122.017.684
Total	3.015.446.182	3.015.446.182

Segundo a Exposição de Motivos nº 00361-2007-MP, de 26 de dezembro de 2007, que acompanha a Medida Provisória nº 408/2007, no caso do **Ministério da Ciência e Tecnologia**, os recursos permitirão apoiar o projeto E-Camp - Universidade Aberta do Campo, bem como a implantação do Centro Vocacional Tecnológico Territorial de Tecnologia do Pescado, no Estado da Bahia. No que se refere ao **Ministério da Fazenda**, o crédito viabilizará a manutenção do sistema de assistência à saúde de servidores do Banco Central do Brasil. No âmbito do **Ministério da Educação** os recursos destinam-se ao apoio ao desenvolvimento da educação básica e a instituições de ensino superior não-federais. Em relação ao **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, o crédito destina-se ao pagamento de valores devidos a agentes financeiros operadores do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC. No âmbito do **Ministério de Minas e Energia**, o crédito viabilizará a realização de levantamentos hidrogeológicos, geológicos e geofísicos, aéreos e terrestres. No que se refere ao **Ministério da Previdência Social**, os recursos possibilitarão atender ao pagamento de acordo de quitação de dívidas com a Empresa de Correios e Telégrafos - ECT e com a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - Dataprev, referentes aos serviços de entrega de correspondência aos segurados da previdência e de processamento de dados. Quanto ao **Ministério da Saúde**, a solicitação em pauta tem por objetivo viabilizar o custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, recompondo o teto financeiro de Estados e Municípios, ampliar o acesso da população a medicamentos básicos e os ofertados pelas farmácias populares, promover a assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz, ampliar o programa Saúde da Família, bem como garantir a manutenção do hospital geral dos servidores. O crédito em favor do **Ministério do Trabalho e Emprego** - MTE objetiva pagar despesas contratuais do exercício corrente com os agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, bem como atender projetos de apoio aos catadores de materiais recicláveis. No tocante ao **Ministério dos Transportes**, os recursos permitirão a liquidação de débitos de exercícios anteriores oriundos de execução de obras relativas à construção, adequação e manutenção na malha rodoviária federal, a cargo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. Os recursos em favor do **Ministério do Desenvolvimento Agrário** visam apoiar projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais mediante a implantação de matadouros e de resfriadores de leite em diversos municípios e localidades, bem como apoiar iniciativas que busquem o combate à fome e a redução da miséria no meio rural. No âmbito do **Ministério da Integração Nacional**, os recursos permitirão o socorro às populações vítimas de chuvas intensas que

provocaram inundações e alagamentos, precipuamente em Municípios das Regiões Sul e Sudeste e a gerar emprego e renda; e intervenções para a revitalização da Bacia do rio São Francisco. No **Ministério do Turismo**, viabilizará o pagamento de despesas pelos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal nas transferências de recursos orçamentários e a execução de ações de infra-estrutura turística, permitindo a continuidade das atividades desenvolvidas no setor turístico. O crédito em favor do **Ministério das Cidades**, possibilitará a implementação de obras voltadas ao desenvolvimento urbano de diversos Municípios carentes de infra-estrutura, localizados nos Estados da Bahia e de Minas Gerais e obras da Linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo. No que tange às **Operações Oficiais de Crédito**, a abertura do presente crédito permitirá atender a despesas com a operacionalização e a administração dos ativos e passivos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIEES, bem como possibilitar que o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND efetue o pagamento aos cotistas minoritários dos dividendos apurados nos resultados líquidos positivos dos exercícios de 2000 a 2006.

Ainda segundo a citada Exposição de Motivos nº 00361-2007-MP, a **relevância e a urgência** da matéria justificam-se, no **Ministério da Ciência e Tecnologia**, pela necessidade de inserir os agricultores familiares e pescadores na economia de mercado e de fortalecer o processo de comercialização da produção e, assim, contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais. No tocante ao **Ministério da Fazenda**, a decorrem do fato de que o não cumprimento do citado dispositivo legal levará, no curtíssimo prazo, à completa exaustão e ao colapso do sistema de assistência à saúde dos servidores do Banco Central. No que diz respeito ao **Ministério da Educação**, evidenciam-se pela impossibilidade de postergação das ações do órgão, sob pena de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino superior e da educação básica. No que se refere ao **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, justificam-se pela necessidade de se regularizar o pagamento das despesas com honra de aval decorrente de garantia do risco das operações de financiamento a micro, pequenas e médias empresas amparadas pelo FGPC. No **Ministério de Minas e Energia**, justificam-se pela necessidade de atrair investimentos para o país, sob risco de estagnação de explorações futuras e da entrada de novos investidores. No **Ministério da Previdência Social**, evidenciam-se pela possibilidade de interrupção dos serviços por parte das referidas empresas, inviabilizando o pagamento de todos os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. No âmbito do **Ministério da Saúde**, caracterizam-se pelo prejuízo que pode ser causado à saúde da população. No que se refere ao **Ministério dos Transportes**, justificam-se devido à necessidade premente de quitar débitos de exercícios anteriores do DNIT. No caso do **Ministério do Desenvolvimento Agrário** permitirá que os abates de animais e produção de leite passem a ser processados em conformidade com as normas sanitárias. No **Ministério da Integração Nacional**, são justificadas pelas graves conseqüências oriundas das fortes chuvas, como riscos à saúde da população e a danificação da infra-estrutura local. Para o **Ministério do Turismo**, justificam-se pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal nas transferências de recursos orçamentários. Para o **Ministério das Cidades** justificam-se devido à necessidade de melhorar a segurança do cidadão, como parte de políticas públicas capazes de combater efetivamente a exclusão social, e reduzir a vulnerabilidade em que se encontram famílias, em especial de baixa renda. No que tange a **Operações Oficiais de Crédito**, justificam-se pela necessidade de se evitar a imposição indevida de ônus ao Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior.

II. ANÁLISE

II.1. DO ATENDIMENTO DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS

O art. 62 da Constituição Federal confere competência ao Presidente da República para, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional. O § 3º do art. 167 da Lei Magna, estabelece que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas **imprevisíveis e urgentes**, como as decorrentes de **guerra, comoção interna ou calamidade pública**, observado o disposto no art. 62.

A Exposição de Motivos (EM) nº 00361/2007-MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentou um resumo da programação constante do crédito extraordinário, a destinação dos recursos por Órgão e Unidade Orçamentária, assim como as razões de relevância e urgência que teriam motivado e justificado a edição da Medida Provisória nº 408/2007.

Apesar de restarem claras as razões pelas quais se incluíram, na lei orçamentária em vigor, as ações constantes do crédito adicional, na modalidade crédito extraordinário, questionamos a validade do instrumento utilizado para levar a cabo sua inclusão: uma medida provisória, em vez de um projeto de lei.

Visto que muitas das ações objeto da MP em exame – como as atividades relativas à manutenção da malha rodoviária federal e à construção da malha ferroviária, por exemplo – constam das leis orçamentárias ano após ano, e em nada se assemelham a despesas **“decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”**, consideramos implausível eventual alegação de imprevisibilidade da quase totalidade dos gastos correspondentes.

É imperioso ressaltar que uma despesa “imprevisível” não é sinônimo de despesa “não prevista”. A despesa “imprevisível” é aquela em relação à qual não haveria meio de o administrador antecipar a sua ocorrência, tendo em vista derivar de acontecimento fortuito que escapa à sua alçada. Nesse sentido, como visto acima, a Constituição Federal, em seu art. 167, § 3º, exemplifica os fatos considerados imprevisíveis, que justificam a abertura de crédito extraordinário, como sendo os **“decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”**. A despesa “não prevista”, por outro lado, é aquela que o administrador teria condições de antecipar e, portanto, de aportar recursos, mas não o fez em face das escolhas contidas no planejamento que adotou e submeteu à aprovação legislativa.

II.2. DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que *“dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”*, refere-se da seguinte forma ao exame da adequação

orçamentária e financeira: “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

O § 12 do art. 63 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 - LDO/2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006) estabelece que “**nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a: I – superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos; II – créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo; III – valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.**”

Não obstante o *caput* do supracitado art. 63 referir-se a créditos propostos por projetos de lei, consideramos que os procedimentos sugeridos pelos seus §§ 12 e 14 devem ser igualmente adotados nos casos de créditos abertos por medidas provisórias. Se assim não for, estar-se-á comprometendo a transparência tão desejável e necessária ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos por parte do próprio governo, das instituições públicas e da sociedade. O § 14 do mesmo artigo prevê que “**os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.**”

A EM nº 361/2007-MP não provê qualquer informação acerca do detalhamento do histórico de utilização, como fonte de recursos para outros créditos adicionais anteriormente reabertos ou aprovados, do saldo do superávit financeiro de 2006 que está sendo utilizado como fonte de recursos da MP nº 408/2007. Citada EM tampouco contém demonstrativo de que a abertura do crédito extraordinário não afeta o resultado primário anual do Anexo de Metas Fiscais da LDO/2007, ou indica as compensações necessárias, ainda que tenha feito uso de receita financeira (superávit financeiro) para financiar parte das despesas primárias constantes da MP. Apresenta, tão somente, os demonstrativos dos cálculos do superávit financeiro e do excesso de arrecadação.

Dotações contempladas absurdamente por este crédito extraordinário constam da Lei Orçamentária para 2007. O Poder Executivo engendrou o artifício de criar subtítulo novo para especificar localidade já contemplada, mantendo a mesma denominação. Esse absurdo justificaria a adoção de um crédito adicional na modalidade crédito suplementar. É para isso que os créditos suplementares foram criados pelo artigo 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ou seja, para reforço de dotação orçamentária. Ressalte-se, finalmente, que as dotações contempladas por este crédito extraordinário foram empenhadas e inscritas em restos a pagar, nos termos do artigo 36 da Lei nº 4.320/64.

III. CONCLUSÃO

A Medida Provisória nº 408, de 2007, não atende ao disposto no § 3º do art. 167 da Lei Magna, que estabelece que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas **imprevisíveis e urgentes**, como as decorrentes de **guerra, comoção interna ou calamidade pública**, observado o disposto no art. 62. Não foi comprovada a sua adequação no atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União para 2007. **Por conseguinte, a Medida Provisória nº 408, de 2007, deverá ser rejeitada pelo Congresso Nacional.**

Na Consultoria de Orçamentos colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais.

Brasília, 28 de janeiro de 2008


LUIZ GONÇALVES DE LIMA FILHO
Consultor de Orçamentos

**PARECER DO RELATOR,
PELA COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, À
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007, E EMENDAS**

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, parecer sobre Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182 reais, para os fins que especifica.

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Exmº Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 190, de 2007 (nº 1.010, de 2007, na origem), a Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor mencionado.

Os recursos para abertura do crédito provêm de: superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006, no valor de R\$2.018.000.961,00, relativo a Recursos Ordinários;

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis, a Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural; a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas; a Recursos Próprios Não-Financeiros; excesso de arrecadação no montante de R\$613.644.437,00, de Recursos Próprios Não-Financeiros; de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas e de Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres, também da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$383.800.784,00, correspondente ao Ministério da Saúde, ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Operações Oficiais de Crédito.

O crédito extraordinário em análise visa atender às programações constantes do anexo I dos seguintes órgãos, com suas respectivas unidades orçamentárias:

– órgão 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia – Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia – no valor de R\$8.274.000,00 para atender a operação especial de apoio à implantação e moderni-

zação de centros vocacionais tecnológicos nacional;

– órgão 25000 – Ministério da Fazenda – Unidade Orçamentária 25201 – Banco Central do Brasil – no importe de R\$30.489.284,00 para atender a atividade de assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes nacional;

– órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26101 – Ministério da Educação – no montante de R\$12.000.000,00 para atender a operação especial de apoio a entidades de ensino superior não-federais no Estado de São Paulo;

– órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$52.000.000,00 para atender a operação especial de apoio ao desenvolvimento da educação básica nacional;

– órgão 28000 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Unidade Orçamentária 28904 – Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade – FGPC – no valor de R\$94.605.100,00 para atender a operação especial de honra de aval decorrente de garantia do risco das operações de financiamento a micro, pequenas e médias empresas (Lei nº 9.531, de 1997) – nacional;

– órgão 32000 – Ministério de Minas e Energia – Unidade Orçamentária 32202 – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM – no valor de R\$40.000.000,00, para atender as atividades de levantamento hidrogeológico – nacional (R\$5.000.000,00), levantamentos geológicos – nacional (R\$10.000.000,00) e levantamentos geofísicos – nacional (R\$25.000.000,00);

– órgão 33000 – Ministério da Previdência Social – Unidade Orçamentária 33101 – Ministério da Previdência Social – no valor de R\$61.016.000,00 para atender a atividade de serviço de processamento de dados da Guia de Previdência Social – GPS, e da guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP – nacional;

– órgão 33000 – Ministério da Previdência Social – Unidade Orçamentária 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social – no valor de R\$280.063.344,00, para atender a atividades

de remuneração dos serviços postais – nacional (R\$177.156.381,00), de serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários – nacional (R\$54.781.843,00), de Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS – nacional (R\$7.300.575,00) e de remuneração dos agentes pagadores de benefícios previdenciários – nacional (R\$40.824.545,00);

– órgão 36000 – Ministério da Saúde – Unidade Orçamentária 36201 – Fundação Oswaldo Cruz – no valor de R\$15.000.000,00, para atender a atividade de assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes no Estado do Rio de Janeiro;

– órgão 36000 – Ministério da Saúde – Unidade Orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde – no valor de R\$1.094.000.000,00, para atender a:

a) operações especiais de incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica – PAB para a saúde da família nos Estados do Amazonas (R\$18.000.000,00), de Pernambuco (R\$21.000.000,00) e de Minas Gerais (R\$33.000.000,00);

b) atividade de atenção à saúde nos hospitais da rede pública federal – Hospital Geral dos Servidores, Rio de Janeiro (R\$8.000.000,00);

c) atividade de atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos Estados habilitados em gestão plena/avançada nos Estados da Bahia (R\$21.570.000,00), da Paraíba (R\$5.500.000,00), de Alagoas (R\$5.020.000,00), de Goiás (R\$42.640.000,00), de Minas Gerais (R\$88.390.000,00), de Pernambuco (R\$14.130.000,00), de Rondônia (R\$1.950.000,00), de Roraima (R\$620.000,00), de Santa Catarina (R\$47.370.000,00), de São Paulo (R\$336.710.000,00), de Sergipe (R\$3.080.000,00), de Tocantins (R\$2.140.000,00), do Acre (R\$1.010.000,00), do Amapá (R\$740.000,00), do Amazonas (R\$4.450.000,00), do Ceará (R\$12.360.000,00), do Espírito Santo (R\$32.420.000,00), do Maranhão (R\$8.230.000,00), do Mato Grosso (R\$25.020.000,00), do Mato Grosso do Sul (R\$25.680.000,00), do Pará (R\$8.980.000,00), do Paraná (R\$96.410.000,00), do Piauí (R\$4.580.000,00), do Rio de Janeiro (R\$79.850.000,00), do Rio Grande do Nor-

te (R\$4.660.000,00), do Rio Grande do Sul (R\$107.570.000,00) e do Distrito Federal (R\$18.920.000,00);

d) operação especial de incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do Piso de Atenção Básica – PAB para assistência farmacêutica básica nos estados de Tocantins (R\$10.000,00), do Maranhão (R\$100.000,00), do Piauí (R\$110.000,00), do Rio Grande do Norte (R\$160.000,00), da Paraíba (R\$250.000,00), de

Alagoas (R\$50.000,00), de Sergipe (R\$20.000,00) e de São Paulo (R\$1.300.000,00);

e) atividade de manutenção e funcionamento das farmácias populares – nacional (R\$12.000.000,00);

– órgão 38000 – Ministério do Trabalho e Emprego – Unidade Orçamentária 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego – no valor de R\$13.500.000,00, para atender a operação especial de apoio para organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos – nacional; – órgão 38901 – Ministério do Trabalho e Emprego – Unidade Orçamentária 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador – no valor de R\$98.051.007,00, para atender a atividades de remuneração dos agentes pagadores e operadores do benefício abono salarial – nacional, no valor de R\$50.006.264,00, e remuneração dos agentes pagadores e operacionalização do seguro-desemprego – nacional (R\$48.044.743,00);

– órgão 39000 – Ministério dos Transportes – Unidade Orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT – no valor de R\$25.588.300,00, para atender a operação especial de pagamento de débitos de obras de infra-estrutura rodoviária – nacional;

– órgão 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário – Unidade Orçamentária 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário – no valor de R\$20.000.000,00, para atender a operação especial de apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais – nacional;

– órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional – no valor de R\$93.000.000,00, para atender a atividade de socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres – nacional (R\$55.000.000,00) e

projeto de obras em macrodrenagem, no Estado do Piauí (R\$20.000.000,00), e nacional (R\$18.000.000,00);

– órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53201 – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – no valor de R\$ 36.000.000,00, para atender a operação especial de apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local, integrado no Estado do Piauí (R\$24.000.000,00), e projeto de abastecimento público de água em comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco – Água para todos –, no Estado da Bahia (R\$12.000.000,00);

– órgão 54000 – Ministério do Turismo – Unidade Orçamentária 54101 –, Ministério do Turismo – no valor de R\$27.000.000,00, para atender a operação especial de apoio a projetos de infra-estrutura turística no Estado de Minas Gerais (R\$5.000.000,00) e atividade de gestão e administração do programa – nacional (R\$22.000.000,00);

– órgão 56000 – Ministério das Cidades – Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades – no valor de R\$329.000.000,00, para atender a operações especiais de apoio à política nacional de desenvolvimento urbano – nacional (R\$14.000.000,00) e de apoio à implantação, ampliação ou melhoria de linhas e trechos de sistemas de trens urbanos de Estados e municípios – implantação de trecho da linha 2 do sistema metroviário de São Paulo (R\$270.000.000,00), bem como para atender a projeto de implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana em municípios com até 100 mil habitantes – nacional (R\$45.000.000,00);

– órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito – Unidade Orçamentária 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIEES – Ministério da Educação – no valor de R\$65.135.721,00, para atender a atividade de administração do financiamento concedido a estudantes do ensino superior não-gratuito – nacional; e

– órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito – Unidade Orçamentária nº 74.903 – Recursos Sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – no valor de R\$620.723.426,00, para

atender a operações especiais de financiamento na área de bens de consumo – nacional (R\$110.000.000,00), de financiamento na área de insumos básicos – nacional (R\$165.494.000,00) e de pagamento de dividendos – nacional (R\$345.229.426,00).

A Exposição de Motivos nº 361/2007/MP, de 26 de dezembro de 2007, que acompanha a referida Mensagem presidencial, informa que o crédito possibilitará:

a) ao Ministério da Ciência e Tecnologia apoiar, no Estado da Bahia, o projeto E-Camp Universidade Aberta do Campo, voltado para o desenvolvimento sustentável do meio rural, bem como a implantação do Centro Vocacional Tecnológico Territorial de Tecnologia do Pescado;

b) ao Ministério da Fazenda manter o sistema de assistência à saúde dos servidores do Banco Central do Brasil;

c) ao Ministério da Educação apoiar o desenvolvimento da educação básica e as instituições de ensino superior não-federais;

d) ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior o pagamento de valores devidos a agentes financeiros operadores do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC, relativos à honra de aval decorrente de garantia do risco dos financiamentos a micro, pequena e média empresas amparados pelo Fundo;

e) ao Ministério das Minas e Energia a realização de levantamentos hidrogeológicos, geológicos e geofísicos – aéreos e terrestres – para melhor conhecimento das potencialidades geológicas e com vistas a atrair investimentos nacionais e estrangeiros;

f) ao Ministério da Previdência Social o pagamento de dívidas com a Empresa de Correios e Telégrafos – ECT e com a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV, referentes aos serviços de entrega de correspondência aos segurados da Previdência e de processamento de dados;

g) ao Ministério da Saúde custear a atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com recomposição do teto financeiro dos estados e municípios, ampliar o acesso da população a medicamentos básicos e os ofertados pelas farmácias populares, promover a assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz, ampliar o programa

Saúde da Família e garantir a manutenção do Hospital Geral dos Servidores;

h) ao Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, pagar despesas contratuais, do exercício de 2007, com os agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, assim como atender projetos de apoio aos catadores de materiais recicláveis;

i) ao Ministério dos Transportes a liquidação de débitos de exercícios anteriores oriundos de construção, adequação e manutenção da malha rodoviária federal, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT;

j) ao Ministério do Desenvolvimento Agrário apoiar projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais por meio de implantação de matadouros e de resfriadores de leite em diversos municípios e localidades, bem como apoiar iniciativas que busquem o combate à fome e a redução da miséria no meio rural.

k) ao Ministério da Integração Nacional socorrer as vítimas de chuvas intensas, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste; sanear e desassorear o rio Guaribas e outras localidades mediante obras de macrodrenagem; investir em projetos de infra-estrutura urbana e rural em Municípios do Estado do Piauí, construir 2 pontes sobre o rio Parnaíba e trechos de estradas, fomentando o progresso socioeconômico desses municípios e a geração de renda e emprego; revitalizar a bacia do rio São Francisco, implantando sistemas de abastecimento de água simplificados para as comunidades ribeirinhas, no Estado da Bahia, com o escopo de dotar os domicílios com abastecimento público de água adequado;

l) ao Ministério do Turismo pagar à Caixa Econômica Federal pelos serviços de transferências de recursos orçamentários bem como executar ações de infra-estrutura turística;

m) ao Ministério das Cidades implementar obras de desenvolvimento urbano em diversos municípios carentes de infra-estrutura, nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, mediante adequação de espaços viários urbanos e da melhoria das condições de habitabilidade. Além disso, os recursos destinados à linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo permitirão a implantação e melhoria de vias permanentes, a construção de estações e terminais de integração e de obras

de arte especiais, a revisão geral e aquisição de Trens Unidades Elétricos – TUE's, bem como a modernização do sistema de bilheteria automática; e

n) às Operações Oficiais de Crédito cobrir as despesas operacionais e administrativas do Fiees, além de possibilitar ao FND o pagamento aos cotistas minoritários dos dividendos relativos aos exercícios financeiros de 2000 a 2006, bem como o financiamento de operações que dinamizarão o desenvolvimento nacional.

No tocante à relevância e urgência da matéria, assim justifica a exposição de motivos:

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, para reduzir as desigualdades regionais e sociais mediante a inserção de agricultores familiares e de pescadores na economia de mercado e o fortalecimento do processo de comercialização da produção;

– no âmbito do Ministério da Fazenda, pela possibilidade – em curtíssimo prazo e na hipótese de não-cumprimento do citado dispositivo legal – de colapso do sistema de assistência à saúde dos servidores do Banco Central;

– no concernente ao Ministério da Educação, pelo risco de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino superior e da educação básica;

– em relação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pela necessidade de regularizar o pagamento das aludidas despesas com honra de aval, a fim de evitar ações judiciais de cobrança e de manter a credibilidade;

– quanto ao Ministério de Minas e Energias, pela indispensabilidade de atrair investimentos para o País, sob risco de estagnação de explorações futuras e da entrada de novos investidores. Além disso há urgência no início dos levantamentos anteriormente mencionados para aproveitamento de janela climática;

– no caso do Ministério da Previdência Social, para não haver interrupção na prestação dos serviços de pagamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

– no Ministério da Saúde, para evitar prejuízos à saúde da população no tocante à atenção ambulatorial e hospitalar, ao acesso de medicamentos, bem como à manutenção

dos serviços do Hospital Geral dos Servidores e do sistema de assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz;

– no âmbito do MTE, a fim de evitar a suspensão dos serviços prestados pelos agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, assim como para garantir o desenvolvimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que constitui importante instrumento de inclusão social;

– no caso do Ministério dos Transportes, para quitar débitos de exercícios anteriores do Dnit, debelando a incidência de juros, demandas judiciais e prejuízos ao Erário;

– no Ministério do Desenvolvimento Agrário, para possibilitar que os abatimentos de animais e a produção de leite se adaptem às normas sanitárias, com conseqüente redução de riscos à saúde dos consumidores. Quanto ao apoio às iniciativas para combate à fome e redução da miséria no meio rural, tais medidas se justificam por refletirem na melhoria de condições de trabalho, de renda e de sustentabilidade aos agricultores familiares, com redução de tensões sociais nas comunidades rurais pobres;

– no tocante ao Ministério da Integração Nacional, pelas graves conseqüências oriundas das fortes chuvas, pela necessidade de melhorar as condições socioeconômicas de municípios hipossuficientes e para ampliar o abastecimento de água potável;

– no Ministério do Turismo, para garantir a continuidade dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal no repasse de recursos orçamentários, evitar o aumento de juros e multas sobre o débito e viabilizar a execução de ações direcionadas à infra-estrutura turística nacional;

– quanto ao Ministério das Cidades, para melhorar a infra-estrutura urbana e garantir, assim, maior segurança aos cidadãos e inclusão social. O crédito visa ainda minimizar o risco de paralisação das obras de implantação da linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo;

– no concernente às Operações Oficiais de Crédito, no âmbito do Fiees, para evitar ônus decorrentes de atraso na liquidação das taxas de administração. No caso do FND, para garantir o direito dos cotistas minoritários de receberem dividendos e evitar interpelação judicial dos gestores do Fundo. Ademais, segun-

do a exposição de motivos, os financiamentos do FND contribuem para o desenvolvimento nacional, pois possibilitam investimentos em setores prioritários para a dinamização das atividades econômicas.

Decorrido o prazo regimental, foram registradas 17 emendas à medida provisória em pauta.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O art. 5º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62, da Constituição Federal, prevê que o parecer a crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

II.1. Aspectos Constitucionais e Pressupostos de Relevância e Urgência

O comando do art. 62 da Constituição Federal estabelece que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. No mesmo sentido, segue o § 3º do art. 167 da Lei Maior no sentido de estabelecer que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o citado art. 62.

Dessa forma, em que pese o mérito das argumentações e justificativas lançadas quanto ao pressuposto da imprevisibilidade e urgência contida na exposição de motivos, vale afirmar que as despesas contidas no crédito extraordinário em análise não são imprevisíveis. Podermos citar como exemplo a despesa do Ministério da Ciência e Tecnologia com “Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos”, cuja programação consta das leis orçamentárias dos últimos anos e em nada se assemelha àquelas despesas contidas no citado § 3º do art. 167 da Constituição Federal.

II.2. Adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória

Da análise da adequação orçamentária e financeira da medida provisória, verifica-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício

de 2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006), LOA/2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Tendo em vista tratar-se de crédito extraordinário, entendemos não serem aplicáveis as exigências atinentes às outras modalidades de crédito adicional, como as constantes do art. 63 da LDO 2007.

No entanto, posto que parte dos recursos do crédito provém de superávit financeiro, assim como algumas dotações constantes do Anexo I constituem despesa financeira, é indispensável que a despesa aprovada seja devidamente compensada durante a sua execução, a fim de não comprometer a meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

II.3. Cumprimento da Exigência Prevista no § 1º do Art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN

A Exposição de Motivos nº 361/2007/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

II.4. Mérito

Embora várias despesas objeto do presente crédito não se revistam do caráter de urgência e imprevisibilidade, entendemos que algumas possuem importância significativa, como, por exemplo, o socorro às vítimas de inundações e alagamentos devido a chuvas intensas, no âmbito do Ministério da Integração Nacional.

II.5. Análise das Emendas

Preliminarmente, cabe destacar que foi aprovada no Congresso Nacional, em 22 de dezembro de 2006, e publicada no **Diário Oficial da União**, em 26 de dezembro de 2006, a Resolução nº 1, de 2006-CN, que “Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo”. Especificamente, quanto às emendas a créditos extraordinários, dispõe o art. 111 do novo texto que “Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.”

À presente Medida Provisória foram apresentadas 17 (dezessete) emendas, sendo 9 (nove) para suprimir dotações e 7 (sete) para incluir programações ao crédito e 1 para suplementar dotação já existente no crédito.

As Emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 e 15 pretendem suprimir valores totais ou parciais de dotações do presente crédito.

Já as Emendas de n°s 10, 12, 14 e 16 visam incluir novas programações ao crédito extraordinário em análise. Por fim, a Emenda n° 17 almeja suplementar uma dotação do crédito.

Desse modo, à luz do art. 111 da norma supracitada, indicamos para inadmissão as Emendas de n°s 10, 12, 14, 16 e 17.

No tocante às Emendas n°s 1 a 9, 11, 13 e 15, embora reconheçamos o nobre propósito nelas contido, somos pela rejeição, posto que eventual aprovação comprometeria a integridade do crédito extraordinário, em prejuízo da eficácia das inadmissíveis ações nele compreendidas.

Ademais, os dados do Siafi informam que os recursos do presente crédito já foram liquidados e alguns até pagos.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória n° 408, de 2007, na forma proposta pelo Poder Executivo, pela rejeição das emendas de n°s 1 a 9, 11, 13 e 15, bem como pela inadmissibilidade das emendas de n°s 10, 12, 14, 16 e 17.

É o parecer, Sr. Presidente.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
À MESA*

PARECER N° , DE 2008 – CN

Parecer sobre a Medida Provisória n° 408, de 26 de dezembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00, para os fins que especifica”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Edinho Bez**

I – Relatório

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem n° 190, de 2007 – CN (n° 1.010, de 2007, na origem), a Medida Provisória n° 408, de 26 de dezembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para os fins que especifica”.

Os recursos para a abertura do crédito provêm de: **a)** superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$2.018.000.961,00 (dois bilhões, dezoito milhões, novecentos e sessenta e um reais), relativo a Recur-

sos Ordinários (R\$475.914.710), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis (R\$135.397.016), a Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural (R\$40.000.000), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas (R\$659.810.135), a Recursos Próprios Não-Financeiros (R\$32.527.000) e a Recursos Próprios Financeiros (R\$674.352.100); **b)** excesso de arrecadação no montante de R\$613.644.437,00 (seiscentos e treze milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais), oriundos de Recursos Próprios Não-Financeiros (R\$23.695.142), de Contribuição Social Sobre o Lucros Líquido das Pessoas Jurídicas (R\$467.931.611) e de Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres (R\$122.017.684); e **c)** anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$383.800.784 (trezentos e oitenta e três milhões, oitocentos mil, setecentos e oitenta e quatro reais), correspondente ao Ministério da Saúde (R\$176.624.772), Ministério do Trabalho e Emprego (R\$111.551.007), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (R\$30.489.284) e Operações Oficiais de Crédito (R\$65.135.721).

O crédito extraordinário em análise visa atender as programações constantes do anexo I dos seguintes órgãos, com suas respectivas unidades orçamentárias:

– órgão 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia – Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia – no valor de R\$8.274.000, para atender operação especial de apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos nacionais;

– órgão 25000 – Ministério da Fazenda – Unidade Orçamentária 25201-Banco Central do Brasil – no importe de R\$30.489.284, para atender atividade de assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes nacional;

– órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26101 – Ministério da Educação – no montante de R\$12.000.000, para atender operação especial de apoio a entidades de ensino superior não federais no Estado de São Paulo;

– órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no valor de R\$52.000.000, para atender operação especial de apoio ao desenvolvimento da educação básica nacional;

– órgão 28000 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Unidade Orçamentária 28904 – Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade – FGPC – no valor de R\$94.605.100, para atender operação especial de honra de aval decorrente de garantia do risco das operações de financiamento a micro, pequenas e médias empresas (Lei nº 9.531, de 1997) – nacional;

– órgão 32000 – Ministério de Minas e Energia – Unidade Orçamentária 32202 – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM – no valor de R\$40.000.000, para atender as atividades de levantamento hidrogeológicos-nacional (R\$5.000.000), levantamentos geológicos-nacional (R\$10.000.000) e levantamentos geofísicos-nacional (R\$25.000.000);

– órgão 33000 – Ministério da Previdência Social – Unidade Orçamentária 33101 – Ministério da Previdência Social – no valor de R\$61.016.000, para atender atividade de serviço de processamento de dados da guia de previdência social-GPS e da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social-GFIP-nacional;

– órgão 33000 – Ministério da Previdência Social – Unidade Orçamentária 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social – no valor de R\$280.063.344, para atender atividades de remuneração dos serviços postais-nacional (R\$177.156.381), de serviço de processamento de dados, de benefícios previdenciários-nacional (R\$54.781.843), de cadastro nacional de informações sociais-CNIS-nacional (R\$7.300.575) e de remuneração dos agentes pagadores de benefícios previdenciários-nacional (R\$40.824.545);

– órgão 36000 – Ministério da Saúde – Unidade Orçamentária 36201 – Fundação Oswaldo Cruz – no valor de R\$15.000.000, para atender atividade de assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes no Estado do Rio de Janeiro;

– órgão 36000 – Ministério da Saúde – Unidade Orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde – no valor de R\$1.094.000.000, para atender:

a) operações especiais de incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica –

PAB para a saúde da família nos estados do Amazonas (R\$18.000.000), de Pernambuco (R\$21.000.000) e de Minas Gerais (R\$33.000.000);

b) atividade de atenção à saúde nos hospitais da rede pública federal – Hospital Geral dos Servidores – RJ (R\$8.000.000);

c) atividade de atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada nos estados da Bahia (R\$21.570.000), da Paraíba (R\$5.500.000), de Alagoas (R\$5.020.000), de Goiás (R\$42.640.000), de Minas Gerais (R\$88.390.000), de Pernambuco (R\$14.130.000), de Rondônia (R\$1.950.000), de Roraima (R\$620.000), de Santa Catarina (R\$47.370.000), de São Paulo (R\$336.710.000), de Sergipe (R\$3.080.000), de Tocantins (R\$2.140.000), do Acre (R\$1.010.000), do Amapá (R\$740.000), do Amazonas (R\$4.450.000), do Ceará (R\$12.360.000), do Espírito Santo (R\$32.420.000), do Maranhão (R\$8.230.000), do Mato Grosso (R\$25.020.000), do Mato Grosso do Sul (R\$25.680.000), do Pará (R\$8.980.000), do Paraná (R\$96.410.000), do Piauí (R\$4.580.000), do Rio de Janeiro (R\$79.850.000), do Rio Grande do Norte (R\$4.660.000), do Rio Grande do Sul (R\$107.570.000) e do Distrito Federal (R\$18.920.000);

d) operação especial de incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica – PAB para assistência farmacêutica básica nos estados de Tocantins (R\$10.000), do Maranhão (R\$100.000), do Piauí (R\$110.000), do Rio Grande do Norte (R\$160.000), da Paraíba (R\$250.000), de Alagoas (R\$50.000), de Sergipe (R\$20.000) e de São Paulo (R\$1.300.000);

e) atividade de manutenção e funcionamento das farmácias populares-nacional (R\$12.000.000); – órgão 38000 – Ministério do Trabalho e Emprego – Unidade Orçamentária 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego – no valor de R\$13.500.000, para atender operação especial de apoio para organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos-nacional;

– órgão 38901 – Ministério do Trabalho e Emprego – Unidade Orçamentária 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador – no valor de R\$98.051.007, para atender atividades de

remuneração dos agentes pagadores e operadores do benefício abono salarial-nacional (R\$50.006.264) e remuneração dos agentes pagadores e operacionalização do seguro-desemprego-nacional (R\$48.044.743);

– órgão 39000 – Ministério dos Transportes – Unidade Orçamentária 39252–Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes–DNIT – no valor de R\$25.588.300, para atender operação especial de pagamento de débitos de obras de infra-estrutura rodoviária-nacional;

– órgão 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário – Unidade Orçamentária 49101–Ministério do Desenvolvimento Agrário – no valor de R\$20.000.000, para atender operação especial de apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais-nacional;

– órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional – no valor de R\$93.000.000, para atender atividade de socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres-nacional (R\$55.000.000) e projeto de obras em macrodrenagem – no Estado do Piauí (R\$20.000.000) e Nacional (18.000.000);

– órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53201–Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba–CODEVASF – no valor de 36.000.000, para atender operação especial de apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado-no Estado do Piauí (R\$24.000.000) e projeto de abastecimento público de água em comunidades ribeirinhas do rio São Francisco–Água para Todos–no Estado da Bahia (R\$12.000.000);

– órgão 54000 – Ministério do Turismo – Unidade Orçamentária 54101–Ministério do Turismo – no valor de R\$27.000.000, para atender operação especial de apoio a projetos de infra-estrutura turística–no Estado de Minas Gerais (R\$5.000.000) e atividade de gestão e administração do programa–nacional (R\$22.000.000);

– órgão 56000 – Ministério das Cidades – Unidade Orçamentária 56101–Ministério das Cidades – no valor de R\$329.000.000, para atender operações especiais de apoio a política nacional de desenvolvimento urbano-nacional (R\$14.000.000) e de apoio a implantação, ampliação ou melhoria de linhas e trechos de siste-

mas de trens urbanos de estados e municípios–implantação de trecho da linha 2 do sistema metroviário de São Paulo–SP (R\$270.000.000), bem como para atender projeto de implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana em municípios com até 100.000 habitantes-nacional (R\$45.000.000);

– órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito – Unidade Orçamentária 74902–Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior–FIEES–Ministério da Educação – no valor de R\$65.135.721, para atender atividade de administração do financiamento concedido a estudantes do ensino superior não-gratuito-nacional; e

– órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito – Unidade Orçamentária 74903–Recursos Sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – no valor de R\$620.723.426, para atender operações especiais de financiamento na área de bens de consumo-nacional (R\$110.000.000), de financiamento na área de insumos básicos-nacional (R\$ 165.494.000) e de pagamento de dividendos-nacional (R\$345.229.426).

A Exposição de Motivos n° 361/2007/MP, de 26 de dezembro de 2007, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, informa que o crédito possibilitará:

a) ao Ministério da Ciência e Tecnologia apoiar, no Estado da Bahia, o projeto E-Camp Universidade Aberto do Campo voltado para o desenvolvimento sustentável do meio rural, bem como a implantação do Centro Vocacional Tecnológico Territorial de Tecnologia do Pescado;

b) ao Ministério da Fazenda manter o sistema de assistência à saúde dos servidores do Banco Central do Brasil;

c) ao Ministério da Educação apoiar o desenvolvimento da educação básica e as instituições de ensino superior não-federais;

d) ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior o pagamento de valores devidos a agentes financeiros operadores do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade–FGPC, relativos à honra de aval decorrente de garantia do risco dos financiamentos a micro, pequenas e médias empresas amparados pelo Fundo;

e) ao Ministério das Minas e Energias a realização de levantamentos hidrogeológicos, geológicos e geofísicos – aéreos e terrestres – para melhor conhecimento das potencialidades geológicas e com vistas a atrair investimentos nacionais e estrangeiros;

f) ao Ministério da Previdência Social o pagamento de dívidas com a Empresa de Correios e Telégrafos – ECT e com a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – Dataprev, referentes aos serviços de entrega de correspondência aos segurados da previdência e de processamento de dados;

g) ao Ministério da Saúde custear a atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com recomposição do teto financeiro dos Estados e Municípios, ampliar o acesso da população a medicamentos básicos e os ofertados pelas farmácias populares, promover a assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz, ampliar o programa saúde da família, e garantir a manutenção do hospital geral dos servidores;

h) ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE pagar despesas contratuais, do exercício de 2007, com os agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, assim como atender projetos de apoio aos catadores de materiais recicláveis;

i) ao Ministério dos Transportes a liquidação de débitos de exercícios anteriores oriundos de construção, adequação e manutenção da malha rodoviária federal, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT;

j) ao Ministério do Desenvolvimento Agrário apoiar projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais por meio de implantação de matadouros e de resfriadores de leite em diversos municípios e localidades, bem como apoiar iniciativas que busquem o combate à fome e à redução da miséria no meio rural;

k) ao Ministério da Integração Nacional socorrer as vítimas de chuvas intensas, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste; sanear e desassorear o rio Guaribas e outras localidades mediante obras de macrodrenagem; investir em projetos de infra-estrutura urbana e rural em Municípios do Estado do Piauí, construir duas pontes sobre o rio Parnaíba e trechos de estradas, fomentando o progresso socioeconômico desses Municípios e a geração de renda

e emprego; revitalizar a Bacia do rio São Francisco, implantando sistemas de abastecimento de água simplificados para as comunidades ribeirinhas, no Estado da Bahia, com o escopo de dotar os domicílios com abastecimento público de água adequado;

l) ao Ministério do Turismo pagar à Caixa Econômica Federal pelos serviços de transferências de recursos orçamentários bem como executar ações de infra-estrutura turística;

m) ao Ministério das Cidades implementar obras de desenvolvimento urbano em diversos Municípios carentes de infra-estrutura, nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, mediante adequação de espaços viários urbanos e da melhoria das condições de habitabilidade. Além disso, os recursos destinados à linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo permitirão a implantação e melhoria de vias permanentes, a construção de estações e terminais de integração e de obras de arte especiais, a revisão geral e aquisição de Trens Unidades Elétricos – TUE's, bem como a modernização do sistema de bilheteria automática; e

n) às Operações Oficiais de Crédito cobrir as despesas operacionais e administrativas do FIEES, além de possibilitar ao FND o pagamento aos cotistas minoritários dos dividendos relativos aos exercícios financeiros de 2000 a 2006, bem como o financiamento de operações que dinamizarão o desenvolvimento nacional.

No tocante à relevância e urgência da matéria, assim justifica a Exposição de Motivos:

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, para reduzir as desigualdades regionais e sociais mediante a inserção de agricultores familiares e de pescadores na economia de mercado e o fortalecimento do processo de comercialização da produção;

– no âmbito do Ministério da Fazenda, pela possibilidade – em curtíssimo prazo e na hipótese de não cumprimento do citado dispositivo legal – de colapso do sistema de assistência à saúde dos servidores do Banco Central;

– no concernente ao Ministério da Educação, pelo risco de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino superior e da educação básica;

– em relação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pela necessidade de regularizar o pagamento das aludidas despesas com honra de aval, a fim de evitar ações judiciais de cobrança e de manter a credibilidade;

– quanto ao Ministério de Minas e Energias, pela indispensabilidade de atrair investimentos para o país, sob risco de estagnação de explorações futuras e da entrada de novos investidores. Além disso há urgência no início dos levantamentos anteriormente mencionados para aproveitamento de janela climática;

– no caso do Ministério da Previdência Social, para não haver interrupção na prestação dos serviços de pagamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

– no Ministério da Saúde, para evitar prejuízos à saúde da população no tocante à atenção ambulatorial e hospitalar, ao acesso de medicamentos, bem como à manutenção dos serviços do hospital geral dos servidores e do sistema de assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz;

– no âmbito do MTE, a fim de evitar a suspensão dos serviços prestados pelos agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, assim como para garantir o desenvolvimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que constitui importante instrumento de inclusão social;

– no caso do Ministério dos Transportes, para quitar débitos de exercícios anteriores do DNIT, debelando a incidência de juros, demandas judiciais e prejuízos ao erário;

– no Ministério do Desenvolvimento Agrário, para possibilitar que os abatimentos de animais e a produção de leite se adaptem às normas sanitárias, com conseqüente redução de riscos à saúde dos consumidores. Quanto ao apoio às iniciativas para combate à fome e à redução da miséria no meio rural, tais medidas se justificam por refletirem na melhoria de condições de trabalho, de renda e de sustentabilidade aos agricultores familiares, com redução de tensões sociais nas comunidades rurais pobres;

– no tocante ao Ministério da Integração Nacional, pelas graves conseqüências oriundas das fortes chuvas, pela necessidade de

melhorar as condições socioeconômicas de Municípios hipossuficientes, e para ampliar o abastecimento de água potável;

– no Ministério do Turismo, para garantir a continuidade dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal no repasse de recursos orçamentários, evitar o aumento de juros e multas sobre o débito e viabilizar a execução de ações direcionadas à infra-estrutura turística nacional;

– quanto ao Ministério das Cidades, para melhorar a infra-estrutura urbana e garantir, assim, maior segurança aos cidadãos e inclusão social. O crédito visa ainda minimizar o risco de paralisação das obras de implantação da linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo;

– no concernente às Operações Oficiais de Crédito, no âmbito do FIEES, para evitar ônus decorrentes de atraso na liquidação das taxas de administração. No caso do FND, para garantir o direito dos cotistas minoritários de receberem dividendos e evitar interpelação judicial dos gestores do Fundo. Ademais, segundo a Exposição de Motivos, os financiamentos do FND contribuem para o desenvolvimento nacional, pois possibilitam investimentos em setores prioritários para a dinamização das atividades econômicas.

Decorrido o prazo regimental, foram registradas 17 (dezesete) emendas à Medida Provisória em pauta. É o relatório.

II – Voto do Relator

O art. 5º, da Resolução nº 1, de 2002–CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62, da Constituição Federal, prevê que o Parecer a crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

II.1. Aspectos Constitucionais e Pressupostos de Relevância e Urgência

O comando do art. 62 da Constituição Federal estabelece que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. No mesmo sentido, segue o § 3º do art. 167 da lei maior no sentido de

estabelecer que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o citado art. 62.

Desta forma, em que pese o mérito das argumentações e justificativas lançadas quanto ao pressuposto da imprevisibilidade e urgência contida na Exposição de Motivos, vale afirmar que as despesas contidas no crédito extraordinário em análise, não são imprevisíveis. Podermos citar como exemplo a despesa do Ministério da Ciência e Tecnologia com “Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos” cuja programação consta das leis orçamentárias dos últimos anos e em nada se assemelha àquelas despesas contidas no citado § 3º do art. 167 da Constituição Federal.

II.2. Adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória

Da análise da adequação orçamentária e financeira da medida provisória, verifica-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006), LOA/2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Tendo em vista tratar-se de crédito extraordinário, entendemos não serem aplicáveis as exigências atinentes às outras modalidades de crédito adicional, como as constantes do art. 63 da LDO 2007.

No entanto, posto que parte dos recursos do crédito provém de superávit financeiro, assim como algumas dotações constantes do Anexo I constituem despesa financeira, é indispensável que a despesa aprovada seja devidamente compensada, durante a sua execução, a fim de não comprometer a meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

II.3. Cumprimento da Exigência Prevista no § 1º, do Art 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN

A Exposição de Motivos nº 361/2007/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002–CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

II.4. Mérito

Embora várias despesas objeto do presente crédito não se revistam de caráter de urgência e im-

previsibilidade, entendemos que algumas possuem importância significativa, como por exemplo o socorro às vítimas de inundações e alagamentos devido às chuvas intensas, no âmbito do Ministério da Integração Nacional.

II.5. Análise das Emendas

Preliminarmente, cabe destacar que foi aprovada, no Congresso Nacional em 22 de dezembro de 2006, e publicada no **Diário Oficial da União** em 26 de dezembro de 2006, a Resolução nº 1, de 2006 – CN, que “Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo”. Especificamente, quanto às emendas a créditos extraordinários, dispõe o art. 111 do novo texto que “Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.”

À presente Medida Provisória foram apresentadas 17 (dezesete) emendas, sendo 9 (nove) para suprimir dotações e 7 (sete) para incluir programações ao crédito e 1 para suplementar dotação já existente no crédito.

As emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 e 15 pretendem suprimir valores totais ou parciais de dotações do presente crédito.

Já as emendas de nºs 10, 12, 14 e 16 visam incluir novas programações ao crédito extraordinário em análise. Por fim, a emenda nº 17 almeja suplementar uma dotação do crédito.

Desse modo, à luz do art. 111 da norma supracitada, indicamos para inadmissão as emendas de nºs 10, 12, 14, 16 e 17.

No tocante às emendas nºs 1 a 9, 11, 13 e 15, embora reconheçamos o nobre propósito nelas contido, propomos pela rejeição, posto que eventual aprovação comprometeria a integridade do crédito extraordinário, em prejuízo da eficácia das inadiáveis ações nele compreendidas.

Ademais, os dados do Siafi informam que os recursos do presente crédito já foram liquidados e aguns até pagos.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 408, de 2007, na forma proposta pelo Poder Executivo, pela rejeição das emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 e 15, bem como pela inadmissibilidade das emendas de nºs 10, 12, 14, 16 e 17.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – Deputado **Edinho Bez**, Relator.

Anexo I
(Ao Parecer nº , de 2008)
MP nº 408, de 2007 – CN

EMENDAS REJEITADAS E INDICADAS PARA INADMISSÃO

Emenda	Autor	Finalidade	Decisão
01	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 74903 – Recursos Sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior, Funcional-programática 22.123.0909.0471.0103 – Pagamento de Dividendos – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 345.229.426,00.	Rejeitada
02	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 74903 – Recursos Sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior, Programa 0902 – Operações Especiais: Financiamentos com Retorno, no valor de R\$ 275.494.000,00.	Rejeitada
03	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, Funcional-programática 15.451.0310.0B16.0101 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 14.000.000,00.	Rejeitada
04	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, Programa 1166 – Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos, no valor de R\$ 27.000.000,00.	Rejeitada
05	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 49101 – Ministério do Desenvol. Agrário, Funcional-programática 21.127.1334.0620.0317 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços em Territórios Rurais – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 20.000.000,00.	Rejeitada
06	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 39252 – DNIT do Minist. dos Transportes, Funcional-programática 26.782.0225.00AH.0101 – Pagamento de Débitos de Obras de Infra-Estrutura Rodoviária – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 25.588.300,00.	Rejeitada
07	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego, Funcional-programática 11.333.8007.0863.0101 – Apoio para Organização e Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes Com Resíduos Sólidos – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 13.500.000,00.	Rejeitada
08	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 32202 – Ministério de Minas e Energia/CPRM, Programa 1115 – Geologia do Brasil, no valor de R\$ 40.000.000,00.	Rejeitada
09	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia, Funcional-programática 19.573.0471.001F.0189 – Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos – Nacional (Crédito	Rejeitada

		Extraordinário), no valor de R\$ 8.274.000,00.	
10	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia a funcional programática 19.573.0471.001F, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$ 306.444,44	Inadmitida
11	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$306.444,44 da UO 24101, ação 001F, sem contudo especificar em qual programação (como gnd e outros dados).	Rejeitada
12	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 26298 – MEC/FNDE a funcional programática 12.361.1061.0509, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$ 1.925.925,94	Inadmitida
13	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$ 1.925.925,93 da UO 26298, ação 0509, sem contudo especificar em qual programação (como gnd e outros dados).	Rejeitada
14	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 36901 – Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde a funcional programática 10.302.1293.8415, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$444.444,44	Inadmitida
15	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$444.444,44 da UO 36901, programa 1293, ação 8415.	Rejeitada
16	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades a funcional programática 15.451.6001.109A, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$ 10.000.000,00	Inadmitida
17	Geraldo Resende	Suplementar recursos, no crédito, na funcional programática 15.451.6001.109A.3529 da UO 56101, de R\$ 45 milhões para R\$260 milhões	Inadmitida

Consulta Tramitação das Proposições

Cadastrar para Acompanhamento

NovaPesquisa

Proposição: MPV-408/2007**Autor:** Poder Executivo**Data de Apresentação:** 27/12/2007**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário**Regime de tramitação:** Urgência**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00, para os fins que especifica.

Indexação: Abertura de crédito, Crédito Extraordinário, Executivo, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Fazenda, (Bacen), Ministério da Educação, (FNDE), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério de Minas e Energia, (CPRM), Ministério da Previdência Social, (INSS), Ministério da Saúde, (FioCruz), (FNS), Ministério do Trabalho e Emprego, (FAT), Ministério dos Transportes, (DNIT), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional, (Codevasf), Ministério do Turismo, Ministério das Cidades, Operação Oficial de Crédito, (FIEES), (FND).

Despacho:

20/2/2008 - Publique-sc. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- MESA (Mesa Diretora)

MSC 1010/2007 MESA (Mensagem) - Poder Executivo**Legislação Citada****Emendas**

- MPV40807 (MPV40807)

EMC 1/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni**EMC 2/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 3/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 4/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 5/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 6/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 7/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 8/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 9/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 10/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 11/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 12/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 13/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 14/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 15/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 16/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 17/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****Pareceres, Votos e Redação Final**

- MPV40807 (MPV40807)

PPP 1 MPV40807 (Parecer Proferido em Plenário) - Edinho Bez**Última Ação:****2/4/2008 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 408-A/07)**

Obs: O andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
27/12/2007	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.

27/12/2007	CONGRESSO NACIONAL (CN) Prazo para Emendas: 06/02/2008 a 11/02/2008. Comissão Mista: 06/02/2008 a 19/02/2008. Câmara dos Deputados: 20/02/2008 a 04/03/2008. Senado Federal: 05/03/2008 a 18/03/2008. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 19/03/2008 a 21/03/2008. Sobrestar Pauta: a partir de 22/03/2008. Congresso Nacional: 06/02/2008 a 05/04/2008. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 06/04/2008 a 04/06/2008.
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação da MSC 1010/2007 MESA, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00, para os fins que especifica."
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido Ofício nº 47/2008 (CN), que encaminha o processado da MPV 408, de 2007 que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00, para os fins que especifica". Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 17 (dezesete) emendas.
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
21/2/2008	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 22/2/2008.
25/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de "quorum". (Sessão Ordinária - 14:00).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 398-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
27/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
27/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 400/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
28/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
28/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 401/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
4/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão em face da não-conclusão da apreciação da MPV 402/07, item 2 da pauta, com prazo encerrado.
10/3/2008	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Edinho Bez (PMDB-SC), para proferir parecer em Plenário pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a esta Medida provisória e as 17 emendas apresentadas.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 404/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:02)
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN)

	Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 1.179/07, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
13/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
13/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 1.650/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
17/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, por falta de "quorum".
18/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
18/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
19/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
19/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
25/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
25/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 405/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 405-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:05)
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 406/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
27/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.
1/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
1/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 407/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria sobre a mesa.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Luciano Castro, Líder do PR, que solicita inversão de pauta, a fim de que a MPV 407/07 seja apreciada como item 2, renumerando-se os demais.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Luciano Castro (PR-RR).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN)

	Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Edinho Bez (PMDB-SC), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; pela admissibilidade das Emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 e 15; pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 10, 12, 14, 16 e 17; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 e 15.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP), Dep. Dr. Ubiali (PSB-SP), Dep. Paulo Renato Souza (PSDB-SP), Dep. Ribamar Alves (PSB-MA), Dep. Zenaldo Coutinho (PSDB-PA) e Dep. Maurício Quintella Lessa (PR-AL).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO) e Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação preliminar do Parecer, solicitada pelo Dep. Paulo Bornhausen, na qualidade de Líder do DEM, e pelo Dep. Bernardo Ariston, na qualidade de Líder do Bloco PMDB,PSC,PTC, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovado o Parecer", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN. Sim: 231; Não: 66; Abstenção: 0; Total: 297.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 10, 12, 14, 16 e 17, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, as Emendas de nºs 10, 12, 14, 16 e 17 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 e 15, com parecer contrário, ressalvados os destaques.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 408, de 2007, ressalvado o destaque.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da expressão "19.573.0471.001F - Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos, valor de R\$ 8.274.000,00", constante do Anexo I da MPV 408/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Paulo Bornhausen (DEM-SC) e Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Mantida a expressão.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Edinho Bez (PMDB-SC).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 408-A/07)

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL N° , DE 2008**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, de março de 2008.


Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a dispõe de cinco minutos para uma comunicação inadiável.

Em seguida, pela Liderança da Minoria, o Senador Raimundo Colombo e logo após, pela lista de inscritos, o eminente Senador Jayme Campos.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há momentos, Senador Mozarildo, em que a gente tem de sair do dia-a-dia e mesmo do entorno da gente e pensar mais globalmente. Creio que este é um dos momentos.

O mundo inteiro está de olho no que acontece hoje nas selvas da Colômbia, onde um número entre setecentas e mil pessoas estão seqüestradas – volto a usar o adjetivo “seqüestradas” – pelas Farc. E nós não podemos ficar calados diante disso.

Mas há uma pessoa que hoje simboliza toda essa tragédia, e é uma colega nossa, porque é Senadora, chamada Ingrid Betancourt. Seqüestrada há anos, sobrevive nas selvas, e tudo indica que está enfrentando um quadro de saúde que pode levá-la à morte em pouco tempo.

Sr. Presidente, em função disso, hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e também na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um grupo de dez Senadores, e eu entre eles, fizemos a proposta de que o Senado brasileiro, o Senado Federal do Brasil, lidere uma campanha mundial que consistiria em apenas um dia, um dia, em que os Parlamentos do mundo inteiro, todos eles, usariam das tribunas para manifestações em defesa da integridade, da vida e da liberdade da nossa colega Ingrid Betancourt.

Senador Efraim Morais, a proposta é de que nós, a partir da Presidência – e passo a V. Ex^a, que está na Presidência –, por meio do Senador Garibaldi Alves Filho, façamos circulares a todos os Presidentes dos Parlamentos do mundo inteiro, pedindo que, no dia 23 de abril, durante um dia, os Senadores e os Deputados, onde houver as duas Casas, usem da tribuna para falar da necessidade de um esforço para salvar a vida dessa Senadora.

A proposta está na mesa, e espero que ela receba da Mesa a dimensão que merece. Creio que cabe ao Presidente Garibaldi tomar a decisão dos detalhes de como fazer isso chegar – se for aprovado pela Mesa, obviamente, porque foi aprovado apenas pelas Comissões – aos Parlamentos do mundo inteiro. Mas creio que três países merecem atenção imediata: a própria Colômbia, o Congresso colombiano, que tem duas

Casas; a Venezuela, em que há apenas uma Casa, é unicameral; e a França, que é um dos países que dão nacionalidade à Senadora Ingrid Betancourt.

Mais ainda: embora eu tenha defendido isso do ponto de vista parlamentar, sem tocar no Governo, no Poder Executivo, porque acredito que o Presidente Lula e o Ministro Amorim devem estar fazendo trâmites de forma discreta para conseguir colaborar na salvação da vida da nossa colega, a Senadora Ingrid Betancourt, creio que o Presidente Garibaldi deveria tentar falar ele próprio com o Presidente Sarkozy, da França, que é um dos mais interessados na solução desse problema, com o Presidente Uribe, da Colômbia, que está envolvido no assunto, com o Presidente Chávez e com o Presidente Lula.

Se a Casa, o Senado, traz para essa luta a Câmara dos Deputados e se nós juntos levamos isso para o mundo inteiro, pelos meios de comunicação simples que hoje existem, o dia 23 de abril é uma data perfeitamente possível de conseguirmos isso.

Do ponto de vista da saúde da Senadora, o dia 23 de abril talvez esteja até muito longe. Esses mais de dez dias que teríamos podem ser um tempo longo demais para salvá-la. Em menos que isso, é difícil organizar e coordenar um trabalho desse tipo. Mas ele é possível, sim, em um prazo de dez dias.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Com um tempo um pouquinho maior, foi possível organizar passeatas no mundo inteiro, Senador Casagrande. No mundo inteiro, houve manifestações, como as que estão havendo agora, no mundo inteiro, em função do Tibet, e os Parlamentos calados. Algumas pessoas falam, mas os Parlamentos, não.

Venho propor que não apenas algumas pessoas falem, mas que os Parlamentos usem a voz que têm. Não só um, dois ou três Parlamentos, mas todos os Parlamentos do mundo possam, no dia 23 de abril, levar a mensagem de que nós queremos a Senadora Ingrid Betancourt liberta e com a saúde a que ela tem direito.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renato Casagrande. PSB – ES) – Mais um minuto, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Essa é a proposta que nós, hoje, aprovamos na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. É a proposta que está na Mesa. Espero que V. Ex^a e o Senador Efraim Morais, que presidia a sessão há até pouco tempo, levem-na ao Presidente Garibaldi Alves Filho. Ele pode fazer isso.

É um gesto que mostraria que nós aqui não estamos calados, que estamos preocupados, que queremos ajudar, para que não aconteça a tragédia de que um seqüestro longo transforme-se em eterno, se ela morrer no cativeiro.

Era o que tinha a dizer nesta comunicação, inadivél sim, pela urgência do assunto.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renato Casagrande.

O SR. PRESIDENTE (Renato Casagrande. Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Faço coro com V. Ex^a e manifesto meu apoio à sua proposta. Comprometo-me a dialogar com o Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, para que possamos fazer uma corrente parlamentar e de outras instituições em torno da libertação da Senadora Ingrid Betancourt. Pode contar com nosso pequeno apoio a esse trabalho de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo, pela Liderança da Minoria.

V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar nosso Presidente, o Senador Renato Casagrande, e também me associar à proposta e ao esforço do Senador Cristovam Buarque, que entendo oportunos. Poderíamos ter feito isso antes, já que é uma ação grave, constrangedora, que precisa da ação de todas as pessoas de bom senso e que estão revoltadas com essa postura, com essa infâmia do seqüestro e do risco de morte que correm todos, especialmente a Senadora Ingrid Betancourt.

Eu estava inscrito ontem, mas não foi possível falar. Hoje, venho à tribuna, para tratar de um assunto que hoje é ainda mais forte do que ontem, até porque é algo inaceitável: o veto do Presidente da República à fiscalização do Tribunal de Contas da União dos recursos que serão repassados às centrais sindicais. Na verdade, o projeto de lei foi votado e aprovado, foi feito um acordo. Não simpatizo com a aprovação desse projeto, mas, enfim, acho que o dinheiro tem de ficar com as pessoas e menos com as entidades. No Brasil, há um sistema cada vez mais cartorial, e cada vez mais se impõem à sociedade mais taxas, mais tarifa, mais imposto. Enfim, o dinheiro que sobra para ficar com as pessoas é cada vez menor. E lá se vão por ano R\$100 milhões.

O absurdo, Senador Mão Santa, não é apenas as centrais terem mais esse recurso – ontem, já vimos uma demonstração do que se faz com o dinheiro ar-

recadado –, mas também o Presidente da República vetar a fiscalização desse dinheiro. Ora, o Parlamento tem como função a sua fiscalização. E os Tribunais de Contas, seja nos Estados, seja nos Municípios, e, aqui, o Tribunal de Contas da União têm a função de assessoramento do Poder Legislativo, para fazer a fiscalização. Mas estamos dizendo agora para todos: “Olha, não vai haver fiscalização. Está proibido. Vocês podem gastar como quiserem”.

O princípio do veto é o de que esse dinheiro não é imposto. Ora, como não é imposto, se a pessoa não pode optar, se é obrigatório, se é uma imposição? Vai ser descontado no salário de todos os trabalhadores um dia do ano; esse valor vai ser recolhido e transferido para os sindicatos, como já era, e, agora, para as centrais sindicais. Se isso não é imposto, é o quê? O imposto – o nome já diz – é imposto mesmo goela abaixo, como se diz na gíria. Essa é a realidade.

Então, o que acontece é que se está dando um ar de liberalidade ao dinheiro público, ao imposto; está-se tomando uma atitude de irresponsabilidade. Aliás, parece que essa é uma prática geral. O Senador Pedro Simon, ontem, fez aqui um discurso muito forte, mostrando a postura em relação a tudo aquilo que é de fiscalização e de investigação, como é o caso das CPIs, que não conseguem fazer esse trabalho, porque há uma ação deliberada da maioria de impedir. Agora, vamos conviver com essa realidade.

Meu Partido, Democratas, entrou na Justiça e afirma exatamente esta posição: esse dinheiro é imposto e, como imposto, deve sofrer fiscalização, como qualquer outro, sob pena de as pessoas se sentirem acima de lei.

É fundamental dizer que o setor público tem a função de dar exemplo. A boa aplicação dos recursos públicos e a transparência dos recursos fazem com que ganhemos credibilidade junto à sociedade; fazem com que a sociedade tenha mais respeito às instituições, participe delas e contribua com elas no momento em que delas participa; fazem com a Administração Pública tenha mais êxito; fazem com que o homem público tenha mais sentido no seu trabalho, mais valor, adaptando-se aí um sentido de missão. Na verdade, o homem público tem de liderar pelo exemplo, pelo comportamento, pela sua postura, pelos seus princípios.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – A partir do momento em que chegamos ao veto do art. 6º, é como se disséssemos: “Olha, pessoal, não vai haver fiscalização. Vocês estão livres para fazer o que quiserem, com R\$100 milhões por ano”. É assim que uma democracia começa a se distanciar do povo.

É assim que as pessoas que chegam representando os humildes acabam representando os poderosos, os interesses escusos. É assim que se perde a noção do compromisso com as pessoas. É dessa forma que o governante deixa de ser bom exemplo, deixa de ser líder, para cair na esparrela barata e irresponsável de um poder em que pode tudo e em que podem todos – inclusive, libera seus parceiros daquilo que é essencial, que é a fiscalização de instituições que são formadas e criadas para isso.

Se disserem como argumento que o Tribunal de Contas da União não tem as pessoas, o número de funcionários, se disserem isso – já estou encerrando, Sr. Presidente –, esse é um problema do Tribunal de Contas. Não cabe ao Executivo, ao Presidente da República, com um argumento vazio, sem sentido, dizer que não vai haver fiscalização. Na prática, a leitura que se faz é esta: “Podem fazer, como ontem, mais uma festa, regada a uísque, a champanhe. Façam uma grande festa, porque ninguém vai poder fiscalizar! Isso não é dinheiro público”. Isso é dinheiro de quem?

Então, realmente, são exemplos como esse que fazem com que se vá perdendo a responsabilidade – eles, não eu. No jornal, o Presidente Lula diz assim: “Deus queira que tanto a categoria dos empresários quanto a categoria dos trabalhadores fiscalizem seus sindicatos!”. Estão passando para Deus a responsabilidade de fiscalizar as centrais sindicais. O Presidente Paulo Pereira da Silva disse: “O veto foi positivo, embora eu reconheça que o pessoal da banda podre do sindicalismo vai sair fortalecido”.

(Interrupção do som.)

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – De fato, a banda podre, Senador Mão Santa, sai muito fortalecida, pois sai liberada para fazer o que quiser com esse dinheiro. E Deus foi invocado. Ele, certamente, está olhando para todos nós, brasileiros, dizendo: “Vocês têm de lutar mais, porque assim vai ser difícil”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renato Casagrande. Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Raimundo Colombo.

Passo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Jayme Campos, que tem até dez minutos para fazer seu pronunciamento. (Pausa.)

S. Ex^a está dizendo que, em cinco minutos, consegue transmitir ao Senado da República e à população brasileira sua mensagem.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, Sr^{as} e Srs.

Senadores, antes de iniciar o assunto de que vou tratar desta tribuna hoje, quero cumprimentar o Senador Raimundo Colombo, que foi muito oportuno quando se referiu à má aplicação dos recursos pelos sindicatos e, naturalmente, por outros órgãos do Governo Federal. Isso é verdade, e o Democratas, dias atrás, votou favoravelmente, mas não esperava que toda essa comemoração, regada a uísque e a bons coquetéis, fosse feita com o dinheiro do trabalhador brasileiro.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para fazer um breve comunicado. Tivemos a oportunidade, no dia de hoje, de instalar uma Comissão Especial Externa do Senado Federal, a Comissão Temporária – Risco Ambiental em Municípios Relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe). Há riscos para o Brasil e – e por que não dizer? – para o mundo. Essa Comissão terá a oportunidade de diagnosticar e aferir os números que o Inpe tem divulgado em relação ao desmatamento na Amazônia brasileira. É muito importante essa Comissão, pois não só pretendemos fazer a apuração dos dados e das informações, mas também propomos também uma política de desenvolvimento para a Amazônia, compatível sobretudo com a preservação.

Isso é de fundamental importância à medida que o homem da Amazônia está sentindo realmente um desrespeito por parte do Governo Federal, até mesmo com relação à questão de segurança jurídica e também com relação às próprias garantias individuais. Essa Comissão tem um papel preponderante no sentido não só de buscarmos a verdade, como também de fazermos uma preposição em relação a uma política ambiental decente e, sobretudo, respeitosa com aqueles que naturalmente produzem e constroem a grandeza do Brasil.

Coube-me presidir essa Comissão, e a Vice-Presidência é do Senador João Pedro, representante do Estado do Amazonas. Coube-me também indicar para a Relatoria dessa Comissão o Senador Flexa Ribeiro. Contaremos com a participação do Senador Mozarildo Cavalcanti e do Senador Valdir Raupp, pelo Estado de Rondônia. Como suplentes, dela participarão o Senador Gilberto Goellner, a Senadora Serys Slhessarenko, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Romeu Tuma e o Senador Leomar Quintanilha.

Para tanto, na próxima terça-feira, faremos uma programação para ouvirmos não só o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como também o Ministério do Meio Ambiente, o Inpe, os Governadores dos Estados envolvidos, sejam eles do Mato Grosso, do Amazonas, de Rondônia, do Pará, enfim, todos que se sentem prejudicados, penalizados com uma política perversa,

penosa, a qual, sobretudo, tem dado demonstração de descompromisso com a nossa região e com os brasileiros que ali estão esperando que haja uma política decente, respeitosa com a nossa população.

Teremos a oportunidade de desmistificar o Decreto nº 6.321, que é – confesso aqui – perverso em toda sua plenitude, tendo em vista que o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), há poucos dias, exigiu que os produtores rurais dos 31 Municípios fizessem novamente, obrigatoriamente, seu cadastramento no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), o que é quase impossível. As pessoas que não conseguirem nesse prazo fazer seu cadastramento estarão impossibilitadas não só de contrair financiamentos para suas propriedades, como também até mesmo de vendê-las no todo ou em parte.

Estamos nessa luta incessante, porque meu Estado, o Mato Grosso, e, certamente, os demais Estados envolvidos estão sendo tratados como joões-ninguém, sem segurança jurídica, sem os respeitos individuais à nossa população.

Quero crer que essa Comissão contribuirá sobremaneira para que possamos não só defender os interesses da sociedade, mas, sobretudo, propor uma política ambiental decente e compatível com o mundo contemporâneo.

Essa é a minha fala no dia de hoje, Sr. Presidente. Quero crer que o Senado Federal praticou um gesto de altivez, de grandeza, quando propus, por meio do Requerimento nº 193, a criação dessa Comissão Externa, Comissão Temporária – Risco Ambiental em Municípios Relacionados pelo Inpe. Foi atendida nossa solicitação, feita por meio desse requerimento, que foi votado e aprovado. E, hoje, nós a instalamos definitivamente, para que possamos apurar a verdade nesses Estados da Federação.

Dessa forma, Sr. Presidente, agradeço-lhe a oportunidade, na certeza absoluta de que o Senado estará ao nosso lado, para fazermos com que realmente os direitos individuais sejam preservados em toda a sua plenitude.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Renato Casagrande, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Jayme Campos, do Estado de Mato Grosso, convidamos para usar da tribuna, como líder do seu partido, o PSB, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Regimentalmente, V. Ex^a tem cinco minutos, mas use o tempo que achar conveniente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente. Procurarei ser disciplinado para que outros parlamentares possam também ter tempo de usar a palavra e fazer o seu debate da tribuna do Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que estão nos acompanhando, quero fazer uma reflexão hoje sobre o Programa Nacional de Banda Larga.

O Programa, lançado na última terça-feira, 08/04/2008, pelo Governo Federal, deverá assegurar acesso à Internet de alta velocidade a cada um dos mais de 5.500 municípios brasileiros até o ano de 2010.

O programa vai fornecer ainda ligação à Internet de um *megabit* em cada uma das mais de 56 mil escolas públicas localizadas nas regiões urbanas do País. O cronograma, Sr. Presidente, prevê a cobertura em 40% das localidades ainda em 2008, 80% em 2009 e 100% em 2010.

Trata-se de mais um compromisso de governo, parcialmente cumprido antes do prazo prometido. Não só isso, mas também e principalmente um enorme salto na questão da universalização do acesso à Internet no Brasil e a disponibilização de uma ferramenta absolutamente necessária no ensino atual, invertendo a lógica de exclusão de várias e extensas regiões urbanas que sempre permeou as políticas públicas do País.

Em suma, pelo Decreto nº 6.424/2008, assinado no último dia 4 de abril pelo Presidente Lula e pelo Ministro das Comunicações, Hélio Costa, o Governo sacramenta uma negociação de troca da obrigação das concessionárias de telefonia fixa de instalar 8.461 Postos de Serviços Telefônicos, pela obrigação de levar acesso pela Internet banda larga a 5.664 Municípios e ligação a 56.685 escolas públicas urbanas, beneficiando 37,1 milhões de alunos.

Então, o Governo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores está permutando. Há uma negociação de troca da obrigação das concessionárias de telefonia fixa de instalar 8.461 postos de serviço telefônico pela obrigação de levar acesso à Internet banda larga. Esse é um assunto importante. Nós elogiamos o Governo. Acho que é um programa que universaliza a banda larga.

Porém, Sr. Presidente – acho importante prestarmos atenção nisto porque o assunto é pouco compreendido, e, por ser pouco compreendido, às vezes lhe damos pouca importância, e nós temos de debater muito a questão da comunicação no País –, um pleito

dos provedores independentes de Internet – não os grandes provedores, como a Oi, a BrasilTelecom e outros –, um pleito dos provedores independentes de Internet não foi levado em consideração no arranjo final do programa. Isso não desmerece o programa, mas não foi levado em consideração. Como forma de melhorar o atendimento às escolas e evitar a concorrência desigual das empresas de telefonia fixa nas cidades onde esses já se encontram, os provedores ofereceram ao Governo fazer o serviço de acesso à Internet nessas escolas sem qualquer custo. Provedores independentes, pequenas empresas provedoras de Internet comprometeram-se a fazer isso sem custo.

Parece-nos óbvio que um provedor local conseguiria treinar e orientar os usuários das escolas, Senador Jayme Campos, muito mais adequadamente do que o fará uma empresa com atendimento à distância via telefone. Além disso, a existência de provedores espalhados pelo País afora garante uma penetração muito maior de acesso à Internet em locais onde não é interessante a exploração econômica pelas teles, pelas grandes empresas de telecomunicações.

A despeito de tudo isso, a Anatel, a pedido das telefônicas, publicou no **Diário Oficial** de 9-4 o Ato nº 1.933, de 2008, permitindo a elas prover o acesso à Internet para as escolas públicas dos centros urbanos, e o acesso gratuito até 2025 passou a fazer parte do acordo com o Governo.

E qual é o problema? Qual é o problema dessa permuta feita com as grandes empresas de telecomunicação no Brasil? O problema é que as teles estão propensas a passar a operar nesses rincões, nos Municípios pequenos, onde não tinham interesse anteriormente, e prestarão um serviço de qualidade inferior aos provedores atuais, mas deverão praticar uma política de preços subsidiados para acabar com os provedores locais. Essas grandes empresas são grandes provedores, e seus cabos levam o acesso à Internet. Quando eles vão alugar para uma empresa pequena provedora de Internet, o preço é muito alto, e fica inviável para as empresas pequenas competir com as grandes empresas. Isso já aconteceu em outras ocasiões.

A questão não encontra consenso no Governo. De um lado estão aqueles que se sentem surpreendidos pela medida, do outro aparecem aqueles que tratam a questão pela ótica competitiva do mercado, ressaltando que as teles olharam o seu negócio na hora de fazer essas contas.

Numa terceira ponta dessa questão aparecem os provedores independentes, afirmando que esta é a segunda grande aniquilação do segmento autônomo de provimento de Internet no Brasil. A primeira aniquilação

que sofreram teria sido na época do aparecimento dos provedores ditos “gratuitos”.

Esses fatos nos levam a cobrar novamente a regulamentação dos dispositivos da Lei Geral das Telecomunicações que prevêem a desagregação de redes, a separação funcional e o modelo de custos – quanto custa para operar esse serviço.

Sem essas providências, que deveriam ter sido tomadas pela Anatel há quase dez anos, todos os serviços agregados às telecomunicações no País serão negócios de altíssimo risco para qualquer cidadão.

A evolução tecnológica deve acompanhar as demandas econômicas e de infra-estrutura, sem perder de vista as demandas sociais. O acesso aos serviços é um direito de todos os cidadãos, independente de sua renda e condição social. Isso é preservar os princípios democráticos da universalização dentro do melhor espírito público.

Sr. Presidente, encerro, dizendo que a união entre a Oi e a BrasilTelecom tem, de minha parte, uma simpatia, mas se algumas medidas não forem tomadas pelo Governo para que nós possamos inibir esse monopólio e essa concentração, isso pode se virar e ser um gol contra a população brasileira. Nós, já há algum tempo, estamos pedindo uma audiência pública, com a presença da Anatel e do Ministério das Comunicações, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Não conseguimos ainda essa audiência pública. Acho importante o Congresso Nacional debater esse tema. Acho fundamental que o Congresso Nacional debata esse tema da aquisição de uma empresa pela outra.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o pronunciamento do Senador Renato Casagrande, que representa o PSB, como Líder, consultamos a lista de oradores inscritos, e está inscrito....

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com licença, Senador. Já temos três Senadores inscritos para uma comunicação inadiável. Mas V. Ex^a está se inscrevendo, e todos vão usar da palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Claro, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, agora, para usar da palavra o próximo orador inscrito, o Senador João Vicente Claudino, do PTB do Piauí.

V. Ex^a já teria a minha consideração para usar o tempo que lhe fosse conveniente. Sendo V. Ex^a do Piauí, a prerrogativa é maior.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Mas ficarei dentro do Regimento, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, um dos temas a que tenho me dedicado neste mandato de Senador é o referente às condições de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Esses brasileiros, que já sofrem com algumas limitações em sua capacidade física, enfrentam diariamente algo que chega a ser mais opressor do que a própria deficiência: o preconceito e o desrespeito à sua condição diferenciada.

Segregados, algumas vezes humilhados e relegados, muitos brasileiros e brasileiras, portadores de necessidades especiais, acabam por se tornar cidadãos de segunda classe, sem dispor de um tratamento especial por parte da legislação e do Estado para agregá-los a um processo de inclusão efetiva na vida social e econômica. Vida essa que tem tudo para ser plena e ativa, desde que lhes sejam disponibilizadas as devidas adaptações à sua condição de deficientes.

Temos a obrigação de proteger essa parcela significativa e importante de nossa população com um arcabouço legal e institucional que lhes permita exercer a cidadania de forma completa e efetiva. E a oportunidade de trabalho produtivo e realizador é uma peça-chave nesse processo de inclusão.

Sr. Presidente, a Lei nº 8.742, de julho de 1991, que regulamenta o benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez, confere importante mecanismo de apoio àqueles que possuem dificuldades para o exercício da atividade laboral.

Entretanto, há um dispositivo na referida lei que tem causado certa apreensão aos seus beneficiados. Trata-se de regra prevendo que, caso o aposentado por invalidez retome voluntariamente alguma atividade produtiva remunerada, deverá formalizar a desistência irrevogável do benefício.

Ora, Sr. Presidente, tal imposição tem provocado insegurança às pessoas portadoras de necessidades especiais que, acolhidas pelo instituto da aposentadoria por invalidez, conseguem novamente ser integradas ao mercado de trabalho. Se a readaptação não lograr êxito, como eles se sustentarão? Se, por qualquer motivo, a retomada da atividade laboral não puder ser

continuada, como fica a renda dessas pessoas que não mais teriam a possibilidade de reaver legitimamente seus benefícios?

Por constatar essa falha em nossa legislação, comunico à Casa que entrei com um projeto de lei que corrige tal distorção, assegurando, em caso de necessidade, o retorno ao sistema de benefícios dos deficientes, aposentados por invalidez, que retomarem suas atividades laborais. Para tanto, bastaria a realização de perícia médica pela Previdência Social, e o benefício mensal voltaria a ser pago normalmente.

Trata-se, em essência, de uma medida não só humanitária, mas lógica. Diante das regras atuais, não há estímulo para que esses brasileiros com deficiência busquem e tentem sua reinserção em alguma atividade produtiva. E, ao fazê-lo, não só estão ampliando sua capacidade de interação e composição à vida social, como também permitindo uma economia para os cofres da Previdência Social.

Essa pequena, mas importante, alteração legal representará grande alívio para o contingente de brasileiros com deficiência que gozam do benefício. Tenho certeza de que se sentirão muito mais seguros e confiantes para buscar uma ocupação laboral e sentir-se mais produtivos e realizados se estiverem protegidos pela legislação.

Dessa forma, quero aqui solicitar o apoio de todo o Senado Federal para o referido projeto, que apenas corrige uma falha de nossa legislação previdenciária.

Sr. Presidente, nosso País tem evoluído, ainda que de forma lenta, no trato da inclusão das pessoas com deficiência. Se antes era um tema relegado ao ostracismo, hoje já assumiu contornos de questão nacional das mais relevantes e pela qual devemos lutar com afinco e denodo.

O trabalho é incessante e, identificadas as barreiras burocráticas e legais que o cerceiam, não devemos tardar em transpô-las. Esse é o caso da pequena parte da legislação sobre a aposentadoria por invalidez que pretendemos modificar.

Permitir que o deficiente busque um emprego, um trabalho produtivo, sem que seja ameaçado de não retomar mais o seu benefício previdenciário é uma obrigação de nossa parte.

Era o que eu tinha a dizer, Senador. Mas quero pedir que seja registrada nos Anais da Casa uma matéria do Professor José Pastore, do final do ano passado, publicada em **O Estado de S. Paulo**, que trata do trabalho dos portadores de deficiência, uma matéria muito bem escrita.

Quero ainda reforçar, Senador Mão Santa, o pedido para que seja lido – sei que a pauta do Senado está travada pelas medidas provisórias –, o requerimento

que nós assinamos – eu, V. Ex^a, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Aloizio Mercadante, o Senador Inácio Arruda – sobre a incorporação do Banco do Estado pelo Banco do Brasil, que já foi votado pela CAE e é de suma importância para o Estado.

Em seu governo, do qual fui Secretário Estadual de Indústria e Comércio e Conselheiro do Banco do Estado, retomamos o saneamento do Banco do Estado como instituição importante para o desenvolvimento do Estado do Piauí. Penso que já cumprimos as etapas necessárias da federalização e, agora, da incorporação, para que aquela instituição ainda sirva como um gran-

de instrumento de desenvolvimento do Estado. Esse requerimento, que V. Ex^a também assinou, tem como objetivo fazer aquela instituição ter uma participação ainda maior em nosso desenvolvimento e também dar tranquilidade aos funcionários daquela instituição.

Era o que tinha a dizer, Senador.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

O trabalho dos portadores de deficiência

Participei em 26/9 do 17º Fórum de Empregabilidade de Pessoas com Deficiência, organizado pela Sersa, que, aliás, desenvolve um excelente trabalho nesse campo.

No Censo de 2000, o IBGE utilizou uma definição bastante abrangente e chegou a 24,5 milhões de portadores de deficiência. Pelo conceito da ONU, mais estreito, são cerca de 18 milhões. Desses, 9 milhões estão em idade de trabalhar e apenas 1,3 milhão trabalha (estimativa).

O Brasil possui uma lei de cotas que obriga as empresas a contratarem de 2% a 5% de seu quadro de pessoal entre portadores de deficiência, o que daria cerca de 700 mil contratações. Estima-se haver apenas 300 mil com empregos formais.

Por que está sendo tão difícil essa inserção? Os problemas se ligam aos empregadores, aos portadores de deficiência e às políticas públicas.

Do lado dos empregadores ainda há muita falta de informação e preconceitos. Costuma-

se dizer que essas pessoas não se adaptam, apresentam riscos na hora de evacuar um prédio, são temperamentais, magnificam seus problemas para conseguir benesses, faltam muito ao trabalho, exigem horários flexíveis, são rejeitadas pelos colegas, afastam clientes, etc.

Do lado dos portadores, há casos de deficiências mais severas, que, de fato, exigem expedientes mais complexos. Mas não é a maioria. A simples construção de uma rampa de acesso numa empresa transforma um cadeirante em não deficiente.

Um dos maiores obstáculos para a contratação diz respeito à falta de qualificação dos candi-

datos, o que é um problema geral do Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad) de 2006 revelou que apenas 37% dos brasileiros fizeram o curso médio. Isso é ridículo. Para os portadores de deficiência, as estimativas variam de 4% a 9%. É um problema sério. Temos de reconhecer: as empresas não estão conseguindo preencher as cotas por falta de pessoal qualificado.

Do lado das políticas públicas, é precário o apoio nos campos da educação, habilitação e reabilitação. Ademais, a lei das cotas se restringe à contratação com vínculo empregatício e por prazo indeterminado. Essa

modalidade de trabalho se torna cada vez mais rara no mundo atual, onde se multiplicam as formas alternativas de trabalhar, como é o caso do trabalho por projeto, casual, intermitente, terceirizado, cooperado, teletrabalho, etc. Hoje, o trabalho realiza-se em redes de parceiros em que alguns são empregados, outros são autônomos, muitos prestam serviços como pessoas jurídicas e assim por diante. Os portadores de deficiência não podem entrar nessas modalidades porque, pela lei das cotas, só podem ser contratados como empregados.

Felizmente, há mudanças promissoras nos três campos. Os empregadores começam a enxergar as vantagens dos quadros de pessoal diversificado e muitos demonstram criatividade nas formas de contratar. Aumenta o número de trabalhos objetivos que visam a reduzir os preconceitos (ver João Ribas, *Preconceitos contra as pes-*

soas com deficiência, Cortez Editora, São Paulo, 2007). Em muitos casos, o Ministério Público e o Ministério do Trabalho vêm atuando de maneira pedagógica, dando prazos para as empresas se prepararem. O presidente Lula acaba de aprovar um amplo programa (R\$ 2,4 bilhões) para melhor preparar os portadores de deficiência, a começar pela qualificação dos professores que vão ensiná-los. E dois projetos de lei visam a ampliar as oportunidades de trabalho nesse campo. São peças que têm muitos defeitos, mas que podem ser corrigidas por meio de emendas.

O Projeto de Lei 1.679/07, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT), obriga a empresa a recolher certo montante para um fundo destinado à qualificação de portadores de deficiência, depois de comprovar ter feito todos os esforços para preencher sua cota, sem sucesso.

O Projeto de Lei do Senado 112/06, do senador José Sarney (PMDB/AP), abre a possibilidade de contratação fora do vínculo empregatício, via terceirização, mas com certas restrições.

São movimentos animadores. A situação vai melhorar. Mas nada será automático. Cada um de nós terá de entrar com sua parcela de colaboração. Afinal, essas pessoas não pediram para ter deficiências. Como parte da Nação, somos responsáveis por elas, mesmo porque todos nós, com o envelhecimento, seremos portadores de deficiências.●

* José Pastore é professor da FEA-USP. Site: <http://www.josepastore.com.br>

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Queremos nos solidarizar com o brilhante pronunciamento de V. Ex^a, que tem em perspectiva uma melhoria para os profissionais que têm deficiências.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa o Ofício do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 95/08/PS-GSE

Brasília, 10 de abril de 2008

Assunto: Envio de MPV para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 409, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 8-4-08, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência à matéria que acaba de ser lida, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para sua apreciação encontra-se esgotado, e o de sua vigência foi prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional, por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal.

Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal nesta data, a matéria passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia da presente sessão.

É a seguinte a medida provisória recebida:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no

valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.

Este Avulso Contém os Seguintes Documentos:

- Autógrafo da Medida Provisória
- Medida Provisória original
- Mensagem do Presidente da República nº 1.039, de 2007
- Exposição de Motivos nº 366/2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ofício nº 95/2008, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Nota Técnica nº 2, de 2008, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Celso Maldaner (Bloco / PMDB – SC)
- Folha de sinopse da tramitação da matéria da Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 11, de 2008, prorrogando a vigência da Medida Provisória

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$748.505.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil reais); e

II – anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORÇAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F	G R P L	M O L	I U L	F T E	VALOR
1073		UNIVERSIDADE DO SECULO XXI						250.000.000
		ATIVIDADES						
12 364	1073 8551	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR						250.000.000
12 364	1073 8551 0101	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 3	2	90	0	300	6.790.665
			F 4	2	90	0	300	243.209.335
TOTAL - FISCAL								250.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								250.000.000

ORÇAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F	G R P L	M O L	I U L	F T E	VALOR
1061		BRASIL ESCOLARIZADO						50.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
12 361	1061 0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA						50.000.000
12 361	1061 0509 0105	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 4	2	90	0	300	50.000.000
TOTAL - FISCAL								50.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								50.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS									33.505.000
PROJETOS									
26 783	0237 116E	CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL - ANAPOLIS - URUACU - NO ESTADO DE GOIAS							33.505.000
26 783	0237 116E 0101	CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL - ANAPOLIS - URUACU - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							33.505.000
			F	4	3	90	0	300	33.505.000
TOTAL - FISCAL									33.505.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.505.000

ORGAO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
 UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE									29.000.000
PROJETOS									
27 812	1250 5450	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							29.000.000
27 812	1250 5450 5769	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							29.000.000
			F	4	2	40	0	300	29.000.000
TOTAL - FISCAL									29.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	R	M	U	F	V	L	O	R	V	A	L	O	R	
																			F
1025 PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROMESO												12.000.000							
OPERACOES ESPECIAIS																			
04 845	1025 005E	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO																	12.000.000
04 845	1025 005E 0233	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)																	12.000.000
			F	4	2	90	0	300											12.000.000
TOTAL - FISCAL												12.000.000							
TOTAL - SEGURIDADE												0							
TOTAL - GERAL												12.000.000							

ORGAO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
 UNIDADE : 54101 - MINISTERIO DO TURISMO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	R	M	U	F	V	L	O	R	V	A	L	O	R	
																			F
1166 TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS												159.000.000							
OPERACOES ESPECIAIS																			
23 695	1166 0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA																	159.000.000
23 695	1166 0564 2601	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)																	159.000.000
			F	4	2	90	0	300											159.000.000
TOTAL - FISCAL												159.000.000							
TOTAL - SEGURIDADE												0							
TOTAL - GERAL												159.000.000							

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULOS (CÓDIGO)	E	G	R	M	I	P	VALOR
			F	D	D	D	E		
0310 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO									176.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
15 451	0310 0B16	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO							176.000.000
15 451	0310 0B16 0101	APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							176.000.000
			F	4	2	40	0	300	176.000.000
TOTAL - FISCAL									176.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									176.000.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULOS (CÓDIGO)	E	G	R	M	I	P	VALOR
			F	D	D	D	E		
0471 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL									1.960.000
OPERACOES ESPECIAIS									
19 573	0471 001F	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS							1.960.000
19 573	0471 001F 0189	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.960.000
			F	3	2	30	0	300	1.960.000
TOTAL - FISCAL									1.960.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.960.000

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 409, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00, para os fins que especifica.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$748.505.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil reais); e

II – anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Fica Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119 da República. – **LUIZ I. LULA DA SILVA. – Paulo Bernardo Silva.**

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22101 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

ANEXO I**CREDITO EXTRAORDINARIO****PROGRAMA DE TRABALHO****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
6003		APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO						39.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
20 606	6003 005A	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO						39.000.000
20 606	6003 005A 0831	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						39.000.000
			F	4	2	40	0	300
		TOTAL - FISCAL						39.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						39.000.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R N P	M O D	I U	F T E	VALOR
0471		CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL							1.960.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
19 573	0471 001F	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCAIONAIS TECNOLOGICOS							1.960.000
19 573	0471 001F 0189	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCAIONAIS TECNOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.960.000
			F	4	2	30	0	300	1.960.000
TOTAL - FISCAL									1.960.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.960.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R N P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073		UNIVERSIDADE DO SEculo XXI							250.000.000
		ATIVIDADES							
12 364	1073 8551	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR							250.000.000
12 364	1073 8551 0101	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							250.000.000
			F	3	2	90	0	300	6.790.665
			F	4	2	90	0	300	243.209.335
TOTAL - FISCAL									250.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
1061 BRASIL ESCOLARIZADO									50.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
12 361	1061 0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA							50.000.000
12 361	1061 0509 0105	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							50.000.000
			F	4	2	90	0	300	50.000.000
TOTAL - FISCAL									50.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S.A.

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
0237 CORREDOR ARACUAIA-TOCANTINS									33.505.000
PROJETOS									
26 783	0237 116E	CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL - ANAPOLIS - URUACU - NO ESTADO DE GOIAS							33.505.000
26 783	0237 116E 0101	CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL - ANAPOLIS - URUACU - NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							33.505.000
			F	4	3	90	0	300	33.505.000
TOTAL - FISCAL									33.505.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.505.000

ORGAO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE									29.000.000
			PROJETOS						
27 812	1250 5450	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							29.000.000
27 812	1250 5450 5769	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							29.000.000
			F	4	2	40	0	300	29.000.000
TOTAL - FISCAL									29.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
1025 PROMOCÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO									12.000.000
			OPERACOES ESPECIAIS						
04 845	1025 005E	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO							12.000.000
04 845	1025 005E 0233	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							12.000.000
			F	4	2	90	0	300	12.000.000
TOTAL - FISCAL									12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.000.000

ORGAO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
 UNIDADE : 54101 - MINISTERIO DO TURISMO

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		1166 TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS							159.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
23 695	1166 0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA							159.000.000
23 695	1166 0564 2601	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							159.000.000
			F	4	2	90	0	300	159.000.000
		TOTAL - FISCAL							159.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							159.000.000

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO							176.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
15 451	0310 0816	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO							176.000.000
15 451	0310 0816 0101	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							176.000.000
			F	4	2	40	0	300	176.000.000
		TOTAL - FISCAL							176.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							176.000.000

ORÇAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	R N P D	M O D	I U	F T E	VALOR	
0471		CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						1.960.000	
		OPERACOES ESPECIAIS							
19 573	0471 001F	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCAACIONAIS TECNOLOGICOS						1.960.000	
19 573	0471 001F 0189	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCAACIONAIS TECNOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						1.960.000	
			F	3	2	30	0	300	1.960.000
		TOTAL - FISCAL						1.960.000	
		TOTAL - SEGURIDADE						0	
		TOTAL - GERAL						1.960.000	

MENSAGEM Nº 1.039, DE 2007

Brasília, 27 de dezembro de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 28 de dezembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 366/2007/MP

Brasília, 27 de dezembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), conforme discriminado no quadro a seguir:

Discriminação	R\$ 1,00	
	Aplicação de Recursos	Origem de Recursos
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	39.000.000	1.960.000
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.960.000	
Ministério da Educação	300.000.000	
Ministério dos Transportes	33.505.000	
Ministério do Esporte	29.000.000	
Ministério da Integração Nacional	12.000.000	
Ministério do Turismo	159.000.000	
Ministério das Cidades	176.000.000	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006		748.505.000
Total	750.465.000	750.465.000

2. Quanto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o crédito possibilitará o aumento da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos agropecuários, bem como a melhoria na sua comercialização, mediante o fortalecimento da infraestrutura municipal, da assistência técnica e extensão rural, da pesquisa agropecuária, além de investimentos em centros de treinamento e laboratórios, aquisição de máquinas, implementos e equipamentos para todas as etapas do processo produtivo agropecuário e do processamento agroindustrial, eletrificação rural, obras de irrigação, produção de mudas e sementes e mecanização agrícola.

3. No caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, os recursos permitirão a implementação da cadeia produtiva da piscicultura, e conseqüente inclusão social da população pesqueira do Estado da Bahia, mediante o acesso a avanços científicos e tecnológicos, voltados a uma melhor qualidade do pescado e a técnicas de processamento do pescado.

4. O crédito em favor do Ministério da Educação se destina à expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e ao apoio ao desenvolvimento da educação básica no intuito de possibilitar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação.

5. No tocante ao Ministério dos Transportes, a proposição permitirá a construção do trecho ferroviário entre Anápolis e Uruaçu, no Estado de Goiás, pertencente à Ferrovia Norte-Sul, a cargo da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

6. No que tange ao Ministério do Esporte, os recursos serão utilizados em obras de infraestrutura esportiva em diversos municípios, em áreas de maior

vulnerabilidade social, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte.

7. No âmbito do Ministério da Integração Nacional, os recursos permitirão investimentos que visam apoiar diversos projetos de infra-estrutura urbana e rural em diversos municípios brasileiros, de modo a fomentar o progresso socioeconômico desses municípios, com vistas à geração de emprego e renda.

8. Os recursos destinados ao Ministério do Turismo permitirão o atendimento de despesas relacionadas a projetos de infra-estrutura turística, tais como obras de saneamento básico e de infraestrutura de transporte, visando a expansão das atividades do setor e a melhoria da qualidade dos produtos ofertados.

9. O crédito em favor do Ministério das Cidades possibilitará a implementação de obras voltadas ao desenvolvimento urbano de diversos municípios, carentes de infra-estrutura e em condições insatisfatórias.

10. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a relevância e urgência do crédito justificam-se pela necessidade de priorizar o atendimento de infra-estrutura a regiões onde o atraso no período de plantio, em decorrência da demora na chegada da estação chuvosa, ameaça provocar sérios desdobramentos e comprometimentos na estrutura produtiva e de comercialização dos produtos agropecuários. As obras precisam ser feitas antes da intensificação do período chuvoso nessas regiões de forma a não prejudicar ainda mais o setor produtivo rural, especialmente no que se refere à pequena propriedade.

11. No caso do Ministério da Educação, a relevância e urgência na tramitação das medidas supracitadas

evidenciam-se pela impossibilidade de postergação das mesmas, sob pena de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino brasileiro, que repercutirá no processo de expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e no desenvolvimento da educação básica.

12. Quanto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a relevância e urgência da matéria justificam-se, de acordo com o órgão, pela necessidade de inserir os pescadores na economia de mercado e de fortalecer o processo de comercialização da produção e, assim, contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais.

13. A relevância e urgência desta proposição, no âmbito do Ministério dos Transportes, justificam-se pela necessidade de impedir a interrupção das obras da Ferrovia Norte-Sul, o que poderá causar sérias conseqüências econômicas e sociais às localidades envolvidas, além de prejuízo ao erário decorrente dos recursos já despendidos com o projeto e do processo de subconcessão.

14. Em relação ao Ministério do Esporte, a relevância e urgência justificam-se pela necessidade de garantir a continuidade das obras de infra-estrutura esportiva em áreas de maior vulnerabilidade social, permitindo o processo de socialização de jovens carentes e de descoberta de novos talentos para o esporte nacional.

15. A relevância e urgência da matéria, no Ministério da Integração Nacional, são justificadas pela necessidade de melhorar as condições socioeconômicas de municípios extremamente carentes no Brasil, por

meio de investimentos que evitarão sérios prejuízos sociais e a estagnação das economias locais.

16. No tocante ao Ministério do Turismo, a relevância e urgência justificam-se pela necessidade de adequação de ações relacionadas a infra-estrutura turística, de modo a evitar que o aumento do número de turistas ocasionasse transtornos aos usuários do setor, reduzindo o risco de descontinuidade de projetos já apoiados e estabelecidos no Plano Nacional do Turismo.

17. No âmbito do Ministério das Cidades, a relevância e urgência da matéria desta proposição justificam-se devido à necessidade de melhorar a segurança do cidadão, como parte de políticas públicas capazes de combater efetivamente a exclusão social, por meio da adequação de espaços viários urbanos e da melhoria de condições de habitabilidade e de segurança da população beneficiária.

18. Esclarece-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, e será atendida com recursos oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006 e de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme demonstrativos constantes de Anexos a esta Exposição de Motivos.

19. Nessas condições, tendo em vista a relevância e urgência da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência, em anexo, proposta de Medida Provisória que visa efetivar a abertura do referido crédito extraordinário.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte 00: Recursos Ordinários	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	19.542.041.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	342.845.279
Créditos Extraordinários (C)	12.402.602.082
Abertos	11.654.097.082
Em tramitação (1)	748.505.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	1.073.552.123
Abertos	1.073.552.123
Em tramitação	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	1.589.237.905
Saldo F = (A-B-C-D-E)	4.133.803.611

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 27 de dezembro de 2007.

Of. nº 95/08/PS-GSE

Brasília, 10 de abril de 2008

Assunto: Envio de MPV para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 40, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 8-4-08, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00

(setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

MPV Nº 409	
Publicação no DO	28-12-2007 (Ed. Extra)
Emendas	até 11-2-2008
Prazo na Comissão	6-2-2008 a 19-2-2008 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	19-2-2008
Prazo na CD	20-2-2008 a 4-3-2008 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	4-3-2008
Prazo no SF	5-3-2008 a 18-3-2008 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	18-3-2008
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	19-3-2008 a 21-3-2008 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	22-3-2008 (46º dia)
Prazo final no Congresso	5-4-2008 (60 dias)
Prazo Final Prorrogado	4-6-2008(**)
(**)Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 11, de 2008 – DOU (Seção I) de 28-3-2008.	

MPV Nº 409	
Votação na Câmara dos Deputados	8-4-2008
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

**NOTA TÉCNICA Nº 2/2008 –
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409/2007**

Subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, quanto à adequação orçamentária e financeira.

Interessado: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

I – Relatório

A presente Nota Técnica atende à determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que estabelece a elaboração, pelo órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o relator, de nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

A Medida Provisória (MP) em análise, editada em conformidade com o que dispõe o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, abre crédito extraordinário no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para atender as programações constantes dos anexos I dos seguintes órgãos com as suas respectivas unidades orçamentárias:

– Órgão 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Unidade Orçamentária 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – no valor de R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) para atender operações especiais de apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário – nacional;

– Órgão 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia – Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia – no valor de R\$1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais) para atender operações especiais de apoio a implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos – nacional;

– Órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26101 – Ministério da Educação – no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões) para atender atividades de complementação para o funcionamento das instituições federais de ensino superior – nacional;

– Órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões

de reais) para atender operações especiais de apoio ao desenvolvimento da educação básica – nacional;

– Órgão 39000 – Ministério dos Transportes – Unidade Orçamentária 39207 – Valec – Engenharia e Construções e Ferrovias S/A, no valor de R\$33.505.000,00 (trinta e três milhões, quinhentos e cinco mil reais) para atender projeto de construção da ferrovia norte-sul – Anápolis – Uruaçu – No Estado de Goiás;

– Órgão 51000 – Ministério do Esporte – Unidade Orçamentária 51101 – Ministério do Esporte, no valor de R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais) para atender projeto de implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer – nacional;

– Órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) para atender operações especiais de apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado – nacional;

– Órgão 54000 – Ministério do Turismo – Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, no valor de R\$159.000.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões de reais) para atender operações especiais de apoio a projetos de infra-estrutura turística – nacional; e

– Órgão 56000 – Ministério das Cidades – Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, no valor de R\$176.000.000,00 (cento e setenta e seis milhões de reais) para atender operações especiais de apoio a política nacional de desenvolvimento urbano – nacional.

Conforme a Exposição de Motivos nº 00366/2007/MP, de 27 de dezembro de 2007 que acompanha a MP, o crédito extraordinário destina recursos:

– no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o crédito possibilitará o aumento da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos agropecuários, bem como a melhoria na sua comercialização, mediante o fortalecimento da infra-estrutura municipal, da assistência técnica e extensão rural, da pesquisa agropecuária, além de investimentos em centros de treinamento e laboratórios, aquisição de máquinas, implementos e equipamentos para todas as etapas do processo produtivo agropecuário e do processamento

agro-industrial, eletrificação rural, obras de irrigação, produção de mudas e sementes e mecanização agrícola;

– no caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, os recursos permitirão a implementação da cadeia produtiva da piscicultura, e conseqüente inclusão social da população pesqueira do Estado da Bahia, mediante o acesso a avanços científicos e tecnológicos, voltados a uma melhor qualidade do pescado e a técnicas de processamento do pescado;

– o crédito em favor do Ministério da Educação se destina à expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e ao apoio ao desenvolvimento da educação básica no intuito de possibilitar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação;

– no tocante ao Ministério dos Transportes, a proposição permitirá a construção do trecho ferroviário entre Anápolis e Uruaçu, no Estado de Goiás, pertencente à Ferrovia Norte-Sul, a cargo da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

– no tocante ao Ministério do Esporte, os recursos serão utilizados em obras de infraestrutura esportiva em diversos municípios, em áreas de maior vulnerabilidade social, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;

– no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os recursos permitirão investimentos que visam apoiar diversos projetos de infraestrutura urbana e rural em diversos municípios brasileiros, de modo a fomentar o progresso socioeconômico desses Municípios, com vistas à geração de emprego e renda;

– os recursos destinados ao Ministério do Turismo permitirão o atendimento de despesas relacionadas a projetos de infraestrutura turística, tais como obras de saneamento básico e de infraestrutura de transporte, visando a expansão das atividades do setor e a melhoria da qualidade dos produtos ofertados;

– o crédito em favor do Ministério das Cidades possibilitará a implementação de obras voltadas ao desenvolvimento urbano de diversos municípios, carentes de infraestrutura em condições insatisfatórias.

Quanto à presença do pressuposto da relevância e urgência, a Exposição de Motivos assim justifica:

– no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a relevância e urgência do crédito justificam-se pela necessidade de priorizar o atendimento de infra-estrutura a regiões onde o atraso no período de plantio, em decorrência da demora na chegada da estação chuvosa, ameaça provocar sérios desdobramentos e comprometimentos na estrutura produtiva e de comercialização dos produtos agropecuários. As obras precisam ser feitas antes da intensificação do período chuvoso nessas regiões de forma a não prejudicar ainda mais o setor produtivo rural, especialmente no que se refere à pequena propriedade;

– no caso do Ministério da Educação, a relevância e urgência na tramitação das medidas supracitadas evidenciam-se pela impossibilidade de postergação das mesmas, sob pena de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino brasileiro, que repercutirá no processo de expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e no desenvolvimento da educação básica;

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, a relevância e urgência da matéria justificam-se de acordo com o órgão, pela necessidade de inserir os pescadores na economia de mercado e de fortalecer o processo de comercialização da produção e, assim, contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais;

– no caso do Ministério dos Transportes pela necessidade de impedir a interrupção das obras da Ferrovia Norte-Sul, o que poderá causar sérias conseqüências econômicas e sociais às localidades envolvidas, além de prejuízo ao erário decorrente dos recursos já despendidos com o projeto e do processo de subconcessão;

– no caso do Ministério do Esporte pela necessidade de garantir a continuidade das obras de infraestrutura esportiva em áreas de maior vulnerabilidade social, permitindo o processo de socialização de jovens carentes e de descoberta de novos talentos para o esporte nacional;

– no caso do Ministério da Integração Nacional pela necessidade de melhorar as condições socioeconômicas de municípios extremamente carentes no Brasil, por meio de investimentos que evitarão sérios prejuízos sociais e a estagnação das economias locais;

– No caso do Ministério do Turismo pela necessidade de adequação de ações relacionadas a infra-estrutura turística, de modo a evitar que o aumento do número de turistas ocasione transtornos aos usuários do setor, reduzindo o risco de descontinuidade de projetos já apoiados e estabelecidos no Plano Nacional do Turismo; e

– no Ministério das Cidades pela necessidade de melhorar a segurança do cidadão, como parte de políticas públicas capazes de combater efetivamente a exclusão social, por meio da adequação de espaços viários urbanos e da melhoria de condições de habitabilidade e de segurança da população beneficiária.

O art. 2º da MP 409/2007 determina que os recursos necessários à abertura do crédito extraordinário em análise decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$748.505.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil reais); e

II – anulação parcial de dotação orçamentária, nova valor de R\$ 1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais), conforme está indicado no Anexo II da Medida Provisória.

Quanto à existência do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2006, a Exposição de Motivos informa que o saldo apurado no exercício de 2006 é suficiente para atender as despesas no valor de R\$ 748.505.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil reais).

II – Compatibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002–CN, que “dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”, determina que a adequação orçamentária e financeira seja procedida da seguinte forma: “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.” (g.n)

Já o § 14 do art. 63 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – LDO/2007 (Lei nº 11.439, de

29 de dezembro de 2006) determina que: “os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.” (g.n)

Vale ressaltar que a EM 366/2007/MP não traz qualquer demonstrativo ou informação no sentido de que o crédito extraordinário não afeta o resultado primário anual constante do Anexo de Metas Fiscais da LDO/2007, bem como, não indica as compensações necessárias, ainda que tenha utilizado receita financeira para financiar parte das despesas primárias constantes da Medida Provisória.

O comando do art. 62 da Constituição Federal estabelece que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. No mesmo sentido, segue o § 3º do art. 167 da lei maior no sentido de estabelecer que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o citado art. 62.

Desta forma, em que pese o mérito das argumentações e justificativas lançadas quanto ao pressuposto da imprevisibilidade e urgência contida na Exposição de Motivos, vale afirmar que as despesas contidas no crédito extraordinário em análise, não são imprevisíveis. Poderemos citar como exemplo a despesa do Ministério da Ciência e Tecnologia com “Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos” e do Ministério da Educação para “Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior” que são programações que constam das leis orçamentárias dos últimos anos e em nada se assemelham a despesas àquelas contidas no citado § 3º do art. 167 da Constituição Federal.

Portanto, esses são os subsídios que nos parecem pertinentes para a apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) quanto à adequação orçamentária e financeira da citada Medida Provisória.

Brasília, 13 de fevereiro de 2008. – **Raquel Dolabela de Lima Vasconcelos**, Consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira

PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007, E EMENDAS

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB–SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer sobre a Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00, para os fins que especifica”.

I – Relatório

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 191, de 2007–CN (nº 1.039, de 2007, na origem), a Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica”.

Os recursos para a abertura do crédito provêm de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$ 748.505.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil reais), relativo a Recursos Ordinários, e de anulação parcial da dotação 19.573.0471.001F – Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos – Nacional, no valor R\$ 1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais), pertencente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, constante do Anexo II da Medida.

O crédito extraordinário em análise visa atender às programações constantes do Anexo I dos seguintes órgãos, com suas respectivas unidades orçamentárias:

– órgão 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Unidade Orçamentária 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – no valor de R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) para atender a operação especial de apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário – nacional;

– Órgão 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia – Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia – no valor de R\$1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais) para atender a operação especial de apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos – nacional;

– órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26101 – Ministério da Educação – no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) para atender a atividade de complementação para

o funcionamento das instituições federais de ensino superior – nacional;

– órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para atender operação especial de apoio ao desenvolvimento da educação básica — nacional;

– Órgão 39000 – Ministério dos Transportes – Unidade Orçamentária 39207 – VALEC – Engenharia e Construções e Ferrovias S.A, no valor de R\$ 33.505.000,00 (trinta e três milhões, quinhentos e cinco mil reais) para atender a projeto de construção da Ferrovia Norte-Sul – Anápolis – Uruaçu – no Estado de Goiás;

– Órgão 51000 – Ministério do Esporte – Unidade Orçamentária 51101 – Ministério do Esporte, no valor de R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais) para atender a projeto de implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer – nacional;

– Órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) para atender a operação especial de apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado – nacional;

– Órgão 54000 – Ministério do Turismo – Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, no valor de R\$159.000.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões de reais) para atender a operação especial de apoio a projetos de infra-estrutura turística – nacional; e

– Órgão 56000 – Ministério das Cidades – Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, no valor de R\$176.000.000,00 (cento e setenta e seis milhões de reais) para atender a operação especial de apoio a política nacional de desenvolvimento urbano – nacional.

A Exposição de Motivos nº 00366-/2007/MP, de 27 de dezembro de 2007, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, informa que o crédito destinado aos recursos:

– no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para aumento da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos agropecuários, bem como para melhorar sua comercialização, mediante o fortalecimento da

infra-estrutura municipal, da assistência técnica e extensão rural, da pesquisa agropecuária, além de investimentos em centros de treinamento e laboratórios, aquisição de máquinas, implementos e equipamentos para todas as etapas do processo produtivo agropecuário e do processamento agroindustrial, eletrificação rural, obras de irrigação, produção de mudas e sementes e mecanização agrícola;

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, para a implementação da cadeia produtiva da piscicultura, e conseqüente inclusão social da população pesqueira do Estado da Bahia, mediante o acesso a avanços científicos e tecnológicos, voltados a uma melhor qualidade do pescado e a técnicas de processamento do pescado;

– no Ministério da Educação, para expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e para apoiar o desenvolvimento da educação básica no intuito de possibilitar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação;

– no tocante ao Ministério dos Transportes, para a construção do trecho ferroviário entre Anápolis e Uruaçu, no Estado de Goiás, pertencente à Ferrovia Norte-Sul, a cargo da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

– quanto ao Ministério do Esporte, para obras de infra-estrutura esportiva em diversos municípios, em áreas de maior vulnerabilidade social, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;

– no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para investimentos em vários projetos de infra-estrutura urbana e rural em diversos municípios brasileiros, de modo a fomentar o progresso socioeconômico desses municípios, com vistas à geração de emprego e renda;

– no Ministério do Turismo, para o atendimento de despesas relacionadas a projetos de infra-estrutura turística, tais como obras de saneamento básico e de infra-estrutura de transporte, visando à expansão das atividades do setor e à melhoria da qualidade dos produtos ofertados; e

– no Ministério das Cidades, para a implementação de obras voltadas ao desenvolvimento urbano de diversos municípios, carentes de infra-estrutura em condições insatisfatórias.

No tocante à relevância e urgência da matéria, assim justifica a Exposição de Motivos:

– no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela necessidade de priorizar o atendimento de infra-estrutura a regiões onde o atraso no período de plantio, em decorrência da demora na chegada da estação chuvosa, ameaça provocar sérios desdobramentos e comprometimentos na estrutura produtiva e de comercialização dos produtos agropecuários. As obras precisam ser feitas antes da intensificação do período chuvoso nessas regiões de forma a não prejudicar ainda mais o setor produtivo rural, especialmente no que se refere à pequena propriedade;

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, pela necessidade de inserir os pescadores na economia de mercado e de fortalecer o processo de comercialização da produção e, assim, contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais;

– no caso do Ministério da Educação, pela impossibilidade de postergação das mesmas, sob pena de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino brasileiro, que repercutirá no processo de expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e no desenvolvimento da educação básica;

– no caso do Ministério dos Transportes, pela necessidade de impedir a interrupção das obras da Ferrovia Norte-Sul, o que poderá causar sérias conseqüências econômicas e sociais às localidades envolvidas, além de prejuízo ao erário decorrente dos recursos já despendidos com o projeto e do processo de subconcessão;

– no caso do Ministério do Esporte, pela necessidade de garantir a continuidade das obras de infra-estrutura esportiva em áreas de maior vulnerabilidade social, permitindo o processo de socialização de jovens carentes e de descoberta de novos talentos para o esporte nacional;

– no caso do Ministério da Integração Nacional, pela necessidade de melhorar as condições socioeconômicas de municípios extremamente carentes no Brasil, por meio de investimentos que evitarão sérios prejuízos sociais e a estagnação das economias locais;

– no caso do Ministério do Turismo, pela necessidade de adequação de ações relacionadas à infra-estrutura turística, de modo a evitar que o aumento do número de turistas

ocasiona transtornos aos usuários do setor, reduzindo o risco de descontinuidade de projetos já apoiados e estabelecidos no Plano Nacional do Turismo; e

– no Ministério das Cidades, pela necessidade de melhorar a segurança do cidadão, como parte de políticas públicas capazes de combater efetivamente a exclusão social, por meio da adequação de espaços viários urbanos e da melhoria de condições de habitabilidade e de segurança da população beneficiária.

Decorrido o prazo regimental, foram registradas 19 (dezenove) emendas à medida provisória em pauta. É o relatório.

II – Voto do Relator

II.1. Dos Pressupostos Constitucionais de Relevância e Urgência

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002–CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal prevê que o parecer a crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º daquele diploma legal.

Da análise da adequação orçamentária e financeira da medida provisória, verifica-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006), LOA/2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

A Exposição de Motivos nº 366/2007/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

As despesas objeto do presente crédito, pela importância significativa que certamente têm, como por exemplo a que evita o atraso no período de plantio em relação à estação de chuvas, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendem aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

II.1. Análise das Emendas

Preliminarmente, cabe destacar que foi aprovada, no Congresso Nacional, em 22 de dezembro de 2006, e publicada no **Diário Oficial da União** em 26 de dezembro de 2006, a Resolução nº 1, de 2006 – CN, que “Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo”. Especificamente quanto às emendas a créditos extraordinários, dispõe o art. 111 do novo texto que “Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.”

À presente medida provisória foram apresentadas 19 (dezenove) emendas, sendo 12 (doze) para suprimir dotação e 7 (sete) para incluir programações ao crédito.

As Emendas de nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19 pretendem suprimir valores totais ou parciais de dotações do presente crédito.

Já as Emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18 visam incluir novas programações ao crédito em análise.

Desse modo, à luz do art. 111 da norma supracitada, indicamos para inadmissão as Emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18.

No tocante às Emendas nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19, embora reconheçamos o nobre propósito nelas contido, propomos sua rejeição, posto que eventual aprovação comprometeria a integridade do crédito extraordinário, em prejuízo da eficácia das inadiáveis ações nele compreendidas.. Ademais, os dados do Siafi informam que os recursos do presente crédito já foram liquidados e alguns até pagos.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 409, de 2007, na forma proposta pelo Poder Executivo, à rejeição das Emendas de nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19, bem como à inadmissibilidade das emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18.

Sr. Presidente, passo a ler o anexo.

ANEXO I
(Ao Parecer nº , de 2008)

MP nº 409, de 2007 – CN

Emendas Rejeitadas e Indicadas para Inadmissão.

Emenda nº 1.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 22101 — Ministério da Agricultura, Pe-

cuária e Abastecimento, Funcional-programática 20.606.6003.005A.0831 — Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$39.000.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 2.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 24101 — Ministério da Ciência e Tecnologia, Funcional-programática 19.573.0471.001F.0189 — Apoio Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos - Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$1.960.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 3.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 39207 — Ministério dos Transportes/VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Funcional-programática 26.783.0237.116E.0101 — Construção da Ferrovia Norte-Sul — Anápolis-Uruaçu – no Estado de Goiás (Crédito Extraordinário), no valor de 33.505.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 4.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 51101 — Ministério do Esporte, Funcional-programática 27.812.1250.5450.5769 — Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de 29.000.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 5.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional, Funcional-programática 4.845.1025.005E.0233 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$12.000.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 6.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, Funcional-programática 23.695.1166.0564.2601 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$159.000.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 7.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, Funcional-programática 15.451.0310.0B16.0101 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$176.000.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 8.

Autor: Wellington Fagundes.

Finalidade: Incluir a Funcional-programática 23.695.1166.0564.xxxx, subtítulo “Revitalização da margem esquerda do Rio Cuiabá – Cuiabá – Mato Grosso” no valor de R\$5.000.000,00

Decisão: Inadmitida.

Emenda nº 9.

Autor: Wellington Fagundes.

Finalidade: Incluir a Funcional-programática 23.695.1166.0564.xxxx, subtítulo “Construção da segunda etapa do Autódromo de Rondonópolis Mato Grosso” no valor de R\$5.000.000,00.

Decisão: Inadmitida.

Emenda nº 10.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Incluir na Unidade Orçamentária 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a Funcional-programática 20.606.6003.005A, subtítulo “No Estado do Mato Grosso do Sul” no valor de R\$1.444.444,44.

Decisão: Inadmitida.

Emenda nº 11.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Suprimir do crédito R\$1.444.444,44, da UO 22101, ação 005A. Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 12.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Incluir na Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia a Funcional-programática 19.573.0471.001F, subtítulo “No Estado do Mato Grosso do Sul”, no valor de R\$72.592,59.

Decisão: Inadmitida.

Emenda nº 13.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Suprimir do crédito R\$72.592,59, da UO 24101, ação 001F.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 14.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Incluir na Unidade Orçamentária 26298 – MEC/FNDE a Funcional-programática 12.361.1061.0509, subtítulo “No Estado do Mato Grosso do Sul”, no valor de R\$1.851.851,85.

Decisão: Inadmitida.

Emenda nº 15.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Suprimir do crédito R\$1.851.851,85, da UO 26298, ação 0509.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 16.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Incluir na Unidade Orçamentária 51101 – Ministério do Esporte a Funcional-programática 27.812.1250.5450, subtítulo “No Estado do Mato Grosso do Sul”, no valor de R\$1.074.074,07.

Decisão: Inadmitida.

Emenda nº 17.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Suprimir do crédito R\$1.074.074,07, da UO 51101, ação 5450.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 18.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Incluir na Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional a Funcional-programática 4.845.1025.005E, subtítulo “No Estado do Mato Grosso do Sul”, no valor de R\$444.444,44.

Decisão: Inadmitida.

É o parecer, Sr. Presidente.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
À MESA*

PARECER Nº , DE 2008 – CN

Parecer sobre a Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Celso Maldaner**

I – Relatório

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 191, de 2007-CN (nº 1.039 de 2007, na origem), a Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e

cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica”.

Os recursos para a abertura do crédito provêm de superávit financeiro apurado no Balanço Patri-

monial da União do exercício de 2006, no valor de R\$748.505.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil reais), relativo a Recursos Ordinários, e de anulação parcial da dotação 19.573.0471.001F – Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos – Nacional no valor R\$1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais), pertencente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, constante do Anexo II da medida.

O crédito extraordinário em análise visa atender as programações constantes do anexo I dos seguintes órgãos, com suas respectivas unidades orçamentárias:

– Órgão 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Unidade Orçamentária 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – no valor de R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) para atender operação especial de apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário – nacional;

– Órgão 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia – Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia – no valor de R\$1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais) para atender operação especial de apoio a implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos – nacional;

– Órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26101 – Ministério da Educação – no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões) para atender atividade de complementação para o funcionamento das instituições federais de ensino superior – nacional;

– Órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para atender operação especial de apoio ao desenvolvimento da educação básica – nacional;

– Órgão 39000 – Ministério dos Transportes – Unidade Orçamentária 39207 – VA-LEC –

Engenharia e Construções e Ferrovias S/A, no valor de R\$33.505.000,00 (trinta e três milhões, quinhentos e cinco mil reais) para atender projeto de construção da ferrovia norte – sul – Anápolis – Uruaçu – No Estado de Goiás;

– Órgão 51000 – Ministério do Esporte – Unidade Orçamentária 51101 – Ministério do Esporte, no valor de R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais) para atender projeto de implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer – nacional;

– Órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) para atender operação especial de apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado – nacional;

– Órgão 54000 – Ministério do Turismo – Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, no valor de R\$159.000.000,00 (cento cinquenta e nove milhões de reais) para atender operação especial de apoio a projetos de infra-estrutura turística – nacional; e

– Órgão 56000 – Ministério das Cidades – Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, no valor de R\$176.000.000,00 (cento setenta e seis milhões de reais) para atender operação especial de apoio a política nacional de desenvolvimento urbano – nacional.

A Exposição de Motivos nº 366-/2007/MP, de 27 de dezembro de 2007, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, informa que o crédito destina recursos:

– no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para aumento da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos agropecuários, bem como para melhorar sua comercialização, mediante o fortalecimento da infra-estrutura municipal, da assistência técnica extensão rural, da pesquisa agropecuária, além de investimentos em centros de treinamento e laboratórios, aquisição de máquinas, implementos e equipamentos para todas as etapas do processo produtivo agropecuário e do processamento agro-industrial, eletrificação rural, obras de irrigação, produção de mudas e sementes e mecanização agrícola;

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, para a implementação da cadeia produtiva da piscicultura, e conseqüente inclusão social da população pesqueira do Estado da Bahia, mediante o acesso a avanços científicos e tecnológicos, voltados a uma melhor qualidade

do pescado e a técnicas de processamento do pescado;

– no Ministério da Educação, para expansão reestruturação do sistema federal de ensino superior e para apoiar o desenvolvimento da educação básica no intuito de possibilitar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação;

– no tocante ao Ministério dos Transportes, para a construção do trecho ferroviário entre Anápolis e Uruaçu, no Estado de Goiás, pertencente à Ferrovia Norte-Sul, a cargo da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

– quanto ao Ministério do Esporte, para obras de infra-estrutura esportiva em diversos municípios, em áreas de maior vulnerabilidade social, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;

– no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para investimentos em vários projetos de infra-estrutura urbana e rural em diversos municípios brasileiros, de modo a fomentar o progresso socioeconômico desses municípios, com vistas à geração de emprego e renda;

– no Ministério do Turismo, para o atendimento de despesas relacionadas a projetos de infra-estrutura turística, tais como obras de saneamento básico e de infra-estrutura de transporte, visando a expansão das atividades do setor e a melhoria da qualidade dos produtos ofertados; e

– no Ministério das Cidades, para a implementação de obras voltadas ao desenvolvimento urbano de diversos municípios, carentes de infra-estrutura e em condições insatisfatórias.

No tocante à relevância e urgência da matéria assim justifica a exposição de motivos:

– no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela necessidade de priorizar o atendimento de infra-estrutura a regiões onde o atraso no período de plantio, em decorrência da demora na chegada da estação chuvosa, ameaça provocar sérios desdobramentos e comprometimentos na estrutura produtiva e de comercialização dos produtos agropecuários. As obras precisam ser feitas antes da intensificação do período chuvoso nessas regiões de forma a não prejudicar ainda mais o setor

produtivo rural, especialmente no que se refere à pequena propriedade;

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, pela necessidade de inserir os pescadores na economia de mercado e de fortalecer o processo de comercialização da produção e, assim, contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais;

– no caso do Ministério da Educação, pela impossibilidade de postergação das mesmas, sob pena de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino brasileiro, que repercutirá no processo de expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e no desenvolvimento da educação básica;

– no caso do Ministério dos Transportes, pela necessidade de impedir a interrupção das obras da Ferrovia Norte-Sul, o que poderá causar sérias conseqüências econômicas e sociais às localidades envolvidas além de prejuízo ao erário decorrente dos recursos já despendidos com o projeto e do processo de subconcessão;

– no caso do Ministério do Esporte, pela necessidade de garantir a continuidade das obras de infra-estrutura esportiva em áreas de maior vulnerabilidade social, permitindo o processo de socialização de jovens carentes e de descoberta de novos talentos para o esporte nacional;

– no caso do Ministério da Integração Nacional, pela necessidade de melhorar as condições socioeconômicas de municípios extremamente carentes no Brasil, por meio de investimentos que evitarão sérios

prejuízos sociais e a estagnação das economias locais;

– no caso do Ministério do Turismo, pela necessidade de adequação de ações relacionadas a infra-estrutura turística, de modo a evitar que o aumento do número de turistas ocasione transtornos aos usuários do setor, reduzindo o risco de descontinuidade de projetos já apoiados e estabelecidos no Plano Nacional do Turismo; e – no Ministério das Cidades, pela necessidade de melhorar a segurança do cidadão, como parte de políticas públicas capazes de combater efetivamente a exclusão social, por meio da adequação de espaços viários urbanos e da melhoria de condições de habitabilidade e de segurança da população beneficiária.

Decorrido o prazo regimental, foram registradas 19 (dezenove) emendas à medida provisória em pauta. É o relatório.

II – Voto do Relator

II.1. Dos Pressupostos Constitucionais de Relevância e Urgência

O art. 5º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas

Provisórias a que se refere o art. 62, da Constituição Federal, prevê que o Parecer a crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

Da análise da adequação orçamentária e financeira da medida provisória, verifica-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007. (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006), LOA/2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

A Exposição de Motivos nº 366/2007/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 10 do art. 2º, da Resolução no 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

As despesas objeto do presente crédito, pela importância significativa que certamente têm, como por exemplo a que evita o atraso no período de plantio em relação à estação de chuvas, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuário e Abastecimento, atendem os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

II.1. Análise das Emendas

Preliminarmente, cabe destacar que foi aprovada, no Congresso Nacional em 22 de dezembro de 2006, e publicada no **Diário Oficial da União** em 26 de dezembro de 2006, a Resolução nº 1, de 2006 – CN, que “Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo”. Especificamente, quanto às emendas a créditos extraordinários, dispõe o art. 111 do novo texto que “Somente serão admitidas emendas que tenham

como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.”

À presente Medida Provisória foram apresentadas 19 (dezenove) emendas, sendo 12(doze) para suprimir dotação e 7(sete) para incluir programações ao crédito.

As emendas de nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19 pretendem suprimir valores totais ou parciais de dotações do presente crédito.

Já as emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18 visam incluir novas programações ao crédito em análise.

Desse modo, à luz do art. 111 da norma supracitada, indicamos para inadmissão as emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18.

No tocante às emendas nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19, embora reconheçamos o nobre propósito nelas contido, propomos pela rejeição, posto que eventual aprovação comprometeria a integridade do crédito extraordinário, em prejuízo da eficácia das inadiáveis ações nele compreendidas. Ademais, os dados do Siafi informam que os recursos do presente crédito já foram liquidados e alguns até pagos.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 409, de 2007, na forma proposta pelo Poder Executivo, pela rejeição das emendas de nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19, bem como pela inadmissibilidade das emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Deputado **Celso Maldaner**, Relator.

Anexo I
(Ao Parecer nº , de 2008)
MP nº 409, de 2007 – CN
EMENDAS REJEITADAS E INDICADAS PARA
INADMISSÃO

Emenda	Autor	Finalidade	Decisão
01	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Funcional-programática 20.606.6003.005A.0831 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$39.000.000,00.	Rejeitada
02	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia, Funcional-programática 19.573.0471.001F.0189 – Apoio à Implantação e Modernização de Centros	Rejeitada

		Vocacionais Tecnológicos – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 1.960.000,00.	
03	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 39207 – Ministério dos Transportes/VALEC- Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, Funcional-programática 26.783.0237.116E.0101 – Construção da Ferrovia Norte-Sul – Anápolis- Uruaçu – No Estado de Goiás (Crédito Extraordinário), no valor de R\$33.505.000,00.	Rejeitad a
04	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 51101 – Ministério do Esporte, Funcional- programática 27.812.1250.5450.5769 – Implantação e Modernização de Infra- estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor	Rejeitad a

		de R\$ 29.000.000,00.	
05	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional, Funcional-programática 04.845.1025.005E.0233 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 12.000.000,00.	Rejeitada
06	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, Funcional-programática 23.695.1166.0564.2601 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$159.000.000,00.	Rejeitada
07	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, Funcional-programática	Rejeitada

		15.451.0310.0B16.0101 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 176.000.000,00.	
08	Wellington Fagundes	Incluir a funcional programática 23.695.1166.0564.xxxx, subtítulo "Revitalização da margem esquerda do Rio Cuiabá - Cuiabá - Mato Grosso" no valor de R\$ 5.000.000,00	Inadmitida
09	Wellington Fagundes	Incluir a funcional programática 23.695.1166.0564.xxxx, subtítulo "Construção da segunda etapa do Autódromo de Rondonópolis - Mato Grosso" no valor de R\$ 5.000.000,00	Inadmitida
10	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a funcional programática	Inadmitida

		20.606.6003.005A, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$1.444.444,44	
11	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$1.444.444,44 da UO 22101, ação 005A.	Rejeitada
12	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia a funcional programática 19.573.0471.001F, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$ 72.592,59	Inadmitida
13	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$ 72.592,59 da UO 24101, ação 001F.	Rejeitada
14	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 26298 – MEC/FNDE a funcional programática 12.361.1061.0509, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$1.851.851,85	Inadmitida
15	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$1.851.851,85 da UO 26298, ação 0509.	Rejeitada

16	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 51101 - Ministério do Esporte a funcional programática 27.812.1250.5450, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$ 1.074.074,07	Inadmitida
17	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$ 1.074.074,07 da UO 51101, ação 5450.	Rejeitada
18	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 53101 - Ministério da Integração Nacional a funcional programática 04.845.1025.005E, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$ 444.444,44	Inadmitida
19	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$ 444.444,44 da UO 53101, ação 005E.	Rejeitada

Proposição: [MPV-409/2007](#) 

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 28/12/2007

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00, para os fins que especifica.

Indexação: Abertura de Crédito, Crédito Extraordinário, Executivo, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação, Ministério dos Transportes, Ministério do Esporte, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Turismo, Ministério das Cidades.

Despacho:

20/2/2008 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

[MSC 1039/2008 \(Mensagem\) - Poder Executivo](#) 

Legislação Citada 

Emendas

- MPV40907 (MPV40907)

[EMC 1/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#) 

[EMC 2/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#) 

[EMC 3/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#) 

[EMC 4/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#) 

[EMC 5/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#) 

[EMC 6/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#) 

[EMC 7/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#) 

[EMC 8/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wellington Fagundes](#) 

[EMC 9/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wellington Fagundes](#) 

[EMC 10/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#) 

[EMC 11/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#) 

[EMC 12/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#) 

[EMC 13/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#) 

[EMC 14/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#) 

[EMC 15/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#) 

[EMC 16/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#) 

[EMC 17/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#) 

[EMC 18/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#) 

[EMC 19/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#) 

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV40907 (MPV40907)

[PPP 1 MPV40907 \(Parecer Proferido em Plenário\) - Celso Maldaner](#) 

Última Ação:

8/4/2008 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 409-A/07)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:

28/12/2007

Poder Executivo (EXEC)

Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União. 

Prazo para Emendas: 06/02/2008 a 11/02/2008. Comissão Mista: 06/02/2008 a 19/02/2008. Câmara dos Deputados: 20/02/2008 a 04/03/2008. Senado Federal: 05/03/2008 a 18/03/2008. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 19/03/2008 a 21/03/2008. Sobrestar Pauta: a partir de 22/03/2008. Congresso Nacional: 06/02/2008 a 05/04/2008. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 06/04/2008 a 04/06/2008.

20/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da MSC 1039/2008, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 409 de 28 de dezembro de 2007, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00, para os fins que especifica".
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 48 de 2008, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 409 de 2008. Informa ainda, que à Medida foram oferecidas 19 emendas e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu o parecer previsto no § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
21/2/2008	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 22/2/2008.
25/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de "quorum". (Sessão Ordinária - 14:00).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 398-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
27/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
27/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 400/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
28/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
28/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 401/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
4/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão em face da não conclusão da apreciação da MPV 402/07, item 2 da pauta, com prazo encerrado.
7/3/2008	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Celso Maldaner (PMDB-SC), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Finanças a esta Medida Provisória e às 19 emendas.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 404/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:02)
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN)

	Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 1.179/07, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
13/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
13/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 1.650/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
17/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, por falta de "quorum".
18/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
18/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
19/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
19/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
25/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
25/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 405/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 405-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:05)
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 406/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
27/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.
1/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
1/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 407/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. José Aníbal, Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Décio Lima (PT-SC) e Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SF).
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Duarte Nogueira, na qualidade de Líder do

	PSDB, pelo Dep. Claudio Cajado, na qualidade de Líder do DEM; e pelo Dep. Maurício Rands, Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento. Sim: 2; Não: 278; Abstenção: 0; Total: 280.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Celso Maldaner (PMDB-SC), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; pela admissibilidade das Emendas de nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19; pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirados pelos Autores: o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, que solicita o adiamento da discussão por duas sessões; o Requerimento do Dep. José Aníbal, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da discussão por uma sessão; o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, que solicita discussão por grupo de artigos; o Requerimento do Dep. José Aníbal, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da votação por duas sessões; o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por uma sessão; e o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, que solicita votação artigo por artigo.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP), Dep. Eduardo Valverde (PT-RO), Dep. Ayrton Xerez (DEM-RJ), Dep. Assis do Couto (PT-PR), Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO) e Dep. Décio Lima (PT-SC).
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO), Dep. Eduardo Valverde (PT-RO) e Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP).
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação preliminar do Parecer, solicitada pelo Dep. Duarte Nogueira, na qualidade de Líder do PSDB, e pelo Dep. Décio Lima, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovado o Parecer", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN. Sim: 247; Não: 53; Abstenção: 0; Total: 300.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, as Emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Destaque da bancada do DEM para votação em separado da expressão "19.573.0471.001F.0189 - Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais e Tecnológicos, valor de R\$ 1.960.000,00", constante do Anexo I da MPV 409/07.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Destaque da bancada do PSDB para votação em separado do Programa de Trabalho 15.451.0310.0B16.0101 da UO 56101, constante do Anexo I da MPV 409/07.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN)

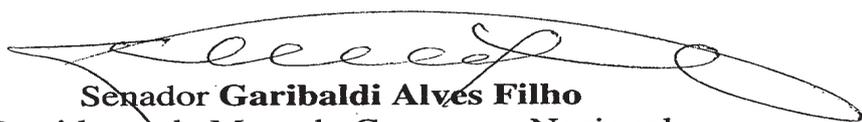
Retirado o Destaque da bancada do PSDE para votação em separado do Programa de Trabalho 27.812.1250.5450.5769 da UO 26101, constante do Anexo I da MPV 409/07.

8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Destaque da bancada do PSDB para votação em separado do inciso I do artigo 2º da MPV 409/07.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19, com parecer contrário.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 409, de 2007.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator Dep. Celso Maldaner (PMDB-SC).
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 409-A/07)

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11 , DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 27 de março de 2008.


Senador Garibaldi Alves Filho
 Presidente da Mesa do Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos para usar da palavra para uma comunicação inadiável, por cessão minha, a Senadora Rosalba Ciarlini.

Regimentalmente, o tempo de que disporia a nobre Senadora seria de cinco minutos, mas V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente, em respeito à representatividade de V. Ex^a como Senadora do Estado do Rio Grande do Norte e por representar as virtudes da encantadora mulher brasileira.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa, que preside esta sessão.

Eu gostaria de voltar ao assunto da calamidade das cheias no Nordeste brasileiro, em especial no Rio Grande do Norte.

Nós sabemos que já são milhares de famílias sofrendo o desabrigo e a angústia de não saberem quando poderão retomar sua vida normal, mas há algo que também se associa a toda essa angústia: problemas na área da atividade econômica.

O Rio Grande do Norte tem, em sua pauta econômica de maior relevância, a atividade petrolífera, que, na região de Mossoró e na região do Vale, está tendo imensos prejuízos, Senador João Pedro, porque está tudo alagado e, conseqüentemente, a atividade se encontra prejudicada.

Do sal, nem se fala! Produzimos 96% do sal brasileiro. As salinas ficam concentradas na região que vai de Grossos à Areia Branca, da foz do rio Mossoró à foz do rio Piranhas-Açu, e são exatamente esses dois rios que se encontram com cheias imensas, prejudicando a atividade salineira e trazendo imensos prejuízos.

Quanto à carnicultura, tive oportunidade de visitar uma área na cidade de Pendências. Lá vi a devastação: trinta e quatro empresas que atuam na região estão com suas fazendas de camarão totalmente inundadas, com praticamente tudo perdido.

E a fruticultura? A fruticultura faz parte da pauta de exportações do Brasil. Em 2007, dos US\$400 milhões da pauta de exportações, a fruticultura do Rio Grande do Norte contribuiu com quase 50%: US\$180 milhões. Com as enchentes, ela está bastante prejudicada.

É a banana, o mamão, o melão, a melancia, a manga, o maracujá, entre outras. Só a banana, para vocês terem uma idéia, na região do Vale do Açu, tem 4.500 hectares, dos quais mais de 50% totalmente já perdidos. Ora, se já se estima, na fruticultura, hoje, uma perda de, até agora, de 40%, isso já está em torno de US\$80 milhões.

Senador Mão Santa, eu estou falando do Rio Grande do Norte, mas a atividade da fruticultura também sofre em seu Estado, que também está com inundações, sofre no Ceará, na Paraíba, na Bahia, em Pernambuco. Em todos os Estados atingidos por inundações, essa atividade está tendo prejuízos.

No Rio Grande do Norte, cuja população é de aproximadamente três milhões, a fruticultura é responsável por 45 mil empregos diretos; na cadeia produtiva, chega a cem mil empregos. Conseqüentemente, dentro da população economicamente ativa, nós temos quase 10% da população dependendo da fruticultura.

Numa situação dessas, nós, que estamos sempre aqui clamando, Senador Jarbas – V. Ex^a é nordestino, conhece a realidade do semi-árido –, nós, que já vivenciamos a situação de seca... De repente, num ano, chove muito, chove demais, chuvas concentradas em poucos meses. Os prejuízos se avolumam. Aí vem aquela angústia: meu Deus, se vivemos tendo seca por falta de água, quando a água vem em muita quantidade, será que vamos ter seca de emprego?

E essas empresas que investiram para poder produzir? As empresas de fruticultura que têm um contrato para atender à exportação não vão poder cumpri-lo e terão que pagar multa. Para investir, a grande maioria teve de recorrer aos empréstimos bancários que não vão poder honrar. E aí? Como vão poder reinvestir, quando as águas baixarem, para recuperar, para reconstruir a sua atividade e garantir os empregos?

Precisamos encontrar caminhos, encontrar uma luz. Precisamos contar com a sensibilidade do Governo, de forma a fazer com que esses que estão tendo uma perda inestimável, que são os produtores, que trazem emprego para o nosso Estado, para o nosso povo, possam ter condições de retomar sua atividade e, conseqüentemente, trazer divisas e empregos para o Estado, para o Nordeste, para o Brasil.

Ora, as dívidas agrícolas, já temos aqui discutido, ouvimos vários depoimentos, já são uma questão histórica. No Nordeste precisaria haver uma forma diferente, em função do clima: as nossas intempéries, a irregularidade do clima. Como eles poderão honrar com os seus compromissos atuais, os antigos, reinvestir, se não tivermos um plano especial e, neste momento, contarmos com sensibilidade para dar condições à retomada da atividade? É necessário sensibilidade, e aqui eu convoco a todos no Senado para nos sensibilizarmos na renegociação, encontrarmos caminhos, formas de apoio. Não é esmola o que os nordestinos pedem. Precisam, sim, de condições justas que lhes

dêem oportunidade de superar as adversidades e retomar a atividade econômica, importante para o Rio Grande do Norte e para o Brasil.

Eram essas as colocações que eu queria trazer a esta Casa mais uma vez, Sr^{as} e Srs. Senadores, trazendo a preocupação com o efeito das enchentes, pois não sabemos ainda como vamos ter as cidades, as estradas, as casas reconstruídas, além de não sabermos como retomaremos a atividade econômica.

Em quanto tempo ainda? Porque as chuvas continuam. Em algumas cidades, pelas informações que tenho, as águas tinham baixado, agora já estão novamente subindo. Essa é uma situação grave, urgente, que precisa de todo o apoio.

Sei que uma medida provisória já foi editada. Aqui colocamos que era necessário a urgência urgentíssima na sua aprovação e na liberação, para que esses recursos não se percam pelos caminhos da burocracia, mas que cheguem o mais rápido possível, porque ainda não chegaram aos Municípios que estão sofrendo com as cheias. E, conseqüentemente, possamos ter o apoio necessário para as medidas emergenciais.

Mas, depois que as águas baixarem, na ressaca das enchentes, teremos que reconstruir a economia, o trabalho, o emprego. Não podemos e não queremos aceitar, de forma nenhuma, que, diante deste momento de tanta dificuldade, tenhamos que clamar mais uma vez para que possamos perseverar e garantir o emprego do nosso povo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento dessa extraordinária Senadora do Brasil, que representa com muita competência o Estado do Rio Grande do Norte, orgulho para a política do Brasil, assim como o Senador Jarbas Vasconcelos, que foi um extraordinário prefeito do Nordeste, do Recife, do qual tive o privilégio de acompanhar a administração e aprender ser prefeito, quero dizer que é um orgulho tê-la no Senado.

Essa extraordinária Senadora foi três vezes Prefeita de Mossoró. Mas não foi simplesmente prefeita e, sim, uma das melhores prefeitas da História do Brasil. V. Ex^a orgulha a política brasileira. V. Ex^a orgulha a mulher brasileira. E nos envaidecemos com a companhia de V. Ex^a.

Atentai bem, Mozarildo! Ela é médica e fez da ciência médica a mais humana das ciências e, como tal, uma benfeitora da humanidade.

Convidamos para usar da palavra o Senador de Roraima, do PTB, Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

É gratificante ter ao meu lado esta figura política, orgulho da democracia, pela sua coragem e austeridade: o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero registrar aqui que hoje e amanhã estará se realizando, no Estado do Amapá, o VI Encontro do Parlamento Amazônico, que terá como tema “O Parlamento frente ao Desafios da Amazônia, Meio Ambiente, Desenvolvimento e Soberania”.

Esse Parlamento Amazônico reúne as assembleias legislativas estaduais de todos os Estados da Amazônia. Portanto, hoje e amanhã estarão no Amapá debatendo esses temas.

Quero fazer este registro e lamentar que, embora convidado, não possa estar presente, como já estive em outros encontros do Parlamento Amazônico, pois considero um foro legítimo para discutir os problemas da nossa Amazônia.

Mas continuando a falar sobre a Amazônia, Sr. Presidente, quero, novamente, fazer uma abordagem sobre a decisão de ontem e de hoje do Supremo Tribunal Federal a respeito da desocupação forçada, que seria feita na reserva indígena Raposa/Serra do Sol de cerca de 458 proprietários daquela região, pela Polícia Federal e pela Guarda Nacional, a mando do Governo Federal, atendendo a uma operação da Funai chamada Upatakon III. Significa, portanto, que duas operações já foram feitas pela Polícia Federal.

Segundo informações que tenho, ainda não oficiais, o custo dessas três operações beira cerca de R\$20 milhões. Ora, se esse dinheiro tivesse sido revertido para os índios daquela região, cada qual já teria até melhorado de vida, mas, enquanto isso, gasta-se dinheiro com diárias, com hospedagem, com transporte de policiais federais de vários locais do Brasil, inclusive da Guarda Nacional, para expulsar daquela região pessoas ordeiras, trabalhadoras, pessoas nacionalistas, que lá realmente estão, inclusive miscigenadas com os índios há mais de século. E a maioria dos índios também não quer isso.

Aliás, é algo esquisito porque esse núcleo “comunista” que domina a Funai, o Incra e o Ibama fala sempre em consulta popular em plebiscito, mas nesse caso não quiseram fazer uma consulta, um plebiscito, aos índios que moram naquela região para saber se eles queriam a demarcação desse jeito. Não, impuseram do jeito que eles entenderam. Aliás, baseados

em um laudo falso, criminoso, que a Justiça Federal de Roraima constatou ser completamente fraudulento. Tanto é que essas questões vieram para o Supremo, e a Ministra Ellen Gracie, no dia 29 de julho de 2004 – naquela altura iria ser realizada a primeira demarcação –, deu uma liminar suspendendo a demarcação da reserva indígena.

Pois bem, Senador Mão Santa, sabe o que aconteceu? O Ministro Thomaz Bastos fez uma traquinagem jurídica e anulou, tornou sem efeito a portaria que demarcou a reserva, baseado nesse laudo falso, e editou uma outra portaria, igualzinha, apenas aumentando em alguns quilômetros a área da reserva. Quer dizer, nem base antropológica tinha para fazer nova portaria, mas fez.

Fez isso quando? Quando ele viu que realmente não tinham consistência nem o laudo, nem os procedimentos. Nenhum tipo de aspecto legal amparava a demarcação. Então, ele fez essa molecagem de anular a portaria e editar uma outra, demarcando a mesma área.

A portaria, curiosamente, foi editada sem publicação no **Diário Oficial**, no dia 14 de abril de 2005, às vésperas do Ministro Carlos Ayres Britto dar o seu parecer. E foi comunicado pelo então Ministro Márcio Thomaz Bastos que a portaria havia sido revogada e, portanto, havia uma nova portaria. Todas as ações contra a portaria anterior perderam o objeto, juridicamente falando. Com isso, o Ministro Carlos Ayres Britto revogou a liminar da Ministra Ellen Gracie. E, no dia seguinte, 15 de abril de 2005, o Presidente Lula homologou a tal portaria.

Se o Presidente Lula foi induzido a erro, lamento, mas ele cometeu um erro jurídico. E o pior é que ele e seu Ministro Márcio Thomaz Bastos foram exaustivamente alertados desse erro, mas, mesmo assim, não voltaram atrás. Vieram insistindo de 2005 até hoje – estamos em 2008 – na evacuação das 458 famílias daquela região, dando foco, destaque aos arrozeiros, maiores produtores da região, que ocupam apenas 1% da área e que produzem 25% do Produto Interno Bruto de Roraima.

Pois bem, várias ações tiveram de ser retomadas, porque, com essa malandragem jurídica de anular uma portaria e fazer uma outra nos mesmos moldes, tudo teve de ser recomeçado.

E aí a coisa se arrastou até agora. E o Governo se aproveitou disso para forçar a retirada, sendo que já conseguiu retirar de lá 200 famílias. Faltam, portanto, 258. Ele indenizou cerca de 160 e reassentou pouco menos do que isso.

Tudo mal feito, mal indenizado, mal reassentado, mas estavam justamente aproveitando essa lacuna da decisão do Supremo para consumir o fato.

Ontem, o Supremo suspendeu a operação da Polícia Federal, que está lá com cerca de 500 homens, inclusive da Guarda Nacional, e disse que até que seja julgado o mérito das ações não haverá a expulsão das pessoas, dos brasileiros e das brasileiras que estão lá guardando as nossas fronteiras com a Venezuela e a Guiana...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brasileiras e brasileiros, as mulheres na frente. É assim que o Presidente Sarney ensinou.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – E eu também gosto de obedecer a essa ordem.

Então, ontem foi a decisão do Supremo e hoje já a Advocacia Geral da União, portanto o advogado do Presidente Lula, entrou com uma ação para anular a decisão de ontem do Supremo.

Infelizmente, o Supremo julgou a ação hoje:

Supremo Tribunal Federal mantém suspensão a desocupação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

Por votação unânime, o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou, nesta quinta-feira, pedido de liminar formulado pela União na Ação Cautelar nº 2.014 e manteve a sua decisão tomada ontem, no sentido de suspender operações policiais que tivessem por objetivo a desocupação da parte da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, ainda ocupada por não-índios. A decisão valerá até o julgamento do mérito de uma de várias ações propostas pelo governo de Roraima, com objetivo de evitar a desocupação da área.

Diante da ameaça do conflito na região, o relator da ação, Ministro Carlos Ayres Britto, comprometeu-se a colocar a matéria em votação tão logo uma dessas ações esteja instruída com alegações da Advocacia Geral da União e parecer da Procuradoria Geral da República.

Sr. Presidente, peço que seja transcrita nos Anais da Casa toda a matéria, bem como a de ontem.

Quero fazer mais um apelo, mas sinto que apelar para o Presidente Lula é uma coisa inútil, principalmente quando se apela por coisas sérias, para se fazer as coisas direito. Mas eu vou apelar mais uma vez, para que ele chame esses Ministros dele, esses Assessores dele e mande-os ver a coisa à luz do Direito

real, legítimo, não do Direito torto, mal interpretado ou fabricado, para dizer que, de acordo com o gosto do freguês, se faz o Direito. Não é assim, não.

Eu quero parabenizar o nosso Supremo Tribunal Federal pela decisão tomada, porque repõe o Estado de direito neste País. O pretexto é amparar os índios, mas é uma política falsa, porque coincidentemente nessas reservas indígenas, principalmente no meu Estado, o que tem mais é minério e o que tem menos é índio. Então, na verdade, é uma grande jogada que está sendo feita. Mas eu não quero usar muito as minhas palavras, que são de coração, são apaixonadas, mas são verdadeiras.

Eu quero ler aqui, Sr. Presidente, um artigo escrito e publicado hoje em **O Estado de S. Paulo** pelo Deputado Federal Aldo Rebelo, que foi Ministro das Relações Institucionais da Presidência da República e articulou a Comissão Externa da Câmara, que teve como Relator o Deputado Lindberg Farias, e a Comissão Temporária Externa do Senado, que teve como Relator o Senador Delcídio Amaral. Ambas as Comissões forneceram ao Presidente Lula a fórmula jurídica, política, social capaz de demarcar aquela área sem qualquer conflito. Mas o Presidente ignorou tudo isso.

E hoje o Deputado Aldo Rebelo escreve o seguinte artigo:

A Nação é uma só.

O conflito secular que opõe os índios a outros estratos da Nação brasileira, como garimpeiros, seringueiros e agricultores, tem na atualidade o seu ponto culminante na reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. No centro, está o antigo problema de terras ocupadas por indígenas versus expansão da sociedade nacional.

É lógico que não concordo com tudo o que o Deputado escreve aqui, mas ele fala como um homem nacional, um homem de São Paulo, fala exatamente o que diria qualquer brasileiro patriota e nacionalista.

Há aspectos equitativamente relevantes no conflito. Há o ambiental, o indígena, o avanço das forças produtivas, a defesa do território, enlaçados pelo matiz delicado de o cenário da divergência ser zona de fronteira. Não é sábio nem justo escolher um deles para tomar posição. A proteção aos índios, com os quais o País tem uma dívida que é chaga social, tão ou mais escandalosa que a contraída com os africanos, não pode ser praticada de forma unilateral, apartada das demais variáveis do problema.

A demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol foi um erro geopolítico do Estado brasileiro. Sobressai no noticiário a caricatura de um enfrentamento polarizado entre índios não-aculturados e capitalistas-tubarões-predadores, mas, em verdade, também são protagonistas do problema os caboclos [– e aqui vamos traduzir o que são caboclos: são justamente o resultado da miscigenação do não-índio com o índio, seja o não-índio o branco ou o negro.] pequenos agricultores, pecuaristas, comerciantes e até o Exército, impedido de exercer a sua missão constitucional de vigiar extensas faixas de fronteira com a Guiana e a Venezuela. Uma parcela dos índios apóia a permanência dos não-índios na área conflagrada de Roraima, inclusive dos arroteiros, que a Polícia Federal foi expulsar de lá. A demarcação da reserva deveria, portanto, ter levado em conta os interesses legítimos dos diversos estratos sociais ali presentes. Ainda há tempo de identificá-los e acomodá-los de forma justa e fraterna, pois ocorre em Roraima a desavença que o dirigente chinês Mao Tsé-tung chamou de ‘contradições no seio do povo’.

É um equívoco cultural reclamar que ‘os silvícolas têm muita terra’, pois eles necessitam de grandes extensões para levar seu modo de vida, baseado na caça, no extrativismo, na agricultura nômade e no respeito a santuários religiosos.

Essas são palavras dele das quais discordo, tendo em conta a realidade dos índios de Roraima, que são índios funcionários públicos, prefeitos, vereadores, totalmente integrados à sociedade local. Portanto, não são bem desses índios que ele fala aqui, não.

No Monte Roraima, a propósito, resiste o mito da Macunaíma, cujo nome o escritor Mário de Andrade utilizou no seu romance mais conhecido. Os números da reserva Raposa Serra do Sol, no entanto, suscitaram discussões. São 1,74 milhão de hectares de área contínua, pontilhada de fazendas, roças, arrozais, estradas, linhas de energia elétrica, quartéis, cidades e vilas. Foi reservada para uso exclusivo de apenas 15 mil indivíduos, distribuídos em cerca de 150 aldeias. Nada menos que 46% do território estadual constitui terras indígenas.

E, aqui, é bom dizer: não é uma só etnia indígena, não. São seis etnias indígenas; são cinco instituições organizadas, das quais uma só, o Conselho Indígena

de Roraima, ligado à Igreja Católica, é que pensa dessa forma extravagante. As outras, não; as outras querem convivência pacífica e harmoniosa.

Curiosamente, é o Norte a região em que os índios menos se multiplicam [eu diria como V. Ex^a diz: atentai bem, Senador Mão Santa!]. Segundo os últimos dados confiáveis, os do IBGE, eles baixaram de 42,4% em 1991 para 29,1%, em 2000. Noutras regiões, em contrapartida, houve uma explosão estatística: no Sudeste, as pessoas identificadas como indígenas passaram de 30,5 mil para 61,2 mil, enquanto no Nordeste o salto foi de 55,8 mil para 170 mil. O fenômeno se deve, em parte, à elevada urbanização.

É verdade! A maior aldeia indígena que existe em Roraima é na capital, Boa Vista. É lá onde mora a maior parte dos índios. Mais de 50% dos índios moram em Boa Vista, na capital.

Quando levei minha esposa, paulista, para conhecer o Nordeste [palavras do Deputado], conversamos no Monte Pascoal com uma índia pataxó que vendia peças de artesanato rústico. Perguntamos pelo marido, e ela respondeu: 'Voltou pra a roça. Cansou dessa profissão de índio.'

Veja, Senador Mão Santa, estão transformando o ser índio numa profissão! Essas ONGs que se multiplicam, feitas por esses indigenistas de laboratório da Avenida Paulista, de Copacabana e do exterior, na verdade fazem isso. Nasci em Roraima, tenho 64 anos de idade, convivi com os índios desde pequeno. Nunca vi um índio de tanga ou de cocar. Agora, lá, os índios estão usando canga, cocar. E por que estão usando? Porque inventaram que eles que têm de voltar a usar. Esses indigenistas querem reescrever uma história que já não é a mais atual.

Continua o Deputado:

É confortador lembrar que, ao infortúnio histórico dos índios, o Brasil contrapôs o bálsamo de algumas de suas maiores inteligências. A causa foi abraçada desde os jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, apóstolos da corrente humanista, que desde então a Igreja Católica mantém ativa na defesa das tribos. Nesse apostolado militaram também o estadista José Bonifácio, os escritores Gonçalves Dias, José de Alencar e Antonio Callado, os sertanistas Villas-Boas, o médico Noel Nutels, o etnólogo Darcy Ribeiro, além do monumento moral que nos orgulha como povo, o Marechal Rondon [filho de índio, descendente de índio,

que ajudou na demarcação e no reconhecimento e identificação das tribos indígenas.] Todos comungavam na doutrina da integração dos índios à sociedade nacional, em grau e métodos variados.

A esses luminares do sertanismo e da antropologia sucedeu uma visão esdrúxula que aparta os índios da Nação e pleiteia sua autonomia em relação ao Estado. Agora, fala-se em 'povos indígenas', 'nações indígenas', 'autodeterminação indígena' como se as tribos constituíssem nacionalidades independentes em territórios emancipados. Chegamos ao paroxismo de tuxauas barrarem a circulação de generais do Exército em faixa de fronteira.

Já houve proposta de criação de embaixadas indígenas em Brasília, para que as tribos se relacionassem em posição de igualdade com o governo. Incute-se nos índios, enfim, a idéia de que, em relação aos brasileiros, são estrangeiros.

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, visitei toda a fronteira amazônica. Fiquei ainda mais convencido de que temos o dever de resgatar a dívida histórica com os índios e protegê-los da forma mais generosa de que formos capazes. Mas a generosidade de um país continental deve ser ampla e isonômica, ou seja, estende-se a todos os seus nacionais. É tão brasileiro o índio macuxi [lá de Roraima] quanto o colono gaúcho [do Rio Grande do Sul].

Eles integram uma só Nação diversificada. O Brasil destaca-se mais pelo produto do que pelos fatores, não importa a grandeza que encerrem nem a ordem em que sejam agrupados. O brasileiro de hoje é índio, branco, negro e, sobretudo, o resultado do caldeirão que nos fez uma civilização única no mundo. Um filho de italianos, Victor Brecheret, usou o poder de síntese da arte para traduzir esta riqueza étnica no Monumento às Bandeiras, em que esculpiu no granito bruto a epopéia conjunta de brancos, índios e mamelucos na construção deste grande país.

Senador Mão Santa, essas palavras não são minhas; são do Deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil. Um homem que conhece a Amazônia e que foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Suas palavras, realmente, sintetizam ou fazem um raio X da realidade, dessa falsa política indigenista no Brasil, que prioriza a demarcação de terra em desfavor do ser humano índio, do ser humano índia e do ser humano criança, porque vemos os índices de saúde e a roubalheira na saúde indígena.

Eu gostaria também, Sr. Presidente – para não ocupar muito mais o tempo –, de pedir que façam parte do meu pronunciamento o artigo publicado em **O Estado de S. Paulo**: “Demarcações estão acabando com Roraima, de autoria do General José Maria Mayrink; matéria veiculada hoje no Bom Dia Brasil e no *site* do jornalista Alexandre Garcia; e, por fim, coincidentemente, uma nota do Conselho Indigenista Missionário, Cimi da Igreja Católica: “Decisão do STF legitima a omissão do Governo Federal.”

A igreja católica, curiosamente, não está na relação daqueles que vão ser retirados da Raposa Serra do Sol, mas as igrejas evangélicas estão. Cinco propriedades das igrejas evangélicas nessa região – em vilas, etc. – da Raposa Serra do Sol estão listadas para serem retiradas de lá; e a Igreja Católica, não. Por que será? Lá, mais ou menos 70% dos índios são evangélicos; 30% são católicos. Por que essa divisão até religiosa? É preciso, realmente, que o Supremo se aprofunde muito nessa questão.

Peço também que essa nota do Cimi faça parte do meu pronunciamento.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que é bom que entendamos duas coisas – todos os brasileiros e brasileiras que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado: parece que essa questão não interessa muito ao Brasil, ou não interessa, por exemplo, a quem vive em São Paulo, no Rio de Janeiro, etc.. É uma coisinha de Roraima ou da Amazônia; essa Amazônia que só é apontada como problema.

Quero ler dois poemas, para encerrar meu pronunciamento, Sr. Presidente. O primeiro é de Bertolt Brecht e Vladimir Maiakovski.

Diz o seguinte:

No caminho

Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.

E não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem;
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.

Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

O outro poema é de autoria de Martin Niemöller, um pastor evangélico alemão da época de Hitler, datado de 1933, que diz o seguinte:

Um dia vieram e levaram meu vizinho
que era judeu. Como não sou judeu, não
me incomodei.

No dia seguinte, vieram e levaram meu
outro vizinho que era comunista. Como
não sou comunista, não me incomodei.

No terceiro dia vieram e levaram meu
vizinho católico. Como não sou católico,
não me incomodei.

No quarto dia, vieram e me levaram; já
não havia mais ninguém para reclamar...”

Quero deixar estes poemas como reflexão.

O que está acontecendo com o meu Estado e com a Amazônia, como um todo, é essa política de internacionalização feita pelo Governo brasileiro. Há pessoas de boa-fé que acreditam que estão fazendo um bem com isso, que acreditam que esse tipo de ação é realmente uma forma de ajudar um grupo de índios.

Quero deixar aqui o meu mais veemente protesto.

Ao mesmo tempo, quero dizer do reconhecimento, do respeito que sempre tive pelo Poder Judiciário, em função de suas três decisões: a primeira delas, foi a da Ministra Ellen Gracie; a segunda, foi a de ontem, do Ministro Carlos Ayres Britto, referendada pelo Plenário, e a de hoje, a terceira, novamente referendando decisão de ontem contra o que pretendia a Advocacia-Geral da União.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S.PAULO

A Nação é uma só

Aldo Rebelo

O conflito secular que opõe os índios a outros estratos da Nação brasileira, como garimpeiros, seringueiros e agricultores, tem na atualidade o seu ponto culminante na reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. No centro está o antigo problema de terras ocupadas por indígenas versus expansão da sociedade nacional. Há aspectos equitativamente relevantes no conflito. Há o ambiental, o indígena, o avanço das forças produtivas, a defesa do território, enlaçados pelo matiz delicado de o cenário da divergência ser zona de fronteira. Não é sábio nem justo escolher um deles para tomar posição. A proteção aos índios, com os quais o País tem uma dívida que é chaga social, tão ou mais escandalosa que a contraída com os africanos, não pode ser praticada de forma unilateral, apartada das demais variáveis do problema.

A demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol foi um erro geopolítico do Estado brasileiro. Sobressai no noticiário a caricatura de um enfrentamento polarizado entre índios não-aculturados e capitalistas-tubarões-predadores, mas, em verdade, também são protagonistas do problema os caboclos, pequenos agricultores, pecuaristas, comerciantes e até o Exército, impedido de exercer a sua missão constitucional de vigiar extensas faixas de fronteira com a Guiana e a Venezuela. Uma parcela dos índios apóia a permanência dos não-índios na área conflagrada de Roraima, inclusive dos arroteiros, que a Polícia Federal foi expulsar de lá. A demarcação da reserva deveria, portanto, ter levado em conta os interesses legítimos dos diversos estratos sociais ali presentes. Ainda há tempo de identificá-los e acomodá-los de forma justa e fraterna, pois ocorre em Roraima a desavença que o dirigente chinês Mao Tsé-tung chamou de 'contradições no seio do povo'.

É um equívoco cultural reclamar que 'os silvícolas têm muita terra', pois eles necessitam de grandes extensões para levar seu modo de vida, baseado na caça, no extrativismo, na agricultura nômade e no respeito aos santuários religiosos. No Monte Roraima, a propósito, reside o mito de Macunaíma, cujo nome o escritor Mário de Andrade utilizou no seu romance mais conhecido. Os números da reserva Raposa Serra do Sol, no entanto, suscitam discussões. São 1,74 milhão de hectares de área contínua, pontilhada de fazendas, roças, arrozais, estradas, linhas de energia elétrica, quartéis, cidades e vilas. Foi reservada para uso exclusivo de aproximadamente 15 mil indivíduos, distribuídos em cerca de 150 aldeias. Nada menos que 46% do território estadual constitui terras indígenas.

Curiosamente, é o Norte a região em que os índios menos se multiplicam. Segundo os últimos dados confiáveis, os do IBGE, eles baixaram de 42,4% em 1991 para 29,1% em 2000. Noutras regiões, em contrapartida, houve uma explosão estatística: no Sudeste, as pessoas identificadas como indígenas passaram de 30,5 mil para 61,2 mil, enquanto no Nordeste o salto foi de 55,8 mil para 170 mil. O

fenômeno se deve, em parte, à elevada urbanização. Quando levei minha esposa, paulista, para conhecer o Nordeste, conversamos no Monte Pascoal com uma índia pataxó que vendia peças de artesanato rústico. Perguntamos pelo marido e ela respondeu: 'Voltou pra roça. Cansou dessa profissão de índio.'

É confortador lembrar que ao infortúnio histórico dos índios o Brasil contrapôs o bálsamo de algumas de suas maiores inteligências. A causa foi abraçada desde os jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, apóstolos da corrente humanista que desde então a Igreja Católica mantém ativa na defesa das tribos. Nesse apostolado militaram também o estadista José Bonifácio, os escritores Gonçalves Dias, José de Alencar e Antonio Callado, os sertanistas Villas-Boas, o médico Noel Nutels, o etnólogo Darcy Ribeiro, além do monumento moral que nos orgulha como povo, o marechal Rondon. Todos comungavam na doutrina da integração dos índios à sociedade nacional, em grau e métodos variados.

A esses luminares do sertanismo e da antropologia sucedeu uma visão esdrúxula que aparta os índios da Nação e pleiteia sua autonomia em relação ao Estado. Agora, fala-se em 'povos indígenas', 'nações indígenas', 'autodeterminação indígena', como se as tribos constituíssem nacionalidades independentes em territórios emancipados. Chegamos ao paroxismo de tuxauas barrarem a circulação de generais do Exército em faixa de fronteira. Já houve proposta de criação de embaixadas indígenas em Brasília, para que as tribos se relacionassem em posição de igualdade com o governo. Incute-se nos índios, enfim, a idéia de que, em relação aos brasileiros, são estrangeiros.

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, visitei toda a fronteira amazônica. Fiquei ainda mais convencido de que temos o dever de resgatar a dívida histórica com os índios e protegê-los da forma mais generosa de que formos capazes. Mas a generosidade de um país continental deve ser ampla e isonômica, ou seja, estende-se a todos os seus nacionais. É tão brasileiro o índio macuxi quanto o colono gaúcho.

Eles integram uma só Nação diversificada. O Brasil destaca-se mais pelo produto do que pelos fatores, não importa a grandeza que encerrem nem a ordem em que sejam agrupados. O brasileiro de hoje é índio, branco, negro e, sobretudo, o resultado do caldeirão que nos fez uma civilização única no mundo. Um filho de italianos, Victor Brecheret, usou o poder de síntese da arte para traduzir esta riqueza étnica no Monumento às Bandeiras, em que esculpiu no granito bruto a epopéia conjunta de brancos, índios e mamelucos na construção deste grande país.

Aldo Rebelo, deputado federal pelo PCdoB-SP, foi presidente da Câmara dos Deputados e ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Notícias STF

Quarta-feira, 09 de Abril de 2008

STF envia para justiça federal em Roraima ação sobre área indígena São Marcos

A Ação Cível Originária (ACO) 1006 foi devolvida para a 1ª Vara Federal judiciária de Roraima, onde deverá ser processada e julgada. A decisão, unânime, foi tomada na tarde desta quarta-feira (9) pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). A ação trata da posse e ocupação da área indígena São Marcos por diversas comunidades indígenas, no estado de Roraima.

O ministro Carlos Ayres Britto havia pedido vista do processo, para confirmar se a situação em questão nesse processo tinha alguma relação com a área indígena Raposa Serra do Sol, que tem diversas ações tramitando na Corte. Mas Ayres Britto afirmou ter concluído que são processos distintos, sem relação.

O ministro decidiu acompanhar o voto do relator da ação, ministro Marco Aurélio, que no início do julgamento, em setembro de 2007, afirmou não existir, no caso, interesse jurídico estatal. "A causa não tem dimensão federativa", frisou Ayres Britto, o que não atrairia a competência do Supremo para julgar a causa. Todos os ministros concordaram com a devolução dos autos para a justiça federal em Roraima.

Leia mais:

[13/09/07 - Pedido de vista adia julgamento de questão de ordem em ação sobre terras em Roraima](#)

Processos relacionados

[ACO 1006](#)

Notícias STF

Quinta-feira, 10 de Abril de 2008

STF mantém suspensa a desocupação da reserva indígena Raposa Serra do Sol

Por votação unânime, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) negou, nesta quinta-feira (10), pedido de liminar formulado pela União na Ação Cautelar (AC) 2014 e manteve sua decisão tomada ontem (9), no sentido de suspender operações policiais que tivessem por objetivo a desocupação de parte da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, ainda ocupada por não-índios. A decisão valerá até o julgamento de mérito de uma de várias ações propostas pelo governo de Roraima com objetivo de evitar a desocupação da área.

Diante da ameaça de conflito social na região, o relator da ação, ministro Carlos Ayres Britto, comprometeu-se a colocar a matéria em votação tão logo uma dessas ações esteja instruída com alegações da Advocacia Geral da União (AGU) e parecer da Procuradoria Geral da República (PGR). A ação cautelar 2009, julgada ontem, é a última da série, e foi protocolada no STF no último dia 7, estando agora na dependência da apresentação da ação principal a ela vinculada, o que deve ocorrer nos 30 dias posteriores à data do protocolo da AC. No entanto, o STF poderá decidir a questão ao julgar qualquer uma das ações com o mesmo objetivo

Decisão agora seria irreversível

O ministro Carlos Britto disse que a área em conflito representa apenas 1% de toda a reserva indígena Raposa Serra do Sol, tendo 99% dela já sido desocupada. Mas, segundo alega o governo estadual, a produção dos arroteiros lá instalados representa cerca de 6% de toda a economia do estado, e sua retirada poderá ter como consequência a redução da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em virtude do desaquecimento da economia, além de aumento do desemprego.

Tanto Britto quanto outros ministros, como Celso de Mello e Gilmar Mendes, ponderaram que a questão é delicada, porque envolve a retirada de boa parte da autonomia constitucional do estado, constituído, quase em 50% de seu território, por área indígena. Isto porque, em se tratando de área indígena localizada na fronteira, a responsabilidade pela administração é da União.

Britto relatou, também, que há divergência no estado sobre a desocupação da área. Ele mencionou o caso do general comandante da região militar, que a ela se opõe e adverte que o Brasil pode perder uma parte de Roraima, justamente parte da área em conflito que se localiza na fronteira com a Venezuela.

Diante desta situação e, também, tendo em vista a ameaça de conflito social na área, os ministros consideraram mais prudente negar a contracautela ajuizada pela União na AC 2014 e manter a decisão ontem adotada. Pesou também a consideração, levantada pelo ministro Ricardo Lewandowski, de que a concessão da contracautela, com a consequente mudança da decisão de ontem, tornaria a desocupação irreversível, pois não seria possível, posteriormente,

o tribunal reverter a situação ao estado em que ela se encontra no momento. Por isso, os ministros consideraram mais prudente aguardar cerca de 60 dias – prazo que Carlos Britto estimou até o julgamento do mérito de uma das ações principais envolvendo o assunto – para, então, tomar uma decisão definitiva, que não comporte mais reversão para o caso.

Neste contexto, o ministro Carlos Alberto Menezes Direito observou que a ameaça de conflito existe, de qualquer modo, com ou sem a desocupação. Por isso, ele considerou mais ponderado suspender a desocupação da parte restante da área, agora, para aguardar uma decisão definitiva.

Na sessão desta tarde, o advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, esclareceu que a operação de desocupação da área foi preparada durante um período de três meses que antecederam seu início, justamente para evitar maiores conflitos e risco para qualquer pessoa. Segundo ele, a suspensão da operação agora, justamente no momento de sua finalização, pode causar clamor dos índios e ameaça de conflito. Portanto, segundo ele, a situação emergencial demandaria a conclusão imediata da operação.

Os ministros consideraram que a presença da Força Nacional de Segurança e da Polícia Federal na área é legítima, dada a situação peculiar do Estado, e observaram que, uma vez presentes no local, ambas poderiam cuidar da segurança e evitar que a situação desande em conflito na região, até julgamento dela no mérito.

FK/LF

Leia mais:

09/04/08 - Impedida qualquer operação para retirada de não-índios da reserva Raposa Serra do Sol

Processos relacionados

AC 2014

CIMI

» Especiais » Raposa Serra do Sol

10/04/2008 01:57 - **Raposa Serra do Sol**

Decisão do STF legitima a omissão do Governo Federal

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifesta sua extrema preocupação com as graves conseqüências que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em relação à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, trará aos povos que vivem nesta área.

Hoje, 9 de abril, o STF, por unanimidade, concedeu medida liminar na Ação Cautelar proposta pelo Governo de Roraima. Desta forma, ficam suspensos todos os atos de desocupação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol até o julgamento do mérito da primeira ação contra a demarcação desta terra, que também tramita no STF. Com isso, a retirada dos invasores será protelada por tempo indeterminado.

Em razão de um acordo firmado com os arroteiros, na tarde de hoje, o Governo suspendeu a Operação Upakaton 3, destinada a retirar os invasores da TI. Esta decisão já causou preocupação aos que apóiam a luta dos povos indígenas. Isto por que, uma anunciada "trégua" poderia representar uma manobra para se ganhar tempo, em vista dos esforços do Governo de Roraima no STF para obter uma decisão favorável aos invasores da terra indígena.

Na sessão do STF, chamou a atenção o fato do Procurador Geral da República não ter requerido a palavra para se manifestar sobre o caso, tendo em vista a gravidade da situação. Da mesma forma, percebeu-se que a União, embora ciente dos termos da Ação Cautelar, não providenciou os devidos e necessários esclarecimentos aos ministros.

Surpreendeu também que o ministro Carlos Brito, em razão de ser relator de vários processos envolvendo a demarcação da terra indígena, tenha submetido o pedido de concessão da medida liminar, sem prévia manifestação da União e do Ministério Público, acolhendo as alegações improcedentes do Governo de Roraima.

Desde que a Operação Upakaton 3 começou, há 15 dias, arroteiros e políticos de Roraima articularam ações violentas para tentar suspender a operação: quebraram pontes, queimaram malocas, interditaram estradas, jogaram bombas, ameaçaram de morte lideranças indígenas e incitaram a população local contra os povos que vivem na área, criando um clima de grande tensão. É incompreensível que o Governo Federal tenha negociado por tanto tempo com pessoas que praticam atos como estes e que a Suprema Corte reconheça como legítimas e legais as exigências deste mesmo grupo.

Se nada for feito para reverter as decisões tomadas hoje, a Presidência da República, o Ministério da Justiça e o STF estarão curvando-se diante da violência praticada pelos setores antiindígenas de Roraima, quando deveriam acabar com ela.

A Terra Indígena Raposa Serra do Sol, depois de mais de 30 anos de luta dos povos que ali vivem, foi homologada em 2005. Imediatamente após isso, os invasores deveriam ter sido retirados, conforme determinação constitucional. Diversas vezes, o Cimi se manifestou publicamente alertando que a demora do Governo em concluir a desintrusão da área poderia fortalecer os inimigos históricos dos índios de Roraima e desencadear a violência que está acontecendo naquele estado.

O Cimi aguarda que a Advocacia Geral da União (AGU) requeira a reconsideração da decisão liminar do Supremo, bem como espera que o STF reconsidere sua decisão.

Por fim, conclama todos e todas que lutam em defesa dos Direitos Humanos a apoiar os povos Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó e Patamona para evitar que novas agressões contra eles sejam praticadas. Também pede que todos manifestem suas preocupações aos ministros do Supremo Tribunal Federal e ao Governo Federal.

Itaici, Indaiatuba – SP, 9 de abril de 2008.

Conselho Indigenista Missionário

Demarcações estão acabando com Roraima, alerta general

José Maria Mayrink

O comandante do Exército na Amazônia, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, advertiu ontem, na abertura de um curso sobre segurança internacional e defesa - promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Universidade de São Paulo -, que o Brasil está caminhando para perder parte de Roraima, por causa da demarcação de terras indígenas.

“Roraima está acabando, porque o território indígena é maior que o do Estado”, disse o general, depois de criticar a política indigenista brasileira que, em sua avaliação, “está na contramão da sociedade, conduzida à luz de pessoas e ONGs estrangeiras”. Segundo o comandante da Amazônia, “não há consenso sobre a questão indígena nem mesmo na Funai”.

Interrompido várias vezes por aplausos de empresários, professores, militares e alunos, o general Heleno afirmou que os ianomâmis não precisam da terra contínua que, de acordo com a demarcação feita pelo governo, lhes foi atribuída contra parecer da Casa Militar.

O general Heleno criticou também restrições a atividades militares em terras indígenas. “Enquanto eu for comandante militar, minha tropa vai entrar onde for necessário”, disse, referindo-se à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com voto favorável do Brasil, que garante aos índios a posse e controle autônomo de territórios por eles ocupados.

“Segundo essa disposição, se um chefe ianomâmi resolver proclamar-se imperador, já que pode escolher o regime político, vamos ter de acatar sua decisão”, ironizou o general. “Estão instalando malocas onde não existem e distribuindo gado aos índios para, daqui a alguns anos, alegarem que essa terra sempre foi indígena.”

O comandante da Amazônia observou que um indício de que as ONGs estão por trás da questão indígena é que muitos índios não têm condições de formular reivindicações que fazem. “Há ONGs picaretas entre as 220 mil que atuam no Brasil.”

“Os índios querem ter TV, geladeira e internet”, afirmou o general Heleno, citando uma índia que disse seguir a tradição de seu povo, mas que quer ter os benefícios do século 21.

Referindo-se à reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde os não-índios deverão ser retirados pela Polícia Federal, advertiu que a situação é difícil, mas extrapola a ação do Exército, pois está nas mãos da Presidência da República e do Supremo Tribunal Federal. Ele disse estranhar que não haja problemas desse tipo em áreas indígenas como a de Dourados (MS), mas sim numa região onde há urânio e outras riquezas minerais.

Tensão na fronteira

Alexandre Garcia fala sobre o conflito para retirar produtores de arroz em uma reserva indígena em Roraima, que mobiliza a Justiça. É uma discussão antiga sobre a fronteira no norte do Brasil.

No Brasil, o conflito para retirar produtores de arroz em uma reserva indígena em Roraima mobiliza a Justiça. O Supremo Tribunal Federal suspendeu a operação da Polícia Federal para desocupar a área, mas a Advocacia-Geral da União entrou com recurso.

O Supremo vai julgar se houve ilegalidade no processo de demarcação das terras. É uma discussão antiga sobre a fronteira no norte do Brasil, que estaria ameaçada por causa desses acontecimentos.

Aliminar do Supremo pode ter evitado um banho de sangue entre brasileiros. Talvez não seja exagero comparar com o de Canudos e chama a atenção para a gravidade do que acontece na fronteira norte.

Os arrozeiros defendem seus interesses apoiados por aliados indígenas, com os quais convivem em parceria que gera alimento para os índios. Mas também se tornaram agentes de defesa da integridade territorial e da soberania nacional.

Acontece que essa e outras reservas estão na fronteira do Brasil com Guiana, Venezuela e Colômbia e podem se tornar territórios autônomos, sob a proteção da ONU. Em setembro, o Brasil assinou, nas Nações Unidas, a declaração da ONU sobre direitos dos povos indígenas, ainda não-referendada pelo Senado.

A declaração, garantindo direitos justos, dá autonomia que cerceia a presença do próprio Estado em seus territórios. Estando na fronteira, territórios assim podem ser risco à soberania e à integridade territorial.

O governo federal já sentiu que não pode chamar o Exército para intervir no conflito. Os militares consideram que só renunciando ao juramento pético de defesa à soberania nacional e à integridade territorial, poderiam intervir no caso.

A situação é grave. Cerca de mil resistentes - metade agricultores, metade indígenas - estão preparados com táticas de guerrilha para receber a polícia. Quatro pontes e uma balsa foram interditadas. Pistas de pouso foram bloqueadas com tambores. E a disposição expressa por arrozeiros e seus aliados índios é defender a terra ou morrer.

De 1.747 milhão de hectares da reserva, os arrozeiros usam 100 mil. Menos de 6% é o pomo dessa discórdia. O governador de Roraima, ao recorrer ao Supremo, buscou a solução mais sensata: vai permitir que se pare para pensar na gravidade da questão e no interesse nacional em jogo.

TRECHO DE NO CAMINHO COM MAIAKÓVSKI

Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem;
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.

Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

De Eduardo Alves da Costa – Atribuído a
Bertolt Brecht e Vladimir Maiakóvski

“Um dia vieram e levaram meu vizinho
que era judeu. Como não sou judeu, não
me incomodei.

No dia seguinte, vieram e levaram meu
outro vizinho que era comunista. Como
não sou comunista, não me incomodei .

No terceiro dia vieram e levaram meu
vizinho católico. Como não sou católico,
não me incomodei.

No quarto dia, vieram e me levaram; já
não havia mais ninguém para reclamar...”

Martin Niemöller, 1933

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Prorrogamos esta sessão por mais uma hora, para
que todos os oradores inscritos possam falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Pre-
sidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Quero me solidarizar com o esforço extraordinário do
Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima, para pro-
mover a justiça com relação aos problemas da terra
do seu Estado.

Veio-me à mente – V. Ex^a ainda confia na Justiça
– uma passagem. O Rei Frederico, da Prússia, em suas
andanças, viu um moinho muito bonito. Aproximou-se
da fazenda onde ele estava e quis adquirir o moinho,
para levá-lo para seu castelo. O fazendeiro disse-lhe
que não se desfazia dele, porque aquele moinho ti-
nha uma tradição: fora construído pelo seu avô, man-
tido pelo seu pai e conservado e zelado por ele. Aí o

Rei Frederico – atentai bem, Luiz Inácio! – disse para
aquele fazendeiro, para aquele proprietário de terra:
“Você sabe com quem está falando? Com Frederico da
Prússia. Vou levar o moinho”. Aí aquele alemão disse-
lhe: “Majestade, ainda há juizes em Berlim!”.

Então, Mozarildo, neste instante, V. Ex^a fala como
aquele homem, dono daquelas terras, diante dos po-
derosos que aí estão: “Ainda existem juizes em Bra-
sília”.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presi-
dente, se V. Ex^a me permitisse, gostaria de fazer uma
comunicação. Eu a farei em três minutos; não usarei
sequer os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
V. Ex^a está inscrito. Eu ia chamá-lo. V. Ex^a vai viajar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou via-
jar, mas volto amanhã, para, aqui, discutir todas essas
questões com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
A Senadora Rosalba já se manifestou. Também S. Ex^a
vai viajar agora. Eu vou falar também.

Senador Mozarildo, convido V. Ex^a para presidir
os trabalhos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

V. Ex^a, Senador Paim, fala como o Senador mais
vitorioso da história deste Senado. Ontem, V. Ex^a aten-
deu ao clamor dos nossos trabalhadores aposentados,
que sofriam com a injustiça praticada contra eles. V.
Ex^a nos liderou. Portanto, ontem, escrevemos uma
das páginas mais belas desta Casa. Vamos restituir,
embora com atraso, os direitos dos aposentados, que
reconquistam os merecidos ganhos.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma
comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Se-
nador Mão Santa, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a,
o Senador Mozarildo e o Senador João Pedro, que
estiveram na mesma trincheira conosco pela aprova-
ção tanto da proposta que garante aos aposentados
e pensionistas o mesmo percentual do salário mínimo
quanto da proposta do fim do fator previdenciário, que
reduzia o benefício de 30 milhões de brasileiros em
até 40%, no caso da mulher, e em até 35%, no caso
do homem. Cumprimento V. Ex^as pelo apoio, como
cumprimento todos os Líderes.

O Senador Geraldo Mesquita Júnior, ainda hoje,
falava comigo que o papel do Senador Garibaldi foi
fundamental, porque foi S. Ex^a quem articulou a pos-
sibilidade de o acordo acontecer. Votamos, por una-
nimidade, os dois projetos, ou seja, o que trata do fim
do fator previdenciário e o que trata dos aposentados,
para que estes pudessem receber o mesmo percent-
ual dado ao salário mínimo. Como todos os Partidos

os aprovaram, tenho a certeza de que a Câmara dos Deputados vai referendar essas duas propostas.

Sr. Presidente, recentemente, fiz um pronunciamento sobre o fim do foro privilegiado. Foram tantas as correspondências, que quero retomar o tema, de forma rápida, dizendo que sempre defendemos a questão do fim do foro privilegiado, como forma, inclusive, de fortalecer o próprio Parlamento. Entendo que o fim do foro privilegiado segue a linha do princípio da igualdade, pois todos terão direitos iguais e serão julgados da mesma forma.

Sr. Presidente, fazemos isso, neste momento, para, mais uma vez, somarmo-nos a muitas entidades que estão nessa caminhada, em nível nacional, com esse objetivo.

Lembro que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em assembléia-geral, aprovou, ano passado, moção de apoio pelo fim do foro privilegiado, que diz:

O Foro Privilegiado é um impedimento à responsabilização pública das autoridades, nos diferentes Poderes da República e em todos os níveis da Federação. Sua revogação é imprescindível para o fortalecimento da democracia e para o cumprimento dos direitos básicos de cidadania.

Sr. Presidente, estas são palavras do grande e respeitável Norberto Bobbio: "...o regime democrático requer a transição da lente '*ex parte príncipe*' para a lente '*ex parte populi*'. Não dá para concordar com a manutenção do foro privilegiado, isto é, o regime democrático requer a transformação de paradigmas, no sentido de romper com uma perspectiva inspirada na ótica do Estado e no interesse dos seus dirigentes, para dar um olhar maior, inspirando-se na ótica da cidadania e dos direitos dos cidadãos. Tal dizer, Sr. Presidente, caminha no sentido de que estamos nessa bela caminhada em nome da democracia, da liberdade, da justiça e dos direitos iguais para todos.

Acredito, Sr. Presidente – e aqui encerro –, que seja um clamor de toda a sociedade o fim dessa prerrogativa, o que, tenho a certeza, há de fortalecer ainda mais as instituições e o próprio Congresso Nacional.

Agradeço a V. Ex^a e lhe peço que considere na íntegra este meu pronunciamento.

Amanhã, estarei aqui, para continuarmos o debate de todos os temas que, com certeza, fortalecem o Senado da República.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, nós que sempre defendemos a moralidade e a ética no parlamento.

Nós que sempre defendemos o princípio da igualdade entre os cidadãos.

Queremos voltar à questão do Foro Privilegiado, assunto trazido por nós a esta Tribuna na última terça-feira.

Fazemos isso principalmente pelas correspondências que temos recebido e por ser um assunto que está nas rodas de qualquer discussão do cidadão e da cidadã brasileira.

As inúmeras exceções trazidas no texto constitucional fazem com que tal instituto jurídico tenha recebido críticas pela nossa sociedade.

O foro por prerrogativa de função foi criado em razão do cargo ou mandato, com o objetivo de proteger o ente público, como uma forma de garantia, porém tem sido utilizado como privilégio pessoal como forma de evitar possíveis condenações.

O movimento "Juizes contra a Corrupção", promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), no ano passado, propunha o fim dessa imunidade parlamentar como forma de combate a corrupção e a impunidade.

De acordo com o estudo realizado em 2007 pela AMB, dos 130 processos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal (STF), em quase 20 anos, apenas seis foram julgados e não houve nenhuma condenação.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), dos 483 processos, houve 16 julgamentos com cinco condenações.

O Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Rodrigo Collaço, apresentou um estudo que defende a convocação de juizes e desembargadores para realizar a instrução dos processos e agilizar as ações. O estudo realizado sugere também outras medidas para ajudar no combate à corrupção.

Importante lembrar que durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte alguns parlamentares já defendiam o fim de tal previsão na atual constituição brasileira, porém a idéia não encontrou eco entre os 559 congressistas.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, por unanimidade, no dia 18 de março a admissibilidade de duas PECs que propõe o fim ao arcaico instituto do foro privilegiado para autoridades de todos os níveis nos casos de crime comum.

Segundo o deputado federal Marcelo Itagiba, autor da PEC 130/2007, "Nada pode autorizar mais o desequilíbrio entre os cidadãos da República, do que o reconhecimento da prerrogativa de foro, perante o Supremo Tribunal Federal ou quaisquer outras cortes,

nos ilícitos penais comuns, ou em favor de quem quer que seja.”

Para o parlamentar a prerrogativa de foro em razão de cargo ou mandato já se descaracterizou em sua essência e se tornou hoje condição de inaceitável privilégio pessoal.

A questão é controversa e vem sendo discutida por ministros, juristas, magistrados, doutrinadores, sociólogos e por toda a sociedade civil.

Acredito que não podemos ficar alheios aos acontecimentos e a esse importante debate.

A meu ver a previsão de prerrogativa de foro fere os princípios constitucionais da democracia, da igualdade e do juiz natural.

Creio que, se desejamos uma sociedade igualitária, não podemos defender essa situação vantajosa em relação ao cidadão comum, sob pena de ferirmos os princípios basilares previstos na nossa Carta Magna.

Entendo que o foro privilegiado não tem nenhuma justificativa ética, moral ou política.

É um privilégio que, lamentavelmente, vem se perpetuando nos textos constitucionais brasileiros.

Os agentes públicos não têm o direito de se protegerem pelas garantias de um cargo.

Entendo que o foro privilegiado é uma proteção inescrupulosa aos mandatos eletivos, que fere os princípios republicanos e nos faz lembrar o período imperial.

Todos nós sabemos que existem pessoas que procuram no mandato popular a proteção para se verem livres do julgamento na justiça comum.

Fomos eleitos pelo povo, pelo cidadão comum e não temos o direito de querermos ser melhor que alguém. Não podemos permitir que esta situação continue vigorando em nosso País.

Minhas idéias em relação a tal prerrogativa têm como base o Direito Comparado.

A Constituição Argentina, por exemplo, limita a prerrogativa aos embaixadores e membros de embaixadas estrangeiras.

Para os italianos, a prerrogativa de foro foi abolida em 1993, quando foram descobertos inúmeros megaescândalos de corrupção, ficando restrita apenas ao Presidente da República.

Vale lembrar um fato curioso que ocorreu naquele país.

O primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi assumiu o mandato de 2001 a 2006 com diversas acusações contra ele. Neste período é aprovada uma lei casuística que garante foro especial a cinco altos cargos, entre eles o de primeiro-ministro.

Porém, a alta instância da justiça italiana não se curvou ao homem mais rico e mais poderoso daquele país.

Decretou a inconstitucionalidade de tal norma legal, com a justificativa de que a imunidade violava o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei.

Na França, a constituição de 1958, restringiu a competência Alta Corte de Justiça apenas aos crimes funcionais dos ministros.

Na Espanha deputados, senadores, o Presidente e demais membros do governo possuem tal prerrogativa.

Os norte-americanos não têm foro privilegiado. Todos devem lembrar que o presidente Bill Clinton, acusado de assédio sexual, foi julgado por um juiz comum.

Por fim, as Constituições de outros países, independente do sistema de governo, contém algumas previsões de foro especial, porém, em nenhuma delas com a amplitude consignada na constituição brasileira.

Acredito que é preciso frear o descaso com a coisa pública. É preciso acabar com esse privilégio constitucional.

O foro por prerrogativa de função fere os princípios democráticos segundo o qual a lei deve ser aplicada da mesma forma para todos os cidadãos, independentemente da posição social ou do cargo que ocupam.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Assembléia Geral, aprovou no ano passado moção de apoio pelo fim do foro privilegiado.

Para a SBPC:

“O Foro Privilegiado é um impedimento à responsabilização pública das autoridades, nos diferentes poderes da República e em todos os níveis da Federação. Sua revogação é imprescindível para o fortalecimento da democracia e para o cumprimento dos direitos básicos de cidadania”

Outras instituições tanto públicas como privadas tem se manifestado desta mesma forma.

No dizer de Norberto Bobbi o regime democrático requer a transição da lente ex parte príncipe para a lente ex parte populi.

Isto é, o regime democrático requer a transformação de paradigmas, no sentido de romper com uma perspectiva inspirada na ótica do Estado e no interesse dos seus dirigentes para um olhar maior, inspirada na ótica da cidadania e dos direitos dos cidadãos.

Tal dizer caminha no sentido de que as autoridades não podem se considerar intocáveis e imunes às responsabilizações na esfera pública.

Acredito que seja um clamor da sociedade o fim dessa prerrogativa e nós não podemos, neste momento, nos isentar desta discussão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os **Requerimentos nºs 398 e 416, de 2008**, de autoria, respectivamente, dos Senadores Valdir Raupp e César Borges, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em sessão anterior foi lido o **Requerimento nº 376, de 2008**, do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial, destinada a homenagear os 120 anos da promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência comunica que a homenagem será realizada no dia 13 de maio, às 10 horas.

O Requerimento nº 1.402, de 2007, com o mesmo objetivo, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Wellington Salgado, V. Ex^a está pedindo a palavra pela ordem?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Da forma como V. Ex^a autorizar: pela ordem ou para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já pediu a palavra e foi anunciado o Senador João Pedro.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, ouviremos o Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Passo a Presidência ao Mozarildo Cavalcanti para esta importante decisão.

O Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador João Pedro, do Estado do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei rápido.

Gostaria de registrar, nesta noite, no Senado da República, que eu me ausentei da Casa por três dias – segunda, terça e quarta-feira, próximas passadas –, atendendo a um convite do Parlamento Amazônico. E V. Ex^a acabou de registrar há pouco a realização do Parlamento Amazônico, mas o nosso, que se reúne lá no Amapá. Espero que seja um evento exitoso, pois, se juntarmos os nove Estados da Federação que compõem a Amazônia, com certeza, idéias magníficas surgirão. O que não falta é assunto para defendermos a nossa Amazônia.

Mas participei, na segunda, terça e quarta-feira, em Lima, no Peru, do Parlamento Amazônico, que tem como Presidente a Deputada Federal da Bolívia, Ana Lúcia Reis. Ela estava presente na reunião, assim como Senadores da Colômbia, Deputados Federais do Peru, da Venezuela e da Bolívia. Outros Parlamentares também foram convidados.

Formalmente, o Brasil não participa do Parlamento Amazônico. É uma falha nossa. Precisamos participar formalmente. Não pode um país com todo esse território amazônico não participar do Parlamento Amazônico, criado em 1989, em Lima, no Peru. Em seguida, houve um grande evento, com certeza V. Ex^a participou, em Manaus, sobre o Parlamento Amazônico.

Registro aqui o evento realizado em Lima. O principal ponto da discussão foi a questão ambiental, a questão territorial e a rearticulação do Parlamento Amazônico. Precisamos – e foi a preocupação externa da por todos os Parlamentares, Deputados e Senadores, que estiveram em Lima – rearticular o Parlamento Amazônico, notadamente num momento tão especial como este, do ponto de vista dos debates internacional e nacional, haja vista o evento que está acontecendo no Amapá. O Brasil está discutindo a Amazônia.

Hoje, fui eleito vice-presidente de uma comissão especial para observar e discutir com a sociedade dos municípios que compõem o Arco de Fogo, na nossa região. Ou seja, há um debate intenso sobre a Amazônia. V. Ex^a abordou um tema que diz respeito à territorialidade, à autonomia dos povos indígenas, ao capitalismo no campo, ao emprego em seu Estado.

Portanto, registro aqui o evento realizado em Lima, durante dois dias – dias 7 e 8. Foi proveitoso porque discutimos a rearticulação do Parlamento Amazônico e tiramos um indicativo, Presidente Mozarildo Cavalcanti – e eu me refiro a V. Ex^a que é um Senador da Amazônia, do Estado de Roraima. Em outubro, haverá uma segunda reunião do Parlamento Amazônico,

provavelmente na cidade de Manaus, capital do meu querido Estado.

É hora de todos nós, representantes da Amazônia, Deputados Federais, Senadores, sociedade civil, reorganizarmos o Parlamento Amazônico no sentido de ser mais um espaço e um foro legítimo em que possamos discutir o homem, a mulher, a energia, a renda, a água, os povos indígenas, a pesquisa e a tecnologia da nossa Amazônia. E não apenas da Amazônia brasileira, mas da Amazônia dos países que fazem parte do Pacto Amazônico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador João Pedro, concordo com V. Ex^a. Tive a oportunidade, inclusive, de receber, no ano passado, o Presidente do Parlamento Amazônico, da Pan-Amazônia, isto é, dos países da América do Sul que estão na região amazônica. E concordo com V. Ex^a no sentido de que temos de fazer um esforço grande para ter o Brasil representado nesse Parlamento. É inacreditável que o País que tem a maior área da Amazônia entre todos os outros países que a compõem não participe do Parlamento Amazônico.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Farei o registro de três importantes efemérides ocorridas na última segunda-feira, 7 de abril, Dia do Jornalista: enquanto, no Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), comemorou 100 anos de fundação, em Brasília, **Correio de Uberlândia**, em sessão solene, presidida pelo ilustre Deputado Gilmar Machado, recebeu a medalha de honra ao mérito pela comemoração dos seus 70 anos.

Como Senador da República representando Minas Gerais e especialmente o Triângulo Mineiro, quero, em particular, parabenizar a equipe do jornal *Correio* e também a família Algar, o Sr. Luiz Alberto Garcia e Luiz Alexandre Garcia, empresários de Uberlândia, cidade que é uma das mais prósperas do Brasil e que tenho a honra de representar. Quero ainda parabenizar o Deputado Gilmar Machado pela iniciativa de homenagear o nosso **Correio de Uberlândia**.

Com 70 anos de publicação e mais de 50 mil leitores, o jornal **Correio** está entre os grandes diários de circulação nacional e é um instrumento de importância histórica, que retrata os fatos mais relevantes de Uberlândia, do Triângulo, de Minas e do País, além de levar à população informação de qualidade e a discussão dos temas fundamentais para o desenvolvimento da nossa região. Em suas páginas, estão todos os acon-

tecimentos culturais, sociais, esportivos e econômicos. Seu arquivo guarda a história do povo uberlandense. Por isso, podemos dizer que a história do jornal **Correio** confunde-se com a trajetória de Uberlândia e do Triângulo Mineiro.

E não posso deixar também de ressaltar a importância do Sr. Alexandrino Garcia para Uberlândia e para o Brasil. Um empresário de visão, um pioneiro que contribuiu para que Uberlândia se transformasse em uma cidade desenvolvimentista. Além de ter dirigido o jornal **Correio do Triângulo**, logo após o seu lançamento, Alexandrino fundou, em 1954, a CTBC, com o desejo de levar a telefonia para o Brasil Central, e deu início à história de sucesso de um dos maiores grupos empresariais do País: o Algar. Grupo que, em 1986, assumiu o jornal **Correio do Triângulo**. A CTBC (Cia. Telefônica do Brasil Central) foi a primeira companhia telefônica privada do País, e é hoje a única operadora com mais de 50 anos de atuação.

A cidade de Uberlândia é, sem dúvida, referência na área de telecomunicações, e o jornal **Correio** um orgulho para toda a população de Uberlândia e do Triângulo Mineiro.

Era o que tinha a comunicar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de passar a palavra ao Senador Mão Santa, a Presidência esclarece ao Plenário que, de acordo com o Ato da Mesa nº 1, de 1997, ficou estabelecido que só seriam aprovados dois requerimentos de homenagem por mês, para o Período do Expediente e/ou Sessão Especial.

No entanto, há sobre a mesa requerimento neste sentido que, se não houver objeção do Plenário, será colocado em votação.

Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 223, de 2008**, do Senador Paulo Paim e de outros Srs. Senadores, solicitando realização de Sessão Especial do Senado, a realizar-se no dia 22 de abril, destinada a homenagear o aposentado do serviço público.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão de 10 de abril, quinta-feira, às 18h49, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Paulo Paim, ontem foi um dia muito

bonito para a democracia. Este Poder aguçou, plantou leis boas e justas.

V. Ex^a foi um jardineiro muito eficiente, muito competente. Sua lei visa a minorar o sofrimento dos nossos velhinhos aposentados, injustiçados, sofridos, enganados, maltratados, justamente quando o Poder Executivo, não tendo bom entendimento da democracia, fez nascer uma medida provisória de uma reforma previdenciária perversa, que V. Ex^a minimizou com a PEC Paralela.

Foi gratificante, para mim, ser o Relator de uma delas: a do fator previdenciário, que V. Ex^a ontem traduziu com muita competência ao dizer que o Brasil era o único país em que havia isso. E não podemos ficar na história como o único país que trata mal os velhinhos aposentados. Então, V. Ex^a redimiu e escreveu essa história.

Também nós médicos aqui avançamos numa melhor assistência à saúde. Lembro-me, Mozarildo, de que, quando governava o Piauí, fui convidado para vir à Comissão de Assuntos Econômicos, para opinar sobre aquela Medida Provisória nº 29. Na época, realmente, com franqueza, disse que, naquele instante, o Governo só gastava 7,5% do PIB em recursos para a saúde e que aquilo deveria ser implantado gradativamente, para que o Governo se preparasse. E faz um bocadinho de tempo; só aqui, estamos, há mais de cinco anos e três meses.

Ontem, então, foi um dia de grandeza, em que avançamos: 8,5% do PIB, 9%, 9,5% e 10%. Atentai bem, Senador Mozarildo Cavalcanti, à educação – de Pedro Calmon, João Calmon e Darcy Ribeiro – deu-se a parcela justa de 25% dos tributos da Constituição. E à saúde se estava a dever.

Ontem, então, avançamos muito, mas, Senador Paulo Paim, preocupa-me ainda o nosso Luiz Inácio. Ele precisa de um Richelieu lá. Foi um momento muito infeliz dele, quando, lá no interior do Nordeste, no interior do Ceará, vizinho ao meu Piauí, estimulado não sei por quem, já discursava em campanha política e dizia: “Esse juizinho não pode meter o bico na política. Se ele quiser, que saia e venha se candidatar a vereador”. Paim, os Poderes têm de ser equipotentes, iguais, harmônicos.

O Mozarildo, hoje, fez um brilhante e corajoso pronunciamento, mostrando que devemos fortalecer o Poder Judiciário.

Mitterrand, Paim – V. Ex^a tem a sabedoria de Mitterrand, a luta de Mitterrand –, líder sindicalista, sofrido, apanhou muitas vezes, chegou a perder no primeiro turno de Giscard d’Estaing. Mozarildo, Giscard d’Estaing era do partido de Charles de Gaulle, brilhante, sete anos Presidente da França. Ganhou no

primeiro turno. Mitterrand, num jogo de inteligência, diminuiu as horas de trabalho do funcionário público, de oito para cinco horas, e ofereceu uma vacância. Dando promessa de emprego, ganhou. E aquele homem, na França, onde nasceu a democracia, no fim de sua vida, com câncer, moribundo, escreveu seu último livro, que eu li. Mitterrand não tinha mais forças e pediu a um companheiro dele, Prêmio Nobel de Literatura, que o ajudasse. Numa hora lá, ele diz: “Quero dar uma mensagem aos governantes futuros: fortaleci os contrapoderes”. Quer dizer, o presidente deve fortalecer os contrapoderes.

É sobre isso, Paim, que gostaria que o nosso Presidente meditasse. Mitterrand tinha sofrido mais do que ele para chegar ao poder, governou mais tempo e terminou sua vida com esta mensagem: para os futuros governantes fortalecerem os contrapoderes.

Os instantes em que fomos autênticos aqui fizeram nascer duas leis boas e justas, e V. Ex^a, como jardineiro, tem de estar atento para que elas floresçam e tragam os frutos.

O Mozarildo, hoje, clamava a esperança que se tem no Poder Judiciário. Não foi um momento feliz quando o Presidente disse: “Desça daí e se candidate a vereador”.

Aristóteles, lá onde nasceu essa confusão da democracia, na Grécia, disse, Mozarildo: “Que a coroa da justiça brilhe mais do que a coroa dos reis e esteja mais alta do que a coroa dos santos”. E o próprio Filho de Deus, quando passou no mundo, disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. “Justiça é o pão de que mais a humanidade necessita”. Não sou eu, foi Montaigne quem disse – não vou roubar isso. Mas são fundamentos que temos de consolidar.

Quando eu disse, Paulo Paim... E como deu confusão! Como fui incompreendido! Botaram como se eu tivesse atacado a mulher, como se a tivesse desrespeitado. Abençoado por Nossa Senhora, aqui sempre disse ter uma mãe santa. E, na minha vida, gosto de Deus porque Ele fez uma mulher para mim, Adalgisa, para abraçá-la e beijá-la, há 40 anos. Deus é tão bom que, de quatro filhos, Paim, botou três mulheres; de sete netos, quatro mulheres. Gastei a minha vida para buscar ciência para a consciência e, com a ciência e a consciência, servir a minha gente. Mozarildo, minha vida de ginecologista e obstetra, ajudando na hora da dor, do sofrimento.

Eu dizia que não é só enganar, cacarejar, mentir: é a verdade. Então, o Mozarildo levou o clamor, o drama, o sofrimento do Governo, que não se está irradiando por todo o Brasil.

Quero trazer aqui, Luiz Inácio...

Mozarildo, V. Ex^a foi Deputado? Eu também fui. Fui prefeitinho, governador, deputado e senador. Então, o Luiz Inácio há de convir que é um bocado de experiência. E médico de mulheres a vida toda, ginecologista e obstetra. Imagine, em uma Santa Casa, quantas mulheres eu ajudei a dar à luz! Então, cacarejam, insultam, ofendem e fogem da verdade, mas a verdade é a que está aqui. Como o Mozarildo veio lá de Roraima, eu vim do Piauí.

Um Deputado Estadual enviou um discurso. Não sou de fazer discurso escrito, mas ele mandou. É a realidade. Foi um Deputado Estadual do Piauí, onde o Governador é do PT. Eu votei nele, no Presidente. Então, tenho um discurso. V. Ex^a leu aqui, e eu vou ler o discurso do Deputado Estadual do Piauí.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Temas de grande importância que aparecem de novo para serem discutidos, nem parece que nós já estamos no sexto ano do Governo do PT no Piauí. É possível que esses temas apareçam justamente porque o Governador do Estado não tem dado a devida atenção aos problemas de infra-estrutura deste Estado.

Fala o Deputado Roncalli Paulo, de família tradicional. Seu irmão mais velho, Sabino Paulo, foi Deputado comigo, engenheiro – hoje, é do Tribunal de Contas. Então, tradicional, do interior, da terra de São João. Ele diz o seguinte:

(...) apareçam justamente porque o Governador não tem dado a devida atenção aos problemas de infra-estrutura deste Estado.

Venho hoje a esta tribuna fazer novamente um apelo ao Governador (...) [do Piauí]. Um apelo em nome de uma pequena parcela da população do Estado, mas que é responsável pelo Piauí produtivo. Estou aqui hoje para falar em nome dos produtores dos cerrados e dos caminhoneiros que transportam esta produção.

E não é só ele, não.

Os Deputados Edson Ferreira [de São Raimundo Nonato] e João Madison [de Corrente, do PMDB] já estiveram aqui falando sobre as péssimas condições das estradas que cortam a região dos cerrados do Piauí. Mas o que trago hoje a esta tribuna são informações que chocam. Informações que nos fazem refletir e trazem sérias preocupações.

É só cacarejar, só mentira. Essa é a realidade.

Senhoras e senhores [esse é o Deputado Roncalli Paulo, do Piauí], quero falar sobre a situação de abandono em que se encontram as

estradas que cortam a região mas produtiva do Piauí. São mais de 700 mil toneladas de grãos colhidas e que os produtores enfrentam todas as dificuldades possíveis para transportar.

Os principais eixos escoadores da produção de soja do Piauí estão intrafegáveis. Isso é resultado do descaso na manutenção das estradas que com inverno rigoroso ficaram intrafegáveis. O eixo Gilbués/Santa Filomena na PI-254, eixo Sebastião Leal à PI-254, eixo Uruçuí/Bertolínea PI-247, sem falar nas péssimas condições do eixo coletor da Transcarrados, de mais de 300 quilômetros, que atravessa as serras de Estiva, serra do Uruçuí e serra do Quilombo. E do trecho da BR-135 que liga Bom Jesus à serra do Quilombo. E ainda sem falar no eixo PI-391, região de Cruzeta da Pratinha em Uruçuí.

São estradas que cortam mais de 8 milhões de hectares produtivos e que não tiveram a devida atenção do Governo do Estado [Governo do PT e, conseqüentemente, do Governo Federal]. São estradas, e pasmem senhores, onde se gastam mais de seis horas...

Atentai. Na de vocês, não se pode nem entrar de noite porque não deixam, tal a desorganização neste País. É em Roraima, atentai bem. Um brasileiro e uma brasileira não podem transitar pelas estradas à noite porque os índios as fecham. Isso tem de vir à tona. Hoje, o Senador Mozarildo Cavalcanti trouxe a questão.

“... mais de seis horas para percorrer 100 quilômetros, de caminhonete”. Ô Luiz Inácio, não vamos cacarejar, não. Não dá!

Diz aqui Roncalli Paulo:

“... mais de 6 horas para percorrer trechos de 100 quilômetros, de caminhonete, avaliem quanto tempo e o tamanho do prejuízo de não ter o produtor para retirar sua carga.

Este é um exemplo apenas do caso da estrada que liga Gilbués a Santa Filomena.

São trechos, Senhoras e Senhores, onde hoje um produtor e um caminhoneiro chegam a pagar R\$100 para que tratores retirem cargas do atoleiro. O desespero dos produtores é imensurável.

São relatos que me trouxeram os próprios produtores da região.

Bota aí. Olha aqui. Olha aqui, Luiz Inácio! Em verdade em verdade vos digo – assim falava Cristo. Está aqui um trator e um carreto de um caminhão. Não

é fazendo estrada, não. É rebocado. Então, eles têm que um trator... Luiz Inácio, atentai bem!

Mozarildo, Pedro II governou este País – o estadista Pedro II; compre o livro *As Barbas do Imperador*, escrito por uma mulher, pesquisadora. Ele só viajou três vezes, em 49 anos: uma para o Egito, outra para Europa e outra para a América. Três: uma, duas e três. Luiz Inácio, em 49 anos, Pedro II só viajou três vezes. Uma dessas, ele escreveu: “Izabel, minha filha, lembre-se de que o maior presente que você pode dar a um povo é uma estrada”. Estrada, a importância; nós já aprendemos, Luiz Inácio! Pedro II: “Izabel, minha filha, lembre-se...” – porque ela ficou governando; foi muito bom o governo de uma mulher; que mulher!: política, inteligente, brava e brilhante. Isso, sim! Isso nos inspira, essa mulher! Essa mulher brilhante! Num desses lances, ela libertou os escravos. E o seu pai mandou uma carta: “Lembre-se de que o melhor presente que você pode dar para um povo é uma estrada”. Depois, veio outro Presidente da República, Luiz Inácio, e disse: “Governar é fazer estradas” – Washington Luís. Depois veio o nosso Juscelino Kubitschek, que governou Belo Horizonte, Minas e o Brasil com o binômio: energia e transporte.

É isso que nós queremos pedir, e o Roncalli Paulo.

Está aqui o trator. Olha como está o Piauí: plantam a soja, mas tem de ter o trator e pagar, nos pontos críticos, para rebocar. Está aqui a fotografia: os tratores rebocando nos cerrados, puxando as carretas. Tem lá nos pontos críticos. O cara lá está ganhando a vida, com trator para rebocar as carretas.

E o Governo do Estado se recusa até mesmo a ajudar com o abastecimento de combustível para os tratores que os próprios produtores colocaram à disposição do DER para realizar os reparos das estradas. [São os próprios produtores! Roncalli Paulo, Deputado Estadual.]

Na Cooperativa Nova Santa Rosa está apenas um dos exemplos do prejuízo que as condições dessas estradas podem causar para o Estado. As dificuldades do escoamento da safra podem culminar na perda de mais de 200 mil toneladas de soja. Isto porque a capacidade de armazenamento das fazendas não suporta a grande produção sem o escoamento.

Evidentemente, o inverno bom para os grãos; mas não tem armazenamento, não tem transporte. Então, caiu o preço. Viu, Mozarildo? Caiu o preço. Era R\$ 50,00 e já estão vendendo por R\$ 30,00. Não tem lugar para armazenar, e o homem do campo, infelicitado.

O prejuízo não é só para a produção. A população destas regiões sofre com a majoração de preços dos produtos. A alegação dos empresários é a mesma, as péssimas estradas tornam as cargas mais caras.

Eu quero ainda chamar a atenção ao fato de que é mais fácil realizar a manutenção das estradas do que refazê-las, já que um quilômetro de estrada naquela região pode custar até R\$200 mil.

Além do prejuízo, o resultado de todo este descaso vem sendo a revolta dos produtores, que hoje questionam a atenção que o Governo do Estado vem dando àquela região [é porque o Governador é do PT...].

Sem poder questionar e sem serem atendidos pelo Governo, os produtores encontram em placas que se espalham ao longo das estradas que cortam os cerrados com os seguintes dizeres...

Tem placa, Mozarildo. Olha aqui, esse Deputado é bom mesmo, Deputado Roncalli. Olha a placa aqui. Olha escrito aqui, Mozarildo. Bota lá, grandão, para ver aquilo lá. Olha aí as placas... Os produtores foram homens que saíram... No meu Governo, só num dia chegaram 300 famílias gaúchas. A Cooperativa Cotrirosa. Foram com a esperança, com a experiência dos seus avós e pais, que não tinham mais terra, foram para o Piauí produzir e trabalhar. Olha o que eles escrevem aqui nas placas. Está aqui a fotografia. Bota lá:

Estrada Transcerrado também conhecida como estrada da vergonha e das promessas (interditado). Por abandono, falta de visão do Ministério Público, Transporte, Dnit, falta de respeito com o cidadão, falta de interesse de trabalhar e licitar. Futuro maior anel de soja, corredor da produção do Brasil e do mundo esquecido no tempo.

Trecho entre Perfil Paulista, Cotrirosa, Laranjeira, Ubirajá, Quilombo, Gilbués (isolados). Sujeito a paralisação a qualquer momento, por tempo indeterminado, por agricultores/moradores. Movimento pela divisão do sul do Piauí e formação de um Estado novo Gurguéia. (sic)

Está aqui a placa. São eles, esses homens que saíram do Sul, com a sua competência, com a cultura dos seus avós, foram adquirir terras. Olhem as placas.

Outra placa escrita aqui, citada pelo Deputado:

Empresários, agricultores e caminhoneiros, bem-vindos ao maior chapadão agrícola do Brasil e do mundo. Acima de nove milhões de hectares agrícolas. Estrada Transcerrados eleita a pior estrada do Brasil [a gente vê só cacarejar, propaganda. Está aqui]... e do mundo. É assim que governantes do Estado do Piauí dão incentivo e acolhem a quem vem produ-

zir, trabalhar e gerar divisas ao futuro maior seleiro da produção agrícola da última maior fronteira do Brasil e do mundo.

Esta é a revolta do produtor. E que nos revolta também e eu apelo novamente à Senhora Diretora do DER [...], ao Senhor Diretor do Dnit [...], que olhem para aquela região com mais atenção.

Apelo para o Senhor Governador.

Apelo para que ele deixe de ir àquela região de avião e vá de carro, ou melhor de carreta. Talvez assim sentindo na pele o drama que hoje sentem os produtores, os caminhoneiros e a população que usa aquelas estradas, os problemas se resolvam.

Apelo para que se pare de trazer ao Piauí Ministros para assinar ordem de serviço de estradas com trechos de menos de cinco quilômetros.

Só indo, assinando papel, cacarejando, cacarejando.

Uma vergonha. O Governo comemorar a vinda de um Ministro que visita obras inacabadas, obras que há anos esperam por recursos federais, como a Ponte do Sesquicentenário.

Mozarildo, sesquicentenário são 150 anos. Teresina vai fazer 158 anos.

Brasileiros e brasileiras, isso é Governo? Olha, eu fiz... Vou ser justo. O Heráclito fez uma ponte, no mesmo rio, em 100 dias. Eu, brincadeira, governei... Ele foi Prefeito de Teresina, e eu Governador. Aí, eu fiz uma em 90 dias – mas não dá rivalidade – com engenheiro do Piauí, Engenheiro Lourival Parente, construtora do Piauí, operários e dinheiro do Piauí. Na comemoração dos 150 anos, eles prometeram. Teresina vai fazer 158, e só o esqueleto, só cacarejando.

Dizem que tem aeroporto internacional, Mozarildo, na minha cidade. Olha, não tem mais nem tecoteco. Em São Raimundo Nonato só tem jumento na pista. É só cacarejar, mentir. Aí, falam de galinha. As galinhas cacarejam uma verdadeira obra. Elas põem ovos. Isso aqui é só mentira. Essa é que a diferença! Essa é que é a diferença!

Está aqui o Deputado:

Uma vergonha. O Governo comemorar a vinda de um Ministro que visita obras inacabadas, obras que há anos esperam por recursos federais, como a Ponte do Sesquicentenário.

“Uma vergonha!” Isso é o Deputado Estadual. Não gosto de ler discurso. Falo do coração, do conhecido. Estou lendo um discurso do Deputado Estadual Roncalli Paulo, com um aparte do Deputado Edson Ferreira, dos Democratas, e João Mádisson, do PMDB.

O Governo comemorar a vinda de um Ministro para realizar assinatura de ordens de serviço e obras que ficam muito aquém do que andam realizando, com recursos próprios...

As obras que eles anunciam são menos que as obras com recursos próprios de muitos Prefeitos do Piauí. Só demagogia. Vão lá e...

Como foi esta semana recebida a Ministra do Turismo [É ele que está dizendo, não sou eu. Está ali o Eduardo Suplicy], Marta Suplicy. O que se gastou com a recepção da Ministra poderia ter sido revertido em investimentos nos cerrados, poderia ter sido gasto em óleo diesel para as máquinas das produtoras fazerem a manutenção das estradas.

É o Deputado Estadual do Piauí.

Como é que a gente pode chamar este Governo de Governo do desenvolvimento quando não se tem a infra-estrutura básica para o desenvolvimento, estradas e educação.

Falei aqui do problema dos produtores, e aproveito a oportunidade e abro a discussão para o drama dos professores da Universidade Estadual do Piauí, que estão desde o dia 17 de janeiro tentando falar com o Senhor Governador do PT.

Quer dizer, desde 17 de janeiro, e ainda não atendem os pobres professores.

Queríamos aqui apenas alertar. Está aqui no e-mail recebido:

Estou encaminhando o discurso a ser proferido na sessão de hoje na Assembléia Legislativa do Piauí e gostaria que esse tema fosse repercutido por ser de grande interesse para os que sofrem com os prejuízos causados pela má conservação das estradas na região dos Cerrados.

Então esse é o retrato.

O Luiz Inácio está viajando. D. Pedro II só fez três viagens. Getúlio Vargas também, umas três, e Getúlio governou por 19 anos – 15 e mais 4. Ele está viajando, eu não sei. Mas eu deixo aqui um apelo ao Ministro do Transporte, esse pronunciamento do Deputado Estadual, ao Ministro da Integração, que é do meu Partido, ao Ministro da Agricultura, que também é do meu Partido.

E nós queríamos então... quer dizer, além do sofrimento...

Eu queria lembrar ao Luiz Inácio o seguinte: esse Fernando Henrique Cardoso que está aí é um homem preparado. Estou dizendo porque também sou prepa-

rado, eu estudei muito Tenho 65 anos, e foram muitos quilômetros de livro, de páginas. Então, Mozarildo, Jack Welch – já ouviu falar de Jack Welch? – foi o maior administrador da GE. Bill Clinton, Luiz Inácio, sabidão... O americano gosta de jogar aquele golfe. Você já jogou, Mozarildo? Aquilo leva a manhã toda, entra pela tarde. É muito buraco. E o Bill Clinton convidava o Jack Welch, que é tido como o maior administrador. Então, Jack Welch diz em seus livros, que estão aí, que esse negócio de inventar era só para o Einstein. Ele mandava os técnicos dele percorrerem o mundo, e o que tinha de bom, ele copiava e fazia nas empresas dele.

Luiz Inácio, Fernando Henrique Cardoso sofreu um grande drama, que foi aquele negócio de apagão – eu não sei onde você estava Mozarildo, mas eu governava o Piauí. Não choveu – o homem não escolhe a época –, não chovia. A seca secou todos os açudes que hoje estão cheios, estavam todos secos, e era hidráulica a nossa energia.

Ele inventou uma Câmara de Gestão. Para dirigi-la, arrumou um rapaz, filho de piauiense, Pedro Parente, um técnico honrado, trabalhador. Rapaz, o Ministro da Fazenda e todos os outros obedeciam ele, o Ministro das Minas e Energia, Ministro dos Transportes. Tirou o País do apagão. Por isso nós não tivemos; enfrentou...

Então, é hora de o Luiz Inácio criar também aquilo que deu certo: câmaras de gestão – eles chamavam de gabinete de emergência – para resolver o que está atentando ele, a dengue – aquilo é uma vergonha! Vamos criar uma câmara de gestão, assim como Fernando Henrique criou. Era um super-ministro esse Pedro Parente: o Ministro da Fazenda e todos obedeciam a ele, e saímos do apagão. Essa dengue é desmoralizante para nós todos.

Também deveria criar uma câmara de gestão para resolver esses problemas do Nordeste. É lógico que vão acabar as chuvas, mas essa infra-estrutura... Quer dizer, além de milhares e milhares de desabrigados, vamos ter as conseqüências da pobreza, porque não foi a produção...

E queria dizer outra coisa ao Luiz Inácio. Outro dia o Vice-Presidente também falou em Frank Delano Roosevelt – ele tem mais dinheiro do que eu, mas sou mais preparado do que ele.

Atentai bem: querendo justificar o terceiro mandato, José de Alencar – pensei que ele tivesse juízo – disse que o povo queria dar um terceiro mandato a Luiz Inácio – disse isso em cadeia de jornal e televisão paga pelo Governo! Ele disse: “O que é que importa? Franklin Delano Roosevelt não teve três?” Eu quero dizer que não: ele teve foi quatro. Franklin Delano Roosevelt foi quatro vezes Presidente dos Estados Unidos,

mas foi durante a guerra, foi na recessão – todos se lembram daquele programa dele, o *New Deal*. Quatro vezes! Mas o norte-americano viu que não era bom e mudou a Constituição: hoje só pode duas vezes – está aí o Bill Clinton: novo, bonito, fofoso! Não pode mais, só pode duas vezes. E aqui ele insiste...

Mas o Franklin Delano Roosevelt – ô, José de Alencar, ensina aí ao Luiz Inácio – disse uma frase que é muito oportuna com esse discurso do Roncalli. Primeiro, foi na recessão, na guerra. Ele virava para o norte-americano e dizia: “Arrume um trabalho. Trabalho. Norte-americano, trabalhe” – depois da guerra, da recessão. “Se não der certo, persista. Se não der certo, arrume outro trabalho. Tem trabalho”. Ele encaminhou o povo norte-americano para o trabalho.

Rui Barbosa já disse: “A primazia é do trabalho e do trabalhador, ele é que faz as riquezas” – eu estou dizendo que nós temos muitos ensinamentos para ele.

Então, trabalho. E ele foi mais adiante no campo de que Roncalli fala: “As cidades podem ser destruídas, mas elas ressurgirão com a força do campo. Agora, se o campo for destruído, a cidade morre de fome”.

Então, é o campo que, aqui, está sendo destruído.

E ele ainda foi adiante, Mozarildo, ele disse: “Eu vou botar um bico de luz em cada fazenda”. Energia! Juscelino: energia e transporte. Mas ele disse, foi palavra dele – voz de galinha, parece que vão tirar do vocabulário –, que tivesse uma galinha na panela de cada fazenda. Quer dizer, tendo comida, este País será rico.

E aquele país é rico não é pela tecnologia de produção de carro – você sabe que hoje o Japão produz mais –, é pela produção da agricultura de grãos: eles produzem entre seiscentas e setecentas toneladas de grãos e alimentam o mundo.

Então, eram essas as palavras que queria trazer aqui hoje. A história está aí para nos ensinar o que Franklin Delano Roosevelt fez pelo campo.

Querida, portanto, registrar o discurso desse bravo Deputado Estadual e dizer o seguinte ao Luiz Inácio: ele viaja muito. Você já foi, Mozarildo, ao México? Pois vá! O Palácio é bem na praça do centro.

Rapaz, eu esqueci o nome do general, mas tem uma frase que eu nunca esqueci e que eu queria dizer para o Rei Inácio. Ele disse assim: “Olha, eu prefiro o adversário que me leve a verdade do que um aliado mentiroso – um alopado mentiroso e enganador que fica cacarejando medidas que não existem! A verdade! A verdade! O Mozarildo trouxe a verdade aqui e eu a estou trazendo. Então, a bem da verdade, esta é uma colaboração para o Governo Luiz Inácio.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB
– RR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB
– RR) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Transcorre hoje o primeiro dia em que as matérias constantes dos itens n°s 1 a 6, medidas provisórias, constam da Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens da Ordem do Dia transferidos para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 15 de abril:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º, do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008, que *altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.* (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
7.10.2007)

Prazo final (prorrogado): 25.5.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 405, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º, do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 405, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais*, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
15.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 28.5.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 406, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º, do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 406, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
18.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 31.5.2008

3-A

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 407, de 2007, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNTI e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

3-B

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.

3-C**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto*

aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa*

nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do reconhecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas n°s 13 a 18 – CDR, a Subemenda n° 1 – CDR à Emenda n° 9 – CCJ, e pela aprovação das Emendas n°s 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 – CCJ.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 28, de 2003 (n° 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob n° 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 75, de 2004 (n° 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei n° 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob n° 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 24, de 2005 (n° 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei n° 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob n° 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 103, de 2005 (n° 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob n° 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 111, de 2005 (n° 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob n°s 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas n°s 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda n° 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 118, de 2005 (n° 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob n° 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CE (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 1, de 2006 (n° 1.696/2003,

na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999,

na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Con-

sumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação

escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

48

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

49

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

50

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado.*

51

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta,

solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

52

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

53

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo.”*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

54

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

55

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

56

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

57

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

58

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352,*

de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)

59

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

60

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

61

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família.)*

62

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização*

e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

63

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica.)

64

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

65

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

66

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio

Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

67

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

68

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Senador Arthur Virgílio enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agora, no Google! É uma iniciativa de populações nativas da Amazônia. Para lembrar Gabriel Garcia Márquez, o que será mostrado pelo Google é a *Crônica da Realidade Anunciada* sobre a Devastação da Floresta Amazônica. O Google vai mostrar o quadro verdadeiro da devastação da Amazônia.

Não é nada primoroso para o Brasil, mas lá fora o País está sendo apontado como destruidor maior de florestas.

O Governo insiste em proclamar que as derrubadas de matas estão em declínio. Não está. E de nada adianta aquele trejeito de boneco de ventríloquo com que alguns deste Governo aprontam um quadro róseo da preservação da Amazônia!

Imagino que o Governo Lula de nada sabe a esse respeito. E acha que as afirmações que vêm do exterior não são verdadeiras.

E, por isso, talvez, pensa o Governo em contratar assessores de imprensa para *mudar* a imagem externa do Brasil. Está na coluna de hoje da jornalista Mônica Bérigamo, da **Folha de S.Paulo**:

(...) Situações pontuais

O governo Lula está contratando assessoria de imprensa “para promover o Brasil no exterior”. A Casa Civil justifica a despesa alegando que “a imagem do país no exterior apresenta aspectos negativos, principalmente nos países desenvolvidos, e é amplificada, devido a situações pontuais”. A assessoria vai funcionar permanentemente nos EUA, com apoios na Europa e na Ásia.

TIC-TAC

Para cargos de coordenação, a remuneração será de mais de R\$ 800 – por hora.

Será tempo perdido e dinheiro gasto à-toa.

A receita é outra e passa longe desse estilo chaparanga à lá TV-Brasil:

Para que falem bem, basta trabalhar bem! Nada parecido com o que o País assiste na atualidade.

O cenário do Brasil de hoje não é cor-de-rosa, como anuncia o Governo. Não é! No mesmo dia em que a gente da terra amazônica sai em defesa da Floresta, via Google, o Banco Mundial confere um título ao Governo Lula:

(...) O Brasil é o maior desmatador do mundo!

Aí está! Não seria por acaso o Governo Lula um intomato cantador de versos que forcem a realidade? E sai por aí, proclamando aos brasileiros que, desde Cabral, nunca houve um Governo como o de Lula?

Ao menos ele é agora detentor do reconhecimento do Banco Mundial. Pegue logo, Presidente, guarde que o lauréol é seu. É o Láureo de Ouro!

Por que o Brasil de Lula ganhou um troféu dessa natureza, que só entristece? Ganho porque é o campeão do mundo em devastação florestal.

Nesse triste campeonato, não venha esse Governo insinuar que o povo entoe marchinha parecida com aquela da “A Copa do Mundo é nossa!”. Não é não! É do Governo.

Pelos dados do relatório divulgado ontem pelo BIRD, o Brasil, maior desmatador do mundo, bate longe o segundo colocado, a Indonésia: 31 mil km² para o Brasil, 18 mil para a Indonésia.

A média anual brasileira é de 31 mil km².

O tema vem à baila na antevéspera da Conferência de Londres sobre Aquecimento Global, nos dias 29 e 30. O relatório do BIRD sem dúvida será debatido à exaustão nesse encontro.

Os dados procedem de boa fonte e dizem que a Amazônia é onde mais se desmata no Brasil. Esses informes, todos técnicos, baseados em levantamentos feitos por satélites, integram o Relatório de Monitoramento Global 2008, criado para avaliações acerca do status de cumprimento das chamadas Metas do Milênio.

O documento revela que a perda de área florestal no planeta foi de 73 mil km² anualmente, no período de 2000 a 2005.

Sr^{as} e Srs. Senadores, mais do que nunca é necessário ampliar as ações em defesa da Amazônia. Do contrário, o futuro do Brasil estará irremediavelmente perdido.

Nunca será demais lembrar que a Amazônia é a região estratégica por excelência e dela depende o futuro do País.

Por isso, saúdo como ação que vem ao encontro dos propósitos de preservação da Floresta Amazônica o mapeamento de queimadas na região. A iniciativa, a ser implantada nos próximos dois meses, é do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais.

O sistema destina-se a localizar os focos de queimadas e sua extensão, conforme relata matéria da jornalista Afra Balazina, publicada hoje pelo jornal **Folha de S.Paulo** e que está sendo anexada a este discurso.

E para que igualmente constem dos Anais do Senado da República, estou anexando a este pronunciamento as matérias publicadas hoje pelo jornal **O Estado de S. Paulo**.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Relatório aponta Brasil como maior desmatador

Um novo relatório divulgado ontem pelo Banco Mundial (Bird) mostra que, entre 2000 e 2005, o Brasil foi o país que mais desmatou no mundo. Seriam 31 mil quilômetros quadrados de floresta derrubada anualmente, segundo o órgão. Em segundo lugar aparece a Indonésia: 18,7 mil km² por ano. Em terceiro está o Sudão, com 5,9 km².

A Amazônia é onde mais se desmata no Brasil. Os dados oficiais do governo brasileiro, computados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indicam taxa de derrubada média anual na região de cerca de 22 mil km² - ainda que dois dos três maiores índices já registrados sejam de 2004 (27.379 km²) e 2003 (25.282 km²). O Inpe não monitora outros biomas, como o cerrado e a mata atlântica.

As informações do Bird fazem parte do Relatório de Monitoramento Global 2008, que avalia o status de cumprimento das Metas do Milênio. De acordo com ele, a perda de área florestal no planeta foi de 73 mil km² por ano entre 2000 e 2005. A África Subsaariana é a região que mais derrubou, cerca de 47 mil km² - a América Latina e Caribe aparecem com 41 mil km².

O leste asiático e a região do Pacífico surgem com um incremento florestal, devido especialmente a projetos de reflorestamento mantidos na China. Esse movimento mascara os altos índices de desmatamento registrados na Indonésia.

Além disso, nos últimos anos, a Indonésia cresceu sua taxa de desmatamento de florestas tropicais para alimentar o mercado mundial, especialmente o europeu, de biocombustíveis. Grandes regiões do país foram derrubadas e queimadas para dar espaço a plantações de dendê, afirmam organizações não-governamentais e observadores independentes. Como o país não mantém um programa de acompanhamento de desmatamento, como o Brasil, a extensão dos danos é estimada.

SUSTENTABILIDADE

O relatório indica que a redução dos índices mundiais de pobreza não será sustentável se florestas forem perdidas, estoques de peixes, reduzidos e o solo, degradado. "A extinção de recursos naturais e a degradação ambiental comprometem a perspectiva de crescimento em longo prazo de muitas nações em desenvolvimento", escrevem os autores.

O Bird pede uma ação global coordenada para controlar as mudanças climáticas e lembra que eventos extremos, como secas e enchentes, afetam principalmente os mais pobres.

CRISTINA AMORIM, COM REUTERS (O ESTADO DE S.PAULO)

Google põe serviço no ar em 2008, após líder indígena brasileiro pedir ajuda para mapear área

Jamil Chade, GENEBRA

O Google está prestes a colocar na internet, com acesso aberto, mapas detalhados da devastação na floresta Amazônica. A iniciativa surgiu após um pedido de ajuda do líder indígena Almir Suruí ao Google Earth para mapear a terra de sua tribo e, assim, protegê-la do desmatamento. A tribo fica no município de Cacoal, em Rondônia, e faz parte da Terra Indígena Sete de Setembro.

Em entrevista ao Estado, a diretora dos programas do Google Earth, Rebecca Moore, disse que ainda neste ano o site terá os mapas, que ficarão disponíveis para qualquer internauta. A iniciativa deve lançar ainda mais pressão sobre o governo, já que qualquer pessoa poderá acompanhar onde a floresta está desaparecendo. Atualmente, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, já publica na internet imagens de satélite de desmatamento na Amazônia. Porém, elas estão "brutas", o que pode dificultar a visualização e o entendimento pelos leigos.

Tanto para a tribo dos índios suruí, de 1,2 mil habitantes, como para o Google a iniciativa é considerada "histórica". O Google Earth é um serviço de imagens de satélite e mapas via internet acessado diariamente por milhões de pessoas.

O pedido foi feito há cerca de um ano e, agora, a empresa diz estar prestes a concluir seu trabalho de mapeamento, mas não divulgou de qual satélite utilizará as imagens. "O Brasil será um local estratégico. Imagine o quanto poderia salvar em termos de florestas com essas imagens", afirmou Rebecca.

Ontem, o Google colocou no ar imagens e textos em inglês dos esforços do líder Almir Suruí em sua tribo. "Podemos ver como as terras desses indígenas estão cercadas de desmatamento", disse Rebecca. Entre as informações no site, está a constatação de que, nos últimos cinco anos, 11 líderes indígenas na região foram assassinados. Almir, segundo o Google, estaria obstinado com a missão de salvar seu território, colocando correntes e barreiras para evitar invasões.

Amanhã, o índio estará em Londres e será a estrela no anúncio do Google de seus novos projetos de mapeamento no mundo. "Almir foi escolhido como um dos 35 personagens identificados no mundo e que podem ser considerados como heróis na defesa dos direitos humanos", disse Rebecca. A empresa, porém, afirma que não vai se limitar a colaborar só com Almir Suruí. "Temos um número importante de organizações não-governamentais (ONGs) nos procurando para saber como podem mapear áreas na floresta para fortalecer o controle e evitar o corte das árvores. Estamos estudando uma série de projetos nesse sentido", afirmou a executiva.

Questionada se o governo brasileiro já havia sido consultado sobre a divulgação das novas imagens, Rebecca evitou responder. "Não posso falar ainda muito sobre isso. Mas tenho certeza de que todos ficarão impressionados com o que verão."

O Google ainda pretende adicionar palavras na língua falada pelos integrantes da tribo nas ferramentas de busca da empresa americana. Mas Almir Suruí diz que não vai fornecer ao Google informações sobre como utilizar os recursos da floresta para curar doenças.

O ESTADO DE S.PAULO, edição de 9/4/08

Inpe vai mapear queimada na Amazônia

Para cientistas, padrão de degradação da floresta mudou e fogo precisa ser monitorado tanto quanto o desmatamento

Instituto promete sistema que verifique extensão dos incêndios; cientista diz que fogo mais freqüente é efeito do aquecimento global

AFRA BALAZINA
DA REPORTAGEM LOCAL

Governo e pesquisadores estão iniciando um esforço para mapear um tipo de dano à floresta amazônica que tem recebido menos atenção que o desmatamento, mas que pode ter se tornado um protagonista da devastação: o fogo.

Alberto Setzer, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que coordena o monitoramento de queimadas por satélite, afirma que em dois meses deve estar pronto um sistema para verificar a extensão dos incêndios na floresta. Hoje, é possível saber o número de focos de queimada, onde eles estão e quando ocorreram, mas não há como estimar o tamanho das áreas atingidas.

Segundo ele, a maioria das ocorrências na Amazônia são intencionais. "Hoje se percebe que o que realmente está sendo fundamental na degradação da floresta é o fogo", afirma.

O gerente do Programa de Monitoramento por Satélites do Inpe, Dalton Valeriano, diz que acaba de ser decidido cruzar os dados do sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real) com os de queimadas. "Dessa forma, será possível fazer um indicador mais completo, que mostre a relação entre queimadas recorrentes e o desmatamento."

O governo do Mato Grosso desde janeiro vem contestando os dados do Deter. Para o Estado, áreas classificadas como desmatadas pelo sistema são locais onde a floresta foi degradada há oito anos ou mais.

O Deter engloba os pontos degradados na conta da devastação porque, para o sistema, as áreas nas quais o sinal espectral (luz que o satélite capta) de solo é maior que o de vegetação já não funcionam como floresta.

Para o Inpe, o padrão de degradação mudou na Amazônia: áreas de floresta em pé vêm sendo queimadas ano após ano, mas isso aparece tarde demais nos dados do Deter. Uma nova ferramenta é necessária, avaliam os pesquisadores, para flagrar esse processo em curso.

Aquecimento global

O ecólogo Daniel Nepstad, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e do

Woods Hole Research Center, afirma que muitas vezes a área de floresta queimada é maior que a desmatada. Ele cita em artigo um exemplo de 1998, ano em que houve uma seca extrema e 39 mil km² pegaram fogo -duas vezes a área de floresta cortada naquele ano.

Para ele, o aumento da área queimada já é um reflexo do aquecimento global: altas temperaturas e ventos mais fortes, aliados à seca prolongada.

Nepstad notou o problema de forma marcante no segundo semestre de 2007, durante uma queimada experimental -realizada há cinco anos numa fazenda em Mato Grosso.

O fogo, que normalmente levava cinco dias para queimar os 50 hectares da área do experimento, fez o serviço em dois.

De acordo com ele, é comum nascer capim -altamente inflamável- nas áreas que tiveram incêndio, o que aumenta os riscos de novos focos. "É um ciclo vicioso", diz.

Na opinião de Valeriano, as queimadas são reflexo da exploração de madeira e não do aquecimento global. "A floresta fica mais aberta, entra mais sol e o material seca."

Segundo ele, nos sobrevôos realizados recentemente na Amazônia para verificar desmatamentos, notou-se muitas áreas carbonizadas.

Edição especial

A Amazônia é o tema de uma edição especial da revista "Philosophical Transactions of the Royal Society, B". A publicação foi baseada numa conferência realizada há um ano em Oxford, Reino Unido.

Alguns dos artigos abordam a seca, fator de risco para as queimadas. Um dos textos, de pesquisadores do Inpe, explica que a seca-recorde de 2005 ocorreu pelo aumento da temperatura no oceano Atlântico (e não em razão do fenômeno El Niño).

Como o aquecimento do oceano é visto como tendência do aquecimento global, esse tipo de seca pode ficar mais comum na região.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 26 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR JARBAS VASCONCELOS NA SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 2008, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta Casa precisa urgentemente atualizar, modificar, fazer avançar seu Regimento Interno. É impossível! Nós nos inscrevemos e demoramos muito para usar da palavra. Desde as 14h30min estou aqui para falar e apenas agora, quase 17h, consigo chegar

à tribuna. Os Líderes inscrevem-se à vontade e falam antes dos oradores. Mas como esta Casa está vivendo um péssimo momento, talvez a alteração do Regimento Interno seja vista com menos importância – não estou me dirigindo a V.Ex^a, mas, sim, à Casa de modo geral.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a sessão de anteontem, que terminou por volta das três horas da madrugada, destinada a apreciar a medida provisória enviada pelo Presidente da República sobre a criação de uma TV pública realmente marcou – e a Casa tem uma história muito longa – o momento mais degradante que vi desde a minha posse. Foi uma sessão pífia, insana, sem entrar no mérito da criação da TV pública. Não tenho questionamentos maiores a fazer sobre a implantação de uma TV pública. Acho importante, até porque a sua criação está prevista na Constituição de 1988. Seria relevante – o Senador Pedro Simon chamou a atenção de todos para isto – que essa televisão não fosse criada por meio de medida provisória, para que todo o Brasil pudesse debater o assunto.

Estamos passando por uma fase no País em que o Presidente da República faz tudo, muito mais do que fizeram, em regime de exceção, os generais ditadores. A sessão de anteontem, portanto, não poderia passar sem um registro de nossa parte.

Aqui não tenho papel de liderança, sou um dissidente do meu Partido, o PMDB, mas eu não poderia deixar de registrar o meu repúdio, a minha indignação com esse comportamento. A medida provisória, por si só, já proíbe, já não permite discussão. E a liderança do Governo, por porta de travessa, arrumou um expediente dentro desta Casa para restringir ainda mais o debate, estabelecendo número de oradores para se discutir a medida provisória que cria a TV pública. É realmente inconcebível engolir isso. É intolerável passar pela tarde de anteontem e pela madrugada de ontem sem qualquer protesto – e um protesto veemente – pela insanidade cometida no plenário deste Senado.

Nós tivemos, como lembrou a atuante Senadora por Tocantins, Kátia Abreu, um final de ano no plenário do Senado que chamou a atenção de todo o País. A Oposição, com um mínimo de organização, mais uma vez, conseguiu derrotar a renovação da CPMF. E a maioria dos Senadores que votou assim o fez para reduzir a carga tributária. Naquele momento, os Senadores não votaram contra o Presidente Lula; não votaram contra o PT nem contra quem quer que fosse. Votaram, de forma clara e transparente, a favor da redução da carga tributária. O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. O País cresce, mas cresceria muito mais se o Presidente cuidasse da infra-estrutura do País. Estamos exportando, mas exportaríamos muito mais se investíssemos em estradas-de-ferro, rodovias, aeroportos, portos. Não temos nada disso, e o País milagrosamente ainda consegue ter uma pauta de exportações bastante saudável. Nossa luta foi pela redução da carga tributária.

Acabou o ano, Sr. Presidente, com a promessa solene de Sua Excelência o Presidente da República e da Liderança do Governo de que não haveria substituto para a CPMF. O Governo tinha absorvido a derrota. Reconheciam alguns setores do Governo que a carga tributária estava excessiva e que o Governo procuraria iniciar 2008 sem aumentar impostos. Mentira! Tudo mentira! Começou o mês de janeiro e o Presidente da República anunciou aumento de novos impostos. O Ministro Guido Mantega teve a desfaçatez de ir à televisão para dizer que aquela promessa valera até o dia 31 de dezembro, e que, a partir daquele momento, o Governo estava livre para criar algo que substituísse a ausência da CPMF. Mas vejam V.Ex^{as}., Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas manchetes. **O Estado de S. Paulo** de 27 de fevereiro deste ano: “Receita cresce

20% após fim da CPMF. O fim da CPMF não afetou o desempenho da arrecadação de impostos e contribuições federais”. *Valor Econômico*: “O impressionante salto das receitas federais em janeiro”, um editorial de três de março do corrente. Outra matéria comenta: “Gastos e carga tributária elevada são mantidos”. Sr. Presidente, a impressão que se tem é a de que o Presidente da República quer fazer o País de tolo, de bobo, e a população, de idiota. As instituições não são respeitadas. Recentemente, sofreu agressão o Judiciário na pessoa – nada mais, nada menos – do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Marco Aurélio Mello, que pode até ter provocado um equívoco por ter se antecipado ao manifestar opiniões sobre processos que ainda não lhes chegaram às mãos, mas nada merecia o ataque deferido no Nordeste pelo Presidente da República, de forma desmoralizante, contra um dos Poderes da República. Eu não me refiro a órgãos, mas, sim, ao Poder Judiciário. Sr. Presidente, esta Casa andou tratando de outros assuntos, e o Presidente foi poupado de uma análise maior do Plenário do Senado Federal. É verdade que vários Senadores abordaram o fato – que aconteceu num final de semana – e denunciaram, mas isso passou ao largo. Porém, no dia 1º de março, ele mereceu um editorial – não se trata de uma opinião política, mas de um editorial da **Folha de S. Paulo** intitulado “Território invadido”. “Ataques do Presidente Lula a um Ministro do Supremo são espetáculo constrangedor de descontrole e truculência. Quem entrou em cena numa cerimônia realizada anteontem, em Aracaju, foi um Presidente da República desequilibrado e truculento, vociferando do palanque despropositadas provocações a um Poder autônomo da República.” É a **Folha de S. Paulo**, não é nenhum colunista. É o conselho editorial, que orienta a elaboração de editorial. Quero que faça parte integrante do meu pronunciamento esta opinião da **Folha** intitulada: “Território invadido”. **O Globo** também não ficou atrás. Nas palavras do colunista Merval Pereira, o jornal diz: “Lula revela todo o seu autoritarismo e presta um desserviço à democracia quando, fazendo política de palanque, investe publicamente contra o Judiciário.” Sr. Presidente, isso tem que ficar registrado...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Jarbas Vasconcelos, permite um aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Sim, mais tarde. Deixe-me só avançar mais um pouco as minhas palavras, eminente Líder.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, isso deve ficar registrado no plenário. Tive uma experiência, lá atrás, de combate à ditadura. E quanto mais forte e exorbitante a ditadura, quanto mais ela gritava, quanto mais ela matava, seqüestrava, mais tínhamos ânimo de lutar pelo seu

fim. Para mim pouco importa se Lula, no meu Estado – Estado natal também dele –, tem 80% de aprovação, porque, quando ele disputou a Presidência da República, eu, votando contra ele, tive votação semelhante à dele. Não me causa nenhuma inquietação, nenhuma moossa o fato de o Presidente da República estar num patamar muito elevado de popularidade. Mas ele não pode desmoralizar o Judiciário; deixar de dar a mínima atenção ao Tribunal de Contas da União e passar a mão na cabeça de corruptos, como fez e faz constantemente. Não pode dizer que uma Ministra que se atrapalhou com o dinheiro público e fez compras em **free shopping** nada deve e pode sair de cabeça erguida se a própria Procuradoria Geral da República incrimina essa Ministra e manda que ela devolva o dinheiro.

Tudo isso, Sr. Presidente, deve ter um fim e precisa ser registrado aqui. O Presidente da República não mais leva em conta o Judiciário. O TCU para ele não vale nada, é um lugar de políticos aposentados, segundo voz corrente dentro do Palácio do Planalto. Uma tentativa clara e transparente de desmoralização do Congresso Nacional. A Câmara não precisa se desmoralizar porque vive completamente manietada pelo Palácio do Planalto; o Senado, que tem uma maioria escassa com relação ao Governo, o Presidente Lula tenta calar e desmoralizar. Portanto, temos de partir para o enfrentamento, os partidos de Oposição – o PSDB, o DEM e outros. Se deixarmos a questão eleitoral de lado... Porque a questão eleitoral está sendo explorada pelo Presidente da República, que usa um avião pago por todos nós e está disposto a fazer comícios no interior duas vezes por semana. Está registrado hoje em todos os jornais que ontem foram distribuídas cinco mil marmitas, foram convidadas centenas de pessoas... E se esta Casa fica calada... A Presidência da República não leva em nenhuma consideração a mídia, que tem tido um papel altivo. Não leva em consideração **O Estado de S. Paulo** – por meio de seus editoriais –, **O Globo**, a **Folha S. Paulo**, o **Jornal do Brasil** – para ficar apenas nos maiores jornais. A mídia não tem sido levada em conta pelo Palácio do Planalto, o Judiciário foi desmoralizado, e o TSE, mais ainda, porque foi atingido o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Eu quero saber, Sr. Presidente, quando vamos parar com isso. Um Presidente com uma formação autoritária, que exorbita a todo instante, que insiste em fazer com que a opinião pública entenda que quem trabalha é ele, e que este Congresso não trabalha. É verdade que se discute muito e se vota pouco, mas isso acontece porque as medidas provisórias trancam a pauta desta Casa. E não é, Sr. Presidente, por meio de famigeradas medidas provisórias que se cria – para voltar um pouco ao que já comentei – uma TV pública nacional. Isso é

um desrespeito não somente ao Senado, à Câmara, ao Congresso Nacional, mas também um desrespeito a todo o Brasil. Sobre isso já falou hoje, com muita competência, o nosso Senador Pedro Simon.

Com relação ao episódio que envolveu a Colômbia há cerca de dez dias, o Brasil teve um papel vergonhoso. Eu disse isso ontem ao Ministro Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores, no mesmo momento em que o Congresso estava reunido para apreciar o orçamento. Disse-lhe que a aparição dele como representante do Governo da República na televisão foi um desastre. A sua postura ficou pela metade. O Brasil insistia que a Colômbia deveria fazer um novo pedido de desculpas. Se o Itamaraty não estava satisfeito com o pedido de desculpas formalizado pela Colômbia, então deveria pedir que a Colômbia o aprofundasse. Mas não dar uma palavra sobre uma organização que já teve uma luta ideológica e que hoje não passa de um agrupamento de criminosos, de assassinos, de seqüestradores é inconcebível, Sr. Presidente! É inconcebível que um Presidente da República tenha influenciado a política do Itamaraty, não permitindo que o Brasil, em nota clara, dura, transparente, condenasse a invasão do espaço aéreo do território equatoriano e, com a mesma dureza, com a mesma ênfase, a ação criminosa das Farc. Está aqui, Sr. Presidente, um artigo de Clóvis Rossi, que não é apenas um colunista. S.S.^a pertence ao conselho editorial da **Folha de S. Paulo**. Diz o artigo: “O Brasil pode e deve ser neutro entre dois vizinhos, mas não pode nem deve ser neutro entre o Governo colombiano legítimo e as Farc, um grupo delinqüente.”

As contradições não são só essas, Sr. Presidente. O Ministro Celso Amorim disse que as Farc não tem **status** porque o Governo brasileiro não as reconhece. Isso não é verdade. Enquanto S.Ex.^a dizia isso, esse falastrão que vive lá no Palácio do Planalto, o tal do toc-toc-toc, perguntado pelo **Le Figaro**, em Paris, no dia 4 de março desse mês – há apenas 12 dias –, também dizia o seguinte sobre a relação do Governo brasileiro com as Farc: “Lembro-lhe que o Brasil tem uma posição neutra com relação às Farc. Não as qualificamos como grupo terrorista, nem como força beligerante.” É esse homem que dita a política internacional, a política exterior do Brasil, e não mais o Itamaraty.

Então, são esses fatos, Sr. Presidente, que a Oposição tem de enfrentar – e enfrentar como tem enfrentado –, mas com mínimo de organização. Temos que ser organizados. Não posso dar pitaco dentro do meu Partido – porque não me deixam –, mas quero dar pitaco dentro da Oposição, onde eu me sinto inteiramente à vontade. Precisamos nos organizar e mostrar que o Presidente vai para o interior do País, falta com a verdade e nos acusa de adotarmos uma postura meramente

eleitoral. Este, Senador José Agripino, é **O Globo** de ontem, dia 12: “Em clima eleitoral, ataques à Oposição”. “Num evento com ar de campanha, com discursos inflamantes, transporte gratuito e distribuição de comida, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, na inauguração de um projeto de irrigação, que seus adversários só pensam na sucessão presidencial de 2010”. Pode um negócio desses, Sr. Presidente? Pode a pessoa agir e a nós atribuir o seu ato? Não pode! Não podemos tolerar, não podemos aceitar isso todos os dias. Alguém tem que passar por estas tribunas para denunciar isso. O País não pode imaginar que a Oposição foi contra a TV Pública apenas por capricho. Não sou contra a TV Pública, sou contra a forma desmoralizante como foi criada, por meio de uma medida provisória.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Ouço V. Ex^a., Senador Arthur Virgílio, que me pediu primeiro um aparte. Em seguida, ouvirei V. Ex^a., Senador José Agripino.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Jarbas Vasconcelos, acho que V. Ex^a tem mais que o direito, tem o dever de dar todos os seus pitacos na oposição, da qual V. Ex^a é uma das figuras mais proeminentes. V. Ex^a, para mim, é uma figura pública singular e é um Senador ímpar, que merece a admiração de todos nós. Eu, inclusive, sem acrescentar nada e concordando com o inteiro teor desse seu discurso, claro, lúcido, propositivo, firme, faria uma crítica a setores do meu próprio partido. Tucano... É o meu partido definitivo, não tem como pertencer a outro partido. Ou saio da política, ou o partido deixa de existir, fora disso, sou tucano até o final. Porém, o meu partido, às vezes, padece de um certo esnobismo. Mania de subestimar o Presidente Lula, por exemplo: “Ah, porque fala errado, porque a concordância é assim, a concordância é assado”. Eu não, eu não subestimo, não. Para mim, não tem nada à toa, nada por acaso nessas andanças do Presidente. Nada por acaso nesses ataques à Suprema Corte, através da figura do Presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, que também integra a Suprema Corte do País. Nada por acaso no gesto desmoralizante de retirar aquela urgência da medida provisória para facilitar desígnios do Governo de chegar à tal TV estatal, TV pública, como queiram. Nada. Para mim é tudo premeditado, é uma campanha nítida para desmoralizar as instituições que sustentam a democracia, para permitir uma hipertrofia cada vez maior do Executivo e para, ao fim e ao cabo, quem sabe, nós nos embrenharmos por uma noite obscura, com a qual não podemos nem sonhar, mas temos de evitá-la. Não é por acaso, não. O Ministro Marco Aurélio merece a nossa

solidariedade neste momento. Devo dizer ao Ministro que quem merece a solidariedade, na verdade, não é ele, é a Suprema Corte do País, é o Tribunal Superior Eleitoral, porque o Presidente Lula demonstra com clareza que se indis põe com a figura de uma oposição forte, como a que temos de exercitar aqui, em nome da democracia, e se indis põe com a figura de um Judiciário independente. Ou seja, para ele, seria melhor que repetíssemos o que o acontece hoje em Cuba, nessa Cuba que ele tanto exalta: nada de Judiciário, a não ser um simulacro de Legislativo, onde predomina a vontade de quem é delegado daquela revolução, cuja chama se extinguiu há muito tempo. Portanto, parabéns a V. Ex^a pelo discurso contundente, claro, preciso, que me faz manter e reafirmar toda essa admiração por V. Ex^a, que, mais do que o Senador de escol que é, é, sem dúvida alguma, um grande conselheiro de todos nós nesta Casa. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Ouço o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PSDB – RN) – Senador Jarbas, V. Ex^a fala pouco, mas, quando fala, é de uma precisão cirúrgica. V. Ex^a é econômico nas palavras, mas extremamente abrangente no raciocínio, no que deseja dizer e aonde quer chegar. Quero colaborar um pouco, talvez, com o *payoff* do que V. Ex^a queira dizer. Acho que o Presidente Lula, mais do que não respeitar os poderes Legislativo e Judiciário, está desafiando o Judiciário. Veja: o Ministro Marco Aurélio fez o quê? Interpretou a Constituição, falou em nome do que está escrito na Constituição. Disse que é proibido, em ano de eleição, começar programa novo. Por conta disso, não ele, mas os que respondem por ele, o PT, Partido dos Trabalhadores, entra com uma interpelação judicial junto ao Supremo Tribunal Federal contra o Presidente de uma Corte porque ele falou em nome da Constituição, leu a Constituição. Aí, é interpelado. Ele desafia o Legislativo o tempo todo. Desafia como? Entupindo a pauta, obstruindo a pauta com medida provisória de forma deliberada, provocando, inclusive, os vexames como os da terça-feira, quando o Líder do Governo, nessa tribuna em que V. Ex^a está, retirou uma medida provisória que tinha sido, dias antes, considerada urgente e relevante pelos governistas na Câmara, e aqui foi considerada não-urgente e não-relevante pelo Líder do Governo no Senado. Para quê? Para desmoralizar o Congresso! É claro que é para desmoralizar o Congresso! Não desmoralizou porque tivemos uma reação à altura, nos retiramos do plenário: “Apodreçam sós!”. E V. Ex^a vem agora, com muita propriedade, colocar uma coisa, e é possível que o País reflita. O que o Presidente Lula está fazendo? Está peregrinando pelo

País. Às custas dele? Não, com marmitas pagas pelo erário, com gasolina do Aerolula paga pelo erário. Para fazer o quê? Para fazer agressão à oposição, financiada com o dinheiro público. O que ele está fazendo são comícios e, como está nos editoriais dos jornais, para fazer agressão financiada com o dinheiro público. Para preparar o quê? O que ele está fazendo em Alagoas, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, em Rondônia? Fazendo campanha eleitoral. Não me iludo. Ele leva a Ministra Dilma, uma pessoa que ele pode botar hoje e tirar amanhã, porque o que ele quer – e começo a ter a convicção disto, porque ele está calçando salto 40, ele está no supra-sumo da sua auto-suficiência –, Senador Jarbas Vasconcelos, é preparar a sua pré-campanha do terceiro mandato. Daqui a pouco – pode estar certo! –, o Deputado Devanir vai apresentar o projeto do plebiscito, e aí a democracia brasileira vai ser colocada em xeque. E, antes que isso aconteça, V. Ex^a vem à tribuna fazer, com muita propriedade, colocações que são advertências, em nome da preservação dos pilares democráticos, a respeitosa convivência entre os Poderes Legislativo e Judiciário. Na verdade, o que Sua Excelência o Presidente está fazendo com o nosso dinheiro é campanha pelo terceiro mandato. Não tenha nenhuma dúvida, é campanha pelo terceiro mandato! Quem viver verá. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– É isso, Senador José Agripino, que deve ser enfrentado, porque, se não é enfrentado, amanhã vem o arrependimento por não termos dito isso desta tribuna. Um Presidente da República que não leva em conta o Judiciário, que desmoraliza o Judiciário, que manda o Congresso Nacional trabalhar – como se ele fosse um Presidente trabalhador –, que não tem o menor respeito pela mídia, que tem uma equipe de trelosos e aloprados. Quando existe algo com um treloso desse ou com um aloprado, ele passa a mão na cabeça, porque o Presidente da República se julga com uma força de tal natureza, que basta a sua palavra para se confrontar com o Judiciário. Para ele, o Tribunal de Contas da União não vale nada, e, como disseram no Palácio do Planalto, trata-se de um acampamento de políticos aposentados. Até onde isso vai chegar ninguém sabe. Faço um retrospecto de cem dias para cá. Derrotamos a CPMF, o Presidente decretou aumento de impostos em janeiro, disse que não ia fazê-lo, mas o fez, e a arrecadação subiu. Disse aos concursandos do Brasil que a responsabilidade pelo cancelamento dos concursos e pela não-convocação dos concursados é da Oposição. Lorota, lorota, para não dizer mentira. Os concursados podem ser chamados porque a arrecadação está sobrando. Há dinheiro. Basta ler os jornais para tomar conhecimento do excesso de arrecadação

já em janeiro e da previsão de uma arrecadação ainda maior em fevereiro e em março. Então, tudo isso, Senador Mão Santa, tem que ser denunciado – e por dever de justiça devo dizer que mesmo sozinho V. Ex^a. o faz, sem a orientação da bancada de oposição. Aqueles que relutam e querem enfrentar essa situação que está sendo criada no País devem seguir uma orientação.

Eu não tenho posição de liderança nesta Casa. Sou um dissidente no meu partido, mas não vou ficar calado. Vou me inscrever agora em todos os horários de que eu dispuser para denunciar. Pouco me importa se o Presidente da República já desmoralizou o Judiciário, não liga para o TCU, se quer investir contra o Senado, se não leva em conta a imprensa, se cria uma tevê pública por meio de medida provisória. Nós vamos para o enfrentamento, para depois não choramingarmos pelos cantos ou dentro de casa, dando satisfações aos familiares e aos eleitores de que deveríamos tê-lo feito.

O Presidente da República tem uma formação altamente autoritária, tem extravasado essa formação, e o Senado não tem motivo para se calar nem para colocar o rabo entre as pernas. Tem que levantar a cabeça, gritar, protestar. Pouco importa que o eco seja pequeno. É pequeno neste momento, mas depois crescerá. Eu me lembro, quando eu era Deputado Estadual no Recife – só tive um mandato de Deputado Estadual – de uma pesquisa em que Garrastazu Médice, o pior e mais contundente dos Generais, tinha 84% de avaliação positiva no meu Estado. Deu no que deu, uma figura repudiada, que viveu seus últimos dias dentro de um apartamento e de lá saiu para o túmulo.

Sr. Presidente, temos que enfrentar essa situação. Não é possível a posição dúbia com relação ao episódio de condenação da Colômbia: receber aqui um falastrão – o Presidente do Equador – que chama de canalha o Presidente de outro Estado, sem qualquer repreensão do Itamarati. Que ele vá dizer isso para o seu povo no Equador, mas não no Brasil, com a tradição diplomática que temos. Por que ele se sentiu à vontade para dizer isso aqui? Porque nosso governo deu uma declaração pela metade: deu-lhe apoio, condenou a ação colombiana e exigiu novo pedido de desculpa da Colômbia mas não enfrentou os seqüestradores, os bandidos militantes e freqüentadores das Farc. Isso precisa ser dito, mesmo que não ecoe como gostaríamos. Isso tem que ser enfrentado.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a e peço que conste do meu pronunciamento as matérias jornalísticas a que me referi. Deixo aqui os documentos e peço a transcrição dos editoriais da **Folha de S. Paulo**, da Coluna de Merval Pereira de **O Globo** e do Editorial do **Estadão**.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 07, DE 2008.

Aprova enunciados dos pareceres da Advocacia do Senado, estabelece as normas para a criação, alteração e revogação de enunciados, e dá outras providências.

A **COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas competências regimentais, com a finalidade de simplificar e agilizar a tramitação dos processos administrativos no âmbito do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º. Ficam aprovados os enunciados constantes dos Anexos I a X deste Ato.

Art. 2º. O Advogado-Geral do Senado fica autorizado a apresentar proposta de criação, alteração e revogação de enunciados, desde que acompanhada, no mínimo, de três pareceres contendo a mesma situação fática e conclusão jurídica, proferidos nos cinco anos anteriores à respectiva proposta e acolhidos pela autoridade competente.

Art. 3º. Para entrar em vigor, a proposta de enunciado deverá ser ratificada pelo Diretor-Geral, aprovada pelo Primeiro-Secretário e publicada no Boletim Administrativo do Pessoal do Senado Federal.

Art. 4º. Os enunciados de que trata este Ato terão efeito normativo e extensivo em relação a todos os órgãos administrativos do Senado Federal.

Art. 5º. Os órgãos administrativos demonstrarão a adequação dos enunciados aos casos concretos, submetendo-os diretamente à deliberação da autoridade competente para decidi-los.

Parágrafo único. Havendo dúvida quanto à adequação, a autoridade competente submeterá os autos à apreciação da Advocacia do Senado.

Art. 6º. A Advocacia do Senado disponibilizará e manterá cadastro eletrônico com os enunciados aprovados.

Art. 7º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 9 de abril de 2008.

Handwritten signatures of the members of the Commission Director, including names like Alvaro, Rafael, and Viana.

ANEXO I**ENUNCIADO Nº 1**

O tempo de serviço prestado às empresas públicas e sociedades de economia mista da administração pública federal indireta é contado no Senado Federal, com fundamento no art. 100 da lei nº 8.112/90, da seguinte forma: I) para todos os efeitos legais, exceto quintos, aos servidores que tenham ingressado no regime estatutário federal até 15 de outubro de 1996; II) para todos os efeitos legais, exceto quintos e licença-prêmio, aos servidores que tenham ingressado no regime estatutário federal a partir de 16 de outubro de 1996 até 3 de julho de 1997; III) para todos os efeitos legais, exceto quintos, licença-Prêmio e anuênios, aos servidores que tenham ingressado no regime estatutário federal a partir de 4 de julho de 1997.

Precedentes:

Parecer nº 187/2004 – Proc. 001875/04-3;
Parecer nº 038/2005 – Proc. 017657/04-0;
Parecer nº 039/2005 – Proc. 000774/03-0;
Parecer nº 192/2005 – Proc. 005660/05-0;
Parecer nº 213/2005 – Proc. 007371/05-5;
Parecer nº 137/2006 – Proc. 001160/03-6;
Informação nº 99/2005 – Proc. 001875/04-3.

ANEXO II**ENUNCIADO Nº 2**

Verificada a acumulação de cargo público com o exercício de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, salvo a participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; ou com o exercício do comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, o servidor será notificado para regularizar a situação, no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, será instaurado o processo administrativo disciplinar, com as consequências dele decorrentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Precedentes:

Parecer nº 070/2004 - Proc. 019629/03-1;
Parecer nº 241/2004 - Proc. 008721/04-1;
Parecer nº 244/2004 - Proc. 008719/04-7
Parecer nº 245/2004 - Proc. 008720/04-5;
Parecer nº 248/2004 - Proc. 000160/04-0;
Parecer nº 008/2005 - Proc. 008720/04-5;
Parecer nº 012/2005 - Proc. 010961/04-6;
Parecer nº 313/2004 - Proc. 008721/04-1;
Parecer nº 314/2004 - Proc. 008719/04-7;
Parecer nº 317/2004 - Proc. 007.567/04-9;
Parecer nº 318/2004 - Proc. 008.903/04-2;
Parecer nº 319/2004 - Proc. 008.301/04-2;
Informação nº 105/2004 - Proc. 008301/04-2;
Informação nº 106/2004 - Proc. 008304/04-1;
Informação nº 115/2004 - Proc. 008.903/04-2;
Informação nº 116/2004 - Proc. 007567/04-9;
Informação nº 121/2004 - Proc. 007568/04-5;
Informação nº 122/2004 - Proc. 010959/04-1;
Informação nº 124/2004 - Proc. 008946/04-3;
Informação nº 126/2004 - Proc. 008302/04-9;
Informação nº 127/2004 - Proc. 008716/04-8.

ANEXO III**ENUNCIADO Nº 3**

I) Os valores devidos pelo exercício de função comissionada e cargo em comissão aos servidores efetivos não integram a base de cálculo da contribuição previdenciária para o Plano de Seguridade Social dos Servidores – PSSS, a partir de 16 de dezembro de 1998, em decorrência da Emenda Constitucional nº 20/98, devendo a contribuição incidir exclusivamente sobre a remuneração do cargo efetivo, salvo se houver a opção pela inclusão na base de contribuição das parcelas remuneratórias do cargo em comissão ou de função comissionada, para efeito de cálculo de aposentadoria, na forma assegurada no § 2º do art. 4º da Lei nº 10.887/2004.

II) Aos servidores ocupantes de cargo efetivo e optantes pela remuneração exclusiva do cargo em comissão, o desconto da contribuição previdenciária incidirá sobre a remuneração do cargo em comissão, limitada à remuneração do cargo efetivo, salvo se houver a opção de que trata o § 2º do art. 4º da Lei nº 10.887/2004, hipótese em que a contribuição incidirá sobre a totalidade da remuneração do cargo em comissão, vertendo-se, em qualquer caso, ao regime próprio de previdência do servidor.

III) Na hipótese de o servidor efetivo, cedido ao Senado Federal, não estar amparado por regime próprio de previdência, o desconto da contribuição previdenciária incidirá sobre a remuneração do cargo em comissão e será vertido ao INSS, na forma e limite estabelecidos no regulamento do regime geral de previdência, regra igualmente aplicável ao servidor ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo.

Precedentes:

Parecer nº 121/2002 - Proc. 004500/02-4;
Parecer nº 062/2003 - Proc. 004500/02-4;
Parecer nº 114/2003 - Proc. 004500/02-4 e 013153/02-1
Parecer nº 016/2004 - Proc. 012468/03-7;
Parecer nº 017/2004 - Proc. 016895/03-7;
Parecer nº 051/2004 - Proc. 012157/03-1;
Parecer nº 261/2004 - Proc. 013120/03-4;
Parecer nº 300/2004 - Proc. 002335/04-2;
Parecer nº 025/2006 - Proc. 015380/05-0;
Informação nº 158/2004 - Proc. 002335/04-2;
Informação nº 098/2005 - Proc. 017712/04-1.

ANEXO IV**ENUNCIADO Nº 4**

É admitida a filiação tardia do Senador ou ex-Senador ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas – PSSC, correspondente ao tempo de exercício de mandato de congressista, mediante o recolhimento das contribuições devidas no período, assegurados a compensação com as contribuições recolhidas ao INSS no mesmo período e o parcelamento da diferença em folha de pagamento do parlamentar, desde que não tenha havido utilização de benefícios no plano de previdência anterior, e observada a prescrição quinquenal contada da data do respectivo pedido. Na hipótese de parcelamento de valores devidos ao PSSC, assegurado apenas a parlamentar no exercício de mandato, o cálculo dos benefícios será proporcional às parcelas efetivamente pagas.

Precedentes:

Parecer nº 002/2001 - Proc. 011379/00-6;
Parecer nº 207/2003 - Proc. 004602/03-0;
Parecer nº 213/2003 - Proc. 008506/03-5;
Parecer nº 036/2004 - Proc. 019146/03-5;
Parecer nº 044/2004 - Proc. 016234/03-0;
Parecer nº 069/2004 - Proc. 008506/03-5.

ANEXO V

ENUNCIADO Nº 5

Os períodos de licença-prêmio adquiridos e não usufruídos em atividade, nem contados em dobro para efeito de aposentadoria, serão convertidos em pecúnia e pagos aos servidores aposentados ou aos beneficiários de pensão dos servidores falecidos em atividade, desde que a conversão seja requerida até cinco anos contados da data da aposentadoria ou do falecimento, respectivamente, em observância à prescrição quinquenal. A conversão a que faziam jus os servidores aposentados falecidos poderá ser paga, preferencialmente, a seus dependentes, e, em sua falta, a seus sucessores legais, mediante alvará judicial, nos termos da Lei nº 6.858/80, desde que requerida até cinco anos da data da aposentadoria do servidor.

Precedentes:

Parecer nº 196/97 - Proc. 002931/97-4;
 Parecer nº 247/03 - Proc. 014645/03-3;
 Parecer nº 190/04 - Proc. 005978/03-3;
 Parecer nº 049/05 - Proc. 014603/04-7;
 Parecer nº 050/05 - Proc. 017882/01-0;
 Parecer nº 066/05 - Proc. 014488/04-3;
 Parecer nº 089/05 - Proc. 006536/04-2;
 Parecer nº 099/05 - Proc. 014825/04-0
 Parecer nº 106/05 - Proc. 013900/04-8;
 Parecer nº 113/05 - Proc. 014825/04-0;
 Parecer nº 168/05 - Proc. 006532/03-9;
 Parecer nº 169/05 - Proc. 013501/04-6;
 Parecer nº 170/05 - Proc. 014522/04-7;
 Parecer nº 247/05 - Proc. 018115/04-7;
 Parecer nº 259/05 - Proc. 000310/05-0;
 Parecer nº 269/05 - Proc. 019008/04-0;
 Parecer nº 289/05 - Proc. 014091/99-2;
 Parecer nº 300/05 - Proc. 017374/04-9 e outros;
 Parecer nº 303/05 - Proc. 012173/05-3;
 Parecer nº 305/05 - Proc. 007902/05-0;
 Parecer nº 009/06 - Proc. 014091/99-2;
 Parecer nº 063/06 - Proc. 002751/02-0;
 Parecer nº 064/06 - Proc. 011004/05-3;
 Parecer nº 065/06 - Proc. 013427/05-9;
 Parecer nº 085/06 - Proc. 016293/04-5;
 Parecer nº 105/06 - Proc. 000760/05-6;
 Parecer nº 217/06 - Proc. 010961/05-4;
 Parecer nº 230/06 - Proc. 004459/05-9;
 Informação nº 038/02 - Proc. 002097/02-8;
 Informação nº 126/02 - Proc. 006767/02-8;
 Informação nº 070/03 - Proc. 014344/02-5;
 Informação nº 183/04 - Proc. 005810/04-3;
 Informação nº 069/05 - Proc. 014992/04-3;
 Informação nº 070/05 - Proc. 014457/04-0;
 Informação nº 071/05 - Proc. 014839/04-0;
 Informação nº 116/05 - Proc. 010502/05-0;
 Informação nº 118/05 - Proc. 007350/05-8
 Informação nº 005/06 - Proc. 016484/05-3;
 Informação nº 011/06 - Proc. 009013/05-9.

ANEXO VI

ENUNCIADO Nº 6

A incapacidade para o trabalho, a ser atestada ou confirmada pela Junta Médica Oficial do Senado Federal, e a dependência econômica do filho ou filha maior, para o fim de concessão da pensão por morte de que trata o art. 217, II, *a*, da Lei nº 8.112/90, deverão ser preexistentes à data do óbito do instituidor.

Precedentes:

Parecer nº 307/2005 - Proc. 015696/05-7;
 Parecer nº 311/2005 - Proc. 017761/05-0;
 Parecer nº 021/2006 - Proc. 019679/05-0;
 Parecer nº 039/2006 - Proc. 015696/05-7;
 Parecer nº 178/2006 - Proc. 001678/06-0;
 Informação nº 129/2005 - Proc. 008812/05-5.

ANEXO VII**ENUNCIADO Nº 7**

Perde o direito à pensão por morte o filho ou filha aos 21 anos de idade, ainda que seja estudante universitário.

Precedentes:

Parecer nº 081/2004 – Proc. 002.192/04-7;
Parecer nº 225/2004 – Proc. 010123/04-0;
Parecer nº 003/2005 – Proc. 018023/04-5;
Parecer nº 147/2005 – Proc. 006338/05-4;
Parecer nº 232/2006 – Proc. 007525/06-0;
Informação nº 119/2005 – Proc. 010748/05-9;
Informação nº 129/2005 – Proc. 008812/05-5.

ANEXO VIII**ENUNCIADO Nº 8**

A ausência de designação formal da companheira ou companheiro não impede a concessão do benefício pensional de que trata a Lei nº 8.112/90, desde que o interessado comprove a união estável com o instituidor, como entidade familiar, até a data do óbito, por outros meios idôneos de prova. Não há necessidade de comprovação de dependência econômica para o deferimento de pensão a cônjuge, companheira ou companheiro.

Precedentes:

Parecer nº 055/2002 – Proc. 012440/98-1;
Parecer nº 128/2003 – Proc. 007818/03-3;
Parecer nº 145/2003 – Proc. 017512/01-8;
Parecer nº 036/2005 – Proc. 004104/04-8;
Informação nº 005/2007 – Proc. 004145/05-4.

ANEXO IX**ENUNCIADO Nº 9**

É indispensável a comprovação da dependência econômica, existente até a data do óbito, entre o servidor falecido e o beneficiário habilitado na condição de mãe e pai, filho inválido maior de 21 anos, pessoa designada maior de 60 anos ou inválida e irmão órfão até 21 anos ou inválido. A ausência de designação formal para o recebimento da pensão não impede a concessão do benefício desde que comprovada a respectiva qualidade de beneficiário por quaisquer meios de prova admitidos em direito.

Precedentes:

Parecer nº 001/2002 - Proc. 010621/01-6;
Parecer nº 036/2003 - Proc. 006463/02-9;
Parecer nº 162/2003 – Proc. 010539/03-4;
Parecer nº 175/2005 - Proc. 005497/05-1;
Parecer nº 021/2006 – Proc. 019679/05-0;
Parecer nº 106/2006 – Proc. 004089/06-5;
Parecer nº 122/2006 - Proc. 001238/04-3.

ANEXO X**ENUNCIADO Nº 10**

É exaustivo o rol de dependentes diretos e indiretos do servidor que podem fazer jus aos benefícios do Sistema Integrado de Saúde – SIS, e indispensáveis as condições para a respectiva inclusão.

Precedentes:

Parecer nº 016/2003 – Proc. 001421/02-6;
Parecer nº 153/2003 – Proc. 001151/03-7;
Parecer nº 214/2003 – Proc. 013351/03-6;
Parecer nº 099/2004 – Proc. 020922/03-5;
Parecer nº 130/2004 – Proc. 004454/04-9;
Parecer nº 127/2005 – Proc. 003384/04-7;
Parecer nº 284/2005 – Proc. 016361/05-9;
Parecer nº 311/2005 – Proc. 017761/05-0;
Informação nº 123/02 – Proc. 010711/02-1;
Informação nº 006/2003 – Proc. 008174/02-4;
Informação nº 089/2003 – Proc. 011732/03-2;
Informação nº 097/2003 – Proc. 014214/03-2;
Informação nº 083/2004 – Proc. 001329/04-9;
Informação nº 055/2006 – Proc. 003562/06-9;
Informação nº 056/2006 – Proc. 000247/06-5;
Informação nº 066/2005 – Proc. 014087/04-9.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 712 de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 4049/07-1, resolve APOSENTAR, por invalidez permanente, a servidora GISEUDA ALENCAR PIRES DA SILVA, matrícula 14361, Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o art. 186, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112/90, na forma assegurada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 10 de abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dez do mês de abril de dois mil e oito, quinta-feira, às quinze horas, na sala número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Total nº 01, de 2008**, aposto ao PLC 26/07 (PL 2800/03, na origem), que “Altera o art. 3º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para modificar a denominação de cargos da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2008.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dez do mês de abril de dois mil e oito, quinta-feira, às dezesseis horas, na sala quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar sobre o **Veto Total n.º 02 de 2008**, aposto ao Projeto de Lei da Câmara 00078 de 2006 (Projeto de Lei 07154 de 2002, na Câmara dos Deputados), que “Altera o art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social”, com a presença do Deputado Dr. Ubiali, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2008.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dez do mês de Abril de dois mil e oito, quinta-feira, às dezessete horas, na sala número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Total nº 03, de 2008**, aposto ao PLC 67/06 (PL 5450/05, na origem), que “**Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI**”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada**.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 10 de Abril de 2008.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dez do mês de Abril de dois mil e oito, quinta-feira, às dezesseis horas e trinta minutos, na sala número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 33, de 2007**, aposto ao PLS 05/04 (PL 7701/06, na Câmara dos Deputados), que “Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fies”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada**.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 10 de Abril de 2008.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

CONVÊNIO Nº 0 0 1 2 / 2 0 0 8 -
(Processo n.º 003495/08-6)

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E O BANCO FICSA
S.A PARA EMPRÉSTIMOS A
SENADORES E SERVIDORES, SOB
CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE
PAGAMENTO.**

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, o **BANCO FICSA S.A**, inscrito no CNPJ sob o n.º 61.348.538/0001-86, com sede na Rua Boa Vista nº 280, 12º e 13º andares, Centro, São Paulo-SP, CEP 01014-000, Telefone (11) 3343-7000, site www.ficsa.com.br, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004 .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 5,00 (cinco reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro – O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

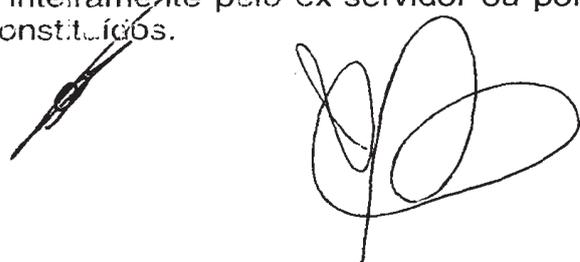
CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.



CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará o **CONVENIADO** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

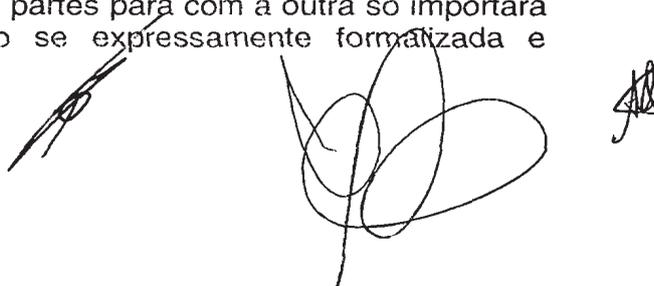
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.



Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

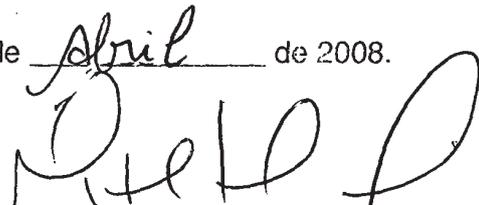
O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

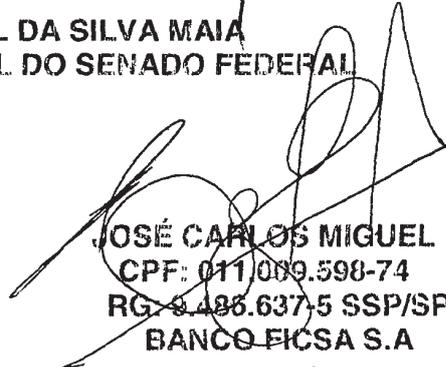
As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 08 de Abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL


ELOY FONTES LESSA FILHO
CPF: 007.775.218-06
RG: 4.587.330-6 SSP/SP
BANCO FICSA S.A


JOSÉ CARLOS MIGUEL
CPF: 011.009.598-74
RG: 8.486.637-5 SSP/SP
BANCO FICSA S.A


Diretor da SADCON


Diretor da SSPLAC

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goias

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. VAGO (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

VAGO

**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS
PELO INPE**

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/03/2008
Prazo final: 22/12/2008

**3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO
DE PROCESSO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Leitura: 25/03/2008

TITULARES

VAGO

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Ams (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) (2)
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO (5)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (3)
VAGO (1)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB (6)	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Majoria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes
PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁸⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Silhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. VAGO ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Silhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (3)	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (4)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
VAGO (5)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes
PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Ams (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Majoria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Majoria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Silhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Silhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. VAGO (6)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (5)	
Jim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
VAGO	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) (1)
Majoria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varela**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (3)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (5)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
VAGO (4)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (2)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO (4)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Silhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
10. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²
Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 8.2.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

² Eleito em 14.8.07, para o biênio 2007-2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA</u> <u>MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka	<u>a (PMDB-MS)_____</u>
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561
scop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 290 PÁGINAS